



EQUIPE EDITORIAL

CORPO EDITORIAL

Aírton Cardoso Cançado (UFT)
Fernando Guilherme Tenório (FGV)
Lamounier Erthal Villela (UFRRJ)

GERENTE DE REVISTA

Carlos Alberto Sarmento do Nascimento (PPGCTIA / UFRRJ)
Vinícius Henrique Brandão (UFRRJ)

EDITOR DE PRODUÇÃO

Lamounier Erthal Villela (UFRRJ)

CORPO EDITORIAL

Adriana Soares de Schueller (UFRRJ)
Ariádne Scalfoni Rigo (UFBA)
Carlos Rebelo (Universidade Lusófona do Porto)
Carlos Frederico Bom Kraemer (UFF)
Cezar Augusto Miranda Guedes (UFRRJ)
Kléver Efraín Naranjo Borja (Escuela Politecnica Nacional)
Guilherme Mendes Tenório (UFRRJ)
José Roberto Pereira (UFLA)
Karem Elizabeth Sanchez de Roldan (Universidad del Valle)
Márcio de Albuquerque Vianna (UFRRJ)
Pablo Monje-Reyes (Universidad de Chile)
Roberto da Costa Pimenta (FGV)
Rosana de Freitas Boullosa (UFBA)
Sérgio de Mattos Hilst (UFRJ)
Thais Soares Kronemberger (UFF)
Waldecy Rodrigues (UFT)
Corpo editorial da 10º Edição – CSDT/RETE
Betty Nogueira Rocha – UFRRJ
Carlos Douglas de Sousa Oliveira – UFRA
Javier Delgadillo Macías - UNAM

CORPO EDITORIAL ESPECIAL – 11ª EDIÇÃO

Prof. Msc. Adriana dos Reis Monteiro
Prof. Dr. Carlos Alberto Sarmento do Nascimento
Prof. Dr. Carlos Frederico Bom Kraemer
Prof. Dr. Lamounier Erthal Villela
Prof. Dr. Mariana Lima Bandeira
Prof. Dr. Patrick Maurice Maury

Autor foto de capa: Diego Lagasse e Gabriela Castro

Local: Manguezal do Rio Jequiá - Alagoas, 2021

SUMÁRIO

AÇÕES SOCIAIS REALIZADAS ENTRE A INCUBACOOP/UFLA E A CORPAAG EM LAVRAS-MG	05
(Gustavo Costa Teixeira; José Roberto Pereira)	
ATIVIDADE DE EXTENSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL VISANDO A SEGURANÇA HÍDRICA DAS ÁGUAS OBTIDAS ATRAVÉS DE SOLUÇÕES ALTERNATIVAS INDIVIDUAIS	19
(Decio Tubbs Filho; Adriana Schueler)	
GESTÃO SOCIAL, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL: UMA ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO DE ITAGUAÍ-RJ	33
(Nicholas Augusto Mendes da Rocha Lima; Lamounier Erthal Villela)	
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: A EXPERIÊNCIA DO LABORATÓRIO DE APRENDIZAGEM EM ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA EM BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC	53
(Pompilio Locks; Danilo Melo; Vanêssa Pereira Simon; Luiz Filipe Goldfeder Reinecke)	
MULHERES PRETAS NA RESISTÊNCIA: A RELAÇÃO ENTRE O MULHERISMO AFRICANA E AUTO ORGANIZAÇÃO DE MULHERES PRETAS NO ESTADO DE SERGIPE	70
(Tayane Michele Santos Rocha; Érica Maria Delfino Chagas; Ilzver de Matos Oliveira)	
PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO COLEGIADO TERRITORIAL: UM DESAFIO PARA SOCIEDADE CIVIL	81
(Seonária Costa Santana; Alane Amorim Barbosa Dias; Anderson Moreira de Jesus; Cláudio Costa Santana)	
RELATO DE EXPERIÊNCIA O CONTEXTO DA EDUCAÇÃO NA ZONA RURAL NA E.E.I.F. JOSÉ SABIÁ: A VIVÊNCIA DO PROGRAMA DE EXTENSÃO PAIDÉIA CIDADE EDUCADORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI (UFCA)	96
(CRUZ, Regina Pimentel; NASCIMENTO, Patrícia de Freitas ; SILVA, Elaine Wergila Santana da; BARRETO, Polliana de Luna Nunes)	
“O FIO DAS MISSANGAS”: TRAJETÓRIAS E DESAFIOS DAS INCUBADORAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM TERRITÓRIOS SINGULARES	106
(Victoria Régia Arrais de Paiva; Gil Célio de Castro Cardoso)	
FORMAÇÃO DE JOVENS EM AGROECOLOGIA COMO MEIO DE AMPLIAR CONHECIMENTOS E RE-TERRITORIZAÇÃO DOS ESPAÇOS RURAIS	123
(BRANDÃO, Vinícius Henrique; VILLELA, Lamounier Erthal)	

EDITORIAL

Editorial CSDT, edição especial 11º ENAPEGS (2021)

A revista CSDT nesta edição especial com trabalhos do 11º ENAPEGS¹ assume plenamente seu enfoque recentemente explicitado: “Extensão na Prática” e, traz referências objetivas sobre a diversidade de abordagens que poderão contribuir à meta federal de inclusão formal das atividades de extensão nos currículos universitários.

Entre os nove artigos, dois oferecem título inspirador “Mulherismo Afrikana” e “O Fio das Missangas”. Eles se inserem respectivamente nos grupos de artigos sobre educação e, tecnologia. Um terceiro grupo reúne os artigos com ênfase no Território, escala da possível integração das políticas públicas, nas relações e lutas sociais.

Três artigos, que discutem a educação no meio rural e em comunidades tradicionais, mostram a importância da “vivência dos discentes” na Escola José Sabia (CE), da prática do diálogo na construção do campo da agroecologia (RJ) e dos saberes ancestrais das mulheres (SE). Todos registram o efeito da extensão na construção de uma nova percepção do meio e protagonismo dos envolvidos.

Quatro artigos focalizam as tecnologias produzidas nas relações sociais: por iniciativa local no provimento de solução de abastecimento de água (RJ) e por diversos modelos universitários de incubação de empreendimentos de tipo solidário, em Lavras (MG), Camboriú (SC), Cariri e Acaraú (CE).

Finalmente, dois artigos resgatam o quadro institucional da participação social com marco na constituição cidadã (1988), em territórios marcados por megaempreendimentos (RJ) e afastados deste tipo de impactos no Vale do Jiquiriçá (BA), em ambos os casos foi organizado um colegiado territorial que recebeu apoio de NEDET².

Esta diversidade corresponde também à evolução da Rede de Pesquisadores em Gestão Social - RGS, fortemente identificada no seu princípio com o campo de públicas (políticas de estado), se diversificando paulatinamente incluindo as relações do campo do poder inscritas, perceptíveis e controláveis no território.

Estes trabalhos foram apresentados e discutidos no GT 16³ do ENAPEGS; eles relatam experiências conduzidas nas universidades do Cariri e do Vale do Acaraú no Ceará (UFCA e UEVA), na Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), de Lavras em Minas (UFLA), do Recôncavo baiano (UFRB) e, de Sergipe (UNIT).

Além de tudo, estas páginas constituem um primeiro esboço do 12º ENAPEGS (2023), a ser realizado nas baías de Sepetiba e da Ilha Grande/RJ, pelas universidades fluminenses, com coordenação do PEPEDT⁴/UFRRJ. O tema será: Interdisciplinaridade, inclusão e extensão: por uma conexão de saberes entre teoria e prática.

Boa leitura.

Patrick M Maury, Pós-doutorando PEPEDT/UFRRJ

1 Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social.

2 Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial.

3 Composto por quatro mesas: (a) Capacitação, Inclusão produtiva e Desenvolvimento territorial, (b) Extensão e Participação social, (c) Ações em campo: teoria com prática, (d) Prática da extensão e Desenvolvimento territorial.

4 Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial e políticas públicas



AÇÕES SOCIAIS REALIZADAS ENTRE A INCUBACOOP/UFLA E A CORPAAG EM LAVRAS-MG.

Gustavo Costa Teixeira¹

José Roberto Pereira²

¹ Mestre em Ciências Ambientais pela Universidade Federal de Alfenas, discente do curso de Engenharia Civil da Universidade Federal de Lavras, lattes: <http://lattes.cnpq.br/9735630162229883>, e-mail: gustavo.costa.t@hotmail.com

² Pós-doutor em Ciências Sociais pela Universidade de Coimbra – PT, Professor Titular em Administração Pública e Gestão Social da Universidade Federal de Lavras, lattes: <http://lattes.cnpq.br/9219649053207449>, e-mail: jrobertopereira2013@gmail.com

RESUMO

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (INCUBACOOP) da Universidade Federal de Lavras (UFLA) vem realizando ações sociais desde 2005 na região de Lavras, Minas Gerais, no âmbito da economia solidária com catadores de materiais recicláveis. O objetivo das ITCPs vinculadas às universidades brasileiras é assessorar grupos de trabalhadores desempregados ou com trabalho precarizado a se organizarem em associações e cooperativas. Nesse contexto as universidades cumprem um papel relevante de ação social ao se organizarem na forma de incubadoras tecnológicas de cooperativas para viabilizar a operacionalização da política pública, auxiliando os empreendimentos incubados com base nos fundamentos da gestão social, da economia solidária e do cooperativismo, de modo a retribuir à sociedade os conhecimentos adquiridos no meio acadêmico. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é apresentar o trabalho da INCUBACOOP/UFLA, por meio de sua equipe interdisciplinar, de cartilhas educativas e de parcerias, com a CORPAAG, uma associação de catadores de materiais recicláveis em Lavras-MG, responsável pela coleta seletiva em 9 bairros do município, cujas atividades contribuem para a conscientização ambiental, reciclagem e a qualidade de vida da população lavrense. Além disso, consideramos que as atividades da INCUBACOOP/UFLA contribuem para a formação crítica dos discentes envolvidos, proporcionando a eles a oportunidade de exercer a cidadania deliberativa.

Palavras-chave: Gestão Social; Economia Solidária; Incubadoras; Associação.

ABSTRACT

The Technological Incubator of Popular Cooperatives (INCUBACOOP) from the Federal University of Lavras (UFLA) has been performing social actions since 2005 in the region of Lavras, Minas Gerais, within the scope of the solidarity economy with recyclable material collectors. The objective of ITCPs linked to Brazilian universities, within the scope of the public policy of generating work and income is to advise groups of unemployed workers or those with precarious work to organize themselves into associations and cooperatives. In this context, universities fulfill a relevant role of social action by organizing themselves in the form of cooperative technological incubators to make public policy operational, helping incubated enterprises based on the fundamentals of social management, solidarity economy and cooperativism, in a way to give back to society the knowledge acquired in the academic environment. In this sense, the objective of this paper is to present INCUBACOOP/UFLA's work, through its interdisciplinary team, educational spelling books and partnerships, with CORPAAG, an association of recyclable material collectors in Lavras-MG, responsible for selective collection in 9 neighborhoods in the municipality, whose activities contribute to environmental awareness, recycling and the quality of life of the population of Lavras. In addition, we believe that the activities of INCUBACOOP/UFLA contribute to the critical sense of the students involved, providing them with the opportunity to exercise deliberative citizenship.

Keywords: Social Management; Solidarity Economy; Incubators; Association.

RESUMEN

La Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (INCUBACOOP) de la Universidad Federal de Lavras (UFLA) viene realizando acciones sociales desde 2005 en la región de Lavras, Minas Gerais, en el contexto de la economía solidaria con recolectores de materiales reciclables. El objetivo de las ITCPs vinculadas a las universidades brasileñas, en el ámbito de la política pública de generación de trabajo e ingresos es asesorar a grupos de desempleados o trabajadores con trabajo precario para organizarse en asociaciones y cooperativas. En este contexto, las universidades juegan un papel relevante de acción social al organizarse en forma de incubadoras tecnológicas de cooperativas para posibilitar la operacionalización de políticas públicas, ayudando a incubar proyectos basados en los fundamentos de la gestión social, de la economía solidaria y del cooperativismo, de una manera devolver a la sociedad los conocimientos adquiridos en el ámbito académico. En este sentido, el objetivo de este artículo es presentar el trabajo de INCUBACOOP/UFLA, a través de su equipo interdisciplinario, folletos educativos y alianzas con CORPAAG, una asociación de recolectores de materiales reciclables en Lavras-MG, responsable de la recolección selectiva en 9 distritos de la ciudad, cuyas actividades contribuyen a la concienciación medioambiental, el reciclaje y la calidad de vida de la población lavrense. Además, creemos que las actividades de INCUBACOOP/UFLA contribuyen a la formación crítica de los estudiantes involucrados, brindándoles la oportunidad de ejercer la ciudadanía deliberativa.

Palabras clave: Gestión Social; Economía Solidaria; Incubadoras; Asociación.

1. INTRODUÇÃO

Por meio da economia solidária é possível refletir sobre o bem-estar de uma sociedade, almejando o desenvolvimento sustentável e solidário, geração de trabalho e distribuição de renda, ancorado na gestão social de cooperativas. Para tal, as cooperativas e associações populares, também conhecidas por Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), correspondem à união voluntária de indivíduos com objetivo comum e, assim, buscam por melhorias econômicas, sociais e culturais (SINGER, 2002). Por isso, as incubadoras exercem esse papel, pois trazem uma maneira sistemática, seja em âmbito nacional ou como política pública, no modo de atuar com grupos populares que se baseiam na organização do trabalho e autogestão (FRAGA, 2018).

O objetivo das ITCPs vinculadas às universidades brasileiras, em relação às políticas públicas de geração de trabalho e renda, sob a extinta Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), é assessorar grupos de trabalhadores desempregados ou com trabalho precarizado a se organizarem em associações e cooperativas. Nesse contexto as universidades cumprem um papel relevante de ação social ao se organizarem na forma de incubadoras tecnológicas de cooperativas para viabilizar a operacionalização da política pública, auxiliando os empreendimentos incubados com base nos fundamentos da gestão social, da economia solidária e do cooperativismo, de modo a retribuir à sociedade os conhecimentos adquiridos no meio acadêmico. Portanto, as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) realizam ações de pesquisa, ensino e extensão universitária (MARTINS; SANDIM; NETA, 2018).

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (INCUBACOOP) da Universidade Federal de Lavras (UFLA) vem realizando ações sociais desde 2005 na região de Lavras, Minas Gerais, por meio da economia solidária com catadores de materiais recicláveis e outras categorias, contando com uma equipe de formação interdisciplinar, no ensino, na pesquisa e na extensão universitária. A

INCUBACOOP/UFLA é vinculada à Rede de ITCPs a nível nacional e participa da formulação da Rede Mineira de ITCPs.

A INCUBACOOP/UFLA trabalha junto aos empreendimentos com base na gestão social como orientação da gestão para os empreendimentos incubados, no sentido de uma tomada de decisão coletiva, sem coerção, com base no entendimento comum, no processo dialógico, na transparência, com vistas à emancipação (CANÇADO; TENÓRIO; PEREIRA, 2011). Nesse sentido, as cooperativas populares são apontadas por Pereira (2018) como aquelas baseadas na economia solidária. Constitui uma proposta de uma nova forma para se organizar, tendo por base a ação comunicativa entre os associados para que possam tomar decisões coletivas a partir da formação da consciência crítica ao se depararem com os meios de produção, o mercado e as ações do Estado, como forma de contrapor à crise social que acarreta desemprego e exclusão social.

Adiante, uma das associações atendidas pela incubadora, a CORPAAG (Associação de Catadores do Setor Oeste) é uma associação de catadores de materiais recicláveis de Lavras, MG, responsável por coletar os materiais de 9 bairros (Morada do Sol I, II, e III, Jardim Campestre I, II e III, Nova Era I, II e III), constituída por um grupo de trabalhadores de baixa renda. Esses profissionais, por meio das associações e cooperativas, possuem como objetivos sociais, econômicos e ambientais a contenção do avanço de resíduos sólidos e líquidos, o que resulta na diminuição de vários problemas. Para os membros da associação tem a geração de renda e a inserção socioeconômica, para o meio ambiente tem a redução do aterramento e incineração destes resíduos, e para a indústria tem volta dos materiais como fonte de energia e valores reduzidos referentes aos custos operacionais, o que possui efeito positivo direto ao meio ambiente (CAMPOS, 2014).

2. OBJETIVOS

O objetivo deste trabalho é apresentar aqui

as atividades da INCUBACOOP/UFLA, por meio de sua equipe interdisciplinar, de cartilhas educativas e de parcerias, com a CORPAAG, uma associação de catadores de materiais recicláveis em Lavras-MG, responsável pela coleta seletiva em 9 bairros do município, cujas atividades contribuem para a conscientização ambiental, reciclagem e a qualidade de vida da população lavrense. Além disso, consideramos que as atividades da INCUBACOOP/UFLA contribuam para a formação crítica dos discentes envolvidos, proporcionando a eles a oportunidade de exercer a cidadania deliberativa.

3. JUSTIFICATIVA

As ações sociais entre universidade e sociedade são consideradas diretrizes institucionais, uma forma de mediar a construção dos saberes por meio da comunicação pública da ciência, contribuindo para a construção epistemológica da ciência, observando os preceitos ético e político da instituição. A vivência entre agentes da universidade e da comunidade, pelos processos presentes e futuros, e pelos resultados individuais e coletivos. Isto está relacionado ao projeto social, que acolhe jovens e os qualifica intelectual e profissionalmente, possibilitando atuar com competência na sua profissão e com consciência cidadã. Para tanto, a relação entre academia e a sociedade deve constituir com espaço aberto e disponível para o processo de aprendizagem (SÍVERES, 2013).

A economia solidária representa um espaço de reflexão, luta, construção de possibilidades, por onde a autogestão viabiliza de forma prática as utopias, estas que são recorrentes em tempos de lutas dos trabalhadores. Em diferentes momentos, mesmo que pouco recorrente, existem relatos da atuação de universidades com cooperativas e grupos de produção (FRAGA, 2018).

O surgimento das ITCPs para combater problemas sociais quanto ao trabalho, corresponde a uma resposta das universidades, sendo que a formação dos

seus objetivos iniciais se dá no enfoque da geração de renda e trabalho, por meio de coletivos de trabalhadores em situação de desemprego, com vínculos péssimos ou vulnerabilidade social, que procuram ajuda para conseguir trabalho com diferente relação trabalhista (COIMBRA; SOUSA, 2001).

4. REFERENCIAL TEÓRICO

Neste tópico são apresentadas as bases para as ações desenvolvidas pela incubadora, bem como a contextualização destes temas.

4.1 GESTÃO SOCIAL

A gestão social pode ser definida como a tomada de decisão coletiva, sem coerção, tendo por base a inteligibilidade da linguagem, dialogicidade e no entendimento claro como processo, transparência como pré-requisito e emancipação como objetivo maior (CANÇADO; TENÓRIO; PEREIRA, 2011).

Com isso, os autores ora citados, propõem uma abordagem focada em três grandes categorias: Interesse Bem Compreendido (IBC), Esfera Pública e Emancipação.

O IBC, segundo Tocqueville (1987), aponta que o bem-estar coletivo é a base para o bem-estar individual, logo, a defesa dos interesses coletivos acarretará por consequência a defesa individual. Dessa forma, Pereira e Cançado (2018) mostram que o IBC enfatiza a interdependência entre os sujeitos, com o intuito de entenderem a sua própria atuação na esfera pública, não na visão de serem altruístas ou assistencialistas, mas com pensamento de (re)construção coletiva da esfera pública, tendo por meta a obtenção do bem-estar coletivo e o bem-estar individual.

Sobre a Esfera Pública, Habermas (2003) elucida sua definição como uma rede apta à comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões, onde a comunicação é filtrada e resumida, de modo a serem apresentadas em opiniões públicas

relacionadas a temas específicos. Seguindo a definição apresentada por Habermas (2003), Pereira e Cançado (2018) inferem que o papel da gestão social seria esquematizar o saber alternativo, estruturar avaliações técnicas especializadas para o bem comum, logo fortaleceria a esfera pública dando como suporte informação qualificada. Portanto, procura-se ver a esfera pública como uma forma de aproximar a população e a política.

E a Emancipação, apontada por Pereira e Cançado (2018), diz que o indivíduo se emancipa ao se perceber como tal, tendo suas próprias individualidades potenciais como ferramenta das forças sociais, e se completa ao perceber-se como indivíduo político. Assim, ao ser libertado, se livrando da manipulação, o indivíduo passar a compreender de forma clara que sua vivência é em comunidade, tornando as questões solidárias, de certo modo, óbvias. Portanto, havendo um equilíbrio e interdependência entre as três categorias, tende a ocorrer uma gestão social apropriada.

4.2 COOPERATIVISMO

As organizações cooperativas são organizadas com base em princípios universais que as distinguem das organizações mercantilistas. Com a primeira cooperativa moderna, fundada em 1844 em Rochdale, Manchester, Inglaterra, em seu estatuto havia princípios e formas de agir que enfatizavam os valores nos quais a organização cooperativa deveria ser criada e gerida (SINGER, 2002).

Uma parte do grupo fundador havia participado de outras organizações, que são vistas como pré-cooperativas e seguiam as ideias de Robert Owen, considerado um dos precursores do cooperativismo. Seu pensamento era movido pelo desejo de transformar a sociedade inglesa, marcada pela degradação do trabalho e pela perda da honra dos trabalhadores. Segundo ele, o ser humano não merecia recompensa nem castigo, mas era o sistema social que deveria ser mudado para prevenir o crime, ele também reconhecia a importância e influência da organização coletiva sobre a

individual, e da educação como instrumento para mudanças (PEREIRA; CANÇADO, 2018).

Na Europa, o cooperativismo avançou tendo como base Rochdale, com as cooperativas de crédito na Alemanha e as cooperativas de produção na França. Na Alemanha dois modelos ficaram conhecidos, o Sulze-Delitzsch, concebido com a permissão de pessoas desconhecidas entre si participarem, não havendo limite de área e sem apoio do Estado. E o modelo Raiffeisen, constituída por conhecidos e com responsabilidade ilimitada (MAURER JR., 1966).

No Canadá, outras formas de cooperativas de crédito foram desenvolvidas como o Desjardins, caracterizadas por serem formadas por funcionários de uma mesma área. Na Itália, com o modelo Luzzati, permissível a adesão de qualquer pessoa interessada. Já no Brasil três modelos foram utilizados, Desjardins com as cooperativas urbanas, Raiffeisen com cooperativas rurais e o modelo de admissão livre Luzzati (CANÇADO; SOUZA; PEREIRA, 2014).

Na França, Charles Gide foi responsável por sistematizar a doutrina cooperativista (MAURER JR., 1966). Tendo destaque quanto às cooperativas de consumo e por apresentar conceitos sobre três tipos de cooperativas (PEREIRA; CANÇADO, 2018), sendo elas:

Cooperativa de Consumo: Pessoas associadas entre si que vendem a si mesmas os produtos necessários, e assim cada membro faz o papel de vendedor e comprador, não havendo a relação mercantilista.

Cooperativa de Crédito: Pessoas associadas com o intuito de realizar empréstimos de capital entre si quando necessário. Tornando-os emprestador e tomador, não havendo usura.

Cooperativa de Habitação: Uma associação de proprietários de imóveis que disponibilizam seus imóveis para locação aos associados. Assim, os associados podem ser proprietários e locatários.

O Cooperativismo seguiu pela Europa em diversos países, no Brasil iniciou nos final

do século XIX, se desenvolvendo por meio dos imigrantes europeus no século XX, seu início foi caracterizado por cooperativas de consumo no meio urbano e por cooperativas agropecuárias no meio rural (SINGER, 2002).

No ano 1895 em Londres, a Aliança Cooperativa Internacional (ACI) foi fundada, tendo como inspiração o estatuto de Rochdale e por ele foram elaborados os princípios cooperativistas, fundamentados nas regras de igualdade e proporcionalidade. Atualmente os princípios são: Adesão Voluntária e Livre; Gestão Democrática; Participação Econômica dos Sócios; Autonomia e Independência; Educação, Formação e Informação; Intercooperação; e Preocupação com a Comunidade.

As cooperativas podem ser distinguidas em três perspectivas, conforme Pereira e Cançado (2018): Social-Reformista que emprega a ideia de que a cooperativa estaria livre da influência externa (sociedade capitalista), constituindo-se uma comunidade autossuficiente; Transformação Social, fundamentada nos ideais de uma sociedade socialista, em que as cooperativas constituiriam o meio de socializar a produção e a distribuição, assim transformando a sociedade capitalista; e a Técnico-Econômica, nessa perspectiva a cooperativa é vista como um meio de adaptação ao sistema capitalista.

4.3 ECONOMIA SOLIDÁRIA

Apartir de vivências econômicas significativas, a economia solidária apresenta uma junção de solidariedade, cooperação, mutualismo e autogestão comunitária, perpetuando uma racionalidade que se distingue de outras realidades econômicas (RAZETO, 1993). O movimento iniciado no século XIX pelos socialistas utópicos Owen, Proudhon e os pioneiros de Rochdale se tornou uma proposta que além de ser fundamentada a partir de conceitos, reflexões e combate ao desemprego, foi movida pelo cooperativismo (BENINI, 2003).

Paul Singer (2000) relata que de acordo

com a Aliança Cooperativa Internacional (ACI) de 1995, os fundamentos gerais do cooperativismo possuem termos essenciais aos da economia solidária de acordo com os pioneiros de Rochdale: a sociedade seria democrática e aberta a todos os interessados, desde que seja inteirada uma cota mínima igual para todos; cada sócio teria direito somente a um voto; todo investimento monetário feito na cooperativa seria remunerado através de uma taxa de juros, entretanto não favoreceria nenhum direito decisório a mais ao seu possuidor; os produtos seriam vendidos de forma justa e com qualificação; as sobras da receita, após subtração de despesas e inclusive o juro, deveriam ser divididas em proporção às compras realizadas na cooperativa; a educação dos sócios nos princípios do cooperativismo deveriam ser promovidas pela sociedade e esta seria neutra em questões políticas e religiosas.

A atividade coletiva da economia solidária possui um caso bastante profundo em relação à dimensão econômica, que propende estar subordinada às dimensões políticas, sociais ou culturais como um meio atuante para realizá-las. A economia solidária atravessa as questões referentes ao mercado de trabalho ou os vazios deixados pelo Estado, evidenciando práticas e valores pouco explorados no capitalismo, e estabelece um novo conceito nos âmbitos econômico e social. Por esse motivo, é incorreto limitar a economia solidária ao terceiro setor, ou seja, um setor à parte. (FRANÇA FILHO, 2002).

Conforme Singer (2000) considera-se uma abundante diversidade de organizações onde existe plena chance de empresas solidárias estarem inseridas em todos os setores de atividades, tendo destaque em vários países desenvolvidos e em desenvolvimento. Com as crises dos anos 1980 e 1990 no Brasil, ocorreu uma desindustrialização, onde tiveram várias perdas de postos de trabalho, gerando desempregos e exclusão social em grande escala, renascendo assim a economia solidária no país. Nesse renascimento, Singer (2002), propõe uma formação em cooperativismo e economia solidária aos grupos comunitários que almejam trabalhar em conjunto para que além de apoio

logístico, técnico e jurídico eles possam adquirir capacidades autogestionárias em seus empreendimentos. Nascimento (2003) diz que a reinvenção da economia solidária traz em si um caráter de ressurreição de valores como: autonomia, solidariedade, mutualismo, economia moral, autogestão, e outros, que estão presentes na cultura da sociedade trabalhista.

Segundo a observação de Alcântara (2003), a economia solidária é constituída por empreendimentos que se qualificam como solidários e autogestionários: solidários porque ocorre a divisão dos custos e a repartição da sobra, e autogestionários porque são os próprios associados que tomam frente no empreendimento, sempre com base nos princípios da solidariedade econômica.

A economia solidária se apresenta como uma manifestação que vai contra o que é imposto pelo meio social e pelo capitalismo, pois a economia sendo dominada por indústrias grandes e pela rotação expressiva de capital, as cooperativas ascendem como válvula de escape para a classe trabalhadora manter seu espaço no mercado de trabalho, sem que ocorra uma hierarquia dos meios de produção (MARTINS et al., 2016).

4.4 EXTENSÃO OU COMUNICAÇÃO UNIVERSITÁRIA

A Constituição Federal em seu artigo 207 diz que as universidades devem obedecer ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 1988). Dessa forma, ao incentivar a construção de conhecimento e ao se apresentar como fator capaz de tornar possível a relação entre teoria e prática, a extensão universitária representa o alicerce que integra o ensino-pesquisa (SANTOS; ROCHA; PASSAGLIO, 2016).

A princípio, a luta pela Reforma Universitária, ocorrendo na América Latina a partir de 1918, tem participação em uma luta maior contra a permanência da dependência, contra a incompletude da construção nacional,

demonstrada na grande distância entre as universidades e os problemas sociais, econômicos, políticos e culturais dos países latino-americanos (PAULA, 2013).

Dessa forma Paula (2013) continua, a extensão universitária tem papel de motivar a inteligência das universidades, para articulá-las internamente, e mobilizá-las em relação à enfrentar os desafios atuais tendo em vista a solidariedade e a sustentabilidade. Para esta missão são sujeitos tanto os docentes, técnicos, discentes quanto os participantes das atividades de comunicação, o que não implica na imposição, prescrição, mas em compartilhar, dialogar, interagir, representando os princípios da comunicação pública da ciência, são eles: indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; interação dialógica com a sociedade; inter e a transdisciplinaridade como princípios organizadores das ações sociais; busca do maior impacto e da maior eficácia social das ações; afirmação dos compromissos éticos e sociais da universidade. Portanto, o termo mais adequado dessa prática deve ser a comunicação e não a extensão, pois a comunicação deve ser vista como uma cultura, uma prática, um compromisso, que não podem ser dispensados frente ao trabalho da universidade como uma ferramenta emancipatória.

No contexto de mudanças da Universidade, vale salientar as transformações dos conceitos e práticas, apresentada por diferentes pensamentos e que põe em tempos de organização de políticas e ações que dependem das abordagens de lutas internas, espaço de resistência e militância, que podem vir a estimular uma ação de institucionalização e fortalecimento da comunicação pública da ciência, tanto na academia como na sociedade. Dessa forma, somos formados em decorrência de políticas desenvolvidas pelos agentes culturais atuantes no dia a dia, em diferentes espaços de formação, expandidos e ressignificados pelas ações e práticas da extensão (RIBEIRO; PONTES; SILVA, 2017).

Por isso, um modo para o estabelecimento de uma proposta de educação que esteja articulada com o melhor para o Brasil e a

realização de parcerias que darão força a sua integração com as classes populares, é a comunicação e a educação libertadora. Sua importância consiste no espaço de aprendizagem e de formação científica, que são os resultados de processos críticos e reflexivos e do valor atribuído à interação dos conhecimentos científicos e da experiência, assim efetiva a aprendizagem e a conscientização de realidade que não estão de fato disponíveis a todas as pessoas (ANDRADE; MOROSINI; LOPES, 2019).

Com relação ao discente que pratica a comunicação com a sociedade, ele faz parte do processo de interlocução do conhecimento acadêmico com o senso comum, de modo a evitar que um se sobreponha o outro, assim são agentes construtores de saberes e novas alternativas, tornando-os sujeitos críticos e participativos (SANTOS; ROCHA; PASSAGLIO, 2016).

Como observado, as ITCPs são responsáveis pela formação de agentes e disseminação dessas atividades.

4.5 INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS POPULARES (ITCPs)

O início das ITCPs de acordo com Botelho et. al (2015) se dá por meio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a cooperação de agências, tais como a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e a Organização dos Estados Americanos (OEA), esta última tem como pilares a democracia, direitos humanos, segurança e desenvolvimento. Ademais, a motivação para criação das ITCPs foi o movimento em prol da cidadania contra a fome e a miséria, promovido por docentes da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), estes comovidos com a situação social de uma comunidade próxima, então notaram que o motivo principal desta situação era o desemprego.

Portanto, Oliveira (2017) diz que as ações promovidas pelas ITCPs no âmbito das Universidades, que integra o binômio ensino/pesquisa é intrínseco ao processo social-

histórico de lutas e discussões da academia. Então, a economia solidária, como um dos objetos de estudo das ITCPs, está ligada a construção de identidade e símbolos na comunidade, em um processo dialógico entre universidade e sociedade por meio de ações sociais específicas e planejadas. Ao ser realizado este contato com a realidade local, regional ou nacional implica à universidade uma melhoria constante na sua estrutura, currículos e ações, tornando os resultados desses trabalhos adequados às realidades analisadas.

Dubeux (2004) apresenta a diferença entre as incubadoras de empresa e de cooperativas, a começar pelo tipo de empreendimento atendido, que são os empreendimentos cooperativistas, o público atendido que corresponde aos excluídos do ponto de vista sociopolítico, e a metodologia de trabalho, que deve ser pautada na criação e desenvolvimento de Cooperativas Populares e da economia solidária.

Oliveira (2017) diz ainda, as incubadoras possuem atuação em todo país, sendo a primeira criada em 1996, no Rio de Janeiro, na UFRJ. Pagotto (2010) ressalta que no decorrer do processo de estruturação da ITCP/COPPE/UFRJ, outras instituições e governos procuram a incubadora e fontes de fomento em busca de auxílio para elaborar projetos semelhantes.

Vechia et al. (2011) complementa, as experiências obtidas pela ITCP/UFRJ foram modelos a serem seguidos por outras universidades. Assim, no ano de 1998, outras universidades já haviam seguido a iniciativa e criaram suas incubadoras, ocasionando a criação de uma Rede de ITCPs. No ano posterior, essa Rede elabora um projeto maior entre as universidades, pois passa a ser membro da Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (REDE UNITRABALHOS), que originou o Programa Nacional de Incubação de Cooperativas Populares.

Seguindo o acima exposto, em 2005, foi criada a ITCP da Universidade Federal de Lavras, INCUBACOOP/UFLA (Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares), com o objetivo de estabelecer uma relação

dialógica, educativa com os trabalhadores, com a sociedade, com base nos fundamentos teóricos e metodológicos sobre economia solidária, cooperativismo, associativismo e gestão social, em prol da geração de trabalho e renda para trabalhadores que buscam melhores condições de trabalho. Atendendo interessados em constituir associações e cooperativas, desde a pré-incubação até a pós-incubação, realização de cursos e eventos abertos à todos interessados, seja da academia ou da população em geral.

4.6 CATADEORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

A denominação dada aos catadores de materiais recicláveis difere nos países. De acordo com Sabedot e Neto (2017), no Brasil foi definida pela Portaria nº 397/2002, onde o Ministério do Trabalho e Emprego aprovou uma nova Classificação Brasileira de Ocupações, nessa classificação o outrora catador de resíduos passou a catador de material reciclável. Pela portaria, é definido como o trabalhador que coleta e seleciona material reciclável, responsável por coletar, separar, vender e preparar material reciclável e reaproveitável, realizar manutenção do ambiente e equipamentos de trabalho, divulgar o trabalho de reciclagem, administrar o trabalho e trabalhar com segurança.

Como consequência do trabalho, a gestão com integração e sustentabilidade dos resíduos sólidos acarreta na redução quanto ao volume nas fontes geradoras, reaproveitamento, a inclusão dos catadores de materiais recicláveis pela coleta seletiva e a reciclagem dos materiais, e por fim a recuperação de energia gasta durante o processo (CAMPOS, 2014).

Um ponto importante é a crescente formação de organizações populares que lutam pelos excluídos, o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) tornou a representação com efetiva ao modo que o movimento deu voz às demandas dos catadores partindo deles próprios e não de terceiros. Então, o movimento representa mais que uma instituição que dá

apoio, mas sim uma organização criada no ventre da catação de materiais recicláveis e que sua estruturação pela organização, planejamento, gestão e formulação partia dos próprios trabalhadores. Em decorrência da organização do MNCR, três elementos valem a análise, o primeiro refere ao orgulho do catador em ser catador, por esse motivo busca melhorias e avanços nas condições de trabalho. O segundo elemento consiste na organização pelas cooperativas e associações, seguindo estes modelos os benefícios financeiros de sua aplicação devem ter uma partilha justa, proporcional ao trabalho despendido e com uma forma solidária. E o terceiro elemento é a elevação da relevância da reciclagem com a inclusão social consiste na questão dos catadores representarem um dos principais agentes políticos que trabalham na defesa do desenvolvimento sustentável (SANT'ANA; METELLO, 2016).

A oportunidade de união em associações ou cooperativas é uma forte chance para criação e expansão de modelos de economia solidária. Por este modelo, procura-se formas de inclusão de pessoas, que em decorrência da evolução dos modos de produção foram excluídas por não se enquadarem no desenvolvimento. Nesse sentido, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010) que levou vinte anos de tramitação no Congresso Nacional, objetiva reconhecimento ao catador e o incentivo para que eles se unam em associações. Esse processo de organização é de suma importância, uma vez unidos, ganham força na luta pelos seus direitos. Por meio dessa união, a produção pode ser aumentada, ganho de autonomia por parte dos membros pela autogestão. Assim, os catadores unidos utilizam de formas alternativas de produção frente ao capitalismo, de modo a crescer sua produção e deter atravessadores (PINHEIRO; FRANCISCHETTO, 2016).

A catação de materiais recicláveis beneficia o meio ambiente, com relação à gestão ambiental e os impactos ambientais, pois os materiais transformados em novas mercadorias e suas reinserções no ciclo produtivo acarretam benesses tanto para a sociedade como para a natureza, pelo fato

de promoverem a economia dos recursos naturais e de espaços que viriam a ser depósitos para esses resíduos (MAGALHÃES, 2012).

Pelo aqui exposto, Sant'Ana e Metello (2016) apontam que o avanço e o começo de um período de mudança passa por quatro pontos: o primeiro é a garantia da contratação pelos órgãos públicos como as prefeituras pela coleta seletiva convencional; segundo é promulgação de um acordo setorial que viabilize a logística reversa, que pode ocasionar um impulso para uma melhor estruturação das cooperativas; o terceiro ponto diz sobre estímulo ao aumento do parque industrial reciclador no país, o que poderia proporcionar oportunidade para cooperativas; e por último, em quarto é a criação e aplicação de políticas públicas que incentivem a reciclagem.

5. METODOLOGIA

O contato primário entre a incubadora e o possível empreendimento a ser incubado, é o início da atividade de incubação, onde ocorre uma reunião entre os membros da associação e a equipe da INCUBACOOP/UFLA. Neste primeiro momento é realizada uma contextualização da forma como a associação desenvolve seu trabalho ou como pretende desenvolver, são distribuídas então cartilhas informativas da incubadora, sendo elas: Como Constituir uma Cooperativa; Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares; Saindo do Desemprego; Do Coletar ao Reciclar, esta última em versões para o público infantil e adulto. Os membros do empreendimento a ser incubado, concordando e compartilhando da mesma visão dos princípios cooperativistas, da economia solidária e da gestão social, partem para a incubação e a partir deste momento inicia de fato o trabalho da incubadora.

A incubadora acompanha as atividades da associação desde 2015, ano de fundação da CORPAAG e início do processo de incubação, com intuito de prover subsídios necessários para seu funcionamento, seja

com aquisição de materiais, bem como cursos ou parcerias com entidades públicas, como a UFLA. A secretaria municipal de meio ambiente é a responsável pela concessão pública do serviço de coleta da associação, onde o caminhão coletor passa em dias e horários fixos nos bairros atendidos. O quadro atual conta com 11 associados, o espaço utilizado pela associação consiste em uma área pública cedida pela prefeitura, cercada por áreas de preservação ambiental (APPs), a área em si também era parte da APP, mas em decorrência de sua utilização por um grande período como bota fora, os associados conseguiram reverter a área para área pública, por meio do Conselho de Meio Ambiente (CODEMA). A associação reflorestou uma parte da área degradada com o plantio de 2800 mudas de árvore, além de manterem um controle ambiental sobre a área.

Por meio de edital do CNPq, foi possível a obtenção de materiais para as atividades e a segurança dos associados. Todo auxílio prestado pela incubadora parte dos associados, em momento algum é sugerido o que deve ser feito dentro da associação, uma vez que pela gestão social os membros devem chegar a um comum acordo e assim levantarem o que é necessário para a continuação das atividades ali desenvolvidas.

Dessa forma, foi apresentado à incubadora a necessidade de equipamentos de proteção individual (EPI's) e um moinho triturador. A partir desta demanda, os membros da INCUBACOOP/UFLA se organizaram, para então auxiliarem na aquisição dos materiais necessários.

Os associados procuravam uma melhor condição de trabalho dentro da associação, precisavam de materiais como botas específicas e uniformes. E ainda, devido ao aumento da coleta de materiais, com o processamento de 30 toneladas por mês destes materiais, a associação necessitava de um equipamento para moer os materiais recicláveis como vidro e plástico. Foi, então, realizada uma cotação para a compra das botas, uniformes e o moinho triturador KMB 400-30CV. Foram adquiridos os materiais com o menor valor e melhor qualidade dentre as

especificações apontadas pelos associados. Todo o processo de aquisição foi transparente e acompanhado pela associação, em nenhum momento a incubadora deu sugestões ou influenciou nas escolhas. Devido ao caráter interdisciplinar dos membros, foi possível que diferentes departamentos da universidade participassem desse processo, uma vez que as demandas englobavam questões pertinentes à segurança do trabalho, estrutura necessária e o modo seguro para a utilização do moinho, bem como da sua ligação e o que seria necessário para sua instalação.

6. AÇÕES SOCIAIS NO EMPREENDIMENTO

Do momento em que a incubadora passou a ter um acompanhamento mais próximo da CORPAAG, os trabalhos foram facilitados, criou-se uma confiança entre os membros e maior liberdade para dialogar tanto em relação às atividades desenvolvidas, como também questões pessoais. Os membros passaram a compreender melhor o funcionamento da associação, os principais problemas e um olhar semelhante ao dos associados.

As atividades realizadas pela associação são divididas em cinco etapas de processamento dos materiais, sendo elas: a coleta dos materiais; a triagem, momento onde os materiais são separados; Trituração e/ou prensagem, assim transformando em lotes; embalagem dos materiais; estocagem; e a posterior expedição. Essas atividades são realizadas por rodízio, ou seja, todos revezam entre si nas atividades, de modo a não ocorrer sobrecarga sobre nenhum associado.

Com isso, os anseios dos membros em relação às melhorias estruturais foram aparecendo, como apresentado anteriormente, o caráter interdisciplinar da INCUBACOOP/UFLA permitiu o auxílio em diferentes aspectos, por meio de discentes de diferentes cursos de graduação, como administração, administração pública, engenharia civil, direito e agronomia. Com

essa heterogeneidade são realizadas parcerias e futuros colaboradores para os demais empreendimentos atendidos. Neste contexto surgiu a possibilidade junto ao estudante de engenharia civil na realização de um curso de produção de tijolos de adobe, uma vez que os associados apresentaram a demanda em relação às melhorias estruturais. Esse processo foi supervisionado por uma professora do curso de engenharia civil, agregando conhecimentos que possibilitaram uma ampliação da área de trabalho, tornando um ambiente mais agradável. Espera-se a elaboração de diferentes materiais quanto à segurança do trabalho, em parceria com os professores dos cursos de engenharia, como o Mapa de Risco da associação, as normas regulamentadoras para o manuseio dos materiais e do maquinário, cartilhas para evitar acidentes, dentre outros.

Para o futuro, a INCUBACOOP/UFLA ficou responsável pela realização do Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador (DRPE). Este diagnóstico é um método praxiológico de problematização da situação em que se encontram, de caráter qualitativo, com base na discussão coletiva, levando-se em conta a cultura local. O método DRPE tem como objetivo atuar em grupos sociais tais como os assentamentos rurais da Reforma Agrária, associações, cooperativas, empreendimentos de economia solidária, dentre outros (PEREIRA, 2017). Essa aplicação foi um pedido por parte dos associados, para melhorar a dinâmica da associação, apontar falhas, problemas e suas soluções, de forma a aprimorar os trabalhos e traçar um norte para dar continuidade nas ações da CORPAAG.

É importante salientar que a extensão universitária é a retribuição à sociedade dos conhecimentos desenvolvidos no ambiente acadêmico, assim como, a formação cidadã dos membros da incubadora, pois desenvolvem diferentes habilidades nos trabalhos em grupo, com diferentes áreas de conhecimento, o contato com a população local e se tornando agentes difusores dos princípios trabalhados pela INCUBACOOP/UFLA.

A consciência ambiental dos associados

foi outro destaque, sendo que além de contribuírem para uma melhor qualidade de vida, eles são conscientes da importância do trabalho que desenvolvem e propagam a relevância de seus serviços. Neste sentido, partindo de uma demanda deles, a incubadora desenvolveu em 2018 um trabalho de conscientização ambiental nos 9 bairros atendidos, informando os dias e horários que o caminhão coletor realizava as coletas, distribuindo cartilhas informativas sobre a importância da reciclagem e dos agentes coletores, além do diálogo com a população local. Esta ação social obteve um retorno positivo, pois a população passou a contribuir ainda mais, uma vez que estava melhor informada sobre as atividades da associação.

7. RESULTADOS ALCANÇADOS

Por meio das ações realizadas foi possível criar um laço maior entre a incubadora e seus membros com os membros da associação, aproximando a Universidade da sociedade civil, além de levantar futuras ações a serem desenvolvidas. Pela comunicação dialógica entre equipe interdisciplinar da Incubadora com os catadores de materiais recicláveis, coloca-se em prática ações sociais transformadoras. Como Paulo Freire (1983) diferencia comunicação de extensão, a INCUBACOOP/UFLA não pratica a extensão, caracterizada como a ação de estender, e quem estende, o faz a partir de algo para alguém, aquele que é o receptor da ação verbal. No processo comunicativo a incubadora coloca em diálogo o conhecimento científico com o saber da experiência dos catadores, sendo uma via de mão dupla de aprendizado entre os envolvidos.

Os resultados alcançados demonstram a importância da comunicação dialógica para todos envolvidos, seja nos benefícios aferidos pelos catadores de materiais recicláveis, seja para os futuros profissionais na sua formação como cidadãs e cidadãos, sejam os ganhos diretos e indiretos para a sociedade local. O papel interdisciplinar das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares

prova que independente da área de estudo, todos podem participar, aprender e contribuir em ações pautadas na economia solidária, na gestão social e no cooperativismo.

Vale ressaltar a importância ambiental que os coletores de materiais recicláveis possuem, pois são os responsáveis pela coleta dos materiais que possam vir a contaminar e degradar o meio ambiente, contribuindo para diminuição de materiais descartados nos aterros sanitários, realizando triagem e reciclagem destes materiais, e melhorando qualidade de vida para a população de modo geral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCÂNTARA, F. H. C. Institucionalismo, Racionalidade e Solidariedade em Cooperativas Populares. In: HECKERT, S. M. R. (org). Cooperativismo Popular: reflexões e perspectivas. Juiz de Fora, Editora UFJF, 2003. 222p.

ANDRADE, R. M. M.; MOROSINI, M. C.; LOPES, D. O. A extensão universitária na perspectiva da universidade do encontro. Em Aberto, Brasília, v. 32, n. 106, p. 117-131, 2019

BENINI, E. A. Economia solidária, Estado e sociedade civil: um novo tipo de política pública ou uma agenda de políticas públicas? Org & Demo, UNESP, Marília, n. 4, p. 3-22, 2003.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.

BOTELHO, L. L. R.; LIMA, D. F.; BRAUN, J. C. A.; WUERGES, A.; GAUTHIER, F. O.; NOGUEIRA, S. V. Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares: atuando a partir da extensão universitária. In: XV Colóquio Internacional de Gestão Universitária. CIGU,

Mar Del Plata: CIGU, 2015. v. 01. p. 01-15.

CAMPOS, V. E. Gestão de resíduos sólidos urbanos: contribuições socioambientais de duas cooperativas de catadores de materiais recicláveis na região do Médio Paranapanema. 2014. 136f. Dissertação (Mestrado em Biociências), UNESP, Assis. 2014.

CANÇADO, A. C.; SOUZA, M. F. A.; PEREIRA, J. R. Os princípios cooperativistas e a identidade do movimento cooperativista em xeque. *Revista Gestão e Organizações Cooperativas*, v. 1, n. 2, 2014.

CANÇADO, A. C; TENÓRIO, F. G.; PEREIRA, J. R. Gestão Social: reflexões teóricas e conceituais. *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 681-703, 2011.

COIMBRA, A. L. S.; SOUZA, M. B. Princípios e ações em economia solidária: a Intercoop/UFJF e o cooperativismo popular com egressos do sistema penitenciário de Juiz de Fora/MG. Proposta: *Revista Trimestral de Debate da Fase*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 112, 4-15, 2007.

DUBEUX, A. O papel das Universidades na construção da economia solidária no Brasil. Proposta: *Revista Trimestral de Debate da FASE*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 111, 2007.

FRAGA, L. As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP) na construção da contra hegemonia acadêmica. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, Belo Horizonte, v. 5, n. 13, p. 496-539, 2018.

FRANÇA FILHO, G. C. A problemática da economia solidária: um novo modo de gestão pública? In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-

GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 24, 2002, Florianópolis. Anais... Rio de Janeiro: ANPAD, 2002.

FREIRE, P. Extensão ou Comunicação? 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

HABERMAS, J. Direito e Democracia: entre a facticidade e a validade. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, 354 p., 2003.

MAGALHÃES, B.J. Liminalidade e exclusão: os catadores de materiais recicláveis e suas relações com a sociedade brasileira. 2012. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2012.

MARTINS, I. G.; MOTA, L. L. R.; SEGALA, N. B.; SANTOS, T. N. S.; CABRAL, L. R. RECICLANDO AS RELAÇÕES DE GÊNERO: A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO EM COOPERATIVAS DE CATADORAS E CATADORES, E O PAPEL DE LIDERANÇAS FEMININAS NA POLÍTICA PÚBLICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO DISTRITO FEDERAL. In: PEREIRA, C. J.; GOES, F. L. (Org.). *Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional*. IPEA, Rio de Janeiro, p. 75-97, 2016.

MARTINS, P. L.; SANDIM, D. A.; NETA, M. C. S. Empreendimentos econômicos solidários acompanhados pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares de uma instituição de Ensino Superior em Minas Gerais. *Colóquio, Taquara*, v. 15, n. 2, jul./dez. 2018.

MAURER JR, T. H. O Cooperativismo: Uma economia humana. Imprensa Metodista, São Paulo, 328 p., 1966.

NASCIMENTO, C. A Autogestão e o “Novo Cooperativismo”. In SENAES, Secretaria

Nacional de Economia Solidária. Texto para discussão. Brasília, 2004.

OLIVEIRA, E. D. As incubadoras de cooperativas populares como uma extensão educacional. Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar -RECEI.Mossoró, v. 3, n.9, 2017.

PAGOTTO, C. Produção associada na era da precarização estrutural: da atuação das cooperativas de trabalho. 2010. 149p. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Estadual de Campinas –UNICAMP. Campinas. 2010.

PAULA, J. A. A extensão universitária: história, conceito e propostas. Interfaces - Revista de Extensão, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 05-23, 2013.

PEREIRA, J. R. Diagnóstico participativo: o método DRPE. Tubarão: Perito, 2017. 176p.

PEREIRA, J. R.; CANÇADO, A. C. Gestão Social de Cooperativas. Curitiba: Appris, 2018. 188p.

PINHEIRO, P. T.; FRANCISCHETTO, G. P. P. A POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS COMO MECANISMO DE FORTALECIMENTO DAS ASSOCIAÇÕES DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. Derecho y Cambio Social, Peru, 2016.

RAZETTO, L. Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, M.; GUTIERREZ, F. (Org). Educação comunitária e economia popular. São Paulo: Cortez, 1993. p. 34-58.

RIBEIRO, M. R. F.; PONTES, V. M. A.; SILVA, E. A. A CONTRIBUIÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA FORMAÇÃO ACADÉMICA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS.

Revista Conexão UEPG, Ponta Grossa, v. 13, n. 1, jan./abr. 2017.

SABEDOT, S.; NETO, T. J. P. Desempenho ambiental dos catadores de materiais recicláveis em Esteio (RS). Engenharia Sanitária e Ambiental, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, 2017.

SANT'ANA, D.; METELLO, D. RECICLAGEM E INCLUSÃO SOCIAL NO BRASIL: BALANÇO E DESAFIOS. In: PEREIRA, C. J.; GOES, F. L. (Org.). Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional. IPEA, Rio de Janeiro, p. 21-44, 2016.

SANTOS, J. H. de S.; ROCHA, B. F.; PASSAGLIO, K. T. Extensão Universitária e formação no Ensino Superior. Revista Brasileira de Extensão Universitária, v. 7, n. 1, p. 23-28, 2016.

SINGER, P. A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. Contexto, São Paulo, 2000.

SINGER, P. Introdução à Economia Solidária. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 128 p., 2002.

SÍVERES, L. O PRINCÍPIO DA APRENDIZAGEM NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. In: SÍVERES, L. (Org.). A Extensão universitária como um princípio de aprendizagem. Liber Livro, Brasília, p. 19-33, 2013.

TOCQUEVILLE, A. Democracia na América. Edusp, Belo Horizonte, 2 ed., 1987.

VECHIA, R. S. D.; TILLMANN, R.; CRUZ, A; NUNES, T. G. A Rede de ITCPs-Passado, presente e alguns desafios para o futuro. Revista Diálogo, Canoas, v. 18, p. 115-144, 2011.



ATIVIDADE DE EXTENSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL VISANDO A SEGURANÇA HÍDRICA DAS ÁGUAS OBTIDAS ATRAVÉS DE SOLUÇÕES ALTERNATIVAS INDIVIDUAIS

Decio Tubbs Filho¹

Adriana Schueler²

¹ Geólogo, professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Departamento de Geociências) e da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Programa de Pós Graduação Profágua). E.mail tubbs@uol.com.br

² Arquiteta e Urbanista, professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Departamento de Arquitetura e Urbanismo e Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas). E.mail aschueler@ufrj.br

O uso da água para consumo humano deve ser prioritário, pois garante o direito à vida. Ainda que a universalização ao acesso à água tenha evoluído significativamente, em áreas periféricas a garantia do acesso a ela com segurança, em quantidade e qualidade é um obstáculo a ser ultrapassado, notadamente quando o uso é feito através de sistemas alternativos individuais. Neste trabalho discute-se o arcabouço legal existente acerca do uso da água obtida em sítios perirurbanos através de sistemas alternativos autoconstruídos (poços rasos), indicando ações orientativas, usando como estudo de caso a área de abrangência do Comitê de Bacias Hidrográficas dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu Mirim, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Ao lado disso, busca-se capacitar e qualificar recursos humanos para a identificação e mitigação do risco para a saúde humana resultante da captação de água subterrânea através de Sistemas Alternativos Individuais; capacitar os participantes na aplicação de uma ferramenta específica de controle ambiental, como o Índice Simplificado de Avaliação do Risco do Uso das Águas Subterrâneas em Sistemas Alternativos Individuais; efetuar um treinamento de campo para identificar os pontos de maior relevância quanto as restrições sanitárias, permitindo a tomada de decisão das futuras ações; capacitar os participantes no entendimento das legislações aplicáveis e realizar um treinamento de campo para consolidar as aulas teóricas e aplicar o Índice Simplificado de Avaliação de Risco.

Palavras-chave: Poços de água; Água subterrânea; Treinamento em poços de água; Desenvolvimento de curso

The use of water for human consumption should be a priority, as it guarantees the right to life. Although the universalization of water access has evolved significantly, in peripheral areas the guarantee of access to it safely, in quantity and quality is an obstacle to be overcome, nod. This paper discusses the existing legal framework on the use of water obtained in perirurban sites through self-constructed alternative systems (shallow wells), indicating orientation actions, using as a case study the area covered by the Watershed Committee of the Guandu Rivers, Guarda and Guandu Mirim, in the Metropolitan Region of Rio de Janeiro. Besides this, it seeks to train and qualify human resources for the identification and mitigation of the risk to human health resulting from the capture of groundwater through Individual Alternative Systems; to train participants in the application of a specific environmental control tool, such as the Simplified Index of Risk Assessment of the Use of Groundwater in Individual Alternative Systems; conduct a field training to identify the points of greatest relevance regarding sanitary restrictions, allowing the decision-making of future actions; empower participants to understand applicable laws and conduct field training to consolidate theoretical classes and apply the Simplified Risk Assessment Index.

Key-words: Water wells; Groundwater; Qualification course; Training in water wells; Development of a course

El uso del agua para el consumo humano debe ser una prioridad, ya que garantiza el derecho a la vida. Aunque la universalización del acceso al agua ha evolucionado significativamente, en las zonas periféricas la garantía de acceso a ella de forma segura, en cantidad y calidad es un obstáculo a superar, asiente. Este trabajo discute el marco legal existente sobre el uso del agua obtenida en sitios perirurbanos a través de sistemas alternativos autoconstruidos (pozos poco profundos), indicando acciones de orientación, utilizando como estudio de caso el área cubierta por el Comité de Cuencas de los Ríos Guandu, Guarda y Guandu Mirim, en la Región Metropolitana de Río de Janeiro. Además de esto, busca capacitar y calificar recursos humanos para la identificación y mitigación del riesgo para la salud humana resultante de la captura de aguas subterráneas a través de Sistemas Alternativos Individuales; capacitar a los participantes en la aplicación de una herramienta específica de control ambiental, como el Índice Simplificado de Evaluación de Riesgos del Uso de Aguas Subterráneas en Sistemas Alternativos Individuales; realizar una capacitación de campo para identificar los puntos de mayor relevancia en materia de restricciones sanitarias, permitiendo la toma de decisiones de acciones futuras; capacitar a los participantes para comprender las leyes aplicables y realizar capacitación de campo para consolidar las clases teóricas y aplicar el Índice simplificado de evaluación de riesgos.

Palabras clave: Pozos de agua; Aguas subterráneas; Capacitación en pozos de agua; Desarrollo de curso

1. INTRODUÇÃO

O urbanismo nasceu da busca pelo saneamento, por causa dos impactos ambientais gerados pela Revolução Industrial em grandes cidades do século XIX. Hoje as cidades apresentam-se mais complexas do que outrora, articuladas política, econômica, social, cultural e ambientalmente. Seus problemas estavam relacionados especialmente à saúde pública pela emissão de poluentes pelas construções, além de problemas de mobilidade, moradia, infraestrutura sanitária, etc, mas atualmente a cidade, mesmo tendo avançado rumo à solução dessas questões, se depara com o uso inadequado do solo urbano, com altas taxas de adensamento populacional e com questões ambientais sérias, onde a forma de distribuição das águas potáveis representam um dos grandes problemas, principalmente onde não houve planejamento urbano ou este ocorreu de forma parcial.

Reconhecidamente são importantes as conquistas obtidas pelas políticas públicas voltadas a segurança da qualidade da água e da gestão hídrica nos últimos vinte anos, ainda que a diversidade de atores, instituições e de interesses múltiplos por vezes retardem o processo. No entanto, ainda existem áreas periféricas onde a falta do planejamento e da implementação das políticas públicas não permitiu melhorias no abastecimento de água (e no restante do saneamento básico) e na segurança da potabilidade da água, notadamente em comunidades periurbanas.

Nessas regiões onde o fornecimento de água é deficiente ou inexistente, via de regra as comunidades optam por soluções alternativas individualizadas, por meio de captações autoconstruídas, através da perfuração de poços rasos e/ou do aproveitamento de minas d'água para obtenção de água do lençol freático.

As águas subterrâneas são extremamente importantes e nas últimas décadas sua utilização foi crescente em todo o país e igualmente no estado do Rio de Janeiro, quer pela facilidade na captação, pois localmente pode apresentar vantagens em relação aos mananciais de superfície, quer pelos custos

operacionais, quer pela inexistência ou ineficiência do fornecimento convencional de água pelas concessionárias e mais recentemente acentuada pela crise hídrica.

No Brasil, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), cerca de 55 % dos distritos são abastecidos por água subterrânea. Cidades como Ribeirão Preto (SP), Maceió (AL), Manaus (AM), Mossoró e Natal (RN), entre outras, suprem as suas necessidades hídricas utilizando esse tipo de abastecimento. Além de atender diretamente à população, esses recursos são utilizados na indústria, agricultura (irrigação), lazer, etc.

As águas subterrâneas são obtidas principalmente através de dois tipos de poços: profundos e rasos e também através de minas d'água. Nas regiões periféricas e rurais os mais utilizados são os poços rasos que podem se constituir numa solução viável e sustentável para o abastecimento dessas comunidades, desde que haja orientação técnica durante a sua construção. No entanto, a inexistência de uma governança que integre as ações públicas destinadas a garantir a segurança hídrica, pode expor a população a doenças de veiculação hídrica e a contaminação do lençol freático.

As águas obtidas em ambos os casos são diferenciadas do sistema de abastecimento convencional público e são individualizadas em Sistemas Abastecimentos Coletivo (SAC) e Soluções de Abastecimento Individual (SAI). Tanto o sistema de abastecimento convencional público, quanto o sistema alternativo coletivo possuem seguras legislações específicas que permitem garantir a qualidade da água oferecida a população.

Para as soluções alternativas individuais (SAIs), a legislação é deficiente e confusa e que a despeito das estimativas do IBGE (2010) totalizarem apenas 18% em relação às outras soluções para fornecimento de água a população, devido as suas características construtivas e condições ambientais locais, geralmente precárias, são que as mais influenciam no índices de agravos no sistema único de saúde. Cabe ressaltar que somente no Estado do Rio de Janeiro essas estruturas para captação da água subterrânea atingiria

a ordem de muitos milhares.

Considerando a escassez de conhecimento sobre o abastecimento de água por SAI, principalmente em regiões urbanas as populações que se utilizam desse sistema de abastecimento encontram-se vulneráveis quanto a garantia de fornecimento de água segura e que segundo Acselrad (2006, p3), estão indefesas e expostas a todo tipo de agravos ambientais e destituídas da capacidade de defender-se.

De acordo com os dados públicos do Sistema de Informação sobre a Qualidade da Água para Consumo Humano (2016), 47,1% das formas de abastecimento cadastradas eram de Soluções Alternativas Individuais.

A Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que estabelece a Política Nacional dos Recursos Hídricos (e seus desdobramentos estaduais), incorporou a concepção da dominialidade das águas subterrâneas entendida pela constituição de 1988. Trata-se de uma competência dos Estados e do Distrito Federal, portanto, não há participação dos municípios nessa questão, ainda que decisões judiciais preliminares venham alterando esse entendimento, (Recurso Especial n. 994.120, 2007). Estes, no entanto, são entes responsáveis pelo saneamento básico, ou seja, pelo fornecimento de água em seu território de acordo com o Decreto Federal nº 7.217, de 21 de junho de 2010 que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico.

A limitação da disponibilidade de água superficial observada em várias regiões do país e do estado do Rio de Janeiro, associada ao desenvolvimento econômico, ao crescimento populacional, a falta de planejamento urbano, a necessidade pontual de abastecimento de água, provocará, certamente, o aumento da procura pelas águas subterrâneas, principalmente em áreas onde ocorra a precariedade do abastecimento convencional e notadamente em épocas de extremos climáticos.

Neste projeto discute-se o arcabouço legal existente acerca do uso da água obtida em sítios perirurbanos através de sistemas alternativos autoconstruídos, sendo estes, poços rasos e minas d'água, e indica as

ações orientativas para a construção de um modelo de governança positiva que integre as quatro níveis da gestão da água (recursos hídricos, saneamento, saúde e meio ambiente), usando como referência a área de abrangência do Comitê de Bacias Hidrográficas dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu Mirim, na região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Este projeto pretende a partir de um curso teórico/prático capacitar e qualificar uma clientela formada prioritariamente por agentes públicos municipais ligados a saúde pública, meio ambiente, conselheiros municipais, membros de comitês de bacia hidrográfica e construtores de poços artesanais, para a identificação e mitigação dos agravos relacionados a captação de água subterrânea, através de poços rasos residenciais identificados pela legislação pertinente como SAIs. Em síntese, possibilitar a percepção do risco, priorizar as ações, hierarquizar as possíveis soluções e determinar as intervenções, quando necessárias.

Especificamente, busca-se capacitar e qualificar recursos humanos para a identificação e mitigação do risco para a saúde humana resultante da captação de água subterrânea através de SAIs; capacitar os participantes na aplicação de uma ferramenta específica de controle ambiental, a saber: Índice Simplificado de Avaliação do Risco do Uso das Águas Subterrâneas em SAIs; efetuar um treinamento de campo para identificar os pontos de maior relevância quanto as restrições sanitárias, permitindo assim, a tomada de decisão das futuras ações; capacitar os participantes no entendimento das legislações aplicáveis e realizar um treinamento de campo para consolidar as aulas teóricas e aplicar o Índice Simplificado de Avaliação de Risco.

METODOLOGIA

PRIMEIRA FASE

A metodologia proposta segue aulas teóricas e práticas de campo totalizando vinte horas de aula presenciais em duas edições, com

trinta a quarenta participantes por curso, limitadas inicialmente aos municípios do em torno da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, inseridos na área de atuação do Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Guandu, da Guarda e Guandu Mirim.

As aulas teóricas serão desenvolvidas através de um módulo básico conceitual com apresentações em PowerPoint e pequenos vídeos do YouTube. O segundo módulo consiste em apresentação e capacitação nas ferramentas práticas de controle ora em desenvolvimento para o curso. O terceiro módulo consiste em uma aula de campo trabalhando os conceitos teóricos e treinando os participantes no uso das ferramentas de campo aplicadas a decisão.

SEGUNDA FASE

A partir da experiência obtida nas duas edições do curso presencial, pretende-se a elaboração de vídeos e de outros materiais apropriados adaptando o curso para uma plataforma EAD, possibilitando assim, a multiplicação e o compartilhamento da experiência obtida nos cursos presenciais para as outras municipalidades e demais instituições distantes da UFRRJ.

DESENVOLVIMENTO

Soluções alternativas individuais de abastecimento (SAIs)

Considera-se uma solução alternativa de abastecimento de água, toda modalidade distinta do sistema de abastecimento público, o que inclui fontes, nascentes, poços, comunitários ou não, distribuição por veículo transportador e instalações condominiais horizontal e vertical.

De acordo com o Artigo 5º, inciso VIII da Portaria de Consolidação Nº 5, de 28 de setembro de 2017, define mais apropriadamente uma solução alternativa individual de abastecimento de água para consumo humano como, por exemplo, a

modalidade de abastecimento de água para consumo humano que atenda a domicílios residenciais com uma única família, incluindo seus agregados familiares.(grifo nosso)

Entre as SAIs as mais empregadas em áreas periurbanas são os poços rasos, que de acordo com Vasconcelos (2014, p6), são escavados por onde é captada água geralmente em profundidades não superiores a 15 m. Dependendo da região, todavia, podem ter profundidades superiores a 50 m para obtenção de água do lençol freático. Essas soluções autoconstruídas pelas próprias comunidades são de grande importância para o suprimento hídrico de regiões periurbanas, principalmente aquelas que não são atendidas por uma rede de abastecimento d'água. A construção dos poços geralmente é realizada por meio de ferramentas manuais, empregando mão de obra comunitária ou em regime de mutirão, e não importa o valor do custo da escavação mas o benefício que o mesmo trará.

Todavia, esta importante interface do abastecimento da população em regra não é considerada pelos sistemas de regulação e de governança convencionais. Caracterizados pelo IBGE (2010) como «poços rasos e/ou minas d'água utilizadas para uso domiciliar», no item “Características da População e dos Domicílios”. Somente no Estado do Rio de Janeiro existiriam mais de quinhentos mil domicílios que captam água através de sistemas alternativos como poços caseiros (poços do tipo cacimba, poços ponteira, poços caipiras, cisternas e outras modalidades) e ainda fontes e minas d'água no próprio terreno (PERHI, 2013,p83). A figura 1 apresenta várias captações em uma comunidade a margem da rodovia Presidente Dutra no trecho da Baixada Fluminense. Observar a proximidade de um marco de um gasoduto da Petrobrás.

FIGURA 1: Captações em SAIs a margem da Rodovia Presidente Dutra, trecho Baixada Fluminense.



Fonte: Acervo dos autores

ASPECTOS LEGAIS RELACIONADOS AS SAIS

De acordo com Oliveira et al (2017, p218), ainda são vários os desafios da vigilância da qualidade da água para consumo humano nos municípios, principalmente em relação às soluções alternativas individuais de abastecimento, as quais podem apresentar ágeis mudanças, especialmente, em cenários de restrição hídrica, quer climáticas ou por falta do planejamento urbano. Dessa constatação vislumbra-se a dificuldade de integração entre as camadas da gestão da água.

Segundo a Constituição Federal de 1988 em seu artigo: 26, inciso I: “Incluem-se entre os bens dos Estados: as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União”;

A Lei Federal nº 9.433/1997 estabelece os seguintes instrumentos de gestão: planos de recursos hídricos; enquadramento dos corpos d’água em classes de uso; outorga de direito de uso; cobrança pelo uso; sistema de informações sobre recursos hídricos. Esta Lei incorporou o conceito original da dominialidade das águas subterrâneas entendida pela Carta Magna de 1988 como pertencente aos Estados e ao Distrito

Federal, abalizando que as captações de águas subterrâneas são obras de engenharia e necessitam de autorização para sua instalação e operação. Ainda sem seu artigo 12 parágrafo primeiro, inciso I, a mencionada Lei reconhece o uso de recursos hídricos para a satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais, distribuídos no meio rural ressaltando a isenção de outorga e cobrança.

No Rio de Janeiro, a Lei Estadual nº 3239, de 02 de agosto de 1999, segue praticamente toda a conceituação da Lei Federal, entretanto na parte relativa a outorga e a cobrança, a Lei Fluminense nº 4247 de 16 de dezembro de 2003, que estabelece a cobrança pelo uso dos recursos hídricos no Estado Rio de Janeiro em seu artigo 5º, determina:

“Artigo 5º –

...

§ 1º - Independem, ainda, de outorga pelo poder público, o uso de recursos hídricos para a satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais, ou o de caráter individual, para atender às necessidades básicas da vida, distribuídos no meio rural ou urbano, e as derivações, captações, lançamentos e acumulações da água em volumes considerados insignificantes.

§ 2º - A caracterização como uso insignificante na forma do “caput”, não desobriga os respectivos usuários ao atendimento de outras deliberações ou determinações do órgão gestor e executor da política de recursos hídricos competentes, inclusive cadastramento ou solicitação de informação.”

A Resolução INEA nº 84, de 28/01/2014, aprova os critérios que estabelecem a concessão de inexigibilidade de documentos de uso insignificante de recursos hídricos, dispensando em alguns casos a regularização de usos insignificantes. Esta resolução é genérica podendo ser aplicada inclusive a captações superficiais ou a poços profundos.

Pelo exposto é claro que o uso da água subterrânea através dos SAIs, é reconhecida pela legislação de recursos hídricos. A legislação fluminense prevê e regulamenta os SAIs, inclusive exigindo do usuário

quando insignificante (extrações de água subterrânea inferiores ao volume diário equivalente a 5.000 litros) o cadastramento através da Certidão Ambiental de Uso Insignificante de Recursos Hídricos. Contudo, não há quaisquer orientações por parte do Órgão Gestor (ou de outro órgão estadual) que avalie se os sistemas alternativos estão corretamente construídos ou se a qualidade da água captada é potável e ainda se o local da perfuração dos poços é seguro contra contaminações a partir da superfície do terreno.

Ressalta-se que o uso insignificante não é específico para as águas captadas no “lençol freático” podendo ser em águas superficiais e também não faz menção ao sistema alternativo.

Portanto, essa certidão tem pouca ou nenhuma eficácia para a garantia da proteção a água utilizada pela população periférica e na gestão hídrica, servindo apenas como simples cadastramento e como mais um instrumento arrecadatório. Além disso esse instrumento pode criar uma falsa expectativa a população, que ao se cadastrar teria uma garantia das condições construtivas do seu poço em assegurar a qualidade da água consumida, o que certamente não é correto.

No entanto, ainda no Estado do Rio de Janeiro, de acordo com a Lei nº 4930, de 20 de dezembro de 2006, que regulamenta o art. 282 da Constituição Estadual, determina a necessidade do monitoramento das ações relacionadas ao controle da potabilidade da água própria para consumo humano distribuída à população do estado, inclusive obtida através dos SAIs, e indica as responsabilidades compartilhadas entre concessionárias e o órgão ambiental para monitorar a qualidade da água obtida por essas captações. Cabe observar que o ente responsável pela titularidade da cessão da água, ou seja, o município, não integra esta regulamentação.

Apesar da clareza da lei não há informação de que ela esteja sendo cumprida por ambas as partes.

Por outro lado, de acordo do relatório R9 - Metas e Estratégias de implementação

dos cenários propostos, do Plano Estadual de Recursos Hídricos, Eixo Temático 2.2 – Águas Subterrâneas Programa 2.2.1, propõe as seguintes ações, (PERHI, 2014, p84):

Promover a discussão sobre os critérios de inserção dos soluções alternativas de captação de água subterrânea (poços caseiros, poços do tipo cacimba, poços do tipo ponteira, poços caipiras, fontes e minas d’água), no sistema estadual de recursos hídricos;

Promover a articulação com as Soluções Alternativas Individuais de Abastecimento (SAIs) de capacitação de água subterrânea com o Sistema de Vigilância da Qualidade de Água para Consumo Humano – VIGIÁGUA.

Portanto, recomenda o plano estadual de recursos hídricos a necessidade de incorporar as SAIs na gestão dos recursos hídricos, sugerindo, entretanto, a integração com o sistema de saúde.

No âmbito da Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (VQACH) a Portaria de Consolidação Nº 5, de 28 de setembro de 2017, Anexo XX, estabelece:

“Art. 2º Este Anexo se aplica à água destinada ao consumo humano proveniente de sistema e solução alternativa de abastecimento de água. (grifo nosso)

Art. 3º Toda água destinada ao consumo humano, distribuída coletivamente por meio de sistema ou solução alternativa coletiva de abastecimento de água, deve ser objeto de controle e vigilância da qualidade da água.

Art. 4º Toda água destinada ao consumo humano proveniente de solução alternativa individual de abastecimento de água, independentemente da forma de acesso da população, está sujeita à vigilância da qualidade da água (grifo nosso).

Art. 5º Para os fins deste Anexo, são adotadas as seguintes definições:

...

VIII - solução alternativa individual de abastecimento de água para consumo humano: modalidade de abastecimento de água para consumo humano que atenda

a domicílios residenciais com uma única família, incluindo seus agregados familiares;

..."

Embora esses artigos da portaria evidenciem a preocupação com os sistemas alternativos individuais, no restante da portaria somente os sistemas convencionais e coletivos são considerados.

Neste caso é evidente a preocupação da legislação com a qualidade da água (artigos 2º e 4º), no entanto, nenhuma consideração é feita a respeito da construção dos poços e quanto a as condições locais, principalmente em relação ao esgotamento sanitário ou outras vulnerabilidades locais.

Quanto as legislações relativas ao saneamento ambiental, de acordo com Decreto Federal nº 7.217, de 21 de junho de 2010, os artigos seguintes são os mais relacionados ao tema:

"Art. 2º Para os fins deste Decreto, consideram-se os seguintes incisos:

..."

XXV - soluções individuais: todas e quaisquer soluções alternativas de saneamento básico que atendam a apenas uma unidade de consumo;

..."

O mencionado Decreto, portanto, reconhece a solução individual, mas não distingue o tipo. Vejamos, a continuação do artigo:

"Art. 2º Para os fins deste Decreto, consideram-se os seguintes incisos:

..."

XXIII - água potável: água para consumo humano cujos parâmetros microbiológicos, físicos e químicos atendam ao padrão de potabilidade estabelecido pelas normas do Ministério da Saúde;

§ 1º Não constituem serviço público:

I - as ações de saneamento executadas por meio de soluções individuais, desde que o usuário não dependa de terceiros para operar os serviços;

..."

Confirma possibilidade do uso da solução individual de abastecimento, mas isenta a responsabilidade do titular do fornecimento de água pelo sistema convencional. Nesse sentido, o artigo 5º determina:

"Art. 5º O Ministério da Saúde definirá os parâmetros e padrões de potabilidade da água, bem como estabelecerá os procedimentos e responsabilidades relativos ao controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano."

Sem especificar o tipo de captação transfere a responsabilidade sobre a qualidade da água ao Sistema Único de Saúde para todos os tipos de soluções de abastecimento, ou seja, podemos entender que é obrigação do Estado proporcionar a segurança da qualidade da água à população. Nesse sentido, o artigo 5º § 1º determina:

"Art. 5º O Ministério da Saúde definirá os parâmetros e padrões de potabilidade da água, bem como estabelecerá os procedimentos e responsabilidades relativos ao controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano.

§ 1º Na ausência de redes públicas de abastecimento de água, serão admitidas soluções individuais, observadas as normas editadas pela entidade reguladora e pelos órgãos responsáveis pelas políticas ambiental, sanitária e de recursos hídricos.

..."

Este parágrafo é de grande relevância porque admite as soluções individuais e junto com o caput do artigo evidencia as quatro camadas das políticas públicas corresponsáveis pela gestão da água (meio ambiente, saneamento, recurso hídrico e meio ambiente). Vejamos, o artigo 18 do Decreto Federal nº 7.217/2010:

"Art. 18. Os recursos hídricos não integram os serviços públicos de saneamento básico."

Portanto, a outorga e a cobrança pelo uso da água é de responsabilidade dos órgãos gestores dos recursos hídricos, inclusive no estabelecimentos de critérios que isentem a aplicação desses instrumentos de gestão. Vejamos a redação do artigo 19 do

mencionado Decreto:

“Art. 19 . Os planos de saneamento básico deverão ser compatíveis com os planos de recursos hídricos das bacias hidrográficas em que os Municípios estiverem inseridos.”

É importante destacar o protagonismo dos comitês de bacia na gestão da água, pois a sua proximidade com as áreas periurbanas e perirurais permitirão identificar as áreas mais relevantes para a aplicação dos recursos financeiros destinados a organização da governança hídrica.

DIAGNÓSTICO DOS SISTEMAS ALTERNATIVOS EM ZONAS PERIURBANAS NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA GUANDU – REGIÃO HIDROGRÁFICA II

O Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Guandu, da Guarda e Guandu Mirim – Comitê Guandu, foi criado pelo Decreto Estadual nº 31.178, de 3 de abril de 2002, do Governo do Estado do Rio de Janeiro e teve sua área de atuação ampliada pelo Decreto Estadual nº 18, de 08 de novembro de 2006. Caracterizado como o parlamento das águas, é corresponsável pela gestão das águas brutas, que tratadas atendem a mais de dez milhões de habitantes, de parte da região metropolitana do Rio de Janeiro. Sem dúvida é um dos comitês de bacia hidrográfica brasileiros que mais avançaram na gestão dos recursos hídricos e no desenvolvimento dos instrumentos de gestão previstos na Lei Federal nº 9433/1997 e, na correspondente no Estado do Rio de Janeiro, Lei Fluminense nº 3.239/1999, sendo citado em diversos trabalhos acadêmicos e por organismos internacionais como exemplo de uma experiência exitosa na gestão dos recursos hídricos no Brasil. A figura 2 apresenta o mapa da Região Hidrográfica II do estado do Rio de Janeiro área de competência do Comitê Guandu.

FIGURA 2: Mapa da Região Hidrográfica II, de competência do Comitê Guandu



Fonte: <http://www.sigaguandu.org.br/siga-guandu/saibaMais>

O CONTEXTO URBANO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA II

A região hidrográfica II é a área de atuação do Comitê Guandu. De acordo com o R9 do PERH (2014, p.82), a principal característica dessa região é a vulnerabilidade ambiental em que se encontra o maior manancial de abastecimento público de água do estado (o rio Guandu) frente aos problemas de degradação resultantes da expansão urbana da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

A RH-II tem sido palco de diversas pressões de ocupação e uso do solo, destacando-se a intensa atividade de extração de areia e outros minerais da construção civil, a ausência de matas ciliares no rio Guandu e afluentes, a crescente e intensa ocupação urbana e industrial das margens dos rios e os consequentes problemas de uso e degradação da qualidade das águas.

A pressão de uso urbano e industrial já domina a maior parte dessas planícies e vem se intensificando com a implantação do Arco Rodoviário. As áreas de setores censitários urbanos já abrangem a maior parte dessas planícies, indicando a tendência de crescimento das cidades e de problemas com deficit de infraestrutura, evidenciados

pela presença dos aglomerados subnormais. Cerca de 1,87 milhão de pessoas residem na RH-II, a maior parte do município do Rio de Janeiro na zona oeste, onde está o bairro mais populoso do estado.

Para fins de avaliação epidemiológica os municípios da bacia podem ser divididos com base no perfil de suas características urbanas e demográficas. De um lado temos municípios de grande e médio porte, com significativa concentração populacional em áreas com sérios problemas de infra-estrutura urbana, e, de outro lado, municípios de pequeno porte, com baixa densidade demográfica e menor contingente populacional situado em áreas precárias de infra-estrutura urbana. As características apontadas acima contribuem para a conformação do perfil epidemiológico, sobretudo em relação ao quadro de morbidade referente às doenças infecciosas e parasitárias. O que os dados parecem corroborar é que municípios com altas densidades populacionais em áreas carentes de infra-estrutura de saneamento apresentam maior percentual de internações relacionadas às doenças transmissíveis e parasitárias, como é o caso de Nova Iguaçu e Queimados.

O fato desses municípios apresentarem condições precárias de saneamento básico é, sem dúvida, um dos principais fatores para a existência de um quadro com tal gravidade. Entretanto, outros municípios da bacia apesar de apresentarem condições semelhantes de saneamento mantiveram percentuais de internação de doenças infecciosas e parasitárias inferiores a 10%.

Em relação a deficiência de atendimento a distribuição da água, o índice de atendimento médio para a bacia pode ser considerado apenas regular, mas não reflete a realidade da situação quando se leva em consideração a regularidade no abastecimento, que em muitas localidades é intermitente (R9,PERH, 2014, p86).

Segundo Plano Estratégico de Recursos Hídricos das bacias hidrográficas dos rios Guandu, da Guarda e Guandu – Mirim (ANA, 2005,p46), aproximadamente 25% da população urbana não dispõe de abastecimento através de redes públicas, e para tanto, admite-se que esta parcela supre-se de água proveniente de fontes alternativas, como: poços, nascentes e outras, que não sofrem controle algum de

qualidade, estando desta forma exposta a contaminação por doenças de veiculação hídrica.

Portanto, deve ser ressaltada a importância local das captações alternativas, como poços rasos fontes, cacimbas e minas d'água. Em certos municípios, muitas comunidades ou mesmo bairros são abastecidos parcial ou integralmente por esses sistemas, quer devido à deficiência e/ou ausência do sistema convencional.

É importante observar que a utilização individual excede a ordem dos milhares, pois as áreas urbanas periféricas (e perirurais) também se utilizam dessas captações, mesmo que eventualmente. Os poços comumente apresentam profundidades que variam de 10 a 15 metros e eventualmente podem ultrapassar esses valores, dependendo das condições geológicas locais. São perfurados em diâmetros que variam de duas a três polegadas e menos habitualmente em quatro, sendo os revestimentos de PVC tipo rígido comum ou usado em instalações sanitárias.

Frequentemente não há preocupação com a proteção do poço, ficando expostos ou simplesmente fechados com garrafas PET. Nas perfurações rasas, normalmente não é seguida uma programação ou estudo e, repetidas vezes observou-se a construção dos sistemas alternativos em locais totalmente inadequados, contíguos a banheiros, depósitos de lixo e cemitério, a beira de ruas e rodovias, conforme demostram a figura 3.

FIGURA 3: apresenta uma série de soluções autoconstruídas, onde tubos que trazem água subterrânea de um conjunto de poços rasos estão abaixo da rua.



Fonte: Acervo dos autores

Os poços tipos cacimbas apresentam diâmetros de perfuração que variam de 1 a 2 metros sendo, os mais recentes revestidos por manilhas de concreto e os mais antigos por tijolos ou pedras. Informações verbais dão conta que um desses poços tem mais de um século. Muitos poços apresentam problemas sanitários, pois também não há coleta e tratamento do esgoto. Outro emprego bastante comum para os poços do tipo cacimba é sua utilização na captação de nascentes em várias comunidades e bairros na Bacia hidrográfica do Guandu. Mais de uma vez observou-se o abandono desses poços e sua utilização como depósito de lixo e de produtos químicos. Por conseguinte, sob essas condições a ocorrência de doenças por veiculação hídrica podem ser facilitadas, e ainda que seja comum a subnotificação dos agravos, são conhecidos alguns casos de relevância, conforme apresentado no quadro 1.

QUADRO 1: Casos Identificados de Contaminação das Águas Subterrâneas na Bacia do Guandu.

Casos Identificados de Contaminação das Águas Subterrânea na Bacia Problemas Ambientais Relacionados aos SAIs			
Tipo	Local	Causa	Consequências
Hepatite por Veiculação Hídrica	Jardim Nova Era (Julho / 2000) Paracambi	Hepatite tipo A	18 habitantes adoeceram e 97 foram contaminados
“Síndrome Japerí”	Bairro Tri Campeão Divisa entre Japerí e Queimados (2000)	Contaminação <i>necro-chorume</i> , ou produtos químicos (???)	Nove óbitos, fechamento de poços e retirada dos moradores
Presença de Bactérias e Nitrito (2002 e 2005)	Piranema (Serpélica e Itaguaí) e Paracambi	Concentrações elevadas de Nitrito e bactérias fecais	Agravos registrado no SUS

Contaminação / Hidrocarbonetos (BETEX)	Itaguaí – 1 (1998) Seropédica – 2	Vazamentos em Postos de Combustíveis	Intoxicação de Habitantes – Itaguaí Monitoramento FIO-CRUZ
Cancer (1987 a 1998)	Bairro Santo Expedito Município de Queimados	Vazamento de resíduos tóxicos no CENTRES	Quatoz e diagnósticos de cancer

Fonte: Adaptado de R 7-8 PERH - GUANDU (2005, p.171)

Cabe ressaltar que esses dados são pertinentes ao Plano Estratégico de Recursos Hídricos elaborado no ano de 2005, e que a atualização do plano que ora está em andamento certamente apresentará outros relatos. A consulta ao cadastro do Sistema de Vigilância da Qualidade de Água para Consumo Humano – VIGIÁGUA, na região também indica essa possibilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A utilização da água subterrânea através da captação de água do “lençol freático” por poços rasos em SAIs, pode ser segura, mesmo em áreas periurbanas desde que sigam critérios técnicos na sua construção e da mesma forma seja feita uma avaliação prospectiva ambiental simplificada no entorno da unidade familiar.

Muitos dos problemas relacionados a contaminação do “lençol freático” via de regra acontece pela introdução de uma substância nociva ou de um patógeno no momento da perfuração do poço, durante a sua utilização e ainda podem se originar pela percolação de contaminantes a partir da superfície do terreno no próprio sitio ou no entorno dele.

Em função da deficiência de planejamento da infra estrutura urbana no Brasil e de todos os problemas que pode resultar, os sistemas de abastecimentos individuais, principalmente por poços de pequenas dimensões (idem para os profundos) ainda terão uma vida longa

na paisagem urbana, notadamente com as perspectivas futuras ambientais relacionadas aos extremos climáticos, e inclusive os agravos relacionados a qualidade da água continuarão sobrecarregando o sistema de saúde.

Do apresentado é possível comprovar que o arranjo legal existente para a gestão dos SAIs é genérico, deficiente e confuso, não estabelecendo uma regra clara de quem deve ser o responsável pela governança desse sistema, tornando a gestão das quatro camadas da gestão da água difícil de ser aplicada.

Ainda que em certos órgãos gestores exista algum tipo de orientação determinando o cadastramento dessas captações e caracterizando-as como de “uso insignificante”, não há cumprimento das regulações específicas quanto à responsabilidade sobre este tipo de estrutura, ou seja, não existe qualquer apoio ou controle institucional para verificar se as condições locais onde as comunidades obtém a água apresentam restrições quanto ao consumo, ou seja, a população usuária desses SAIs está submetida a um elevado grau de vulnerabilidade quanto a qualidade da água e potencialmente exposta a vários tipos de doenças.

Ressalta-se que a implementação de tecnologias sociais associadas a levantamentos convencionais e de rotina, certamente reduziriam a vulnerabilidade e a exposição a certos riscos para essas populações. O quadro 1 demonstrou o resultado como a falta da gestão e da precarização dessa governança pode levar a consequências significativas e desastrosas a saúde humana.

Resulta essa vulnerabilidade do distanciamento (físico, geográfico e legal) do responsável pela gestão das águas subterrâneas do “lençol freático” (estado), do responsável titular pelo saneamento (município) ou da concessionária, como também a ausência de uma agenda multi administrativa em âmbito municipal que integre as diferentes aspectos da gestão da água, para as soluções alternativas em áreas periurbanas. Portanto, é evidente a existência

de uma lacuna no gerenciamento da gestão da água nos municípios, principalmente naquelas áreas sem cobertura e/ou com deficiência dos sistemas convencionais de abastecimento de água.

No caso do estado do Rio de Janeiro, de acordo com a Lei Fluminense nº 4930, de 20 de dezembro de 2006, que regulamenta o art. 282 da Constituição Estadual, determina a necessidade do monitoramento das ações relacionadas ao controle da potabilidade da água própria para consumo humano distribuída à população do estado, inclusive obtida através dos SAIs, e indica as responsabilidades compartilhadas entre concessionárias e o órgão ambiental para monitorar a qualidade da água obtida por essas captações. Cabe ressaltar que o ente responsável pela titularidade da cessão da água, ou seja, o município, não integra esta regulamentação.

Portanto, a falta da integração (e do interconhecimento) entre os diversos atores institucionais que deveriam dar segurança ao uso das águas obtidas através dos SAIs no território municipal (em nível estadual e municipal), implica em problemas de saúde (geralmente sub notificados), devido a insegurança quanto a qualidade da água consumida pela população a partir da captação da água através dos sistemas alternativos de uso individual.

A falta de recursos financeiros é a argumentação mais citada quando se pretende desenvolver um programa com o escopo discutido acima, principalmente quando ele é destinado a populações carentes ou de baixa renda. Todavia, no estado do Rio de Janeiro onde existe um fundo de recursos hídricos originado da cobrança pela água bruta e mais especificamente na área de competência do Comitê de Bacia do Guandu, onde há uma reserva de recursos financeiros renovada anualmente, permitiria a elaboração e a implementação de um programa de ações destinados a redução da vulnerabilidade ambiental as populações periurbanas usuárias das SAIs. O Plano Estratégico de Recursos Hídricos que ora está sendo renovado e ampliado tem como uma de suas metas o tema tratado nesse artigo.

Observa-se que as ações imprescindíveis para a cumprir as necessidades explicitadas ao longo do texto poderão ser desenvolvidas pelas próprias prefeituras através dos seu quadro funcionários capacitados para tal finalidade ou contratadas a empresas, concessionárias ou não e ainda a instituições de pesquisa.

Por fim, no restante do país existem também diversas alternativas para o financiamento de programas relacionados aos SAIs através de fundos estaduais e ministeriais.

Propostas para promover a governança da gestão da água para as SAIs

Tratam-se de ações direcionadas a promover a segurança da água em SAIs. São divididas entre institucionais, destinadas à governança, e locais com o objetivo de implementar na prática a segurança da água.

AÇÕES INSTITUCIONAIS

Promover a discussão sobre os critérios de inserção dos sistemas alternativos de captação de água subterrânea (poços caseiros, poços do tipo cacimba, poços ponteira, poços caipiras, fontes e minas d'água), no sistema estadual de recursos hídricos.

Promover a articulação dos sistemas alternativos de captação de água subterrânea com o Sistema de Vigilância da Qualidade de Água para Consumo Humano — VIGIÁGUA.

Promover a consolidação do arcabouço legal através de resolução do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro recomendando a integração das quatro camadas da gestão da água em âmbito municipal.

Delegar aos municípios interessados e capacitados através de instrumento legal específico a incumbência da gestão da água em seu território.

AÇÕES LOCAIS

Qualificação e capacitação dos recursos humanos interessados em participar do processo;

Mapeamento da rede de abastecimento identificando os locais de adensamento urbano e periurbano com inexistência ou deficiência do fornecimento de água por sistemas convencionais;

Consulta ao cadastro atualizado do vidiágua listando os agravos e mapeando a localização deles, se possível;

Identificação e cadastramento das áreas com maior ocorrência das SAIs estabelecendo prioridades;

Cadastramento dos pontos de maior relevância quanto as condições sanitárias;

Avaliação do risco ambiental em cada unidade familiar ou do grupo de residências no mesmo local relativa ao item anterior;

Priorização das unidades unifamiliares escolhidas para a aplicação de ações de mitigação do problema;

Identificação e treinamento de construtores de poços da região (“poceiros”), principalmente os da própria comunidade;

Capacitação e treinamento de líderes locais para continuidade do projeto.

REFERÊNCIAS

ANA(Agência Nacional de Água) (2005). Plano estratégico de recursos hídricos das bacias hidrográficas dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu Mirim: Relatório Gerencial. Agência Nacional de Águas, Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos. Rio de Janeiro, disponível em www.comiteguandu.org.br

ACSELRALD Henri (2006). Tecnologias sociais e sistemas locais de poluição. HorizonteAntropológico, v.12, n. 25, Porto

Alegre, jan.-jun., 2006. Disponível em:http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832006000100007. Acesso em: 01 nov. 2018.

VASCONCELOS, Mickaelon Belchior (2014). Poços para a Captação de Águas Subterrâneas:Revisão de Conceitos e Proposta de Nomenclatura. XVIII Congresso Brasileiro de ÁguasSubterrâneas. Belo Horizonte. 2014

BRASIL. Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Brasília,1997.

BRASIL. Ministério da Saúde. Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (Sisagua). Brasília: Ministério da Saúde; 2016

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Manual de Orientação para cadastramento das diversas formas de abastecimento de água para consumo humano. Brasília: Ministérios da Saúde. 2007.40p (Série A. Normas e Manuais Técnicos)

IBGE. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010). Censo Demográfico.

OLIVEIRA, Julimara de S.C.; MEDEIROS, Amanda de Mattos,CASTOR, LarissaGonçalves; CARMO, Rose Ferraz; BEVILACQUA Paula Dias. (2017)Soluções individuais de abastecimento de água para consumo humano: questões para a vigilância em saúde ambiental. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/cadsc/v25n2/1414-462X-cadsc-25-2-217.pdf>, Acesso em 03/09/2021.

RIO DE JANEIRO. Secretaria de Estado do Meio Ambiente – Instituto do Meio Ambiente. Plano Estadual de Recursos Hídricos. R9 – Metas e estratégias de implementação dos cenários propostos. Fundação COPPETEC - Laboratório de Hidrologia e Estudos de Meio Ambiente. 2014. Disponível em <http://www.inea.rj.gov.br/wp-content/uploads/2020/11/R9-Metas-e-Estrat%C3%A7%C3%A3o.pdf> Acessado em 03/09/2021



GESTÃO SOCIAL, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL: UMA ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO DE ITAGUAÍ-RJ¹

²Nicholas Augusto Mendes da Rocha Lima – UFRRJ

³Lamounier Erthal Villela - UFRRJ

1 Este artigo foi escrito em conjunto e contém texto integrante da Monografia do 1º autor, apresentada ao curso de Ciências Econômicas da UFRRJ, intitulada «O Município de Itaguaí a partir da chegada dos megaempreendimentos: análise sob as teorias do Desenvolvimento Sustentável e da Participação Social», no ano de 2020.

2 Mestrando em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas PPGDT/UFRRJ e membro/pesquisador do PEPEDT/UFRRJ. E-mail: nicholasmendes84@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5816453668898133>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4677-7312>.

3 Professor do PPGCTIA, PPGDT, e DeCE /UFRRJ e Coordenador do PEPEDT/UFRRJ. E-mail: lamounier.erthal@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0265624345647321>.

Este trabalho objetivou analisar a dinâmica das ações públicas e o papel dos conselhos municipais na gestão dos impactos dos recentes megaempreendimentos no município de Itaguaí-RJ e utilizou como horizontes os critérios estabelecidos pelas teorias do Desenvolvimento Territorial Sustentável, pela Participação Social, mais precisamente no conceito de Gestão Social e Controle Social. A metodologia utilizada consistiu na elaboração de indicadores qualquantitativos acerca do tema, utilizando-se de pesquisas bibliográfica, documental, telematizada e de campo. A dinâmica socioeconômica do município de Itaguaí se alterou, principalmente a partir dos anos 2000, com o advento dos megaempreendimentos e estes fizeram com que houvesse mudanças estruturais, econômicas e sociais, justificando analisar se houve ou não uma boa gestão do aporte de recursos advindos dos megaempreendimentos. Essa análise permitira avaliar se houve desenvolvimento no município, segundo as teorias supracitadas, e da gestão social durante o processo de implantação destes empreendimentos. Os resultados apontam que mesmo com crescimento de alguns índices econômicos, houve débil desenvolvimento socioeconômico, político e institucional no município, dado o montante de recursos empregados nesta localidade. Além disso, os resultados também indicaram que os conselhos municipais (representando, neste trabalho, o principal instrumento de gestão social e controle social), pela desvalorização e pela posição inferiorizada à que foram submetidos, têm dificuldade em conseguir exercer perfeitamente o seu papel.

Palavras-chave: Desenvolvimento Territorial Sustentável; megaempreendimentos; conselhos municipais; Gestão Social.

This work aimed to analyze the dynamics of public actions and the role of municipal councils in managing the impacts of recent mega-enterprises in the municipality of Itaguaí-RJ using the criteria established by the theory of Sustainable Territorial Development, the concept of Social Management and the theory of Multidimensional Development. The methodology used consisted of the elaboration of qualitative and quantitative indicators on the theme, using bibliographic, documentary, telematized and field research (structured interviews and questionnaires). The socioeconomic dynamics of Itaguaí has been changing since the 2000s with the advent of mega-enterprises and these led to structural, economic and social changes, which justified then to analyze whether or not there was a good management of the contribution of resources arising mega-enterprises in order to generate development in the municipality, according to the aforementioned theories, and social management during the process of implementing these enterprises. The results show that even with the growth of some economic indexes, there was weak socioeconomic, political and institutional development in the municipality given the amount of resources employed in this location and that the municipal councils (representing, in this work, the main instrument of social management and social control), due to the devaluation and the inferior position to which they were submitted, they have difficulty in achieving their role perfectly.

Key-words: Sustainable Territorial Development; mega-enterprises; city councils; Social Management.

Este estudio tuvo como objetivo analizar la dinámica de las acciones públicas y el rol de los concejos municipales en la gestión de los impactos de las recientes megaempresas en el municipio de Itaguaí-RJ y utilizó como horizontes los criterios establecidos por las teorías de Desarrollo Territorial Sostenible, por Participación Social, más precisamente en el concepto de Gestión Social y Control Social. La metodología utilizada consistió en la elaboración de indicadores cualitativos sobre el tema, utilizando investigaciones bibliográficas, documentales, telematizadas y de campo. La dinámica socioeconómica del municipio de Itaguaí cambió a partir de la década del 2000 con el advenimiento de las megaempresas y estas provocaron cambios estructurales, económicos y sociales, justificando el análisis de si hubo o no una buena gestión del aporte de recursos de las megaempresas. empresas de manera que generen desarrollo en el municipio, según las teorías antes mencionadas, y gestión social durante el proceso de implementación de estos proyectos. Los resultados muestran que aun con el crecimiento de algunos índices económicos, hubo un débil desarrollo socioeconómico, político e institucional en el municipio, dada la cantidad de recursos utilizados en esta localidad. y que los concejos municipales (que representan, en este trabajo, el principal instrumento de gestión social y control social), debido a la devaluación y posición de inferioridad a la que fueron sometidos, tienen dificultades para desempeñar perfectamente su función.

Palabras clave: Desarrollo Territorial Sostenible; megaempresas; concejos municipales; Gestión social.

1. INTRODUÇÃO

O município de Itaguaí - RJ sofreu (e vem sofrendo) fortes transformações estruturais nos últimos anos advindas dos megaempreendimentos que deveriam contribuir para o desenvolvimento local e respeitar os costumes e o conhecimento da população. Este município esteve no ápice do crescimento econômico fluminense recente, o que direcionou um enorme número de capitais para investimento, demonstrado pela evolução de seu PIB que passou de R\$1.9 bilhões em 2006 para R\$8,3 bilhões em 2017 (IBGE), trazendo a discussão acerca do direcionamento destes recursos para a alocação no desenvolvimento local.

Analizar este tema se justifica pelo fato de abrir novos rumos para compreensão da economia regional e urbana no município de Itaguaí e nas regiões da Baixada Fluminense e da Baía da Ilha Grande, sendo esta vertente econômica crucial para o entendimento das relações de poder atuais da sociedade, uma vez que demonstra a ligação das ações públicas e seu decorrer no processo de desenvolvimento e crescimento econômico.

O propósito é colocar o leitor em uma posição de questionamento acerca do emprego e da condução do aporte de recursos, trazendo uma análise próxima de sua realidade e do desenvolvimento em seu entorno e assim contribuir para a sua formação intelectual e seu conhecimento aplicado acerca da realidade econômica local. Sendo assim, faz-se necessário entender o desenvolvimento e sua aplicação no município.

O desenvolvimento sustentável “tenta reagir à moda predominante das soluções pretensamente universalistas e das fórmulas generalizadas” (SACHS, 1986, p.18), assumindo então que o desenvolvimento não segue uma regra, e sim, se adequa às características não universais de cada localidade para se manifestar de forma correta. Sendo assim, o produto deste crescimento será sustentável se includente socialmente, ambientalmente correto e economicamente viável, atendendo às cinco dimensões: social, econômica, ecológica, espacial e cultural. Caso contrário, será sinônimo de inchaço urbano, degradação

ambiental e exclusão da comunidade local.

Perico (2009) atrelou o Desenvolvimento Territorial Sustentável às cinco dimensões básicas, caracterizantes deste desenvolvimento: coesão social, coesão territorial, sustentabilidade, inclusão econômica e bem-estar. Estas dimensões são geradoras do desenvolvimento por englobarem características diversas e complexas na agregação do investimento para as localidades.

O conceito de Gestão Social dá-se “como o processo gerencial participativo onde a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação” (TENÓRIO, 2006, p. 1146) e, sendo assim, todos os envolvidos no território deveriam ter igual espaço na discussão acerca dos rumos a serem tomados, e por consequência, nos desdobramentos dos mesmos. Além disso, os agentes devem exercer certa fiscalização destes desdobramentos sociais, revelando então o que entendemos como controle social: “é o direito público subjetivo de o particular, individual ou coletivamente, submeter o poder público estatal à fiscalização” (SIRAQUE, 2009, p.112).

Segundo a Constituição Federal Brasileira de 1988, os conselhos municipais deveriam ter um papel central como instrumento de controle social, analisando desde a elaboração, até a execução, perpassando por todas as entrelinhas da discussão acerca do processo de desenvolvimento e como este desenvolvimento impactará na realidade local e social. Faz-se papel do Estado desenvolver os métodos de comunicação com os conselhos, e consequentemente com a população, a fim de estabelecer relações de maior transparência e atender às demandas sociais, ambientais e econômicas, para assim gerar o desenvolvimento, demonstrando assim, a relação cíclica Estado – conselhos – população – Estado.

Segundo Tenório (2004, p.1):

Pensar o desenvolvimento local requer o envolvimento de diversas dimensões: econômica, social, cultural, ambiental e físico-territorial, político-institucional e científico-tecnológica. Implica considerar os diferentes aspectos de inter-relacionamento

ativo dos diversos atores da sociedade. Nesse sentido importa, necessariamente, uma profunda transformação das relações sociais – não apenas dos processos gerenciais e técnicos de produção – incluindo também a preservação ambiental, já que a incorporação dessa dimensão às estratégias, programas e projetos de desenvolvimento tem como objetivo assegurar melhores condições materiais e a sustentabilidade do território, segundo as suas condições e vocações.

Neste sentido, assume-se a seguinte questão: Os megaempreendimentos instalados em Itaguaí-RJ acarretaram em desenvolvimento do município? Logo, o objetivo principal deste artigo é analisar a dinâmica dos megaempreendimentos no município de Itaguaí de acordo com as óticas preconizadas pelas teorias do desenvolvimento Territorial Sustentável – DTS, da Teoria do desenvolvimento Multidimensional e pela Participação Social, mais precisamente no que diz respeito ao Controle Social e à Gestão Social, para verificar se houve desenvolvimento municipal advindo destes investimentos.

2. OBJETIVOS

Analizar a dinâmica do Estado, os conselhos municipais, e suas relações interligadas, no que diz respeito à gestão social e aos preceitos da Teoria do Desenvolvimento Sustentável para verificar se houve uma condução adequada do aporte dos megaempreendimentos no desenvolvimento do município de Itaguaí-RJ.

Para isso, procurou-se seguir alguns objetivos específicos, sendo: i) mapear os megaempreendimentos e a dinâmica socioeconômica municipal; ii) apresentar um referencial teórico acerca das teorias e conceitos supracitados; iii) definir indicadores e pontos a serem utilizados para coleta de dados qualquantitativos e para determinar a evolução do desenvolvimento nos municípios; iv) analisar o papel dos conselhos municipais como instrumento da participação social; v) e elaborar um panorama para verificar se houve desenvolvimento nos municípios.

3. METODOLOGIA

3.1. CONSTRUÇÃO DO INSTRUMENTO METODOLÓGICO

Tratou-se de uma pesquisa qualquantitativa, pois teve como um dos objetivos elaborar indicadores quantitativos sobre os impactos das ações públicas na gestão dos impactos dos megaempreendimentos e definir qualitativamente o grau de aplicação destes às teorias de Desenvolvimento.

O estudo identificou meios específicos para a coleta de dados, no entanto, pesquisas bibliográficas e documentais foram imprescindíveis, dada a necessidade de compreender os aspectos de formação socioeconômica do município de Itaguaí. Logo, primeiro passo foi a pesquisa bibliográfica; segundo passo, a pesquisa documental; terceiro passo foi a pesquisa de campo, utilizando instrumentos de coleta de dados que foram aplicados aos atores responsáveis pelas ações públicas e/ou agentes do mercado ou da sociedade civil, e o quarto passo foi a análise destes resultados comparando com os indicadores do DTS.

A pesquisa bibliográfica delimitou a literatura sobre os seguintes temas: Desenvolvimento local/territorial/ DTS; Ações e políticas públicas; Indicadores de análises socioeconômicas; Indicadores de análise multidimensionais para desenvolvimento local; Participação Social, Gestão Social e Controle Social; Desenvolvimento Multidimensional. A pesquisa documental contribuiu para mapear as ações do poder público municipal. A pesquisa telematizada buscou dados disponíveis para o município nos sites dos municípios, IBGE, FIRJAN, Controladoria do Estado e da União, PDS da bacia de Sepetiba - RJ entre outros, além de dados sobre IDH-M e IFD-M, respectivamente no Censo IBGE (vários anos) e no site da FIRJAN.

A pesquisa de campo consistiu na segunda etapa da pesquisa, quando foram feitas visitas nas secretarias municipais e aos conselheiros municipais. Foi utilizado o suporte de um questionário base, elaborado

ao longo do período de análise bibliográfica, e utilizado, na forma de guia em entrevistas estruturadas para a obtenção de dados no que tange às ações dos poderes públicos e suas opiniões acerca de temas relacionados aos indicadores citados e sobre a gestão de impactos de megaempreendimentos (vide referencial teórico supracitado). A pesquisa tem como norte a pesquisa quantitativa, porém dados qualitativos serão utilizados quando necessários no desenvolvimento de análises e interpretações específicas.

No início do ano de 2020, com o surgimento da pandemia do Covid-19 e a impossibilidade de realizar atividades presenciais, o Colegiado BIG4 buscara novos meios de continuar com as atividades de aproximação com os membros e os territórios, e assim, formula-se o projeto “Bate-Papo com o Colegiado BIG”, onde diversas lideranças territoriais expunham suas demandas, conflitos e necessidades, e a partir daí, percebeu-se a necessidade de formalizar estas demandas. Então, inspirado no Pacto Pelo Mar do Rio de Janeiro⁵, surge em 2020, o Pacto pela BIG, e como instrumento de formalização, a “Carta Pela BIG”, a fim de relacionar e cobrar as demandas das comunidades do território da Baía da Ilha Grande.

Para formação da “Carta Pela BIG”, foram realizadas 4 oficinas pela Equipe PEPEDT⁶ em conjunto com o Colegiado BIG, intituladas respectivamente: i) “Agenda 2030 e Sustentabilidade”; ii) “Gestão e Controle Social, Participação e Ações Alcançadas”; iii) “Território e Redes”; iv) “Perspectivas de um Pacto para a Baía da Ilha Grande”. E assim, como um dos resultados destas oficinas, obteve-se a relação entre os ODS’s (vide Figura 5) e o processo de Gestão Territorial, como pode-se observar na Figura abaixo:

4 Colegiado Territorial Rural da Baía da Ilha Grande-RJ, instância articuladora do território, o qual amos autores fazem parte.

5 O Pacto Pelo Mar pode ser entendido como uma coalizão estadual com 80 instituições signatárias em apoio da agenda de políticas costeiras referentes a Agenda 2030 no território costeiro do Estado do Rio de Janeiro.

6 Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas-PEPEDT/UFRRJ. Programa o qual ambos os autores fazem parte (o segundo autor sendo coordenador).

FIGURA 1 - ODS como parte de um processo de Gestão Territorial.

Eixos / Organizações	Administração municipal	Articulação territorial	Extensão universitária	Organização social	Objetivos, resultados esperados
Segurança alimentar, agroecologia e território	ODS 2 – Fome zero	ODS 15 – Vida terrestre	ODS 13 – Ação contra a mudança do clima	ODS 12 – Consumo e produção responsável	ACESSAR sólido a os recursos
Identidade, cultura e educação	ODS 11 – Cidades sustentáveis	ODS 1 – Erradicação da pobreza	ODS 4 – Educação de qualidade	ODS 5 – Igualdade de gênero	INCLUIR nas lutas e produção de saberes
Saneamento, resíduos, saúde	ODS 3 – Saúde e bem estar	ODS 6 – Água potável e saneamento	ODS 14 – Vida nas águas	ODS 7 – energia limpa e acessível	CUIDAR da vida controlando riscos
Participação, organização, política	ODS 16 – Paz, Justiça e instituições eficazes	ODS 9 – Indústria, inovação e infraestrutura	ODS 8 – Trabalho descente e crescimento	ODS 10 – Redução das desigualdades	PACTUAR e gerenciar uso dos recursos
Monitoramento					ODS 17 – Parcerias e meios de implementação

Fonte: LIMA, 2020, p. 34, apud Equipe PEPEDT (2020).

Exemplificadas as relações territoriais vide figura acima, buscou-se relacionar com a estruturação das entrevistas com os Conselheiros Municipais. A elaboração das questões foi feita a partir dos indicadores presentes na Figura 6, de modo que os dados fossem organizados em uma escala de Likert⁷, e assim, utilizar dados qualitativos de forma quantitativa, contribuindo para a elaboração de gráficos. As perguntas a seguir compunham o questionário:

QUADRO 1 - Elaboração de Perguntas de Questionário

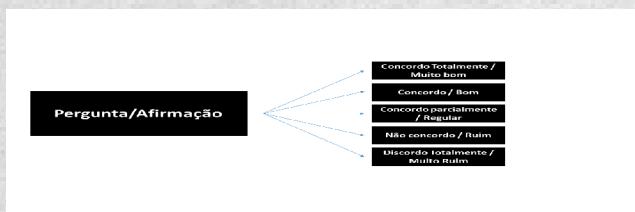
PERGUNTA	Temática/motivo	INDICADOR
1. Qual é o seu nome?		
2. Você faz parte de qual conselho?	Identificação	Identificação
3. Considera que o conselho que você faz parte sobre com informações passadas de maneira inadequada pelos órgãos públicos?	Assimetria de informação	
4. Considera que os conselheiros têm um papel fundamental de conscientização da população?	Participação social, trocas de saberes, redes	
5. Qual é o motivo de disseminação de informação mais eficiente para um conselheiro?	Divulgação de reuniões, assembleias, etc	Criação Social e Governabilidade
6. Considera que há consenso social na sua localidade? Por que?	Conselhos utilizados como forma de espaço de discussão e participação na formulação de ações	
7. Considera que há consenso territorial (a população do território consegue tomar decisões em favor do território) na sua localidade? Por que?	Conselhos como espaço formador de redes intramunicípios, no sentido de concretizar e aprimorar as relações dos agentes	
8. Você é seu conselho está ciente dos investimentos seguintes (apresenta a lista de empreendimentos constantes neste artigo)	Esteja ciente de que os investimentos são de serem incluídos e durante o processo de inclusão na localidade? Fora a opinião pública na condução do espaço público em seu município?	Criação Territorial
9. Você conhece o processo de instalação destes investimentos na sua localidade?		
10. Você julga estes investimentos e benéficos para a sua localidade? Como? (atrelando os a os campos "Emprego e Renda", "Saúde e Lazer" e "Educação")	Gerador de empregos, aumento da renda real da população, inclusão da população local no mercado de trabalho, ampliação do sistema de saúde e sanitários, ampliação do número de vagas e da qualidade escolar	Inclusão Econômica, Sustentabilidade e Bem-estar
11. Você considera que estes investimentos tem algum ponto negativo? (atrelando os a os 6 indicadores)	Para cada indicador: Criação Social, Criação territorial, Governabilidade, Sustentabilidade, Inclusão econômica, Bem-estar	Todos
12. Você considera estes investimentos promovem desenvolvimento econômico? (atrelando os a os 6 indicadores)	Para cada indicador: Criação Social, Criação territorial, Governabilidade, Sustentabilidade, Inclusão econômica, Bem-estar	Todos
13. Você considera que a distribuição de renda na sua localidade éiciente?	Este distribuição de renda ajusta para as classes sociais? Parem políticas públicas voltadas à equidade de renda no município?	Inclusão Econômica
14. Existem ações públicas e/ou particulares voltadas à promoção da cultura, lazer, esportes, etc? Quais ações públicas você crê que a sua localidade mais necessita?	O aporte de investimentos e do aumento das recaídas resultou no aumento da qualidade de vida e lazer da população?	Bem-estar
15. Você considera estes investimentos sendo incluídos ou não?	O processo foi dialógico? O benefício foi distribuído dentro as diversas áreas do município? Você está satisfeito com o poder público vigente?	
16. Qual a sua opinião sobre o poder público vigente na sua localidade?		Criação Social, Governabilidade e Sustentabilidade

Fonte: LIMA, 2020, p. 34.

7 A escala de Likert é uma metodologia estatística que visa estabelecer uma relação de concordância ou não com determinada questão, sendo normalmente atrelada à um nível de satisfação. Nesta pesquisa ela foi elaborada de modo a atender 5 níveis de satisfação (1 - Totalmente Satisfierto; 2 - Satisfierto; 3 – Moderadamente Satisfierto; 4 – Insatisfierto; 5 – Totalmente Insatisfierto) adaptados a cada questão cabível.

Para cada uma destas perguntas foi estabelecido um nível de concordância de Likert (Figura 2):

FIGURA 2 - Níveis de Concordância Likert



Fonte: LIMA, 2020, p. 36.

E a partir daí, após a aplicação do questionário nas entrevistas, construiu-se uma base de dados a ser utilizada na análise.

3.2. SELEÇÃO DE SUJEITOS

A seleção de sujeitos (conselheiros municipais) foi construída a partir de ações formadas pelo PEPEDT-UFRRJ e do Colegiado BIG, que ocasionaram a formação de redes com diversos atores sociais componentes destes conselhos. A partir destas redes foi realizado um recorte nos conselhos municipais dentre os existentes em Itaguaí, e assim foram utilizados 5 neste artigo, englobando assim, algumas das principais dimensões das políticas públicas estabelecidas na Constituição Federal Brasileira de 1988.:

COMSAI – Conselho Municipal de Saúde de Itaguaí

CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social

CMDPI – Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa

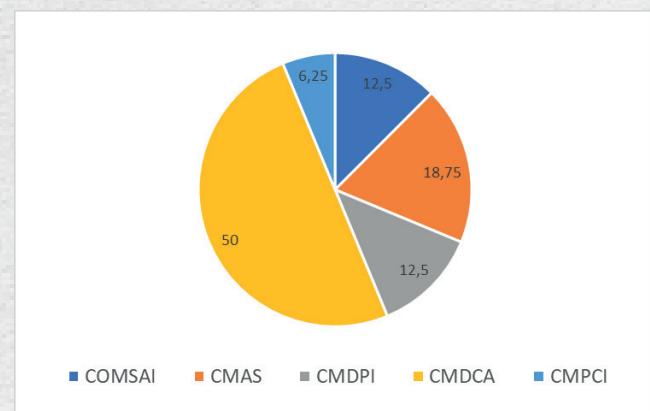
CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

CMPCI – Conselho Municipal de Política Cultural de Itaguaí

Este recorte foi realizado devido à aproximação temática destes conselhos com o referencial teórico utilizado neste trabalho, além da aproximação existente entre os conselheiros destes conselhos e o

pesquisador. Sendo assim, 16 Conselheiros Municipais participaram das entrevistas, sendo o perfil percentual distribuído por cada conselho da seguinte forma:

GRÁFICO 1 - Distribuição percentual dos participantes por Conselho Municipal de Itaguaí



Fonte: LIMA, 2020, p. 37.

3.3. PROPOSTA METODOLÓGICA

Assim, buscou-se estabelecer uma relação entre a implementação dos megaempreendimentos, a opinião dos conselheiros municipais (todos atuantes do município de Itaguaí), os indicadores do DTS, do Desenvolvimento Multidimensional, da Gestão Social, do Controle Social e a evolução dos Índices de Desenvolvimento (IDH-M e IFD-M) em Itaguaí para verificar se houve desenvolvimento no município.

4. ANÁLISE

4.1. CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO MUNICÍPIO

4.1.1. DINÂMICA POPULACIONAL E SOCIOECONÔMICA

A configuração atual do município de Itaguaí é tal que se localiza a 69km de distância da capital do Estado, é o município mais populoso de sua microrregião, e o 25º do

estado, além disso, seu IDH-M é considerado alto pelo PNUD e IBGE. O PIB Nominal de Itaguaí, segundo o IBGE 2014 foi de 7,977 Bilhões de Reais, representando 20,9% de participação na sua microrregião⁸ e 1,2% no total do Estado do Rio de Janeiro.

Pode-se observar, na Tabela 1 abaixo, alguns dados socioeconômicos do município de Itaguaí:

TABELA 1 - Dados Socioeconômicos do Município de Itaguaí-RJ

Itaguaí	
Área Territorial	282,606 km ² [2019]
População estimada	134.819 pessoas [2020]
Densidade demográfica	395,45 hab/km ² [2010]
Escolarização 6 a 14 anos	97,6 % [2010]
IDHM Índice de desenvolvimento humano municipal	0,715 [2010]
Mortalidade infantil	15,86 óbitos por mil nascidos vivos [2017]
Receitas realizadas	474.597,12207 R\$ (>1000) [2017]
Despesas empenhadas	544.374,1086 R\$ (>1000) [2017]
PIB per capita	61.819,73 R\$ [2017]

Fonte: CIDADES E ESTADOS, IBGE. Disponível em:<<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/itaguaí.html>>. Acesso em 13/11/2020.

Nas Tabelas 2 e 3, a continuação, uma vez que esta é uma análise que perpassa por indicadores relacionados principalmente à indústria, descreve-se a dinâmica da participação industrial no PIB do município de Itaguaí, comparando-o com as regiões da "Baixada I"⁹ e do Estado do Rio de Janeiro.

TABELA 2 - PIB Nominal do Município de Itaguaí por setores econômicos em comparação a Região da Baixada I e do Estado do Rio de Janeiro

PIB Nominal Itaguaí em comparação à Baixada I* por setores econômicos (R\$ milhões a preços constantes de 2014)								
Município	Indústria	Serviços	Adm. Pública	Agropecuária	Impostos	PIB 2014	Participação do PIB na Região	Participação do PIB no Estado
Itaguaí	1738,00	4645,00	962,00	16,00	615,00	7977,00	20,9%	1,2%
Região da Baixada I	3814,00	19301,00	9824,00	65,00	3170,00	38175,00	100%	5,7%
Estado do RJ	171684,00	301915,00	102899,00	2841,00	91738,00	671077,00		

Fonte: FIRJAN, 2017, p.7 - Retratos Regionais Baixada Fluminense – Área 1

TABELA 3 - Composição e Participação dos Setores na Economia de Itaguaí-RJ em comparação com a região da Baixada I e do Estado do Rio de Janeiro

Participação dos Setores na Economia de Itaguaí - 2014					
Município	Indústria	Serviços	Administração Pública	Agropecuária	Impostos
Itaguaí	21,8%	58,2%	12,1%	0,2%	7,7%
Baixada I	15,2%	50,6%	25,7%	0,2%	8,3%
Estado do RJ	25,6%	45,0%	15,3%	0,4%	13,7%

Fonte: FIRJAN, 2017, p.7 - Retratos Regionais Baixada Fluminense – Área 1

4.1.2. MEGAEMPREENDIMENTOS NO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ

Abaixo estão listados alguns dos principais megaempreendimentos realizados no município, e que contribuíram para colocar Itaguaí no topo dos municípios que mais receberam investimentos externos na América Latina nos últimos anos.

8 A microrregião citada é a da Baixada Fluminense, Área 1

9 A Região da Baixada I, de acordo com a Firjan, Retratos Regionais da Baixada Fluminense Área 1, ano 2014, compreende os municípios de Itaguaí, Japeri, Mangaratiba, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados e Seropédica.

QUADRO 2 - Megaempreendimentos no município de Itaguaí (RJ).

Principais Investimentos nas Cidades de Itaguaí-RJ e Seropédica-RJ segundo a FIRJAN e elaboração própria				
Investimento	Sector	Município	Objetivo	Valor (R\$ em bilhões)
CSN - Plataforma a Logística em Itaguaí	Transporte/Logística	Itaguaí	Expansão/Modernização	3,7
Porto do Sudeste	Transporte/Logística	Itaguaí	Implantação	1,1
Gerdau - Terminal Portuário	Transporte/Logística	Itaguaí	Implantação	0,6
Total do período				5,4
Período de 2012/2014				
Investimento	Sector	Município	Objetivo	Valor (R\$ em bilhões)
PROSUB	Construção Naval	Itaguaí	Implantação e Construção de Embarcações	5,2
Terminal da Usiminas em Itaguaí	Transporte/Logística	Itaguaí	Implantação	1,9
Porto de Itaguaí	Transporte/Logística	Itaguaí	Implantação e Expansão/Modernização	1,3
Porto do Sudeste	Transporte/Logística	Itaguaí	Implantação	1,3
Investimentos CEDAE	San esamento Básico	Vários	Implantação e Expansão/Modernização	0,6
Total do período				9,7
Período de 2014/2016				
Investimento	Sector	Município	Objetivo	Valor (R\$ em bilhões)
Prosub	Construção Naval	Itaguaí	Implantação e Construção de Embarcações	7,7
Investimentos da Cedae	San esamento Básico	Vários	Implantação e Expansão/Modernização	0,9
Investimentos da SuperVia	Transporte/Logística	Vários	Modernização	0,3
Via Light	Transporte/Logística	Vários	Implantação	0,2
Arco Metropolitano	Transporte/Logística	Vários	Implantação	0,2
Total do período				9,3
Período 2016/presente				
Investimento	Sector	Município	Objetivo	Valor (R\$ em bilhões)
Porto de Itaguaí - construção do canal derivativo	Transporte/Logística	Itaguaí	Implantação e Expansão/Modernização	0,04
Ampliação do SAA	San esamento Básico	Itaguaí/Seropédica	Implantação e Expansão/Modernização	0,6
Total do período				0,64

Fonte: LIMA, 2020, p. 18.

Estes investimentos, em grande parte voltados para a atividade portuária e naval de modo geral, deram-se, principalmente, pela posição privilegiada do município de Itaguaí e do Porto de Itaguaí (antigo Porto de Sepetiba) para o escoamento da produção industrial do Estado do Rio de Janeiro, estando próximo à vários complexos industriais, como o de Santa Cruz (Bairro do Rio de Janeiro), e os dos municípios de Queimados, Seropédica, Nova Iguaçu, Paracambi, e demais da região. Além disso, a construção do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro, que liga o município de Itaboraí ao município de Itaguaí, passando por mais 6 municípios (além dos dois citados), interferiu de forma significante na logística industrial da região, configurando mais importância ainda ao Porto de Itaguaí. Abaixo demonstra-se o fluxo criado para Itaguaí.

FIGURA 3 - Mapa do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro



Fonte: TINOCO, 2019, p.1.

Neste município, os empreendimentos ocupam uma parcela territorial significante, principalmente quando comparada a região central do município, como pode se observar na figura abaixo:

FIGURA 4 - Mapa Industrial de Itaguaí-RJ



Fonte: Instituto Pereira Passos (IPP) – Prefeitura do Rio de Janeiro, 2015; CODIN, 2016; ALCANTARA, 2011 e Decreto Municipal No 3158/81, apud IKEDA JR, 2017, p. 42.

Devido ao tamanho físico e econômico destes empreendimentos, como observado nas figuras acima, esperava-se que acarretasse em grande desenvolvimento da localidade, porém isto somente iria ocorrer caso este aporte fosse gerido de acordo com os preceitos do DTS e da Participação Social, explicados abaixo.

4.2. EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

4.2.1. CRESCIMENTO ECONÔMICO X DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

De maneira geral, o desenvolvimento teve sua origem na ciência econômica: preliminarmente, Adam Smith (1776), Thomas Malthus (1798), David Ricardo (1817) e Karl Marx (1867) têm em suas teorias o desenvolvimento como um dos principais fatores para a consolidação de um sistema econômico.

Em *A Riqueza das Nações* (1776), Adam Smith preconizava que o desenvolvimento só seria possível quando os agentes fossem capazes de satisfazer seus interesses individuais de forma a serem espontâneos. Para ele, o desenvolvimento chegaria à partir do princípio de que todo Homem é movido pelo desejo do lucro, e logo, passaria a produzir mais excedente, e esta ação em reprodução levaria ao benefício pleno para a sociedade: ao desenvolvimento.

O desenvolvimento era então entendido como a forma primitiva de acumulação de capital, ou seja, o enriquecimento, de modo a satisfazer determinados interesses, e se todos os agentes conseguissem realizar esta acumulação, a economia então iria se desenvolver.

Tendo esta teoria se aflare durante a Primeira Revolução Industrial, a visão era voltada para o aumento da produtividade individual, o que culminaria no aumento da produtividade total e por consequência, dos lucros, levando a um aumento da renda per capita e total na economia, aumentando a satisfação do agente e levando ao desenvolvimento, ou seja, a soma das relações de bem-estar individuais levaria ao bem-estar total da economia. Atenta-se para esta visão como cíclica, uma vez que quanto maior fosse a satisfação do agente, maior seria sua produtividade. O papel do Estado, para Smith, seria o de garantir as liberdades individuais dos agentes.

Aqui tem-se uma visão muito mais individualista do processo de desenvolvimento, sendo então entendido como uma reação cumulativa, onde cada agente isoladamente contribui para a

geração deste desenvolvimento. A definição de Smith atenta para o desenvolvimento como decorrente do crescimento econômico.

Malthus (1798) traz uma visão mais macroeconômica, no sentido de que a relação do desenvolvimento dependeria não somente das ações individuais, mas também da acumulação do capital, do tamanho da população, da relação entre a produção de alimentos e o tamanho da população (podendo ocorrer desencontros, ocasionando na não satisfação das necessidades humanas), e da fertilidade deste solo.

Malthus busca as causas favoráveis para o crescimento da produção. Segundo ele estas seriam: Acumulação do capital, fertilidade do solo e invenções para economizar trabalho. O equilíbrio dinâmico em uma economia em crescimento requer determinadas proporções que equilibrem a oferta e a demanda. Como valores necessários que Malthus assume para que haja um desenvolvimento, estão principalmente aqueles ligados ao controle da população (fator o qual, Malthus enfatiza durante a sua obra). Os salários caem com um aumento da população, esse aumento ocorre por causa da ignorância, da falta de liberdade política e civil e da opressão. (FILHO, 2004, p.10).

Ricardo (1817) traz uma perspectiva de que a taxa de lucro dos capitalistas controlava o nível de investimento realizado na economia, de modo que quanto maior fosse a taxa de lucro, maior seria o percentual investido, e por consequência, o desenvolvimento da economia. Ele também traz a relação salarial como fator determinante do investimento, visto que, como os capitalistas investem dependendo de seus lucros, quanto maior forem os salários pagos, menor será esse lucro, logo, os salários pagos não poderiam estar acima do seu valor natural¹⁰, se não, o “desenvolvimento” estaria comprometido. Um outro fator importante é o limite do crescimento dado por ele.

Como a economia era majoritariamente rural, o limite do crescimento econômico, para Ricardo, se daria no esgotamento das terras férteis, e que assim que a atividade

10 O valor natural dos salários, para Ricardo, seria o garantidor das condições mínimas do ser humano (o que na época era basicamente alimentação).

econômica fosse se expandindo para terras menos férteis (e/ou inférteis), os rendimentos da produção se tornariam progressivamente decrescentes. Esta lógica é conhecida como “Lei dos Rendimentos Decrescentes” de Ricardo.

As visões citadas até então descrevem uma lógica onde o individualismo era predominante, e o crescimento econômico seria dado principalmente por questões relacionadas à renda.

Em Marx (1867), começa-se a deslumbrar uma visão menos individualista da produção, no sentido que as relações sociais tomam mais importância que as individuais, contrariando principalmente a teoria de Smith, e implementando visões como a do “poder de barganha” na relação de tomada salarial, onde não mais o mercado regularia os salários, mas sim as relações entre o assalariado e o capitalista. O limite das teorias anteriores, para Marx, se daria no sentido de a competição não ser “justa”, e logo, algumas áreas da produção se tornarem restritas à outros agentes.

O aperfeiçoamento está intrinsecamente ligado com a acumulação do capital, pois capitais de pequeno porte não podem atingir determinados níveis de aperfeiçoamento, logo os capitais atingem determinados estágio onde torna-se impossível a entrada de outros capitalistas, acabando com o sistema concorrencial, e fazendo ao mesmo tempo com que uma oferta crescente, devido ao aperfeiçoamento dos processos produtivos, encare uma demanda decrescente (já que haveria uma insuficiência de demanda gerada pelo desemprego causado pelos meio de produção aperfeiçoados) , o que gera, obviamente, um excesso de oferta e portanto condene as empresas, e num nível global, o próprio sistema capitalista. Conseqüentemente a economia não cresce num longo prazo, ela se modifica, pois haveria um choque entre duas classes (aqui está mais uma vez uma demonstração da dialética a da abstração utilizada por Marx), a dos detentores de capital e a dos trabalhadores. (FILHO, 2004, p.20)

Sendo assim, o desenvolvimento econômico para Marx se daria pela regulação entre socialistas e capitalistas. Para a nossa

análise, o principal ponto da teoria de Marx é o início da visão social, não individualista, como geradora e mantenedora do desenvolvimento. A partir daí vários outros teóricos amadureceram a visão de crescimento e desenvolvimento econômico, como Schumpeter (1921), que incrementa a visão da inovação tecnológica como fator crucial no aumento da produtividade e na melhoria das condições do trabalho, Lewis, que relaciona o desenvolvimento a uma alteração da nos comportamentos social e individual, dentre outros.

Em 1972 foi realizada a Conferência de Estocolmo, um importante marco para a evolução do conceito de Desenvolvimento, onde reuniram-se diversas pessoas de diferentes países com o objetivo de discutir e elaborar metas para a questão ambiental, sendo a primeira grande conferência deste tema a ser realizada com importância global. Neste mesmo ano, Dennis Meadows, unido à outros pesquisadores, trouxeram a tona o estudo “Limites do Crescimento” no Clube de Roma¹¹, onde formalizavam uma série de teorias e consideravam estudos anteriores, trazendo a discussão da importância da questão ambiental nas relações econômicas, a fim de alertar os líderes mundiais acerca das decisões a serem tomadas à partir daquele momento.

As teses e conclusões básicas do grupo de pesquisadores coordenado por Dennis Meadows (1972:20) são: 1. Se as atuais tendências de crescimento da população mundial, industrialização, poluição, produção de alimentos e diminuição de recursos naturais continuarem imutáveis, os limites de crescimento neste planeta serão alcançados algum dia dentro dos próximos cem anos. O resultado mais provável será um declínio súbito e incontrolável, tanto da população quanto da capacidade industrial; 2. É possível modificar estas tendências de crescimento e formar uma condição de estabilidade ecológica e econômica que se possa manter até um futuro remoto. O estado de equilíbrio

11 O Clube de Roma é um grupo de pessoas ilustres que se reúnem para debater um vasto conjunto de assuntos relacionados a política, economia internacional e, sobretudo, o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável. Foi fundado em 1968 por Aurelio Peccei e Alexander King.

global poderá ser planejado de tal modo que as necessidades materiais básicas de cada pessoa na Terra sejam satisfeitas, e que cada pessoa tenha igual oportunidade de realizar seu potencial humano individual; 3. Se a população do mundo decidir empenhar-se em obter este segundo resultado, em vez de lutar pelo primeiro, quanto mais cedo ela começar a trabalhar para alcançá-lo, maiores serão suas possibilidades de êxito.

Para alcançar a estabilidade econômica e ecológica, Meadows et al. propõem o congelamento do crescimento da população global e do capital industrial; mostram a realidade dos recursos limitados e rediscutem a velha tese de Malthus do perigo do crescimento desenfreado da população mundial. (BRUSEKE, 1995, p. 29)

A partir destas conferências, e das que se seguiram, relacionadas ao tema, o mundo passou a ter uma noção mais coletiva do desenvolvimento, afastando-o das relações individualistas e trazendo uma visão mais humanizada, conjunta e liderada por ações coletivas. Surge a visão do Ecodesenvolvimento, e em seguida do Desenvolvimento Sustentável, onde o crescimento econômico é, não a única, mas sim uma das diversas vertentes compreendidas no conceito de desenvolvimento.

Em 1992 ocorreu a Eco-92, na cidade do Rio de Janeiro, onde reuniram-se mais de 35 mil pessoas de mais de 178 países, com o objetivo de diminuir a degradação ambiental e social causada pela atividade econômica, e buscar novos horizontes para a produção à nível mundial. Um marco da Eco-92, como ficou conhecida a conferência, foi a assinatura da Agenda 21, documento de 40 capítulos que foi assinado pelas lideranças mundiais afim de estabelecer ações sobre diversos temas, como: dimensão social e econômica; pobreza; consumo; sustentabilidade; desenvolvimento sustentável; saúde; meio ambiente; atmosfera; ecossistema; desertificação e seca; agricultura e agricultores; desenvolvimento rural; diversidade biológica; biotecnologia; recursos vivos; mares e oceanos; aproveitamento; gestão ecológica; mulher; infância e juventude; populações tradicionais; ONG's; trabalhadores e sindicatos; comércio; indústria; comunidade

científica e tecnológica; financiamento; tecnologia ecológica sustentável; educação; conscientização; cooperação; acordos internacionais; dentre outros, envolvendo assim diferentes dimensões da vida humana.

Em 2000, durante a realização da Cúpula do Milênio, reunião promovida pela Organização das Nações Unidas, em Nova York, líderes de 189 países assinaram o documento chamado Declaração do Milênio, a fim de erradicar a fome e a extrema pobreza do mundo até 2015. Neste documento foram elaborados 8 objetivos, denominados Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM), abrangendo ações específicas de combate à fome e à pobreza, associadas à implementação de políticas de saúde, saneamento, educação, habitação, promoção da igualdade de gênero e meio ambiente, além de medidas para o estabelecimento de uma parceria global para o desenvolvimento sustentável. Para estes objetivos foram elaboradas 21 metas globais, acompanhadas por um conjunto de 60 indicadores. Estas metas, em sua grande maioria, tinham como horizonte temporal de 1990 até 2015.

Em setembro de 2015, representantes de 193 Estados-membros da ONU se reuniram em Nova York para dar continuidade aos objetivos tratados na Agenda 21, e formalizaram assim a assinatura da Agenda 2030. Com intenções semelhantes aos do ODM, porém mais trabalhadas, são indicados 17 objetivos, denominados Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), e 169 metas distribuídas dentre estes objetivos.

FIGURA 5 - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)



Fonte: Site do PPGCS/FURG (Disponível em < <https://ppgcs.furg.br/agenda-2030>> Acesso em 22/11/2020).

Demonstrando as principais dimensões e metas que deveriam guiar os processos de tomada de decisão a nível mundial. Vale ressaltar que a discussão acerca de um desenvolvimento “mais sustentável”, mesmo ganhando importância mundial no decorrer dos anos, ainda conta com um déficit de ações mais efetivas por parte de alguns Estados/Nações, sendo em alguns lugares o apoio às causas do desenvolvimento utilizados apenas como atrativos à novos investimentos, ao favorecimento de políticas industriais e/ou de relações com outros países que se utilizam das metas da Agenda 2030 e dos ODS's.

4.2.2. DESENVOLVIMENTO MULTIDIMENSIONAL E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

Em Desenvolvimento Incluente, Sustentável, Sustentado (2004), Sachs assume o compromisso de revisitar o conceito de desenvolvimento humano no cenário da globalização do século XXI, adotando a concepção do desenvolvimento dividido em três aspectos: social (incluir), ambiental (sustentável) e econômico (sustentado). No cenário conturbado entre a queda do neoliberalismo com os contornos do Consenso de Washington e o fim do socialismo real, Sachs expõe que crescimento econômico não é necessariamente sinônimo de desenvolvimento, embora ele seja necessário para a consecução do desenvolvimento, ou seja, tem-se uma visão muito mais ampliada do processo de desenvolvimento, estabelecendo-o como uma relação em redes e cadeias, onde as atitudes dos agentes estão diretamente interligadas, tornando-se coletivas, e assim, o desenvolvimento dar-se-á de forma muito mais abrangente.

Os artigos de Sachs nos apresentam os pressupostos para os seguintes questionamentos: Será que é possível pensar em sustentabilidade na vigência de um sistema capitalista de mercado? Nessa perspectiva de sustentabilidade sem uma mudança estrutural, os grupos menos

favorecidos que praticam a conservação e utilizam os recursos naturais para seu sustento estarão na mesma posição, comparado a outros grupos sociais que não praticam estes atos sustentáveis no seu dia a dia? Levando em conta esses elementos, se faz necessário muita reflexão para conseguir propor alguma solução prática para o problema da desigualdade social, que talvez seja um dos principais obstáculos para que se instaure um padrão de desenvolvimento próximo ao que se pretende chamar de sustentabilidade, tomando como referência, principalmente, os critérios dos ODM.

Para Perico (2009) o Desenvolvimento Territorial Sustentável está atrelado às manifestações de determinadas dimensões, e somente a união delas pode definir, ou se aproximar do desenvolvimento territorial sustentável. São estas manifestações: Coesão Social, Coesão Territorial, Sustentabilidade, Governabilidade, Inclusão Econômica e Bem-Estar. Tomam-se as cinco dimensões definidas pelo autor como indicadores de Desenvolvimento Territorial Sustentável, sendo estes conceitos definidos à seguir:

Coesão Social: fortalecimento dos laços interpessoais a fim de favorecer e capacitar o potencial de equidade dos direitos e obrigações cidadãs.

Coesão Territorial: refere-se a capacidade da população de um território ter densidade nas relações interpessoais para definir suas políticas, suas estratégias em função de seus próprios recursos e interesses territoriais.

Sustentabilidade: as atividades econômicas atuais não podem colocar em risco o bem comum nem as atividades econômicas futuras.

Governabilidade: refere-se a capacidade dos poderes públicos em agir com objetivos e propósitos de desenvolvimento local.

Inclusão Econômica: é a capacidade pelo qual o desenvolvimento local inclui a população economicamente ativa em suas atividades de modo contínuo e permanente.

Bem-estar: o desenvolvimento do local melhora as condições de vida da população agregando infraestrutura, saneamento,

instituições de saúde e de educação. E a partir destes, pode-se estabelecer uma relação entre o modelo social atual e seu ideal.

A gestão social visa a participação conjunta da sociedade e do poder público na construção das decisões acerca da localidade. Não deve haver atores hegemônicos ou superiores nos processos decisórios, fazendo com que a participação destes atenda ao máximo as demandas sociais. Considerando as definições de Perico (2009), buscou-se, no quadro seguinte, organizar as dimensões em indicadores para o DTS.

QUADRO 3 - Indicadores do DTS- Desenvolvimento Territorial Sustentável

CONCEITOS	DEFINIÇÃO	INDICADORES
Cohesão Social	Congruência da população local, ou seja, consiste no fortalecimento de seus laços interpessoais a fim de favorecer e capacitar o potencial de equidade dos direitos e obrigações cidadãs	Existência de espaços institucionais de discussão
Cohesão Territorial	Refere-se à capacidade da população de um território de ter densidade nas relações interpessoais para definir suas políticas e estratégias em função de seus próprios recursos e interesses territoriais, principalmente nos processos de tomada de decisão	Participação social na formulação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas
Governabilidade	Refere-se à capacidade dos poderes públicos em agir com objetivos e propósitos do desenvolvimento local e da participação social	Eduacional Legislativa Essencial à Justiça Cultural
Sustentabilidade	As atividades econômicas atuais não podem colocar em risco o bem comum nem as atividades econômicas das futuras gerações	Existência de áreas de proteção ambiental Consumo industrial e doméstico de substâncias destruidoras da camada de ozônio e da Baía de Sepetiba
Inclusão Econômica	É a capacidade pelo qual o desenvolvimento local inclui a população econômica metade ativa em suas atividades de modo contínuo e permanente	Políticas de incentivo à pesca local Emprego&Renda PIB Investimento IFGF População Cultura Desporto e Lazer Saneamento Transporte
Bem estar	O desenvolvimento local deve melhorar as condições de vida da população agregando infraestrutura em diversas áreas	

Fonte: Fonte: LIMA, 2020, p. 28.

Diante da complexidade das atuais relações socioprodutivas, não é possível analisar quaisquer dos conceitos anteriores isoladamente. O processo de desenvolvimento se dá por meio de uma teia produtiva que engloba todos os fatores sociais e econômicos, demonstrando assim suas múltiplas dimensões. Sendo assim, o Estado necessita de um mecanismo de aproximação do controle social, tanto no que diz respeito aos âmbitos do próprio Desenvolvimento Territorial Sustentável, quanto no que diz respeito à formação do aparelho regulatório.

Tenório (1990) indica que a participação é uma prática social formadora de políticas, com o objetivo de confrontar saberes. Assim, deve-se entender como os grupos locais estão envolvidos na dinâmica da solução dos problemas locais e como estes grupos

buscam articular soluções junto aos poderes públicos.

4.2.3. IDH-M E IFD-M

O IDH foi criado pelo PNUD (Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento), e no Brasil, é calculado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). O IDH-M é uma variação do IDH, onde são explorados individualmente os dados municipais. O IDH-M é então um índice de desenvolvimento municipal, composto por três indicadores base, sendo: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1, sendo quanto mais próximo de 1, melhor.

A metodologia de cálculo do IDH-M é tal que:

O IDHM é um índice composto que agrupa 3 das mais importantes dimensões do desenvolvimento humano: a oportunidade de viver uma vida longa e saudável, de ter acesso ao conhecimento e ter um padrão de vida que garanta as necessidades básicas, representadas pela saúde, educação e renda.

Vida longa e saudável é medida pela expectativa de vida ao nascer, calculada por método indireto a partir dos dados dos Censos Demográficos do IBGE. Esse indicador mostra o número médio de anos que as pessoas viveriam a partir do nascimento, mantidos os mesmos padrões de mortalidade observados no ano de referência.

Padrão de vida é medido pela renda municipal per capita, ou seja, a renda média de cada residente de determinado município. É a soma da renda de todos os residentes, dividida pelo número de pessoas que moram no município - inclusive crianças e pessoas sem registro de renda. Os dados são do Censo Demográfico do IBGE.

Os três componentes acima são agrupados por meio da média geométrica, resultando no IDHM. (PNUD, 2021. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idhm.html>. Acesso em 14/03/2021).

O IFD-M é o Índice Firjan de desenvolvimento Municipal, que é calculado anualmente pela FIRJAN utilizando dados oficiais disponíveis. Este estudo busca analisar todos os municípios brasileiros à partir de três principais áreas, sendo: Emprego&Renda, Educação e Saúde. O índice também varia

de 0 a 1, sendo quanto mais próximo de 1, melhor. A metodologia do IFD-M é tal:

Sua metodologia possibilita determinar, com precisão, se a melhora relativa ocorrida em determinado município decorre da adoção de políticas específicas ou se o resultado obtido é apenas reflexo da queda dos demais municípios. Desde 2014, a metodologia do IFD-M foi aprimorada para captar os novos desafios do desenvolvimento brasileiro para esta nova década. O principal incremento foi situar o Brasil no mundo. A nova metodologia buscou padrões de desenvolvimento encontrados em países mais avançados, utilizando-os como referência para os indicadores municipais. Outro ponto importante foi a atualização de metas e parâmetros nacionais. Neste caso, o ano de referência deixou de ser 2000 e passou a ser 2010. (FIRJAN, 2021. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifdm/>. Acesso em 14/03/2021).

Sendo assim, estes índices serão utilizados nesta análise de modo a explicar a evolução, em números, da economia de Itaguaí-RJ. Lembrando que esta trata-se de uma análise destes itens em conjunto com os indicadores do DTS e da Participação Social, esta última que será explicada abaixo.

4.3. PARTICIPAÇÃO SOCIAL: GESTÃO SOCIAL E CONTROLE SOCIAL

Nos últimos anos, o enfoque da atuação das políticas públicas e de seu papel na condução do desenvolvimento das localidades vem aumentando, a Gestão Social surge como aparato para o entendimento destas relações. A gestão Social é uma teoria que tem suas origens fundamentadas no Brasil, nos anos 90, tendo como principal referência a criação do PEGS (Programa de Estudos em Gestão Social) da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (PEGS/EBAPE/FGV).

O aparato da gestão social é influenciado por teorias nacionais e internacionais, e que trata de temas como a participação, a cidadania, o interesse bem compreendido, a emancipação, a esfera pública e a tomada de decisões coletivas, a cidadania deliberativa, a Dialética Negativa de Adorno, e os Níveis de Consciência de Paulo Freire, o controle social, dentre outros. Segundo Tenório (1998), trata-se de justificar a presença do Estado focalizado, através de políticas sociais e de fomentar, flexibilizando as

relações de trabalho e de produção dos agentes econômicos.

As relações sociais são consideravelmente importantes na Gestão Social. A exposição de problemas cotidianos, das demandas populacionais, das insatisfações populares, dos déficits financeiros, ambientais, e sociais, devem ser os pontos de partida para a elaboração e aplicação das políticas públicas.

(...) no contexto da gestão social orientada pela racionalidade comunicativa, os atores, ao fazerem suas propostas, não podem impor suas pretensões de validade sem que haja um acordo alcançado comunicativamente no qual todos os participantes exponham suas argumentações.⁵ Existe argumento quando os requisitos de validade se tomam explícitos em termos de até que ponto podem ser oferecidas boas razões para eles em lugar da coação ou força. Estes argumentos são expostos através da razão, do conhecimento; portanto, discursivamente. Quem fala expõe suas idéias de maneira racional e quem ouve reage tomando posições motivadas também pela razão. (TENÓRIO, 1998, p. 16).

Logo, revela-se a importância da simetria da informação¹², da transparência das relações interpessoais, da participação social e da representatividade nos locais de discussão pública, da inovação dos meios de disseminação da informação pública, e da dialogicidade. Estes fatores irão contribuir para que a sociedade civil possa exercer certo poder sobre as decisões econômicas e sociais tomadas em sua localidade, este poder é entendido como o controle social. Além disso, a existência dos indicadores das teorias de desenvolvimento explicadas no Referencial Teórico somente será possível caso haja uma gestão municipal que se utiliza da Gestão Social e da Participação Social durante e após o processo de tomada de decisões.

No município de Itaguaí, os Conselhos Municipais vêm atuando como um dos importantes instrumentos de Controle Social, uma vez que aproximam as relações entre poder público, sociedade civil e setor privado, e deveriam ser o espaço de fusão das opiniões e interesses destas

12 Informação simétrica, neste artigo, quer dizer o livre acesso, por parte dos agentes econômicos, às informações existentes sobre determinado conteúdo ou assunto.

vertentes. Neste trabalho, os Indicadores do Desenvolvimento Territorial Sustentável, do Desenvolvimento Multidimensional e da Participação Social foram utilizados na formatação do instrumento metodológico, e a partir deles, na elaboração dos resultados, comparando-os com a evolução do IDH-M e do IFD-M de Itaguaí, demonstrando a importância destes temas para constatar-se ou não o desenvolvimento no município.

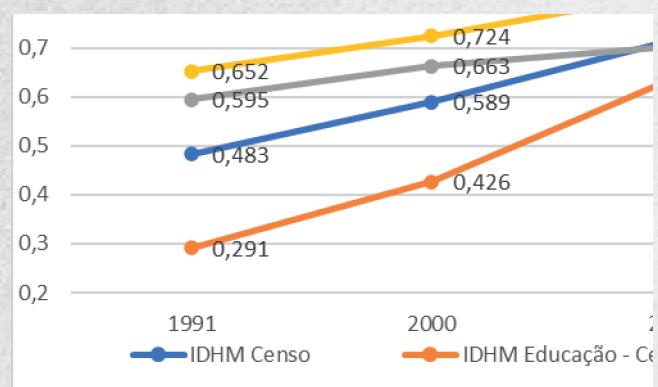
5. RESULTADOS

5.1. IDH-M E IFD-M

Nos Gráficos 1 e 2, descreve-se, respectivamente, a evolução do IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – PNUD) e do IFD-M (Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal – FIRJAN) do município de Itaguaí por subgrupos, tendo como referências os anos¹³ de 1991, 2000 e 2010 para o IDH-M e de 2005, 2010 e 2016 para o IFD-M. estabeleceremos uma análise da evolução histórica-comparativa dos índices.

Os índices de desenvolvimento são de importante análise devido a constatar, ou não, em números e estatísticas, a evolução do desenvolvimento no município ao longo dos anos.

GRÁFICO 2 - Evolução do IDH-M de Itaguaí por subgrupos



Fonte: LIMA, 2020, p. 39, com dados do Censo / Atlas. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/consulta/planilha>

13 Os anos foram escolhidos de forma a demonstrar um panorama antes-durante-atualmente dos empreendimentos (a limitação de dados deu-se pela ausência de pesquisas mais atuais).

De acordo com os dados obtidos, observa-se no gráfico 1 (dados do Censo), elevação em todos os índices de 1991 até 2010, tendo que o IDH-M Renda passou de 0,595 para 0,703 ($\Delta 14$ de +0,108), o IDH-M Educação passou de 0,291 para 0,638 (Δ de + 0,347), o IDH-M Longevidade passou de 0,652 para 0,814 (Δ de 0,162) e o IDH-M Geral, ponderação de todos os anteriores, passou de 0,483 para 0,715, tendo Δ de 0,232. Esta variação é considerada alta se comparada a de outros municípios brasileiros, o que deveria demonstrar um bom desenvolvimento. Abaixo descreve-se esta relação baseada em dados do IFD-M para o mesmo município.

GRÁFICO 3 - Evolução do IFD-M de Itaguaí por subgrupos



Fonte: LIMA, 2020, p. 40, com dados do Atlas BR. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/consulta/planilha>

De acordo com os dados obtidos, observa-se no gráfico 2 (dados da FIRJAN-RJ), elevação em todos os índices de 2005 até 2016, tendo que o IFD-M Emprego & Renda passou de 0,7914 para 0,7294 ($\Delta 15$ de -0,0620), chamando atenção para o pico em 2010 de 0,9328, considerado altíssimo para o índice. O IFD-M Educação passou de 0,5304 para 0,8153 (Δ de + 0,2849), o IFD-M Saúde passou de 0,6311 para 0,7998 (Δ de 0,1687) e o IFD-M Geral, ponderação de todos os anteriores, passou de 0,6510 para 0,7815, tendo Δ de 0,1305. No IFD-M

14 Δ quer dizer variação

15 Δ quer dizer variação

vale atentar para a desaceleração do crescimento após 2010, fato explicado pela instabilidade política e financeira a níveis Nacional, Estadual e Municipal, impactando diretamente na evolução dos investimentos nesta localidade e no enfraquecimento da industrialização brasileira de modo geral, levando à quase que uma estagnação do IFD-M geral a partir de 2010.

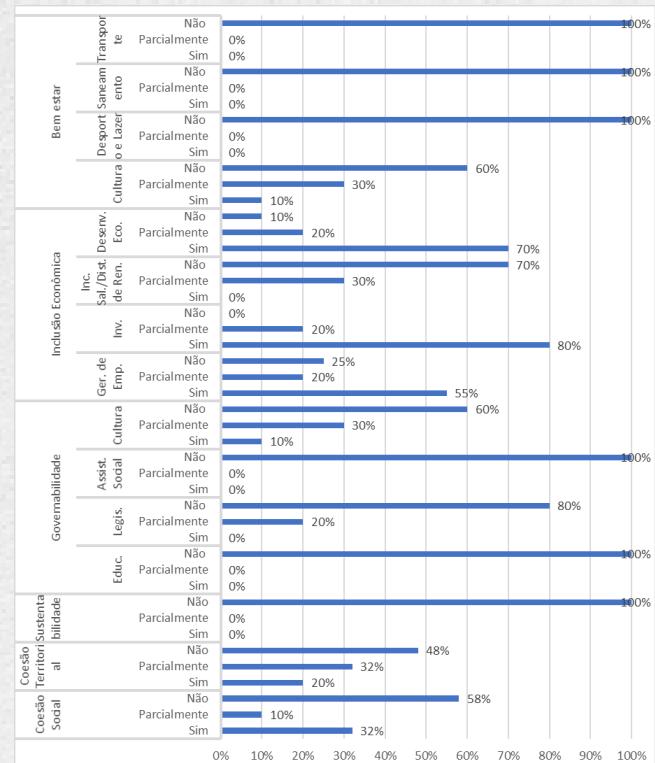
É importante ressaltar a característica monológica destes investimentos, ou seja, não há diálogo no processo de implantação, e sim, estes empreendimentos são entregues em suas localidades sem qualquer senso popular e sem apropriação do excedente econômico gerado por eles por parte da localidade. Deveriam ainda existir uma série de “metas” a serem cumpridas pelas empresas, de modo a compensar a existência destes incentivos, porém não é o que ocorre. Outro processo interessante de se observar é o de concentração da renda em poucos agentes.

A política clientelista aliada à corrupção dos agentes públicos neste município, fato visto pelos inúmeros escândalos de corrupção recentes no município, fez com que a concentração da renda advinda destes megaempreendimentos crescesse muito, fato este que interfere na contabilização de alguns índices convencionais de desenvolvimento, porém de forma ilusória, uma vez que foram puxados para cima pelo aumento da renda total, e por consequência da renda per capita, porém, não são espelhos da situação real da população.

5.2. ANÁLISE DOS INDICADORES OBTIDOS NA PESQUISA DE CAMPO

A análise dos conselheiros acerca da presença ou não dos indicadores da referida pesquisa resultou em um gráfico que concatena as respostas dos questionários guias de entrevistas em um instrumento “visualizador” do Desenvolvimento Territorial Sustentável e da Participação Social do município. Esta visualização é tal que:

GRÁFICO 4 - Presença dos Indicadores do DTS e da Gestão Social na Implementação dos Megaempreendimentos em Itaguaí



Fonte: LIMA, 2020, p. 42.

5.3. ANÁLISE POR INDICADORES

Os resultados, segundo os indicadores, demonstraram uma fraca relação de comunicação entre poder público e conselhos municipais, demonstrando falha no modelo de governabilidade pública empregado na localidade, fazendo com que, visto que os conselhos municipais são a principal ferramenta de controle social, houvesse, além uma má gestão dos recursos que deveriam ser empregados para a evolução socioeconômica destes municípios, uma monologicidade na criação destes conselhos.

A evolução dos índices de desenvolvimento do município se deu de uma forma quando analisamos os dados do IBGE, PNUD e da FIRJAN, porém de outra quando analisamos os dados obtidos nos conselhos municipais, ou seja, de maneira menos que proporcionalmente ao montante de investimentos comprovando que, o modelo de desenvolvimento empregado não é adequado à localidade, e, além disso, analisando as respostas de acordo com os indicadores, um a um, revelaram-se falhas, como:

na inclusão econômica: o PIB do município cresceu, porém estes recursos são gerados no município mas direcionados para fora, tendo pouco aproveitamento na localidade (relação de não reinvestimento). Houve aumento significativo no número de vagas de emprego, porém a maioria dos cargos fixos são ocupados por moradores dos bairros da cidade do Rio de Janeiro, ou de outros estados, ou seja, a população local não foi inserida por completo no processo de industrialização, e quando foi, fez-se em cargos pouco significativos economicamente (temporários, terceirizados, etc);

na sustentabilidade, uma vez que, a atividade destas empresas gera dejetos para dentro da Baía, elimina zonas costeiras (utilizadas agora para a construção destes empreendimentos), emite poluentes no ar do município, e assim dificultam/impossibilitam outras atividades econômicas antes compreendidas na localidade, como a pesca na região próxima ao atual Porto de Itaguaí, vide as comunidades da Ilha da Madeira e da Coroa Grande. Sugestões de leitura acerca deste tema são o trabalho “Comunidades Tradicionais de Pescadores Artesanais de Coroa Grande e Ilha da Madeira, uma análise sócio-histórica a partir de uma perspectiva etnográfica”, e também o trabalho “Redes entre Comunidades Tradicionais e Instituições de Extensão na Baía da Ilha Grande” (neste segundo participo como coautor) que foram apresentados no I CCI RedeCT, em novembro de 2020, e que virão a fazer parte, como capítulo, do volume 2020 do livro “Povos Originários e Comunidades Tradicionais/RedeCT”;

na coesão social e territorial, devido à ausência da dialogicidade no processo de tomada de decisões, da fraca existência da participação social, da não observação das necessidades das comunidades tradicionais presentes no município, dentre outros fatores, enfraquecendo assim a união territorial e impossibilitando a participação social plena;

na governabilidade, uma vez que os espaços de discussão e o papel político dos cidadãos é escondido por um poder público pouco participativo, envolvido em diversos escândalos políticos nos últimos anos, com cassação de prefeitos, etc., além do não garantia da criação de espaços

públicos de discussão, e da não melhoria nos item constantes no campo bem-estar, indicador que está diretamente ligado à Governabilidade.

no bem-estar, pois não houve desenvolvimento significativo das atividades culturais, do sistema de transportes (tanto em questões de melhoria significativa das rodovias e estradas, quanto na melhoria da qualidade do transporte público, seja no desenvolvimento de novas linhas, aumento do número de ônibus, etc.), nem desporto e lazer, nem no saneamento (tanto nas águas quanto nos esgotos).

6. CONCLUSÕES

Ao analisar a dinâmica do Estado, dos conselhos municipais, e das suas relações interligadas, no que diz respeito à gestão social e aos preceitos da Teoria do Desenvolvimento Sustentável do município de Itaguaí, a partir de uma ótica voltada para a visão local, comprehende-se como se deu o processo de desenvolvimento.

Os resultados da pesquisa revelam um modelo apenas de crescimento e inchaço econômicos, não atendendo às diretrizes ambientais e sociais que estariam compreendidas por um modelo de desenvolvimento sustentável e multidimensional. Muito disso deve-se à ausência quase que completa do instrumento público de governabilidade, que tem de manter espaço aberto para o crescimento industrial e empresarial, porém, não deve se afastar de sua principal função que é manter os instrumentos de controle social plenos, e garantir a qualidade de vida de seus locais. Quando analisamos indicador por indicador, nos resultados, percebe-se que não há benefício significativo, na opinião dos conselheiros, em praticamente nenhum âmbito.

O modelo de desenvolvimento empregado nesta localidade é falho, e devido a isso, o aporte dos megaempreendimentos não foi absorvido construtivamente pelo município. Atentando para o panorama atual do município de Itaguaí – RJ vê-se um fraco comprometimento do poder público com as principais diretrizes garantidoras da qualidade de vida populacional. Não há

nenhum modo de desenvolvimento econômico que realmente funcione se a população não estiver amparada por serviços básicos de qualidade que proporcionem um melhor viver e que garantam a equidade, ou algo próximo a ela, das oportunidades advindas desses megaempreendimentos. Neste município, políticas de inserção da população nos processos de tomada de decisão, ou de conhecimento e apropriação do controle social e territorial, devem ser tomadas de forma mais que urgente. O aparato destas políticas aproxima a realidade da população para com a esfera pública e, somente assim, conseguir-se-á chegar próximo ao modelo de desenvolvimento mais justo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Atlas. Atlas do desenvolvimento humano no Brasil 2013. Acesso em 10 nov. 2020, v. 22, 2016.

BRÜSEKE, Franz Josef. O problema do desenvolvimento sustentável. Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez, 1995.

CALVACANTI, Clóvis. Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. Cortez; Fundação Joaquim Nabuco, 1995.

CANÇADO, Airton Cardoso; VILLELA, Lamounier Erthal; SAUSEN, Jorge Oneide. GESTÃO SOCIAL E GESTÃO ESTRATÉGICA: REFLEXÕES SOBRE AS DIFERENÇAS E APROXIMAÇÕES DE CONCEITOS. Environmental & Social Management Journal/Revista de Gestão Social e Ambiental, v. 10, n. 3, 2016.

CIDADES E ESTADOS, IBGE. Disponível em:<<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/itaguai.html>>. Acesso em 13/11/2020.

Contas anuais. Receitas orçamentárias realizadas (Anexo I-C) 2017 e Despesas orçamentárias empenhadas (Anexo I-D) 2017. In: Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional, Siconfi: Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro. Brasília, DF, [2018]. Disponível em: https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/consulta_finbra/finbra_list.jsf. Acesso em: set. 2018

Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN. IFDM. Disponível em: <<https://www.firjan.com.br/ifdm/>>. Acesso em: 30 nov. 2020.

FEDERAL, Senado. Constituição federal de 1988. Fonte: Planalto. gov. br: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao compilado.htm, 1988.

FILHO, Horst Lucht. Desenvolvimento x Crescimento Econômico: uma análise histórica das teorias. Evinci 2004, PET Economia UFPR, 2004.

FIRJAN – Retratos Regionais, 5ª Edição, 2014. Perfil Econômico Regional, Região Baixada Fluminense Área I, Sistema FIRJAN – Federação das Insústria do Estado do Rio de Janeiro, Disponível em: <<https://www.firjan.com.br/publicacoes/publicacoes-de-economia/retratos-regionais-1.htm>>. Acesso em 15 ago. 2019.

FIRJAN – Retratos Regionais, 6ª Edição, 2015. Perfil Econômico Regional, Região Baixada Fluminense Área I, Sistema FIRJAN – Federação das Insústria do Estado do Rio de Janeiro, Disponível em: <<https://www.firjan.com.br/publicacoes/publicacoes-de-economia/retratos-regionais-1.htm>>. Acesso em 15 ago. 2019.

FIRJAN – Retratos Regionais, 7ª Edição, 2016. Perfil Econômico Regional, Região Baixada Fluminense Área I, Sistema FIRJAN – Federação das Insústria do Estado do Rio de Janeiro, Disponível em: <<https://www.firjan.com.br/publicacoes/publicacoes-de-economia/retratos-regionais-1.htm>>. Acesso

em 15 ago. 2019.

FIRJAN – Retratos Regionais, 8ª Edição, 2017. Perfil Econômico Regional, Região Baixada Fluminense Área I, Sistema FIRJAN – Federação das Insústrias do Estado do Rio de Janeiro, Disponível em: <<https://www.firjan.com.br/publicacoes/publicacoes-de-economia/retratos-regionais-1.htm>>. Acesso em 15 ago. 2019.

FIRJAN – Retratos Regionais, 9ª Edição, 2018. Perfil Econômico Regional, Região Baixada Fluminense Área I, Sistema FIRJAN – Federação das Insústrias do Estado do Rio de Janeiro, Disponível em: <<https://www.firjan.com.br/publicacoes/publicacoes-de-economia/retratos-regionais-1.htm>>. Acesso em 15 ago. 2019.

IBGE, Censo Demográfico 2010, Área territorial brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2019.

IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

IKEDA JÚNIOR, Riyuzo et al. Gestão Social e Controle Social no Bairro Carioca de Santa Cruz e Itaguaí–RJ: Um Olhar Sobre o Desenvolvimento Local no Território dos Megaempreendimentos. 2017.

LIMA, Nicholas A. M. R. O Município de Itaguaí a partir da chegada dos megaempreendimentos: análise sob as teorias do Desenvolvimento Sustentável e da Participação Social. Seropédica, 2020. 49 p. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas), Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

MALTHUS, Thomas Robert. *An essay on the principle of population as it affects the future improvement of society, with remarks on the speculations of Mr Godwin, M. Condorcet, and other writers*. London: J. Johnson, 1798.

MARX, Karl. *Capital: A Critique of Political Economy. Volume I: The Process of Production of Capital*. Giuseppe Castrovilli, 1867.

MEADOWS, Donella H. et al. *Limites do crescimento: um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

Ministério da Saúde, Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde - DATASUS 2017.

PERICO, Rafael Echeverri. *Identidade e território no Brasil*. IICA, 2009.

Plataforma Agenda 2030 (Disponível em: <http://www.agenda2030.com.br/sobre/> Acesso em: 22/11/2020).

PPGCS/FURG (Disponível em <<https://ppgcs.furg.br/agenda-2030>> Acesso em 22/11/2020).

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD. O que é o IDHM. Disponível em: <<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idhm.html>>. Acesso em: 30 nov. 2020.

RICARDO, David. *On the Principles of Political Economy and Taxation*: London. 1817.

SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SACHS, Ignacy. Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento. São Paulo: Vértice, 1986.

SCHUMPETER, Joseph Alois. Carl Menger. Deuticke, 1921.

SIRAQUE, Vanderlei. Controle social da função administrativa do Estado: possibilidades e limites na Constituição de 1988. São Paulo: Saraiva, 2009.

SMITH, Adam. The wealth of nations [1776]. 1937.

TENÓRIO, Fernando G. A trajetória do programa de estudos em gestão social (PEGS). *Revista de Administração Pública*, v. 40, n. 6, p. 1145-1162, 2006.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. Cidadania e desenvolvimento local: casos brasileiros. In: IX congreso internacional del clad sobre la reforma del estado y de la administración pública, madrid, españa. 2004. p. 2-5.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. Gestão social: uma perspectiva conceitual. *Revista de administração pública*, v. 32, n. 5, p. 7-23, 1998.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. O mito da participação. *Revista de Administração Pública*, v. 24, n. 3, p. 162-164, 1990.

TINOCO, Victor. O Arco Metropolitano do Rio de Janeiro: modernização, acumulação e novo desenvolvimentismo. Espaço e Economia. *Revista brasileira de geografia econômica*, 2019.



EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: A EXPERIÊNCIA DO LABORATÓRIO DE APRENDIZAGEM EM ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA EM BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC

Pompilio Locks¹

Danilo Melo²

Vanêssa Pereira Simon³

Luiz Filipe Goldfeder Reinecke⁴

¹ Doutor, Professor do Departamento de Governança Pública da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). E-mail: <pompilio.locksfilho@udesc.br>. <http://lattes.cnpq.br/1498012826313330>

² Doutor. Professor do Departamento de Governança Pública da Udesc. E-mail: <danilo.melo@udesc.br>. <http://lattes.cnpq.br/5250558538909060>

³ Doutora. Professora do Departamento de Governança Pública da Udesc. E-mail: <vanessa.simon@udesc.br>. <http://lattes.cnpq.br/9257486955665577>

⁴ Doutor. Professor do Departamento de Governança Pública da Udesc. E-mail: <luiz.reinecke@udesc.br>. <http://lattes.cnpq.br/9441286518517964>

O presente trabalho resulta da reflexão sobre a atuação do Laboratório de Aprendizagem em Economia Solidária (LabEcoSol - UDESC), programa de extensão criado em 2016 com o objetivo de fortalecer e promover a economia solidária no município de Balneário Camboriú/SC. Na trajetória recente do movimento na cidade, além dos Empreendimentos Econômico Solidários (EES) já existentes e do Fórum Municipal de Economia Solidária criado em 2010, foi criada em 2016 a Lei Municipal de Economia Solidária e, implementado em 2017, o Conselho Municipal de Economia Solidária (CMES). O objetivo deste trabalho é contribuir com a reflexão sobre a atuação do programa de extensão LabEcosol no fomento da economia solidária em Balneário Camboriú, sobretudo compreendendo as interrelações entre extensão universitária, movimentos sociais e participação social, na implementação da política pública de economia solidária. A partir deste relato de experiência, com base em levantamentos realizados pelo grupo e pela observação participante ao longo dos últimos anos nos espaços locais de construção da política pública, apontamos para a dificuldade de aprofundar os espaços de produção de conhecimento em interação com os movimentos sociais locais, apresentando como desafios a inteligibilidade e a simetria.

Palavras-chave: economia solidária; extensão universitária; participação social; conselhos municipais; política pública

This work results from the reflection on the performance of the Social and Solidarity Economy Learning Laboratory (LabEcoSol - UDESC), an outreach program created in 2016 with the objective of strengthening and promoting the solidarity economy in the municipality of Balneário Camboriú/ SC. In the recent trajectory of the movement in the city, in addition to the already existing Solidarity Economic Enterprises (EES) and the Municipal Solidarity Economy Forum created in 2010, the Municipal Solidarity Economy Law was created in 2016 and, implemented in 2018, the Municipal Council of Economy Solidarity (CMES). The objective of this work is to contribute to the reflection on the performance of the LabEcosol outreach program in promoting the solidarity economy in Balneário Camboriú, above all understanding the interrelationships between university outreach, social movements and social participation, in the implementation of the public policy of solidarity economy. From this experience report, based on surveys carried out by the group and participant observation over the past few years in local spaces of public policy construction, we point to the difficulty of deepening knowledge production spaces in interaction with social movements challenges, presenting intelligibility and symmetry as challenges.

Keywords: solidarity economy; university outreach; social participation; city public policy councils; public policy

Este trabajo es una reflexión sobre la actuación del Laboratorio de Aprendizaje en Economía Solidaria (LabEcosol – UDESC), programa de extensión universitaria creado en 2016 con el objetivo de fortificar y promover la economía solidaria en la ciudad de Balneário Camboriú. En la reciente trayectoria del movimiento en la ciudad, además de los Emprendimientos Económicos Solidarios (EES) y del Foro Municipal de Economía Solidaria creado en 2010, también fue creada en 2016 la Ley Municipal de Economía Solidaria y el Consejo Municipal de Economía Solidaria (CMES), implementado en 2017. El objetivo de este trabajo es contribuir con la reflexión sobre la actuación del programa de extensión LabEcosol, en el desarrollo de la economía solidaria en Balneário Camboriú, sobre todo entendiendo las interrelaciones entre extensión universitaria, movimientos sociales y participación social en la implementación de la política pública municipal de economía solidaria. A partir de esto informe de la experiencia, con base en encuestas hechas por el grupo y observación participante a lo largo de los últimos años, mostramos la dificultad de profundizar los espacios de producción de conocimiento en interacción con los movimientos sociales locales, que presentan desafíos como la inteligibilidad y la simetría en las relaciones.

Palabras clave: economía solidaria; extensión Universitaria; participación social; consejos municipales; política pública

1. INTRODUÇÃO

O Laboratório de Aprendizagem em Economia Social e Solidária (LabEcoSol) é um programa de Extensão Universitária desenvolvido no Centro de Educação Superior da Foz do Itajaí (CESFI), na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), com atuação em Balneário Camboriú e região. Criado a partir das demandas de grupos locais por suporte, o LabEcoSol tem por objetivo o fortalecimento e a promoção da economia solidária e do desenvolvimento sustentável, em paralelo com a construção de um referencial teórico-metodológico para processos de formação e pesquisa.

Um dos seus principais eixos de atuação é a formação de multiplicadores, docentes e discentes, técnicos e integrantes dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES)⁵, por meio de oficinas e palestras com base em metodologias participativas, permeadas pelos princípios de autonomia e cooperação. Nesse sentido, em seus cinco anos de atuação, o grupo desenvolveu mais de 20 atividades internas e externas à comunidade acadêmica e atingiu aproximadamente 500 pessoas.

Além das formações, membros do Laboratório também acompanham, na qualidade de representantes de instituições de ensino superior, o Fórum Municipal de Economia Solidária de Balneário Camboriú (EcoSol-BC) e o Conselho Municipal de Economia Solidária (CMES). A criação do Conselho foi resultante de um processo de articulação iniciado em maio de 2016 com a aprovação da Lei Municipal de Fomento à Economia Solidária de Balneário Camboriú (Lei 3939/2016) e que, posteriormente, culminou nas audiências públicas para a instituição do CMES (Decreto 8678/2017).

No curso dessa experiência é importante refletir sobre a construção de diferentes espaços e relações da extensão universitária ao integrar o movimento. Nos espaços

institucionais, os membros do programa de extensão secretariavam reuniões do Fórum, representavam a universidade no Conselho Municipal, além de atuarem no levantamento das demandas e de suporte. Dito de outro modo, nessa interação, por vezes, estamos dentro do movimento e outras vezes ao lado, algumas vezes estamos atuando em conjunto e outras vezes produzindo relatórios e pareceres técnicos. Sem uma distinção entre uma atuação técnica ou política, dicotomia que consideramos necessário superar, e passados cinco anos de atuação no fomento e apoio do/ao movimento, da aprovação da Lei e do início do funcionamento do Conselho, é importante sistematizar e refletir sobre os avanços e os desafios da atuação do LabEcoSol, aproximando temas como extensão universitária e economia solidária em seus espaços de participação e interação.

Tendo em vista as interrelações temáticas e os estudos anteriores em que apresentamos em perspectiva histórica o Laboratório, destacando os atores e processos na trajetória do movimento (PACHECO et al., 2020), e o processo de institucionalização do Conselho de Economia Solidária no Município (REINECKE et al., 2020), nosso objetivo aqui é analisar o papel desempenhado pelo laboratório de extensão LabEcosol nos diferentes espaços do movimento de economia solidária em Balneário Camboriú, ou seja, refletir sobre a atuação do programa de extensão no fomento da economia solidária na cidade, sobretudo compreendendo as interrelações entre extensão universitária, movimentos sociais e participação social para a implementação da política pública de economia solidária. Problematizar e refletir sobre a interação e participação do Laboratório possibilita avançar a agenda de pesquisa e de ação, no suporte, apresentando alguns dos desafios e limites nesse processo.

Para tanto, inicialmente explicamos os procedimentos metodológicos que embasam os argumentos aqui apresentados para, após, discutirmos as intersecções teóricas entre extensão universitária e economia solidária. Na sequência, passamos à análise, que foi dividida em função dos espaços de articulação, seja diretamente com os

⁵ Embora seja importante salientar as diversas controvérsias em torno das organizações que se abrigam no conceito de economia solidária, ao longo desse artigo utilizaremos o termo empreendimentos econômicos solidários (EES).

atores envolvidos (EES), seja em espaços de participação mais informais, como o Fórum Ecosol-BC, ou mais formais, como o Conselho Municipal de Economia Solidária. Concluímos mostrando a complexidade e os dilemas presentes na relação universidade-comunidade, transparentes nas expectativas, nos avanços e retrocessos da atuação do LabEcosol no fomento da economia solidária no município.

2. METODOLOGIA

Nossa pesquisa é qualitativa (BAUER; GASKELL, 2002; GIBBS, 2009) com enfoque em uma compreensão apurada dos processos históricos e sociais escolhidos (TILLY, 2002). Buscamos refletir sobre as interações entre o movimento de economia solidária de Balneário Camboriú, o Conselho e o Laboratório de extensão a partir de levantamento bibliográfico sobre as temáticas centrais e as observações realizadas pelos coordenadores do Laboratório. Utilizamos análise documental de dados primários e secundários, como legislações referentes à economia solidária no município, notícias de jornais, atas do Fórum e do Conselho municipal⁶, além dos relatórios sobre o movimento realizado pelo LabEcoSol em 2017 e 2020 - e observação participante dos professores-pesquisadores membros do Programa de Extensão, nos anos de 2018 e 2019.

Cabe destacar que os relatórios mencionados neste trabalho foram baseados em dois questionários semiestruturados, aplicados pelo LabEcosol em 2017 e 2019, com os empreendimentos da cidade e centrado nas características organizacionais dos grupos e em suas percepções sobre o Conselho e as políticas públicas de economia solidária no município⁷. Como um dos pilares do LabEcosol

⁶ As 21 atas do CMES estão disponíveis em: <https://www.bc.sc.gov.br/conteudo.cfm?caminho=conselho-municipal-da-economia-solidaria-cmes>. Acesso em 22/11/2021.

⁷ As questões foram construídas a partir de uma adaptação do projeto SIES (2013), disponível em: <http://sies.ecosol.org.br/>. Acesso em:

é a sistematização das experiências da economia solidária no município, utilizamos neste trabalho um conjunto amplo de dados que foram coletados e produzidos desde a criação do Laboratório.

Em consonância com os objetivos propostos, as análises buscaram verificar como os participantes do movimento percebiam o atual estado da economia solidária em Balneário Camboriú, suas relações com o Conselho e, também, em relação às políticas públicas (in)existentes. As observações realizadas ao longo dos anos pelos professores, seja no Conselho, seja em reuniões do Fórum, seja nas oficinas promovidas pelo Laboratório de extensão, também serviram como material de análise para as interações apresentadas nesse trabalho. Por meio dessas triangulações, procuramos realizar uma primeira reflexão sobre o papel desempenhado pelo projeto de extensão LabEcosol nos diferentes espaços do movimento de economia solidária em Balneário Camboriú. Com isso, esperamos compreender melhor as ações do Laboratório no território em que está inserido, identificando suas potencialidades enquanto apoiador, promotor e articulador do movimento da economia solidária.

3. DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA À ECONOMIA SOLIDÁRIA

Entendemos extensão universitária como um elemento que compõe o tripé da universidade articulado com o ensino e com a pesquisa de maneira indissociável, num processo educativo e científico que visa a construção de uma relação renovadora entre universidade e sociedade (FORPROEX, 1987). Dos três pilares, foi o último a surgir, possui uma natureza inherentemente interdisciplinar, direcionada a demandas de um público mais amplo, variado e difuso, aspectos que fazem com que seja mal compreendida e incorporada pelas universidades (PAULA, 2013).

Os princípios que regem a extensão

atualmente são: i) a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; ii) a interação dialógica com a sociedade; iii) a inter e a transdisciplinaridade como princípios organizadores das ações de extensão; iv) a busca do maior impacto e da maior eficácia social das ações; v) a afirmação dos compromissos éticos e sociais da universidade (PAULA, 2013, p. 21).

A extensão é a maneira de a Universidade interagir com a comunidade na qual está inserida num fluxo contínuo entre ela e os diversos setores da sociedade. Essa atuação não pode ser entendida como um assistencialismo, mas sim, como um processo dialógico em que há uma troca entre os “saberes” da comunidade e os “saberes” da universidade.

Para Paula (2013, p. 6),

a extensão universitária é o que permanente e sistematicamente convoca a universidade para o aprofundamento de seu papel como instituição comprometida com a transformação social, que aproxima a produção e a transmissão de conhecimento de seus efetivos destinatários, cuidando de corrigir, nesse processo, as interdições e bloqueios, que fazem com que seja assimétrica e desigual a apropriação social do conhecimento, das ciências, das tecnologias.

Assim, há um fortalecimento da relação universidade/sociedade ao socializar o conhecimento construído no ambiente universitário por meio de projetos elaborados que priorizam a superação das condições de desigualdade e de exclusão presentes nas comunidades participantes, ou seja, atua como instrumento de democratização, redução de desigualdades por meio da ecologia de saberes (RAYS, 2003; SANTOS, 2004; NUNES; SILVA, 2011).

Nunes e Silva (2011, p. 123) afirmam que a extensão universitária se fundamenta em um processo “educativo, cultural e científico” para viabilizar a relação entre universidade e sociedade, sendo a universidade entendida como um espaço de conceber e de repensar o conhecimento e, portanto, de alteração social para fora dos “muros acadêmicos”. Com isso, a universidade vai além de ser

um “laboratório, um objeto de estudo ou campo de pesquisa”, mas, passa a ser uma instituição que contempla as pessoas com suas reivindicações, saberes, necessidades, tanto dentro como fora da universidade.

Paula (2013) corrobora esse pensamento ao afirmar que a universidade deve reconhecer a diversidade da sociedade como sujeito de direitos e deveres e como possuidora de valores e culturas tão relevantes quanto aqueles provenientes do saber erudito. Por isso, uma característica basilar da extensão é a de consolidar uma relação entre o conhecimento científico e tecnológico construído na universidade com o conhecimento das comunidades tradicionais, para promover uma interação dialógica, diversa, promotora de uma emancipação dos sujeitos envolvidos.

Ao se pensar na indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão, esta última torna-se tanto um celeiro de oportunidades para a realização de pesquisas em relação aos anseios e necessidades da sociedade, como um espaço para a aplicação de teorias do ensino ao levar os conhecimentos produzidos pela universidade, numa democratização do conhecimento, numa troca sistêmica de saberes. Isso novamente reforça o caráter dialógico da extensão, ou seja, a universidade transforma a sociedade levando seus conhecimentos construídos e é transformada por ela ao atender suas demandas, aprendendo com ela, tendo uma “atuação privilegiada [que] por esse relacionamento possibilita a formação de pessoas emancipadas, comprometidas com comunidade a que pertencem e com a sociedade em geral” (NUNES; SILVA, 2011, p. 126; PAULA, 2013; SERRANO, 2013).

Seguindo nesse raciocínio da indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão no fazer acadêmico, a aproximação entre ensino e extensão possibilita uma alteração do processo pedagógico ao permitir que alunos e professores participem do ato de aprender, ou seja, democratiza o saber acadêmico quando ele é compartilhado com a comunidade e esse saber retorna à universidade reelaborado a partir do vivenciado em conjunto com a comunidade. Há uma expansão da sala

de aula tradicional, com um deslocamento das teorias para um espaço que contempla a própria universidade e o que está fora dela, onde se realiza um repensar histórico e social. É um espaço planejado para a promoção de práticas que integrem as várias áreas do conhecimento necessitando que sejam articulados os diversos sujeitos de maneira a promover a interdisciplinaridade, o que também favorece o desenvolvimento de uma maior conscientização proporcionando a formação de sujeitos ativos na mudança, que se coloquem numa perspectiva mais ativa e crítica, participando diligentemente de uma transformação social.

Em aproximação com a pesquisa, a extensão poderia ser entendida como um laboratório evidente em que as necessidades das pesquisas acadêmicas são concebidas em relação às necessidades percebidas no seio da comunidade, ou seja, a pesquisa como uma sistemática procura por respostas às questões levantadas pela sociedade e apreendidas pelo processo de extensão. Assim, essa troca entre os saberes acadêmicos e os populares de maneira sistematizada produz um conhecimento fruto do entendimento da realidade local, de maneira a democratizar o conhecimento acadêmico e uma participação efetiva da comunidade na universidade, o que promove, por meio da interdisciplinaridade, uma percepção ampla e integrada da realidade social (CASTRO, 2004; NUNES; SILVA, 2011; SANTOS; CRUZ, 2008; SERRANO, 2013).

Melo Neto (2002) acrescenta que ao desenvolverem um trabalho conjunto, universidade e comunidade trazem as tensões de seus integrantes para a ação e com isso, procuram por objetos de pesquisa de maneira a construir um novo conhecimento ou reformularem os conceitos existentes, o que torna esses objetos de pesquisa materiais para outro alicerce da universidade – o ensino. Para a comunidade, ao se devolver os resultados do trabalho desenvolvido promoverá novos saberes ou saberes reexaminados que poderão ser utilizados pela comunidade em ações emancipatórias. E aqui a extensão se aproxima dos princípios da economia solidária e para isso, é necessário revisar um pouco do que está implícito nesse conceito,

bem como relacionar os dois temas.

O segundo mapeamento nacional da Economia Solidária apontou a existência de quase 20 mil EES no ano de 2013, sendo 11.823 associações, 6.018 grupos informais e 1.740 cooperativas⁸. Dedicados, em sua maioria, a produção de bens e serviços, envolvem atividades como o artesanato, a agricultura familiar, a reciclagem e as finanças solidárias, por exemplo. Como são inúmeras e diversificadas as práticas e perspectivas teóricas associadas ao fenômeno, em artigo recente centrado na definição do conceito, Gaiger, Veronese e Ferrarini (2018) sugerem uma abordagem gradualista, baseado em três critérios articulados, a atividade econômica, o compromisso social e a gestão democrática.

A economia solidária une um espírito empreendedor com um espírito solidário, justamente porque a atividade econômica é feita de forma autogerida por pessoas, em sua maioria, em situação de vulnerabilidade social⁹. Como, idealmente, se baseia em vínculos não hierárquicos, serve também como crítica à ciência econômica e sua visão unidimensional da empresa capitalista e do mercado. Segundo Gaiger, Veronese e Ferrarini (2018, p. 138)

De parte dos promotores da economia solidária, e graças a uma convergência notória e singular no caso brasileiro, o recurso tem sido apoiar-se em uma definição política comum de EES para fins de demarcá-los das formas subordinadas ou capitalistas de economia e de enfatizar o sentido alternativo e transformador da economia solidária.

A partir disso, entende-se que a economia solidária se desenvolve numa lógica própria e distinta, tanto do mercado, ao adotar formas mais comunitárias de propriedade, quanto do Estado, ao não prever formas

⁸ Disponível em: <http://sies.ecosol.org.br/>. Acesso em 27/04/2020.

⁹ Diferem, neste sentido, de ONGs porque estas são organizações geridas por terceiros que prestam serviços aos consumidores, baseadas no voluntariado, nem sempre visam a atividade econômica e porque a gestão democrática é variável, enquanto na economia solidária são os próprios vulneráveis que administram e tocam os EES.

de propriedade institucional. Surge como uma inovação na sociedade civil latino-americana na medida em que procura articular os setores social, político e econômico visando a auto-organização das camadas da população que se encontram fora do mercado. A proximidade, a busca por equidade, a autogestão e a não aceitação da lógica instrumental promovem práticas econômicas com princípios não utilitaristas, que contêm sociabilidades complexas e que têm permitido a sobrevivência de amplos segmentos sociais (GAIGER, 2009).

Simultaneamente, a dimensão do lucro nos empreendimentos permite a sustentabilidade e viabilidade dessas práticas ao longo do tempo (LISBOA, 2009). Essa é a originalidade da economia solidária: estar no mercado sem se comprometer estritamente com a persecução ao lucro, atuando por meio de princípios mais amplos, como o respeito ao meio ambiente, o preço justo e a cooperação. Costa e Carrion (2009) afirmam que a economia solidária ainda pode não ser numericamente representativa, mas apresenta práticas inovadoras do ponto de vista qualitativo e ético. Trata-se, portanto, de uma economia híbrida e plural (LAVILLE, 2006) que merece ser pesquisada em suas diferentes manifestações.

Um aspecto relevante da economia solidária é atuação dos seus participantes que trabalham normalmente num sistema de cooperação, numa lógica de reciprocidade, com formas comunitárias de propriedade em que a autogestão é a forma de coordenar o empreendimento e com isso, todos participam do processo decisório (LAVILLE, 2006; GAIGER, 2009).

Gattai e Bernardes (2013, p. 58) afirmam que os partícipes, ao trabalharem juntos em prol de um objetivo comum e, consequentemente tomando decisões coletivas para administrar essa atividade, sofrem diversas mudanças “comportamentais, cognitivas, sociais ou culturais”.

Justamente nesse aspecto que a Universidade pode se tornar um agente catalisador dessas mudanças por meio da extensão ao desempenhar um papel significativo na mobilização e empoderamento dos grupos ao aproximar os saberes acadêmicos dos

saberes populares e, numa postura dialógica, atuar com os grupos em favor de um projeto de interesse dos envolvidos na economia solidária.

Essa postura de extensão dialógica e participativa é um desafio em diversos graus. Ao entender que a configuração da economia solidária conta com diferentes atores sociais como os movimentos sociais, as organizações de apoio estatais e religiosas, as organizações não-governamentais e, também as universidades, a extensão universitária tem um papel importante nesse contexto ao agregar alguns fatores fundamentais para o desenvolvimento da economia solidária (COSTA, 2013, p. 26):

o comprometimento social e comunitário implícito na missão da Universidade brasileira.

o potencial de desenvolvimento tecnológico e metodológico adequados ao fomento e apoio aos empreendimentos econômicos solidários por meio da ação integrada entre extensão e pesquisa.

a função de formação de profissionais preparados para atuarem com a temática da economia solidária, compreendendo suas especificidades e contribuindo para seu fortalecimento no país.

Percebe-se com isso, a proximidade possível de atuação entre os temas extensão universitária e economia solidária. Ao se resgatar os princípios da extensão expostos anteriormente por Paula (2013), essa aproximação ainda mais visível, pois a economia solidária por suas características é um terreno fértil para trabalhar temas relevantes para o ensino, a pesquisa e a extensão, preservando a indissociabilidade destes. Além disso, a economia solidária congrega realidades e atores muitos diversos, e consequentemente as demandas que surgem requerem propostas que contemplam várias áreas da universidade, bem como diversos níveis de atuação, assegurando o caráter interdisciplinar da extensão e, com essa perspectiva, a possibilidade de assegurar uma eficácia social das ações da extensão mais alinhada aos propósitos dos envolvidos.

Como afirmam Nunes e Silva (2011), a universidade ao se aproximar, via extensão, do movimento de economia solidária passa a contemplar em seu arcabouço outros saberes, reivindicações e necessidades para além dos tradicionalmente contemplados. Assim, consolida uma relação entre o conhecimento científico característico das universidades com o conhecimento das comunidades tradicionais contemplados na economia solidária, numa interação dialógica, aqui apresentada repetidas vezes, com o objetivo de promover uma maior autonomia dos envolvidos em ambos os aspectos. Desta maneira, reafirma a percepção de que a universidade, ao se aproximar de outras realidades, transforma a comunidade e é transformada por ela (CASTRO, 2004; SANTOS; CRUZ, 2008).

A partir dessa interação entre extensão universitária e economia solidária é possível promover uma maior articulação e comunicação entre espaços sociais distintos e, desse modo, uma conscientização e formação de sujeitos mais preocupados com uma mudança social, desenvolvendo ou aprimorando uma consciência crítica, numa postura mais ativa. Com isso, há uma maior democratização do conhecimento acadêmico e uma presença mais efetiva da comunidade na universidade, reassegurando, novamente por meio da interdisciplinaridade, uma apreensão mais vasta e interligada da realidade social na qual ambas estão inseridas. Nesse sentido, refletir sobre experiências particulares nos territórios e aprofundar na compreensão dessas relações entre os movimentos e as aproximações possíveis, faz-se necessário para avançar a agenda.

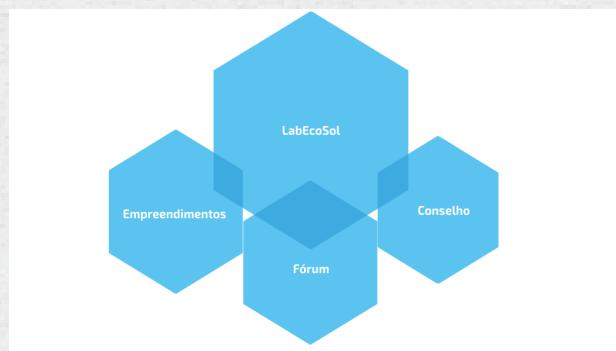
Sobretudo, é necessário consolidar o espaço da economia solidária, entendida como uma outra maneira de perceber a economia, no ambiente acadêmico e isso somente será viável quando o conhecimento produzido por meio da aproximação entre os programas de extensão e a economia solidária for socializado e apreendido por diversas áreas do conhecimento (SANTOS; CRUZ, 2008). Daí a importância de a extensão universitária como uma prática, uma cultura das universidades na realização

de ações que proporcionam a autonomia dos envolvidos (PAULA, 2013). Dessa forma, na próxima seção apresentamos um resgate das práticas do Laboratório a partir da reflexão dos pesquisadores do LabEcoSol, fazendo avançar as discussões já empreendidas pelo grupo em outras produções (PACHECO et al, 2020; REINECKE et al., 2020) e agregando materiais coletados e produzidos ao longo desses anos.

4. ANÁLISES

Nesta seção, organizamos os relatos analíticos em três seções, que tratam dos espaços de interação: i) nas oficinas e cursos aos empreendimentos e membros; ii) no Fórum Ecosol-BC; iii) no Conselho Municipal de Economia Solidária. Essas análises iniciais, destacamos, fazem parte de uma reflexão sobre as relações estabelecidas nos espaços da atuação do Laboratório de extensão com o movimento de economia solidária. Na Figura 01, apresentamos as interfaces em que nos concentraremos: laboratório-EES; laboratório-fórum; laboratório-conselho. Ainda que esses espaços se sobreponham e dialoguem entre si, buscamos sistematizar dessa maneira para poder analisar, com mais detalhes, as nuances das relações com os atores. A relação ocorre a partir de distintos suportes institucionais e aspectos históricos, com objetivos que se aproximam e se afastam, por vezes. Ao sistematizar o relato da experiência em três dimensões procuramos, sobretudo, identificar as relações que são produzidas e os desafios nesse processo.

FIGURA 01: Espaços e interfaces de atuação



Fonte: elaborado pelos autores.

4.1 RELAÇÕES COM ATORES E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: LABORATÓRIO E EMPREENDIMENTOS

Nesta seção nos concentramos nas relações do LabEcosol com os atores dos empreendimentos econômico solidários. Essa relação acontece em todos os espaços da Figura 01, mas aqui nos interessa uma compreensão específica: quando a relação não está intermediada por um dispositivo de deliberação na esfera pública. Ou seja, ainda que nossa categorização sobreponha atores, aqui o que procuramos explorar e compreender da relação com os empreendimentos, que também atuam no Fórum e têm cadeira no Conselho, está relacionada à relação direta entre os atores do Laboratório e dos Empreendimentos, no processo de formação, de suporte e de apoio.

Importante entender um pouco sobre o cenário da economia solidária no município por meio dos dados do mapeamento realizado em 2020 pelo LabEcosol. O mapeamento foi composto por 07 empreendimentos, como o primeiro de 2017, sendo que apenas 04 empreendimentos participaram do mapeamento anterior, constituindo-se predominantemente urbanos e totalizando 135 associados, majoritariamente compostos por mulheres (87%). Produção, comercialização de produtos ecológicos ou orgânicos (43%); motivação social, filantrópica, religiosa ou desenvolvimento comunitário (43%) dividem o primeiro lugar, dentre as motivações de criação dos EES. Seguindo nessa linha, 100% dos empreendimentos afirmam ter a principal atividade econômica a produção/comercialização e, consequentemente, a venda é apontada, por todos os EES, como a principal destinação dos produtos, sendo destinada ao consumidor – o que mostra a ausência de um atravessador, corroborando os princípios da economia solidária de oferta e demanda caminharem juntas. Um importante destaque do mapeamento é com relação ao apoio e assessoramento aos empreendimentos. Todos os empreendimentos afirmaram ter recebido apoio em algum momento de sua existência, sendo que uma das principais entidades

destacadas foram as universidades da região (71%): Univali (que possui uma ITCP) e a Udesc (por meio do LabEcosol).

Isso reforça um dos objetivos centrais do Laboratório: formação e suporte. Com isso, os extensionistas relacionam-se com os membros do movimento, assim como interessados em adentrar, recebendo na universidade ou visitando os espaços de produção e comercialização. As representações sobre qual seria o papel da universidade, dos professores, dos empreendimentos e dos novos entrantes é o que nos interessa problematizar aqui, à luz da extensão e da participação social.

A interação com os membros do movimento é plural, no sentido que existem atores há mais tempo no movimento, assim como interessados em conhecer os princípios da economia solidária e artesãos que procuram pelas formações para que possam se aprofundar na temática e, também, comercializar nos espaços locais destinados à economia solidária. Um dos professores que coordena o projeto atua no movimento antes mesmo da criação do Laboratório de Extensão e essa historicidade contribui para a construção de laços com os membros. Por outro lado, um dos fatores com os quais atentamos na integração de novos membros é criar um espaço acolhedor.

As formações são conduzidas por professores, bolsistas e discentes voluntários do Laboratório de extensão. Procuramos, nesse espaço, aproximar os atores numa co-construção do conhecimento em torno dos princípios e desafios da economia solidária, tendo como foco as bases da extensão universitária, assentadas na superação das assimetrias da apropriação do conhecimento (PAULA, 2013). Por isso, as oficinas são participativas e com dinâmicas que incentivem à horizontalidade. Além da exposição temática, os atores participam com suas reflexões, exemplos, com suas experiências e apresentam os desafios que enfrentam cotidianamente ao vivenciar a economia solidária. Mais que isso, são convidados a colaborar com as temáticas, seja para levantar os tópicos ou formatos das futuras oficinas.

Nessa relação percebemos o desafio de ultrapassar a relação professor-aluno tradicional, entre aquele que detém ou não o conhecimento. Um dos desafios, no entanto, concentra-se em debater temáticas não hegemônicas com clareza, frente às noções arraigadas no imaginário quanto ao resultado, ao empreendedorismo, ao individualismo. Explorar o espaço de aprendizagem para além da exposição, mas com oficinas em que são sensibilizados os sentidos e significados dos princípios em questão nos parece essencial, sobretudo com periodicidade e regularidade nesse processo. Algumas vezes tivemos o desconforto com exemplos trazidos do espaço produtivo tradicional, do mundo empresarial, e, nesse sentido, refletíamos sobre o papel do Laboratório em identificar os desafios da formação e do próprio espaço emulado das formações. A socialização dos conhecimentos universitários, dessa forma, não ocorre sem uma e reelaboração a partir das práticas cotidianas dos atores sociais envolvidos na temática (RAYS, 2003; SANTOS, 2004; NUNES; SILVA, 2011).

Apesar da extensão universitária primar pela transformação social baseada em uma perspectiva pedagógica e metodológica, os principais desafios do Laboratório foram o diálogo entre a educação universitária (conhecimento acadêmico) com a educação popular (conhecimento e prática dos movimentos sociais). Na realização das formações, as lideranças do movimento conheciam o formato horizontal e participativo, tendo papel ativo no processo. Os interessados ou mesmo novos ingressantes nos empreendimentos tinham como referência e até expectativa uma educação tradicional, numa relação hierárquica entre professor (Laboratório) e aluno (participantes das formações). Parte desta expectativa, advinha do respeito à instituição universidade, e outra parte da experiência na educação formal. Neste sentido, as formações possuíam um caráter inovador na discussão da economia solidária face à economia tradicional, bem como em colocar o participante como ator principal no processo de ensino-aprendizagem, desconstruindo uma visão hierarquizada. Dessa forma, em sua concepção, a noção de autonomia dos participantes (PAULA, 2013) se contrapunha a concepções

assistencialistas.

Além das formações, as visitas aos empreendimentos para identificar os desafios, ao acolher as demandas e realizar os levantamentos técnicos, apontam para a importância de, além de atuar na formação conceitual, co-construir e compartilhar ferramentas de gestão relacionadas à produção em um outro modelo. Nos levantamentos que fazíamos sobre os temas para oficinas identificávamos assuntos como: especificação, vendas online, mídias e redes sociais. Isso evidenciou um desafio na condução dos empreendimentos, que, por vezes, buscavam saídas nos cursos tradicionais de ferramentas para empresas em organizações que formam micro e pequenos empreendedores. Nesse sentido, identificamos a necessidade da transdisciplinaridade (PAULA, 2013), dadas as potencialidades de integração com disciplinas relacionadas à gestão de organizações do terceiro setor para apoiar as organizações, como casos a serem diagnosticados e com implantação de ferramentas de gestão atentas à dimensão pública e solidária de uma nova economia.

Nessa relação com os empreendimentos, portanto, a construção compartilhada dos caminhos a serem seguidos, de uma escuta ativa e que incentive a participação, criando um espaço acolhedor na formação política e para participação centram-se como os principais desafios. Dito de outro modo, nas formações e mapeamentos, por vezes, demandavam as respostas prontas dos oficineiros e professores e o grande desafio era abrir as questões para solução compartilhada, autônoma, atentando-se aos princípios que norteiam a economia solidária e a extensão universitária.

4.2 OS ESPAÇOS DE DELIBERAÇÃO: FÓRUM

Em relação a diversificação de práticas de participação social no Brasil atual, estar em um espaço mais formal ou mais informal em relação às instituições públicas pode acarretar diferentes consequências para os

movimentos e suas demandas (LAVALLE et al., 2019). Na criação do Laboratório, uma das principais expectativas com relação à Universidade era a mobilização dos empreendimentos locais e a reativação do Fórum, um espaço próprio e autônomo de debate e deliberação dos EES da cidade. Esse esforço de mobilizar os membros, articular e trazer atores que se afastaram, passou a ser um dos incentivos do grupo. Além dessa coordenação com as lideranças, outro desafio consistia em trazer novos membros, ampliando e construindo espaço para novas lideranças. A continuidade das mesmas lideranças parecia enfraquecer o movimento, não apenas pelas relações sociais, mas sobretudo, pela perspectiva de que os novos membros não tinham as habilidades sociais e técnicas que as lideranças atuais possuíam¹⁰. Esse elemento se refletia na condução das reuniões, em que alguns membros detinham a palavra a maior parte do tempo formal da reunião, corroborando problemas e assimetrias sociais há muito tempo enfatizadas pelas pesquisas participativas (AVRITZER; RECAMÁN; VENTURI, 2004).

No primeiro ano as reuniões aconteciam no espaço da Universidade, no centro da cidade. A adesão era alta, mas a participação era baixa. A agenda que unia os atores integrava o resgate do movimento e a inclusão de um novo ator, em um novo espaço que poderia oxigenar as demandas e trazer soluções aos antigos desafios de ampliação dos espaços de comercialização e da institucionalização do movimento perante o poder público local. Ou seja, ainda que as reuniões mantivessem quórum, eram poucos os atores que dialogavam e detinham a palavra na reunião, mesmo que técnicas de condução de reuniões mais participativas fossem utilizadas. Nesse sentido, esses fatores, que eram considerados críticos para os coordenadores do Laboratório, não pareciam ser as demandas centrais do movimento. Essa reflexão apontava para a necessidade de conduzir oficinas e formações em que essas questões fossem pautas, mais do que a implantação de

um bastão da fala de modo unilateral pela extensão universitária. Naquele momento, entendíamos que a própria escolha dos instrumentos, dos caminhos que seguiriam as lideranças, dependiam da construção coletiva quando vislumbravam os desafios que identificavam nas próprias formações. Nas reuniões também recebíamos atores do poder público e as demandas concentravam-se, naquele momento, nos caminhos para a aprovação da lei municipal de fomento à economia solidária.

Percebe-se, sobretudo, que os desafios à participação nesses espaços relacionam-se a aspectos ordinários, como os horários e locais das formações, quanto comportamentais dos participantes, como timidez e presença de fortes lideranças intermediadoras. Nas reflexões dos extensionistas apresentava-se sempre a necessidade de respeitar o tempo dos empreendimentos, entendendo os limites enquanto um dos participantes do movimento. As expectativas da equipe do Laboratório, na condução das reuniões, precisavam estar alinhadas às dos membros do movimento. Essa relação com a universidade não poderia ser de dependência para condução da agenda, das pautas e dos modos de organizar. Ocupar esse espaço com atenção e respeito às demandas que eram próprias do movimento, das reuniões que alongavam temáticas que pareciam já ter sido superadas e esgotadas, eram temas de problematização e aprendizagem dos próprios coordenadores do Laboratório. Era preciso convidar os participantes a apresentarem suas experiências e criar um espaço acolhedor para a participação, mas respeitando também o silenciamento, procurando seus significados. Para muitos deles era a primeira vez que entravam em uma universidade pública, e com o tempo, ambientavam-se e apropriavam-se desse espaço. Em outros momentos, identificávamos que os conhecimentos técnicos e políticos de algumas lideranças tradicionais, seja por acesso ao executivo ou legislativo ou das habilidades com a burocracia e as técnicas organizacionais, inibia a participação dos que estavam iniciando no movimento.

Desse modo, para criar um ambiente mais acolhedor e em que os membros dos empreendimentos percebessem a

10 Sobre o tema das lideranças nos aspectos internos e externos da economia solidária, ver Locks (2016).

universidade não como o espaço de uma relação tradicional de ensino-aprendizagem, a condução das reuniões contava com a ampla participação de bolsistas e discentes voluntários e realização de cafés solidários. Com isso, os professores estavam em meio aos membros e nesse processo ficavam atento às expressões e ao comportamento para trazer os atores posteriormente à participação. Além disso, com os cafés, o ambiente tornava-se mais acolhedor e acessível.

Além das expectativas em torno da coordenação da universidade e do conhecimento que viria dela, procurávamos criar um espaço de compartilhamento, de estar à mesa juntos, de participação e de respeito ao tempo e espaço individual no processo de participação. Com a aprovação do projeto de lei em questão e a institucionalização do Conselho, no entanto, os atores passam a se concentrar na consolidação da agenda mais próxima do poder público e identificamos um esvaziamento do Fórum, com dificuldade de articulação dos membros, que, por vezes, sentiam que, com a criação do Conselho, o projeto do Fórum estava realizado. Respeitando os espaços e as agendas dos empreendimentos, mas sendo parte do movimento, alertávamos sobre a importância da regularidade das reuniões para que os temas fossem discutidos entre os empreendimentos no Fórum, para que houvesse coesão e interlocução, já que o movimento não se limita à representação no Conselho.

Em certa medida, as dificuldades enfrentadas no passado na aprovação da lei municipal de fomento à economia solidária desmobilizaram o movimento. Nesse sentido, há que se entender a universidade, especialmente a extensão, como uma das pontas de um processo social complexo, cujo foco na educação, produção, sistematização e socialização do conhecimento (PAULA, 2013) também apresenta inúmeras limitações. Assim, amadurecer a compreensão sobre esse fenômeno com os próprios atores do movimento é um dos caminhos para o Laboratório para que haja aprendizagem e reflexão em torno do próprio sentido do Fórum e do Conselho.

4.3 ATUAÇÃO E RELAÇÕES NO CONSELHO

Nas próximas linhas, nos detemos especificamente no Conselho Municipal de Economia Solidária de Balneário Camboriú (CMES) e em alguns dilemas mais explícitos que a institucionalização da participação implicou para os atores envolvidos (poder público, EES e Laboratório). Inicialmente, cabe ressaltar que o Brasil tem sido um celeiro internacional de estudos sobre participação política e os conselhos de políticas públicas estão entre as experiências mais importantes em território nacional¹¹. Como já possuem análises relativamente consolidadas, podemos dizer que, nos últimos anos, a literatura entende de forma mais crítica o futuro dos mecanismos participativos no país (LAVALLE; VOIGT; SERAFIM, 2016).

Nesse ínterim, o CMES foi idealmente pensado pelos grupos de Balneário Camboriú como um espaço no qual a administração pública, pela primeira vez, se tornaria mais porosa aos interesses da economia solidária. Até então, nenhum tipo de institucionalidade havia sido criado na estrutura de governo municipal e, diga-se de passagem, inúmeros movimentos sociais outrora negligenciados dos processos políticos obtiveram conquistas em espaços de participação social (POGREBINSCHI, 2012).

Assim sendo, foi criado o CMES, órgão colegiado, deliberativo e normativo, formado por doze representantes – seis governamentais, quatro EES e duas entidades de apoio (Quadro 1) –, com o objetivo de definir, de forma participativa, as políticas públicas adotadas pelo município. Foi instituído oficialmente em 22 maio de 2018, por meio do Decreto no 8959, após dois anos da promulgação da lei.

¹¹ Conselhos podem ser definidos, de maneira ampla, como “espaços públicos vinculados a órgãos do Poder Executivo, tendo por finalidade permitir a participação da sociedade na definição de prioridades para a agenda política, bem como na formulação, no acompanhamento e no controle das políticas públicas” (IPEA, 2013, p. 9).

QUADRO 1:Componentes do Conselho Municipal de Economia Solidária em BC

Instituição	Procedência
secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico (STDE)	Governamental
secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social (SDIS)	Governamental
secretaria da Fazenda	Governamental
empresa Municipal de Águas e Saneamento (Emasa)	Governamental
empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de sc (Epagri-SC)	Governamental
instituto Ecocidadão	Empreendimento
copemar BC Ambiental	Empreendimento
universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc)	Entidade de apoio
Associação de artesãs da Barra	Empreendimento
Artes Unidas em Ação	Empreendimento
Associação de Mulheres Produtoras de Artesanato de Identidade Cultural de SC (Amuarte-SC)	Empreendimento

Fonte: Balneário Camboriú (2019).

Em consonância com os estudos recentes, nossa reflexão enquanto participantes e pesquisadores do processo é de que a aprovação da lei, com a respectiva criação do Conselho, não surtiu os efeitos esperados em termos de mobilização e desenvolvimento de políticas públicas de economia solidária no município. Dessa forma, o CMES pouco avançou e, como último ato, veio a pandemia da COVID-19, período no qual o Conselho não fez mais reuniões.

Um primeiro aspecto a ser destacado são os impactos nas relações quando estas se deslocam para um espaço formalizado. Ao analisarmos as atas das reuniões¹², percebemos que o Conselho centrou sua atividade na estruturação interna e na regularização de uma cooperativa para o estabelecimento de convênio, fato este que gerou um constante conflito com os agentes governamentais, especialmente aqueles

vinculados ao meio ambiente. Essa tensão, inclusive, acabou sendo judicializada, evidenciando os desafios impostos à economia solidária em um contexto marcado por diferentes agendas de desenvolvimento.

No que se refere ao LabEcosol, em um primeiro momento foi alçado à condição de protagonista nas reuniões de planejamento e desenvolvimento de regimento interno, tendo em vista as dificuldades iniciais dos grupos no espaço institucional e a linguagem técnico-burocrática que permeia o Conselho. Em um segundo momento, se posicionou como interlocutor dos problemas que surgiam entre os EES e a administração pública. Em síntese, como o foco principal foi o impasse com a cooperativa, procuramos auxiliá-la no campo burocrático para obter suas licenças, ao mesmo tempo em que mediávamos o conflito com a prefeitura dentro do espaço do CMES. Em nosso entendimento essa era uma questão sensível, haja vista a possibilidade de desgaste do CMES, logo em seu primeiro ano de funcionamento. Levando em consideração seus reflexos, acreditamos que as ações empreendidas pelo LabEcosol não foram suficientes para evitar a escalada do conflito e evidenciam as limitações e a complexidade da atuação nestes espaços, uma vez que lidamos com problemas contextuais arraigados e de longa duração.

Embora tenham emergido outras questões no Conselho e tentativas de aproximações em rede, elas careciam de um maior desenvolvimento coletivo, muito por conta do baixo engajamento dos EES, inclusive com reuniões sendo canceladas por falta de quórum. O baixo quórum fez com que o debate proposto pelo LabEcoSol acerca da necessidade do desenvolvimento do plano municipal de economia solidária, previsto como instrumento de política pública na lei municipal, fosse perdendo força na medida em que os conselheiros não se engajavam, seja em comissões de trabalho ou mesmo nos encaminhamentos do Conselho acerca desta agenda. Em relação ao plano municipal, o Laboratório avaliava continuamente que seu papel seria auxiliar no desenho metodológico e mediação, e que o interesse na sua priorização na agenda do Conselho caberia às lideranças dos empreendimentos

12 Para um aprofundamento destes aspectos, ver Reinecke et al. (2020).

e a administração municipal, não partindo assim, de uma proposta desenvolvida dentro dos muros da universidade.

No último mapeamento realizado pelo LabEcosol em 2020, fica evidente a falta de atuação em conjunto dos grupos, que se movem em direções distintas para resolver seus problemas internos. Dessa forma, entendemos a necessidade de uma remobilização em torno de uma agenda que seja construída coletivamente e que represente os objetivos estratégicos dos EES, levando em consideração suas experiências e aprendizados.

Um dos indicativos neste sentido é apontado no mapeamento do LabEcosol, de que os EES reivindicam uma maior perenidade das ações governamentais. Destacando o caráter intersetorial da política de economia solidária, as falas coletadas indicam uma pluralização das áreas da administração pública que, de forma esporádica, tentam absorver as demandas dos EES. Este retrato atual apresentado pelo mapeamento coaduna com o apontado por Reinecke et al (2020) ao retratar a institucionalização da economia solidária no município, com uma participação pendular de órgãos e lideranças políticas da cidade.

Nesse sentido, apontamos que o fortalecimento de espaços de discussão, como o Fórum, poderia estimular a participação no Conselho que, consecutivamente, fortaleceria visões conjuntas do que é e do que deve ser a economia solidária no município, bem como suas áreas prioritárias. Sobre esse ponto, a trajetória que mostramos até aqui destaca um gradual aprendizado por meio da ação, em que erros e acertos, mobilizações e desmobilizações nos mostram um quadro de práticas em constante ressignificação.

Ao oferecer suporte de capacitação e formação, participar do CMES, interagir com os grupos e os poderes públicos, o LabEcosol aos poucos abre caminhos para uma extensão universitária em estreito contato com a realidade local, buscando sua alteração e modificando as percepções dentro da própria universidade. No entanto, nem tudo são flores, pois, como pode-se perceber ao longo desse texto, estamos falando de um território marcado por um

modelo de desenvolvimento e características muito particulares que, sobretudo, coloca estes tipos de iniciativas em último plano em sua lista de prioridades. Da mesma forma, a pandemia da COVID-19 e as medidas essenciais de isolamento social, contribuíram ainda mais para desmobilização dos EES da cidade, evidenciada pela falta de reuniões do CMES desde o começo da propagação do vírus no país. Muito embora os professores da universidade vinculados ao LabEcosol estejam empenhados na continuidade das ações, há que se atentar para as limitações impostas e para os interesses do próprio movimento, observando este processo na longa duração.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

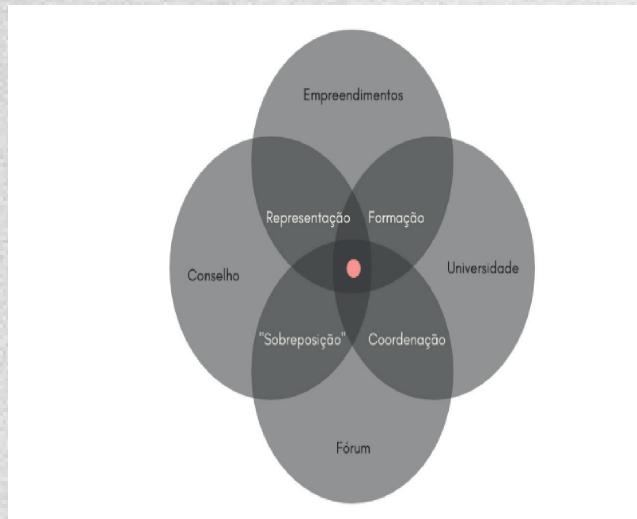
A universidade brasileira é formada pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, sendo esta última, de acordo com Santos (2004), um instrumento de democratização e redução de desigualdades. Como processo educativo que visa a transformação social através de uma relação dialógica (FORPROEX, 1987) antes de expressarmos um diagnóstico pessimista sobre o fenômeno analisado, comum aos estudos recentes sobre conselhos gestores e economia solidária (SILVA, 2018), precisamos considerar o aspecto processual das relações empreendidas pelo LabEcosol ao longo de sua existência.

Os diferentes espaços de interação com o movimento, sejam os empreendimentos individuais ou o Fórum e o Conselho, apresentam a necessidade de reflexão contínua sobre as experiências. O panorama atual, de passagem do terreno informal para caminhos institucionais trouxe efeitos no movimento, seja legitimidade no campo formal, seja desarticulação em outros espaços vistos como sobreposições de função. Da mesma forma, a universidade era vista como espaço de formação, ao mesmo tempo que era atribuída a função de coordenação do Fórum em alguns momentos.

Esse processo de atuação, compreendendo os limites enquanto um dos atores do arranjo,

é essencial. Nesse sentido, identificar os desafios e trazê-los para problematização com os grupos é um dos caminhos. Sobretudo, é importante compreender que papel os atores do movimento identificam na universidade, com essa aproximação. Sintetizamos na Figura 02 alguns desses sentidos e relações entre os “espaços”:

FIGURA 02: Sentidos e relações entre os espaços de interação



Fonte: elaborado pelos autores

Entre os desafios apresentados nas análises destacamos a compreensão dos elementos que chamamos operacionais, tempo e espaço, assim como comportamentais e políticos. A busca por horizontalidade e por ultrapassar assimetrias internas nos espaços participativos, assim como ultrapassar elementos como timidez no processo de interação, era trilhado pela inteligibilidade e construção compartilhada das agendas. A deliberação, desde os elementos mais simples aos mais complexos, atuava como exercício da construção de repertório de ação política na esfera pública. Criar esse espaço aberto, plural e acolhedor, consiste em um desafio cotidiano. Mais que isso, a reflexão sobre os avanços e retrocessos no movimento não é vista de fora, mas sim como parte do movimento. Isso contribui para que o Laboratório possa refletir sobre limites de sua atuação, e, sobretudo, sobre seus papéis na condução e suporte às agendas e

demandas locais e do movimento como um todo.

Aproximar os atores das grandes questões, mas sobretudo estar atento às questões mais cotidianas dos empreendimentos está no centro do desafio da condução das atividades. Nesse sentido, o Conselho municipal tornou-se um espaço institucional do movimento no município, no entanto, como decorrência, tivemos o esvaziamento do Fórum e, inclusive, dificuldades de oxigenação das pautas e de quórum nas reuniões do Conselho (REINECKE et al., 2020). Desse contexto, emergem novos dilemas a serem enfrentados e absorvidos pelos atores.

Tendo em vista a complexidade deste cenário, o LabEcosol ainda pode ter algum papel a cumprir, especialmente no médio e longo prazo. Embora não se reivindique como o catalisador do movimento, o Laboratório também faz parte da rede de atores envolvidos para o desenvolvimento deste tipo de práticas na região, visando a redução das desigualdades tão enraizadas na sociedade brasileira e se valendo do compromisso social imbuído na universidade pública brasileira.

Refletindo sobre o papel da extensão universitária na economia solidária é necessário repensar sobre o papel da universidade como uma entidade de apoio e fomento, uma vez que ela interage a partir e em conjunto ao movimento de economia solidária. Importante que mesmo que o cenário atual seja de desmobilização, como foi no passado (REINECKE et al., 2020), a universidade não pode artificializar a realidade, mesmo que a existência da demanda real seja necessária para justificar recursos ou sua própria existência. Neste sentido, é necessário avaliar, refletir e compartilhar destas dificuldades com o campo acadêmico, como estamos fazendo com este texto, e continuar a estudar as causas dos problemas que resultam na desmobilização do movimento ou mesmo a apatia da administração pública para com esta agenda.

I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>
Acesso em 07/11/2019.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVRITZER, L.; RECAMÁN, M.; VENTURI, G. O associativismo na cidade de São Paulo. In: AVRITZER, L. (org.). *A participação em São Paulo*. São Paulo: Editora UNESP, p. 11 – 58, 2004.

BALNEÁRIO CAMBORIÚ. Decreto no 9.438, de 14 de junho de 2019. Nomeia os integrantes do Conselho Municipal da Economia Solidária – CMES, e dá outras providências. Leis Municipais, 19 jun. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3502OEX>> Acesso em: 13 ago. 2020.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Petrópolis: Vozes, 2002.

CASTRO, L. M. C. A universidade, a extensão universitária e a produção de conhecimentos emancipadores. Reunião Anual da ANPED, v. 27, p. 1-16, 2004.

COSTA, B. A. L. Economia solidária e o papel das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares no Brasil: a experiência de extensão universitária da ITCP-UFV. *Revista ELO-Diálogos em Extensão*, v. 2, n. 2, 2013.

COSTA, P. de A., CARRION, R. Situando a Economia Solidária no Campo dos Estudos Organizacionais. *Revista Latino Americana de Economía Social y Solidaria*, v.3, n. 4, p. 66–81, 2009.

FORPROEX - I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Conceito de Extensão, Institucionalização e Financiamento, Brasília, 1987. Recuperado de <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1987->>

GAIGER, L. I. Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 84, p. 81-99, 2009.

GAIGER, L. I.; FERRARINI, A.; VERONESE, M. O conceito de empreendimento econômico solidário: por uma abordagem gradualista. *Dados*, v. 61, n. 1, p. 137-169, 2018.

GIBBS, G. Análise de dados qualitativos. Porto Alegre: Artmed, 2009.

IPEA. Conselhos Nacionais: perfil e atuação dos conselheiros. Brasília: [s.n.], 2013.

GATTAI, Silvia; BERNARDES, Marco Aurélio. Papel e responsabilidades da universidade no processo socioeducativo presente em movimentos de economia solidária. *RAM. Revista de Administração Mackenzie*, v. 14, n. 6, p. 50-81, 2013.

LAVALLE, A.; VOIGT, J.; SERAFIM, L. O que Fazem os Conselhos e Quando o Fazem? Padrões Decisórios e o Debate dos Efeitos das Instituições Participativas. *Dados*, v. 59, n. 3, p. 609–650, 2016.

LAVALLE, A. et al. Movimentos sociais, institucionalização e domínios de agência. In: LAVALLE, A. (org.). *Movimentos sociais e institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição*. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 21 –86, 2019.

LAVILLE, J. L. Ação pública e economia: um quadro de análise. In: FRANÇA FILHO, G.; et al. *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

LISBOA, A. de M. Economia solidária e autogestão: imprecisão e limites. RAE, v.45, n.3, p.109-115, 2009.

LOCKS, Pompilio. Lideranças, clientelismo e movimentos sociais: reflexões a partir do caso da economia solidária. *Teoria & Pesquisa: Revista de Ciências Sociais*, São Carlos, v. 25, n. 1, p. 94-119, 2016.

MELO NETO, J. F. Extensão Universitária: bases ontológicas. *Extensão universitária: diálogos populares*, p. 13, 2002.

NUNES, A. L. P. F.; SILVA, M. B. da C. A extensão universitária no ensino superior e a sociedade. *Mal-Estar e Sociedade*, v. 4, n. 7, p. 119-133, 2011.

PACHECO, A. S. V.; MELO, D.; REINECKE, L. F. G.; LOCKS, P.; SIMON, V. P. A experiência do LabEcoSol (2016-2018): Extensão Universitária e Inovação Social em Movimento. In: MUÑOZ C. Pérez, ARTEAGA I. Hernández (orgs.). *Economía social y solidaria en la educación superior: un espacio para la innovación*. v. 3, p. 277-315. Bogotá: Ediciones Universidad Cooperativa de Colombia, 2020.

PAULA, J. A. de. A extensão universitária: história, conceito e propostas. *Interfaces-Revista de Extensão da UFMG*, v. 1, n. 1, p. 5-23, 2013.

POGREBINSCHI, T. *Conferências Nacionais e Políticas Públicas Para Grupos Minoritários*. Texto para discussão 1741. Rio de Janeiro: Ipea, 2012.

RAYS, O. A. Ensino-Pesquisa-Extensão: notas para pensar a indissociabilidade. *Cadernos de Educação Especial*, n.21, p. 71-85, 2003.

REINECKE, L. F. G., PACHECO, A. S.

V., MELO, D., LOCKS, P., SIMON, V. P. A institucionalização da economia solidária em Balneário Camboriú: atores, agendas e processos. *Mercado de trabalho: conjuntura e análise*. n.70. Brasília: IPEA, 2020

SANTOS, A. M. dos; CRUZ, A. C. M. da. Incubadoras tecnológicas de cooperativas populares: interdisciplinariedade articulando ensino, pesquisa e extensão universitária. *e-cadernos CES*, n. 02, 2008.

SANTOS, B. de S. *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade* (2.ed.). São Paulo: Cortez, 2004.

SERRANO, R. M. S. M. Conceitos de extensão universitária: um diálogo com Paulo Freire. *Grupo de Pesquisa em Extensão Popular*, v. 13, n. 8, 2013.

SILVA, C. E. A política de economia solidária no ciclo orçamentário nacional (2004-2018): inserção, expansão e crise de paradigma. *Texto para Discussão*, n. 2434. Brasília: Ipea, 2018.

TILLY, C. *Historical analysis of political processes*. In: TURNER, J. (ed.); *Handbook of sociological theory*. New York: Plenum Publishers, 2002.



MULHERES PRETAS NA RESISTÊNCIA: A RELAÇÃO ENTRE O MULHERISMO AFRICANA E AUTO ORGANIZAÇÃO DE MULHERES PRETAS NO ESTADO DE SERGIPE

Tayane Michele Santos Rocha¹

Érica Maria Delfino Chagas²

Ilzver de Matos Oliveira³

¹ Mestranda em Direitos Humanos – bolsista CAPES (UNIT/SE). Integrante do grupo de Pesquisa GPPDH – Políticas Públicas de Proteção aos Direitos Humanos - CNPq (2018- atual). Membro da Sociedade de Estudos Éticos, Políticos, Sociais e Culturais – Omolàiyé. Bacharela em Direito (UNIT/SE). E-mail: tayanemichele@hotmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1160652726440912>.

² Advogada. Mestranda em Direitos Humanos – bolsista CAPES (UNIT/SE). Bacharela em Direito (UNIT/SE). Integrante do grupo de Pesquisa GPPDH – Políticas Públicas de Proteção aos Direitos Humanos - CNPq (2018- atual). E-mail: ericamdelfino@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7114449553122578>.

³ Professor do Mestrado em Direitos Humanos da (PUC/PR). Doutorado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Mestrado em Direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestrado em Direito e Sociologia pela Universidade de Coimbra (UC-Portugal). Graduação em Direito pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: ilzver.matos@souunit.com.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4770751511233073>.

O presente artigo é resultado da pesquisa desenvolvida nos anos de 2018 a 2019 por, até então, discentes do curso de Direito da Universidade Tiradentes e alunas do Ensino Médio do colégio Estadual Petrônio Portela, em comunidades predominantemente negras do estado de Sergipe, sob orientação do Prof. Dr. Ilzver de Matos Oliveira. Essa pesquisa foi anteriormente publicada em versão prévia no livro “Povos originários e comunidades tradicionais”, portanto, esta é uma versão ampliada e atualizada dos resultados obtidos. O Mulherismo Africana, teoria epistemológica de Cleonora Hudson Weems, surge da necessidade de demonstrar a existência de uma pluralidade de práticas realizadas por mulheres africanas no continente e na diáspora, que se relacionam diretamente com o legado ancestral. Weems enfatiza que, diferente de outras teorias que dialogam com as questões do gênero feminino, ela não criou ou descreveu regras do que seria necessário para ser uma mulherista africana, apenas observou aquilo que era realizado por mulheres africanas e nomeou; portanto, esta não segue um padrão e é consumada apenas pela desenvoltura cotidiana de costumes passados por mulheres negras de geração para geração. A pesquisa que originou este artigo buscou seguir o princípio utilizado por Weems: dedicou-se a observar a presença de práticas que dialogassem com essas raízes ancestrais em comunidades pretas no Estado de Sergipe. Dessa forma, foram selecionadas três comunidades: o Bairro 17 de março localizado na capital Aracaju, a cidade de Laranjeiras e o quilombo da Mussuca, no povoado de Laranjeiras, todos no Estado de Sergipe, no Brasil.

Palavras-chave: Comunidades. Mulherismo Africana. Extensão universitária.

This article is the result of research carried out in the years 2018 to 2019 by, until then, students of the Law course at Tiradentes University and high school students at the Petrônio Portela State School, in predominantly black communities in the state of Sergipe, under the guidance of Prof. Dr. Ilzver de Matos Oliveira. This research was previously published in a previous version in the book “Original Peoples and Traditional Communities”, therefore, this is an expanded and updated version of the results obtained. African Womanism, an epistemological theory by Cleonora Hudson Weems, arises from the need to demonstrate the existence of a plurality of practices carried out by African women on the continent and in the diaspora, which are directly related to the ancestral legacy. Weems emphasizes that, unlike other theories that dialogue with women's issues, she did not create or describe rules of what it would take to be an African womanist, she just observed what was accomplished by African women and named it; therefore, this does not follow a pattern and is consummated only by the daily resourcefulness of customs passed down by black women from generation to generation. The research that originated this article sought to follow the principle used by Weems: it was dedicated to observing the presence of practices that dialogued with these ancestral roots in black communities in the State of Sergipe. Thus, three communities were selected: Bairro 17 de Março located in the capital Aracaju, the city of Laranjeiras and the Quilombo da Mussuca, in the village of Laranjeiras, all in the State of Sergipe, Brazil.

Keywords: Communities. African womanism. University Extension.

Este artículo es el resultado de una investigación realizada en los años 2018 a 2019 por, en este entonces, estudiantes de la carrera de Derecho de la Universidad Tiradentes y estudiantes de secundaria de la Escuela Estatal Petrônio Portela, en comunidades predominantemente negras en el estado de Sergipe, Brasil, bajo la guía del Prof. Dr. Ilzver de Matos Oliveira. Una versión previa de los resultados preliminares de esta investigación fue publicada en el libro “Pueblos Originarios y Comunidades Tradicionales”; por lo tanto, esta es una versión ampliada y actualizada de los resultados obtenidos. El “mujerismo africano”, un abordaje epistemológico de Cleonora Hudson Weems, surge de la necesidad de demostrar la existencia de una pluralidad de prácticas realizadas por mujeres africanas en el continente y en la diáspora, las cuales están directamente relacionadas con el legado ancestral. Weems enfatiza que a diferencia de otras teorías que dialogan con temas del género femenino, ella no creó ni describió reglas de lo que se necesitaría para ser una “mujerista africana”, solo observó lo que hacían las mujeres africanas y lo nombró. Por lo tanto, ella no obedece a un patrón y se consuma con la facilidad diaria de las costumbres transmitidas por las mujeres negras de generación en generación. La investigación que originó este artículo buscó seguir el principio utilizado por Weems: se dedicó a observar la presencia de prácticas que dialogaban con estas raíces ancestrales en comunidades negras del Estado de Sergipe, Brasil, por lo que se seleccionaron tres comunidades: El barrio 17 de Marçoubicado – en la capital Aracaju, la ciudad de Laranjeiras y el quilombo da Mussuca, en el pueblo de Laranjeiras.

Palabras clave: Comunidades. Mujerismo africano. Extensión Universitaria.

INTRODUÇÃO

“Quando vi vocês no portão, pensei: oiá, é todo mundo de casa!”

S.

A trajetória da pesquisa iniciou no bairro 17 de março localizado na Zona Sul do município de Aracaju/SE, no Brasil. Objetivando fazer o reconhecimento territorial do local, num primeiro momento, optou-se por conversar com a população para observar melhor as práticas que eram desenvolvidas por mulheres negras, de diferentes faixas etárias, que pudessem ser facilmente associadas à africanidade. É importante ressaltar que a escolha da frase acima evidenciada não foi por acaso, a pesquisa foi estruturada partindo do princípio da genuína irmandade no feminino, de mulheres negras com mulheres negras para a comunidade. A frase foi dita por uma das participantes do projeto de extensão “Mulherismo Africana: o resgate da visibilidade social da mulher afro-brasileira” quando se viu cercada de mulheres negras reconhecendo a familiaridade entre as suas existências.

A pesquisa foi ancorada, em suma maioria, em alguns conceitos já pré-estabelecidos e discutidos pelos seguintes autores negros: o “Mulherismo Africana” de Cleonora Hudson Weems, o “berço civilizatório matriarcal” de Cheick Anta Diop e as “escrivivências” de Conceição Evaristo. Todas as temáticas foram abordadas em atividades realizadas em espaço aberto e conexão direta com a comunidade.

O Mulherismo Africana é uma temática muito recente no Brasil, mas, em larga escala, é possível observar a sua potente existência em comunidades quilombolas e lugares onde há, predominantemente, a presença de pessoas negras. Por não ser de cunho terminológico ou meramente acadêmico, foi necessário ir a campo para tornar evidente a forma que as mulheres negras na diáspora reproduzem o legado ancestral africano, mesmo diante de todas as adversidades que são diariamente inseridas, seja em uma posição de invisibilidade ou, muitas vezes, vulnerabilidade social.

O manuseio de ervas com poder de

cura, a culinária típica e direcionada ao tratamento dos corpos negros adoecidos pela ocidentalização da alimentação, os aspectos de criação das crianças, o cuidado com a comunidade ou a vizinhança, a casa sempre cheia ou até mesmo a comida servida para a visita, apontam, ainda que singelamente, a existência das práticas do Mulherismo Africana. A mulher negra exerce um papel extremamente fundamental em sua comunidade, mas isto não a coloca numa posição de superioridade diante do homem negro. Os valores ancestrais consideram a união entre homens e mulheres negras um elo fundamental para o bom funcionamento da comunidade.

A teoria do Mulherismo Africana adentra numa perspectiva estritamente prática pois, por essência, busca centralizar todos os fatores culturais, históricos e econômicos que foram deslocados sob condições que surgem a diáspora. O Mulherismo Africana reafirma a afrocentricidade, constituída a partir do ato de centralizar, instituído do conceito de unificação cultural, que serve como um alicerce de movimentação atuante na reconstrução das crenças e valores africanos para restauração da visão do povo africano em diáspora, através do pensamento de grandes ativistas sociais, anteriores a Diop, mas que já vinham reafirmando as conquistas e a grandeza africana, distante do mundo acadêmico e anterior a suposta conquista europeia.

Dessa forma, não se pode afirmar que a prática do Mulherismo Africana se restringe para o benefício de mulheres negras, uma vez que ela direciona para a união de homens negros e mulheres negras não só para o enfrentamento dos racismos, mas também resgata tradições africanas, idealizando uma sociedade na qual provém de um cerco de quilombismo. Assim, as atividades realizadas pelo projeto objetivam centralizar as relações dos círculos familiares comunitários numa narrativa de emancipação diante da estruturação social que circunda a mulher negra e com foco na promoção da afrocentricidade.

1 O MULHERISMO AFRICANA COMO MEIO ALTERNATIVO À SUBJETIVIDADE DA MULHER DE ASCENDÊNCIA AFRICANA

Nenhum povo, nenhuma civilização e nenhum grupo social detêm a verdade absoluta ou a universalidade dos saberes e, portanto, não podem definir qual a forma correta das estruturas sociais. A ideia de universalidade da humanidade é uma barreira às epistemologias, pois trata-se de um conceito largamente insuficiente para a pluralidade das sociedades. Nesta primeira seção, iremos tratar da construção social do gênero e raça, da organização das mulheres de ascendência africana e também da não representação universal do feminismo como um ideal ímpar.

A mulher negra e o homem negro na diáspora africana têm sua existência constantemente violada em razão da historicidade do seu corpo. No Brasil, o corpo negro é um corpo não desejado, é um corpo que é o alvo do embranquecimento, das violências físicas e psicológicas e dos genocídios. Pensar no corpo da mulher negra como um corpo meramente atingido pelas problemáticas de gênero, é ignorar a subjetividade racial que implica em todas as esferas de sua vida. Há de se evidenciar que “o patriarcado europeu está na base das desigualdades sociais do Ocidente que afetam as mulheres e os homens africanos de forma igualmente perversas” (DOVE, 1998, p.5)

As implicações de gênero que dão origem ao feminismo foram construídas a partir de uma lógica ocidental, que comprehende homens e mulheres como categorias opostas, em razão do caráter biológico dos seus corpos, assim, as divisões hierárquicas são pré-estabelecidas apenas como consequência da observação do masculino e do feminino. Oyewumi (2021) traz uma reconfiguração do pensamento hegemônico ocidental a respeito do corpo e da construção do gênero com a representação do gênero nas sociedades africanas:

Na sociedade iorubá, pelo contrário, as relações sociais derivam sua legitimidade

dos fatos sociais e não da biologia. Os meros fatos biológicos da gravidez e parto importam apenas em relação à procriação, como devem ser. Fatos biológicos não determinam quem pode se tornar monarca ou quem pode negociar no mercado. Na concepção autóctone iorubá, essas questões eram questões propriamente sociais, e não biológicas; portanto, a natureza da anatomia não definia a posição social de uma pessoa. Consequentemente, a ordem social iorubá requer um tipo diferente de mapa, e não um mapa de gênero que pressupõe a biologia como a base do social. (OYEWUMÍ, 2021, p. 42).

Cleonora Weems (1997) destaca a importância de o povo preto criar suas próprias referências a partir do seu próprio contexto cultural, qual seja, a matriz africana, para que não incorra no erro de permitir que pensadores europeus ditem teorias estranhas às particularidades do povo africano. Pensando nisso, o Mulherismo Africana não se apresenta como um segmento do feminismo ou um adversário deste. O Mulherismo parte de uma conjuntura afrocêntrica que situa o povo preto como agente na análise das realidades e busca soluções para os problemas a partir da localização da sua própria agenda.

É oportuno enfatizar que localizar se refere ao lugar de onde é feita uma narrativa, desde onde as práticas e posições emergem, às referências e valores que orientam e organizam atividades políticas e de pesquisas. A agência diz respeito à capacidade de utilização dos recursos intelectuais e políticos na redefinição dos papéis dos povos, mulheres e homens africanos como protagonistas nos diversos processos de produção de conhecimento e participação na construção das civilizações humanas. Portanto, em certa medida, localização e agência são indissociáveis. (NOGUEIRA, 2010, p.4)

Assim, conforme Njeri e Ribeiro (2019, p. 600), o Mulherismo Africana valoriza a mulher negra, indo de encontro à perspectiva eurocêntrica e colonizadora que a coloca em lugar de inferioridade e submissão social com base na raça e gênero. A mulher negra e, consequentemente o povo negro, por

meio do aquilombamento⁴ e da história e ascendência matriarcal que os cercam, mantém vivos aspectos africanos que são sinônimo de resistência às violências sofridas.

Ou seja, a mulher negra brasileira, ainda de acordo com as autoras, resgata um papel importante “como líderes na luta pela recuperação, reconstrução e criação da integridade cultural negra, que defendam os princípios keméticos de Maat, de reciprocidade, equilíbrio, harmonia, justiça, verdade, integridade e ordem”. (NJERI; RIBEIRO, 2019, p. 600).

E o Mulherismo Africana apresenta-se como a própria realidade vista e, principalmente, vivida pelo povo preto e pelas mulheres negras da diáspora africana. Não se confunde com o feminismo e com demais teorias que têm como prioridade as questões de gênero, pois vai além desse aspecto. Algo que Dove (1998, p. 8) discute ao tratar sobre o conceito de matriarcado e a relação entre o feminino e masculino, pois de acordo com ela na perspectiva africana ela não se apresenta estritamente hierárquica, ao contrário, é complementar.

Aspectos como a família, ideia de comunidade - que pode ser entendida desde as comunidades periféricas aos terreiros de religiões de matriz africana e aos quilombos -, valorização do feminino e da mulher como gestora de si e dos seus, a espiritualidade são palpáveis e presentes na realidade da

maioria das famílias brasileiras, que são negras. E o Mulherismo mostra que, para além de uma nomenclatura própria que o distancia de demais teorias, é a prática cotidiana e ancestral. (URASSE, 2019, p. 302)

Algo que é necessário para as vivências negras é a questão do corpo. Gomes (2003, p. 171), ao dissertar sobre o olhar sobre o corpo preto, o cabelo crespo e a identidade negra no Brasil, discute como a sociedade brasileira enxerga o corpo negro de forma negativa, fazendo-o negar a si próprio. Portanto, se autoafirmar, valorizar e manter a autoestima sendo uma pessoa negra por si só já é um ato de resistência. Não apenas as mulheres negras, mas todo corpo negro, inclusive as crianças são alvos dessa visão pejorativa que atravessa seus corpos tão cedo.

O povo negro, enquanto excluído socialmente, está em uma eterna busca pela construção da sua unidade. Algo que, atualmente, continua sendo impulsionado pelos movimentos negros contemporâneos, já que é perceptível a necessidade do “resgate de sua cultura, do seu passado histórico negado e falsificado, da consciência de sua participação positiva na construção do Brasil, da cor de sua pele inferiorizada [...]”. (MUNANGA, 2010, p. 446)

Assim, ressalta-se a importância de uma teoria que privilegia as particularidades de uma forma geral.

2 PRÁTICAS ANCESTRAIS EM COMUNIDADES SERGIPANAS

O projeto de extensão iniciou seu desenvolvimento efetivo no conjunto habitacional 17 de março, situado na cidade de Aracaju, no ano de 2018, logo após um intenso estudo sobre a comunidade local, bem como das teorias que foram apresentadas na seção anterior. As entrevistas e atividades desenvolvidas com as mulheres forneceram um escopo satisfatório para a demonstração dos resultados que serão aqui expostos. A pesquisa teve como objetivo de estudo evidenciar a existência do Mulherismo

⁴ O termo “aquilombamento” vem da palavra quilombo, no seu sentido prático e também ideológico. Beatriz Nascimento (1985) foi uma importante estudiosa sobre os quilombos em sua completude, questionando e estudando as maneiras com as quais negros utilizam do fenômeno de “quilombar”, do quilombo como prática, meio de resistência, manutenção de conhecimento, saberes e fortalecimento. Tudo diretamente relacionado com as práticas coletivas e ancestrais comuns às vivências e diversas manifestações culturais negras. É possível compreender mais sobre em seu artigo publicado em 1985 de título “O conceito de quilombo e a resistência cultural negra”.

Africana em comunidades sergipanas, a fim de sustentar a predominância da cultura negra no estado, bem como o apagamento desta na história de Sergipe.

Iniciamos as entrevistas abordando mulheres de porta em porta conforme havia sido estipulado anteriormente, e as entrevistas foram realizadas no bairro 17 de março em quatro sábados consecutivos. Nos primeiros sábados conhecemos cerca de vinte mulheres e ambas com histórias muito parecidas, que trouxeram notoriedade às questões estigmáticas da vivência das mulheres negras em áreas de vulnerabilidade social. A estrutura da mulher periférica é composta por força e motivada pela busca de proporcionar melhorias de condições aos seus, assim como suas ascendentes também tentaram, evidenciando um ciclo infinito e aparentemente sem escapatória. Ambas buscavam a mesma saída, mas que é materializada em uma porta estreita e cheia de desafios e empecilhos, que triplicam e aumentam os níveis de dificuldade a cada barreira vencida.

Muitas das entrevistadas suscitaram o esquecimento destas como indivíduos tanto por parte do poder público como da sociedade. A invisibilidade da população periférica alcança ostensivamente as mulheres negras, primeiro por serem maioria nessas áreas subalternas, pois muitas vezes os seus companheiros, filhos e irmãos encontram-se encarcerados ou precisam se distanciar do círculo familiar em busca de trabalho que proporcione melhor dignidade de vida. E segundo porque é direcionado a essas mulheres o papel de serem nutridoras do seio familiar. A questão negativa aqui apresentada não se refere aos papéis que são direcionados às mulheres negras, pois estas não apresentam críticas ao fato de serem as protagonistas no seio familiar, mas, sim, às oportunidades de crescimento econômico que são negadas em razão de diversos fatores associados.

A primeira hipótese levantada e observada a partir da narrativa das 20 (vinte) mulheres negras entrevistadas é que não existem programas que as auxiliem na busca por melhorias salariais, e, tampouco, cursos preparatórios para ingressarem no mercado

de trabalho a partir de uma qualificação profissional. A segunda questão levantada é a do racismo, da rejeição dos seus corpos negros nos espaços que conseguem alcançar.

Em razão disso, o projeto de extensão na comunidade 17 de março objetivou não apenas captar informações para aspectos acadêmicos, mas também restabelecer a autoestima, não apenas estética, mas a autoestima relacionada à auto determinação com o resgate da identidade social e cultural.

2.1 A IRMANDADE GENUÍNA NO FEMININO E CENTRALIDADE NA FAMÍLIA NO CONJUNTO HABITACIONAL 17 DE MARÇO

O projeto de extensão Mulherismo Africana teve como objetivo ir além da externalização do conhecimento dos muros da universidade. Através dele, foi possível a troca de conhecimento entre o povo preto, o despertar para o autoconhecimento como indivíduos negros e a sua identidade. Ademais, buscou conectar e proporcionar a troca de vivências entre mulheres negras que vivem à mercê de um sistema seletivo e marginalizador. Assim, conseguiu recuperar a autoestima de mulheres negras, o despertar da sua ancestralidade e da unidade do povo preto na diáspora.

O trajeto de entrevistas percorreu longos caminhos na história da ancestralidade e do autorreconhecimento identitário. A deficiência do sistema não é só não ver, não é apenas não reconhecer. É não ouvir tudo que elas têm para acrescentar e questionar. Nesta seção, antes de mergulhar nas atividades que foram realizadas durante a execução do projeto, iremos transcrever um breve relato sobre a entrevista com 3 (três) mulheres de diferentes faixas etárias.

Começamos as entrevistas com a senhora M.R.P.S, 53 anos, e com marcas internas que a vida árdua a trouxe. O semblante que carrega um sorriso é o mesmo que traz cicatrizes do sol. M.R.P.S teve 4 filhos. Começou a trabalhar aos 9 anos,

nunca foi à escola. Enquanto contava sua história, retratou frases de empoderamento e independência. M.R.P.S fez questão de demonstrar no decorrer da conversa que, mesmo sem saber escrever seu próprio nome, tinha uma boa desenvoltura com cálculos.

M.R.P.S se propôs, de forma afetiva, a ajudar a encontrar outras mulheres enquanto fazíamos o caminho até a casa da sua filha, que morava em um barraco de lona e madeira, nas Mangabeiras - uma ocupação conhecida como "a favela".

No caminho, encontramos S.J.N de 13 anos e a sua mãe M.A.J.N, 42 anos que, junto às expressões de desconfiança, demonstrava a necessidade de expor os empecilhos que enfrentavam. Após escutar a explicação do sentido do projeto, esta se propôs a contribuir, e revelou que sua filha, S.J.N de 13 anos, havia casado há pouco tempo, e que não teve muito o que fazer sobre a situação, mas que se mantinha próxima à filha para intervir em situações do relacionamento do casal quando necessário; como o fez em relação a conflitos anteriores.

S.J.N, ao contrário do olhar desconfiado de sua mãe, apresentava um olhar ingênuo, queria conversar desde o primeiro contato e expressou com um sorriso tímido que queria estudar e um dia ser juíza. Um fato relevante é que ela não sabia da existência de uma universidade particular que ficava a poucos km da sua residência, o que demonstra como a segmentação social atua constantemente em noções de lugares de pertencimento e não pertencimento.

Assim, todas as mulheres entrevistadas afirmaram interesse em participar das atividades a serem realizadas com o projeto de extensão. Foi constatado um perfil econômico similar entre elas, pouca ou quase inexistente presença de afirmação da identidade racial, liderança no seio familiar e reafirmação de pertencimento comunitário.

Iniciamos as atividades com um café da manhã e logo após concretizamos a atividade intitulada: "como eu me vejo". O objetivo da atividade era observar a forma como essas mulheres enxergavam a própria existência, a posição que se viam e como

se imaginariam em 10 anos. Com essa atividade foi possível identificar a criação de laços e o desenvolvimento emocional através da criação de bonecas que eram reflexos da imagem que elas mesmas tinham de si. Foi possível observar a dificuldade de reconhecer a sua própria imagem, sem influências externas provocadas pelo racismo, e também como a ausência de perspectiva é rotineira na vida das mulheres que possuem mais idade. Ainda assim, todas elas apresentam discorreram timidamente sonhos os tratando como improváveis.

Em homenagem ao mês da consciência negra, foi realizado um percurso com oficinas de turbantes acerca da história que mulheres africanas carregam há milênios com esses adornos. As mulheres mantiveram-se atentas e há uma nítida mudança no olhar das participantes por estarem mais próximas da sua ancestralidade e resgatando aos poucos a sua identidade. Para muitas, foi a primeira vez que tiveram a oportunidade de exaltar a sua feminilidade, o que provocou estranhamento ao se observar no espelho.

Restou perceptível o aumento gradual, porém significativo, da autoestima, principalmente quando analisada a atividade de maquiagem e oficina de turbante, na qual, de acordo com relatos das próprias mulheres, a maioria nunca havia sido maquiada por uma profissional e enxergaram beleza nelas a partir disso. Além disso, após a oficina, muitas passaram a utilizar o turbante em seu dia a dia, sendo um exemplo expressivo, o fato de uma delas ter sido modelo de uma propaganda utilizando a amarração de turbante ensinada.

Entre os resultados obtidos, foi notório que o projeto não abrangeu apenas a mulher participante, mas também a família, praticando um dos princípios elencados no Mulherismo Africana que é a centralidade na família.

2.2 AUTODEFINIÇÃO E AUTONOMIA NO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS E QUILOMBO MUSSUCA

Em visita técnica realizada no Município de Laranjeiras, durante o evento cultural mais importante da cidade, do ponto de vista popular e histórico, a manifestação cultural “Lambe Sujo x Caboclinhos” tem participação e envolvimento de toda a comunidade. Os atos realizados durante as 12 horas remetem a época do Brasil Colônia, com a figura dos seguintes personagens históricos: Mãe Suzana, o feitor, os negros com a foice na mão, os embaixadores, Pai Jucá e os índios. O enredo gira em torno de um combate, trazendo quesitos de uma possível revolução dos negros escravizados. Os populares saem as ruas recitando o seguinte canto:

“ Samba, nego,
Branco não vem cá.
Se vier, pau
Há de levar.”

Mãe Suzana é a retratação da mulher africana que cuida da comunidade e é muito respeitada: ou seja, enfatiza a forte presença da mulher nas comunidades e igualdade de papéis com os homens. Mãe Suzana é aquela que interfere nos conflitos que existem, a fim de lutar pelos seus.

Às margens da BR-101, o povoado Mussuca apresenta uma população estimada em 2 mil habitantes. Nesta comunidade, é possível observar que ainda é predominante no âmbito da construção civil a produção de casas de “taipa”. Segundo populares, a técnica de construção de paredes e muros é datada na África muito antes da colonização europeia e consiste em comprimir a terra em volta de madeiras, num formato quadrangular.

No Quilombo Mussuca foi possível observar com mais facilidade a presença da prática ancestral e os cuidados comunitários que advém das tradições do continente Africano, principalmente no que concerne ao samba de pareia e a rica tradição da meladinha. O povoado da Mussuca está localizado no Município de Laranjeiras no Estado de Sergipe e recentemente foi reconhecido como uma comunidade remanescente de quilombo pela Fundação Palmares⁵. O

cerco comunitário é prova de resistência, posto que serviu durante o período colonial escravagista, como refúgio para africanos. É possível observar semelhanças com as tribos africanas a partir da estrutura das casas, onde grande parte delas, por pertencerem à mesma família, não possuem muros, cercas ou portões.

Através de estudiosos e pessoas que contribuíram historicamente e culturalmente para a memória do Quilombo da Mussuca é possível apontar algumas tradições remotas desde o período colonial e que passam de geração em geração sobrevivendo até o dia de hoje, a exemplo da famosa “meladinha”.

Quando nasce um bebê na comunidade quilombola da Mussuca, as mulheres do Samba de Pareia tem a missão de homenagear a mãe e a criança, dançando e tomando meladinho. O meladinho é uma bebida preparada com mel de abelha, canela, arruda, cebola branca e cachaça. Para a parturiente é preparado um pirão de galinha feito com ervas visando trazer para a mãe força, virtude e longevidade.

2.3 FOTOGRAFIAS

Seguem abaixo, sequência de fotos selecionadas para enfatizar as atividades desenvolvidas no período de 2018 a 2019:

preservar e ampliar as manifestações culturais negras. Além disso, atuando com o objetivo de combater o racismo, contribuindo com os direitos da população negra. É possível encontrar mais informações no site oficial da fundação: “<https://www.palmares.gov.br/>”.

⁵ A Fundação Palmares é uma fundação cultural criada com o objetivo de promover, proteger,

FIGURA 1 - Visita ao Museu Afro-Brasileiro de Sergipe localizado na cidade de Laranjeiras/SE.



Fonte: arquivo pessoal.

FIGURA 2 - Visita à Sociedade de Culto Afro Brasileiro Filhos de Obá em Laranjeiras/SE.



Fonte: arquivo pessoal

FIGURA 3 - Visita à Sociedade de Culto Afro Brasileiro Filhos de Obá em Laranjeiras/SE.



Fonte: arquivo pessoal

FIGURA 4 - Participantes do projeto na Oficina de Turbantes e Maquiagem no “Mini shopping” da Universidade Tiradentes – Farolândia, Aracaju/SE.



Fonte: arquivo pessoal.

CONCLUSÃO

As atividades foram desenvolvidas com o objetivo de ir além dos muros da universidade, de valorizar não apenas saberes estritamente acadêmicos, teorizados em sua grande maioria por pessoas brancas numa perspectiva eurocêntrica. Por isso, a busca em utilizar da pesquisa extensionista, da aproximação com comunidades e das experiências não priorizadas pela academia.

A estruturação do projeto, organização, a pesquisa teórica e as atividades práticas e empíricas juntas conseguiram propiciar um retorno positivo e satisfatório para todos os sujeitos envolvidos, participantes e idealizadores do projeto. Das mulheres negras participantes do projeto notou-se o aumento da autoestima, novas perspectivas futuras para suas vidas, aumento do conhecimento sobre sua própria cultura e um maior entendimento sobre sua identidade enquanto mulher negra e mulher negra parte de um coletivo/comunidade.

Além disso, a desmistificação sobre o que a sociedade impõe sobre as religiões de matriz africana e tudo que as cerca. A ideia de que é possível alçar caminhos muitas vezes distantes da realidade também imposta socialmente à mulher negra, não mais sendo vista como subserviente e não capaz de

realizar seus sonhos e aspirações.

E o próprio contato com aspectos da teoria Mulherismo Africana. Ela pode ser vista e vivida em todas as fases e atividades, desde o início dos estudos teóricos até a finalização do projeto. Sendo assim, percebe-se que é possível fazer pesquisa utilizando de um outro olhar e, mais importante, prática, com atenção às subjetividades e particularidades, ainda mais quando elas são socialmente julgadas, excluídas e menosprezadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASANTE, MolefiKete. Afrocentricidade: Notas sobre uma posição disciplinar. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin. (Org.). Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009. p. 93-110.

ASANTE, MolefiKete. Afrocentricidade. Rio de Janeiro: Afrocentricidade Internacional, 2014.

CARNEIRO, Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <<https://repositorio.usp.br/item/001465832>>. Acesso em: 09 ag. 2021.

DIOP, Cheikh Anta Diop. A unidade cultural da África Negra. Tradução Sílvia Neto. Luanda: Edições Mulemba, 2014.

DOVE, Nah. Mulherismo Africana: Uma Teoria Afrocêntrica. Universidade Temple. Tradução de Wellington Agudá. Jornal de estudos negros, v. 28, n. 5, maio 1998.

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2008.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. Currículo sem fronteiras, v. 12, n. 1, p. 98-109, 2012. Disponível em: <http://www.apeoesp.org.br/sistema/ck/files/5_Gomes_N%20L_Rel_etnico_raciais_educ%20e%20descolonizacao%20do%20curriculo.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2021.

MOORE, Carlos. A África que incomoda: sobre a problematização do legado africano no quotidiano brasileiro. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. Revista Afrodiáspora, v. 3, n. 6-7, p. 41-49, 1985. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4408010/mod_resource/content/2/NASCIMENTO-Beatriz_O%20conceito%20de%20Quilombo%20e%20a%20resist%C3%A7Ancia%20cultural%20negra.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2021.

NJERI, Aza; RIBEIRO, Katiúscia. Mulherismo Africana: práticas na diáspora brasileira. In: Currículo sem Fronteiras. v. 19. n. 2, p. 595-608, maio/ago. 2019. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/2d47dfa528d9af54df758d0cc6cce91f0afcc9e7.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2021.

NOGUERA, Renato. Afrocentricidade e educação: os princípios gerais para um currículo afrocentrado. Revista África e Africanidades, Ano 3, n. 11, nov. 2010.

OYÉWÙMÍ, Oyèrónké. A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. 1 ed. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2021.

SANTOS, Neusa de Souza. Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo.

Educação e pesquisa, v. 29, p. 167-182, 2003.

Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ep/a/>

URASSE, Anin. Uma introdução aos 18 princípios do Mulherismo Africana. In: Coleção Pensamento Preto: epistemologias do renascimento africano. Vol. III. São Paulo: Diáspora Africana, 2019.



PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO COLEGIADO TERRITORIAL: UM DESAFIO PARA SOCIEDADE CIVIL

Seonária Costa Santana¹

Alane Amorim Barbosa Dias²

Anderson Moreira de Jesus³

Cláudio Costa Santana⁴

¹ Mestranda em Extensão Rural, Universidade Federal Vale do São Francisco-UNIVASF, narinha. costa1@gmail.com, Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/9874644453836023>

² Mestranda em Extensão Rural, Universidade Federal Vale do São Francisco-UNIVASF, alane.a@hotmail.com,

³ Mestrando em Extensão Rural, Universidade Federal Vale do São Francisco-UNIVASF, amjmoreira@ufrb.br@gmail.com,

⁴ Graduado em Matemática, Instituto Federal do Pará-IFPA, ghothe@hotmail.com

O presente trabalho visa apresentar os principais fatores que impossibilitam a participação efetiva e assídua das instituições/organizações que se enquadram no segmento denominado de sociedade civil, seja na composição, bem como nas ações do colegiado territorial no Vale do Jiquiriçá - BA, já que este tem um papel fundamental como instância de controle social e gestão participativa para o Estado da Bahia. No entanto, para que se tenha um bom funcionamento de forma eficaz, se faz necessária a inteira participação da sociedade civil, que por sua vez deve ser apoiada pelas instâncias governamentais (poder público nas 3 instâncias), possibilitando o fortalecimento das ações que promovam o desenvolvimento social local, regional e territorial. Através da pesquisa-ação, metodologia utilizada para realização deste trabalho, foi possível identificar os fatores que podem ser os causadores do esvaziamento nos espaços sociais, e as possíveis ferramentas para solucionar os gargalos encontrados. Os colegiados territoriais através de suas instâncias que discutem diversos temas considerados relevantes para sociedade no geral, tanto para o meio urbano quanto para o rural, são espaços considerados de poder, de reivindicações de direitos, validações de deveres, manifestações dos anseios, mediações de conflitos e explanações dos gargalos responsáveis pelas desigualdades sociais. São desses espaços que nascem as pautas para construção de políticas públicas, para criação de programas, de projetos para aquisição de insumos e outras ações capazes de fortalecer o protagonismo social.

Palavras-chave: CODETER. OSCs. Poder Público. Envolvimento Social. Gestão Social.

The present work aims to present the main factors that prevent the effective and assiduous participation of the institutions / organizations that fall into the segment called civil society, either in the composition, as well as in the actions of the territorial collegiate in the Jiquiriçá-BA Valley, since this it has a fundamental role as an instance of social control and participatory management for the State of Bahia. However, in order to have a good functioning in an effective way, it is necessary the full participation of civil society, which in turn must be supported by governmental bodies (public power in the 3 bodies), enabling the strengthening of actions that promote the local, regional and territorial social development. Through action research, the methodology used to carry out this work, it was possible to identify the factors that may be the cause of emptying in social spaces, and the possible tools to solve the bottlenecks found. Territorial collegiates through their bodies that discuss various topics considered relevant to society in general, both for urban and rural areas, are considered spaces of power, of claiming rights, validating duties, expressing concerns, mediating conflicts and explanations of the bottlenecks responsible for social inequality. It is from these spaces that the guidelines for the construction of public policies are born, for the creation of programs, projects for the acquisition of inputs and other actions capable of strengthening social protagonism.

Keywords: CODETER. CSOs. Public Power. Social Involvement. Social Management

El presente trabajo tiene como objetivo presentar los principales factores que impiden la participación efectiva y asidua de instituciones / organizaciones que caen en el llamado segmento de la sociedad civil, ya sea en la composición, así como en las acciones del colegiado territorial en el Valle de Jiquiriçá. - BA, por ello tiene un rol fundamental como instancia de control social y gestión participativa para el Estado de Bahía. Sin embargo, para tener un buen funcionamiento de manera efectiva, es necesaria la participación plena de la sociedad civil, la cual a su vez debe ser apoyada por instancias gubernamentales (autoridades públicas en las 3 instancias), posibilitando el fortalecimiento de acciones que promuevan el desarrollo local, regional, y desarrollo social territorial. A través de la investigación-acción, metodología empleada para realizar este trabajo, se logró identificar los factores que pueden ser causantes del vaciamiento en los espacios sociales, y las posibles herramientas para solucionar los cuellos de botella encontrados. Los órganos colegiados territoriales, a través de sus órganos que discuten diversos temas considerados relevantes para la sociedad en general, tanto para el ámbito urbano como rural, son espacios considerados de poder, reivindicación de derechos, validaciones de deberes, manifestaciones de deseos, mediaciones de conflictos y explicaciones de los cuellos de botella responsables de la desigualdad social. Es de estos espacios que nacen las agendas para la construcción de políticas públicas, para la creación de programas, proyectos para la adquisición de insumos y otras acciones capaces de fortalecer el protagonismo social.

Palabras clave: CODETER. OSC. Poder público. Implicación social. Gestión social.

INTRODUÇÃO

A gestão social apresenta-se nas últimas décadas como um diálogo em construção e que apresenta variadas interpretações. Dentre as mais variadas interpretações que podem se delinear a respeito do termo, encontra-se sua atuação quanto à perspectiva da autonomia/poder/independência/autogestão, forma de atuação, protagonismo, operacionalização e processo decisório. Nesses aspectos, a gestão social se apresenta como uma gestão de interesse coletivo e interesse público, protagonizada pela sociedade civil organizada, envolvendo atores públicos, organizacionais e atores sociais, atuando em parcerias e redes em ações sustentáveis e embasadas nas demandas locais.

Assim, para um delineamento expressivo dessa gestão, utiliza-se um princípio ativo assegurado pela Constituição Federal/1988 que é a participação social, em suas esferas representativas de poder. No decorrer dos sucessivos debates sobre a necessidade do envolvimento ativo da sociedade civil na elaboração, implementação e execução de políticas públicas e sociais, a atuação dos atores sociais passa a ser necessária nos espaços públicos de poder, visando refletir de forma equânime ações territoriais e locais.

A participação social, delineia-se nesse construto, de acordo implica Bordenave (2013) como uma demanda indivíduo que se expressa na manifestação do coletivo, elencando a forma como as pessoas se relacionam e as aspirações de controle da própria população. Essa demanda é evidenciada como uma forma de sobreposição do processo de marginalização imposta pelas aspirações individualistas. Assim, a participação social possibilita o desenvolvimento de uma consciência crítica, fortalecendo as implicações da sociedade nas esferas de poder e o acirramento dos embates pela conquista do poder. (BORDENAVE, 2013).

Tomando como base de discussão o Estado da Bahia, é instituído como instrumento de efetivação de uma gestão social eficiente, os colegiados territoriais. O que fomenta os colegiados territoriais em sua maioria é a participação social das

entidades segmentadas como sociedade civil, representadas pelas associações (rurais, mulheres, artesãos, dentre outras), cooperativas, sindicatos, Organizações Não Governamentais (ONGs), grupos produtivos e outros segmentos que representam a sociedade civil organizada. Isso não significa que em sua composição não possuam entidades do poder público representadas pelas prefeituras (secretarias municipais), Universidades, Institutos Federais bem como órgãos ligados a instâncias estaduais.

Participar das ações colegiadas é de extrema importância para promoção do controle e gestão social de um território, bem como do Estado. Estas ações podem ser descritas como reuniões ordinárias e extraordinárias, reuniões dos comitês e/ou câmaras técnicas, realização de conferências, seminários, oficinas, encontros, intercâmbios, dentre outras atividades que seus resultados, ocasionam na formulação de estratégias para o fortalecimento e o possível desenvolvimento territorial, refletido em formas de projetos, políticas públicas, programas sociais, dentre outros resultados que se mostram através do engajamento das entidades representativas que participam do colegiado.

Por outro lado, é perceptível o esvaziamento da sociedade civil nesses espaços que o comprometem inúmeras vezes, ocasionando a deficiência na execução do que poderia sanar as mazelas identificadas anteriormente nas ações realizadas no território. Na conjuntura política social que se encontra, esse enfraquecimento da participação social é uma vertente para a desconstrução do que se levou anos para erguer-se.

Nesse sentido, conforme implica Bordenave (2013, p. 16), a participação, relaciona-se “[...] à natureza social do homem [...]”, e a ausência destaca como pilar de desenvolvimento do sujeito, institui a mutilação do homem social, pois este só consegue possuir um desenvolvimento pleno, num espaço que possibilite e facilite a participação, sendo que uma das formas é efetivar a participação é o diálogo. (BORDENAVE, 2013).

Mas como garantir que estas entidades se façam presentes e atuantes nesses espaços, manifestando seus anseios, elaborando

propostas, cobrando resultados, fiscalizando ações, exercendo seu papel de cidadão? Não é fácil fazer parte de um território composto por 20 (vinte) municípios, com distâncias significativas para deslocamento, onde muitos declaram ser esse um dos vários motivos que dificultam o acesso da população as atividades, as quais segundo a Lei Estadual nº 13.214/2014 (que dispõe sobre os princípios, diretrizes e objetivos da Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia e institui o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial - CEDETER), deveriam ser custeadas e mantidas pelo Estado e suas instâncias. Sem a organização da sociedade civil e a contrapartida do Estado, fica completamente inviável a participação desses atores nos espaços sociais de cunho coletivo.

Nesse sentido, objetiva-se analisar o processo participativo da sociedade civil no Colegiado Territorial do Vale Jiquiriçá, identificando os principais gargalos apresentados por este para efetivação de sua perspectiva social. Percebe-se que a fragilidade apresentada pela sociedade civil organizada é decorrente do enfraquecimento das formações a nível territorial e da falta de representatividade dessa população na esfera pública, bem como a quebra do diálogo existente entre sociedade civil e poder público, na perspectiva de delineamento de territórios/comunidades mais autônomos e sustentáveis.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a base de discussão foi a pesquisa-ação, que segundo Thiollent (1986) é um método de pesquisa social que utiliza como base de desenvolvimento, ações pautadas na demanda coletiva. Como instrumento de execução da metodologia, pautou-se em instrumentos do Diagnóstico Rural Participativo, a citar-se diário de campo, atas, oficinas, seminários, dentre outros.

A pesquisa ocorreu no Colegiado Territorial Vale Jiquiriçá (COTEVAJI), composto por 48 (quarenta e oito) entidades (poder

público e sociedade civil) dos 20 (vinte) municípios que formam o Território, destas entidades vale destacar que atualmente 80% é representado pela sociedade civil, que direta ou indiretamente participam das ações desenvolvidas no colegiado.

Através da participação nas atividades realizadas pelo colegiado (reuniões, palestras, cursos, conferências, intercâmbios, seminários, encontros, feiras, oficinas), bem como a reflexão de forma coletiva sobre as atividades realizadas, foi possível analisar através da observação e de algumas conversas informais com os atores, como se constitui a participação da sociedade civil no território.

Na perspectiva de Thiollent (1986) o desenvolvimento da pesquisa-ação se comprehende por diversas fases, desde o período de exploração da problemática até ao feedback à comunidade. O modelo proposto comprehende as seguintes fases: exploratória; tema da pesquisa; colocação de problemas; o lugar da teoria; hipóteses; seminário; campo de observação, amostragem e representatividade qualitativa; coleta de dados; aprendizagem; saber formal/saber informal; plano de ação e divulgação externa.

Segundo Gil (1996, p. 129) “a pesquisa-ação tende a adotar preferencialmente procedimentos flexíveis. Primeiramente porque, ao longo do processo de pesquisa, os objetos são constantemente redefinidos, sobretudo a partir das decisões do seminário”.

A base dialógica da pesquisa-ação (PA) se desenvolve na perspectiva que esta é uma

[...] fonte fecunda de informações que, no mínimo, podem sofrer tratamento analítico de primeira aproximação e subsidiar patamares mais elaborados de análises com a participação de outros sujeitos. Este é um processo que, além de não ser isolado e unidisciplinar, exige um empenho constante do profissional de constantemente colher informações do seu cotidiano de trabalho, analisá-las como suporte às decisões a serem tomadas, discuti-las com seus pares e realizar tentativamente a síntese teórica de seus achados. (PEREIRA, 2005 p.26-27).

A partir dos princípios éticos que norteiam

a pesquisa-ação como as relações democráticas, a participação dos sujeitos, o reconhecimento dos direitos individuais, culturais e étnicos que regem a dinâmica de funcionamento dos grupos, fora possível desenvolvimento de discussões reflexivas e que pautaram novas demandas de atuação para o COTEVAJI. Logo, a construção da pesquisa-ação toma como fundamento a práxis do grupo social, colocando-se em evidência as demandas latentes e seu caráter de criticidade.

Essa metodologia possibilita reflexões coletivas, por possuir em seu formato características investigativas, permitindo assim, que o grupo social possa autoavaliar suas ações e práticas mediante a participação efetiva no que diz respeito à coletividade. Por possuir caráter também democrático, a pesquisa-ação tem contribuído muito para a mudança social, induzindo os atores a sentir-se parte/envolvidos de um processo que lhes permita ter voz e por muitas vezes voto, na cadeia do autoconhecimento, compartilhando suas vivências e experiências, podendo promover ainda, transformações.

CONTEXTUALIZANDO A ESTRUTURA DO COLEGIADO TERRITORIAL VALE DO JIQUIRICÁ

Território de Identidade Vale do Jiquiriçá na Bahia possui em sua extensão territorial uma área com cerca de 12.233km², segundo o IBGE (2010). Esta área está ocupada por uma população de 313.678 habitantes, que corresponde a 2,24% da população baiana, sendo 134.176 sujeitos localizados na área rural e 179.502 na área urbana. O Território que é cortado pelo Rio Jiquiriçá que também dá nome a uma das cidades, bem como ao próprio território, é composto por vinte municípios quais sejam (Figura 1): São Miguel das Matas, Elísio Medrado, Amargosa, Milagres, Brejões, Laje, Mutuípe, Jiquiriçá, Ubaíra, Santa Inês, Cravolândia, Itaquara, Jaguaquara, Maracás, Itiruçu, Lafaiete Coutinho, Lajedo Tabocal, Planaltino, Irajuba, Nova Itarana.

FIGURA 1 TERRITÓRIO DO VALE DO JIQUI- RIÇA



Fonte: SEI (2012).

Mediante a implantação da Política Territorial em 2004, foram criados os colegiados territoriais, que na Bahia totalizam 27. Ao longo desses anos, os colegiados passaram por diversas adequações estruturais para seu melhor funcionamento, é nesse espaço que acontecem as discussões, planejamentos das ações e deliberações de políticas públicas.

Cada Território possui um documento norteador criado com a participação dos membros efetivos do colegiado. O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PTDRSS), sendo este um instrumento permanente de planejamento, análise, avaliação e construção do desenvolvimento sustentável, aberto a revisão e atualização frequentes, para que possa incorporar os avanços necessários em consonância com a conjuntura de cada momento específico, de modo a permitir aos atores locais participação efetiva e controle das políticas necessárias e prioritárias ao Território. O PTDRS marca o início da construção de um amplo debate com a sociedade civil organizada e o poder público, como também o princípio de uma longa caminhada em busca do tão sonhado desenvolvimento com participação de todos, fruto dos esforços de agricultores, dirigentes, lideranças, técnicos (as) envolvidos neste trabalho, objetivando redirecionar e protagonizar as políticas estruturantes evidenciando o verdadeiro desenvolvimento territorial.

Os debates instituídos para a promoção do

desenvolvimento no contexto rural e urbano tinham na sua estrutura a participação social, como tentativa de construção de um planejamento intersetorial e descentralizado, a partir de uma rede intermunicipal.

Essas estratégias de desenvolvimento territorial buscaram a compreensão e a articulação dos sujeitos sociais de uma determinada região para que possam construir políticas que promovam o aumento da riqueza produzida, a distribuição mais equitativa dos benefícios gerados desta riqueza e sua sustentabilidade ao longo do tempo. A formação de um ambiente de organizações sociais e econômicas articuladas em torno de contratos de desenvolvimento territorial estimula a cooperação e criam ambientes institucionais mais favoráveis para ampliação ao mercado de produtos e maior capacidade de inovação. Existe, portanto, a necessidade de construção de uma estratégia voltada para fortalecer e estimular relações de cooperação, fator essencial para a sustentabilidade dos processos de Desenvolvimento Territorial.

A dinâmica de trabalho esperada é voltada para a construção de condições para o fortalecimento do tecido social, em que o exercício da convivência, de forma mais sistemática, os laços de solidariedade são fortalecidos e que podem contribuir para o desenvolvimento territorial. A articulação de contratos em ambientes territoriais, seja em redes e fóruns, tem sido apontada por estudiosos como um dos aspectos de fortalecimento da sua ação econômica, da intervenção e participação social e política. Dessa forma, as novas formas de organização no intuito de fortalecer as capacidades de intervenção, a ação coletiva e emancipatória dos sujeitos sociais, (re) criam e fortalecem os laços entre si e vivenciam a experimentação de novas dinâmicas participativas na gestão de seus territórios.

No Território Vale do Jiquiriçá, o colegiado territorial é formado pelas instâncias Plenária, Núcleo Diretivo, Núcleo Técnico e Câmaras Técnicas, conforme consta no Regimento Interno do colegiado revisado em abril de 2016.

Por plenária compreende-se o órgão colegiado superior. Atualmente é formada por 48

(quarenta e oito) instituições sendo 12 (doze) poder público e 36 (trinta e seis) da sociedade civil, elas fazem parte dos municípios existentes no território, as entidades executivas que a forma, é responsável pela tomada de decisão, tendo direito a vez, voz e voto. De acordo com o regimento interno, a composição das instâncias do Colegiado deverá ser representativa, diversa e plural dos atores sociais relacionados à promoção do desenvolvimento sustentável do Território, e contemplar as questões culturais, gênero, raça, etnia e gerações, garantindo a participação das organizações que representam interesses e demandas, tais como organizações de: crédito fundiário, assentamentos, quilombolas, mulheres, jovens e pessoas com deficiência, dentre outras. (COTEVAJI, 2016).

O núcleo diretivo é formado por 08 (oito membros), quatro titulares e quatro suplentes, estes são escolhidos pela plenária para representação institucional, no que lhe compete representar a institucionalidade territorial; Coordenar as ações do colegiado, articulando atores para a construção e implementação do Plano Territorial e projetos específicos; Acompanhar as ações do(a) Agente de Desenvolvimento Territorial - ADT; Elaborar a ficha-resumo para encaminhamento de propostas de projetos; Receber antecipadamente as propostas de projetos das entidades pertencentes ao Território; Fortalecer as articulações entre as entidades do Território. (COTEVAJI, 2016).

As Câmaras Técnicas são constituídas para auxiliar o colegiado em debates de temas específicos ou abrangentes do processo de desenvolvimento. Esta constituição é feita observando a participação de cada município que compõe o Território. As câmaras existentes no colegiado discutem temáticas relacionadas às Mulheres, Agricultura e Meio Ambiente, Juventude, Cultura e Educação. (COTEVAJI, 2016).

As atividades desenvolvidas pelo território são muitas, visto que esta instância não dispõe de recursos para execução de suas ações, por ser um ente sem fins lucrativos e não possuir personalidade jurídica, o CODETER fica à mercê de apoios e contribuições de algumas entidades parceiras, porém até onde se sabe

deveria ser custeada pelo governo do Estado, através da Secretaria de Planejamento - SEPLAN como rege o artigo 16 da Lei 12.214 da Política de Desenvolvimento Territorial.

Visando melhor funcionalidade do CODETER, em 2004 foi constituída a Coordenação Estadual dos Territórios (CET), que segundo DIAS (2016) está encarregada de fortalecer essa articulação institucional e representar os Territórios junto ao Governo Federal e Estadual, no sentido de manter o diálogo ativo em torno da execução da política pública de desenvolvimento territorial.

Numa dimensão crítica sobre a criação dos CODETERs, Rios (2018, p. 245) destaca que:

Nada obstante tenham sido criados o Cedeter, os Codeter's e a Cappa como órgãos/agentes de construção de agenda de políticas públicas com destacada participação social, essas novas institucionalidades não têm uma clara definição de fomento à dimensão substantiva da cidadania, revelando ausência de expedientes aptos a sanar a incipiente e pouco qualificada participação da sociedade nesses foros e temas.

Através da comissão executiva da CET é possível acompanhar a evolução das ações nas negociações das diversas instituições públicas, este dispõe de um Agente de Desenvolvimento Territorial - ADT, que é um profissional vinculado a Diretoria de Planejamento Territorial-DPT pela SEPLAN atuando diretamente nos territórios. São 27 profissionais distribuídos pelos territórios de identidade da Bahia, eles auxiliam na realização das atividades, bem como no funcionamento do colegiado territorial, na disseminação das ações e efetivação das políticas públicas.

Os ADTs exercem um papel fundamental no colegiado territorial, além de relatórios e atividades internas. Eles auxiliam nas organizações das atividades, na execução delas, desde a logística da estrutura dos eventos, a mobilização dos atores, e ainda na mediação de possíveis conflitos. Os ADTs são uma das pontes de acesso dos colegiados territoriais com o Governo do Estado, figura indispensável para promoção do desenvolvimento territorial, que por sua

vez requer um destaque maior, pelo trabalho que realiza com excelência.

As atividades do colegiado territorial são feitas através do Núcleo Diretivo do colegiado com apoio do ADT, desta forma são realizadas reuniões ordinárias e extraordinárias de planejamento das ações para tomada de decisão e elaboração de propostas territoriais, além de seminários informativos para execução de políticas públicas como Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, Política Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, Garantia Safra, projetos institucionais como no caso dos Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios - PROINF, dentre outras conferências (ATER, assistência social, segurança alimentar, juventude, mulheres, desenvolvimento sustentável, meio ambiente, ciência e tecnologia), escuta para o Plano Plurianual Participativo-PPA-P, seminários, cursos etc.

No ano de 2015, o Território Vale do Jiquiriçá foi contemplado com o projeto de extensão Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET), cuja finalidade era fortalecer as ações institucionais da política de desenvolvimento territorial do Vale do Jiquiriçá, através de ações de pesquisa e de extensão universitária que contribuíram para a construção de conhecimentos voltada para o desenvolvimento de capacidades humanas e organizacionais no processo da gestão social.

O projeto NEDET apoiou e desenvolveu diversas ações para fortalecimento do colegiado, tais como o custeio das despesas (alimentação, hospedagem, transporte) visando garantir a participação da sociedade civil, o fortalecimento das câmaras técnicas, realização de seminários em diversas áreas (mulheres, agricultura, meio ambiente), feiras feministas da agricultura familiar, bem como ações que promovesse a diminuição do êxodo rural e fortalecesse a autonomia de mulheres e jovens do campo. O projeto foi elaborado pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB e durou cerca de três anos. Nesse período foi possível sanar diversas mazelas existentes na discussão da política territorial, isso inclui a elaboração do Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário - PTDRSS, que demorou quase 12

anos para ser finalizado.

Mediante a tantas ações é possível perceber o esvaziamento que vem ocorrendo nas atividades do CODETER, o que fragiliza o colegiado, e consequentemente vai de encontro com o que diz a Lei que rege a Política de Desenvolvimento Territorial.

Segundo o Art. 2º da Lei 13214/2014, a Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia observará os princípios previstos na Constituição Federal e na Constituição Estadual, bem como nas normas específicas aplicáveis para garantia do desenvolvimento territorial sustentável e solidário, em especial os seguintes princípios: “I - da dignidade humana; II - do desenvolvimento sustentável; III - da solidariedade; IV - da justiça social e ambiental; V - da função socioambiental da propriedade; VI - da participação social; VII - da cooperação.”. (BAHIA, 2014)

Corroborando com esta discussão, Rios (2018, p. 227), disserta que:

os territórios de identidade inserem-se na Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia (seja no espaço urbano ou rural), cujo objetivo macro é a promoção do desenvolvimento territorial, democrático, sustentável e solidário, através da participação social, da articulação e integração das políticas públicas e ações governamentais visando à melhoria da qualidade de vida da população.

De acordo com a SEPLAN, a abordagem territorial revelou um avanço para o planejamento público na Bahia, pois, não apenas revela e considera toda a diversidade (cultural, ambiental, econômica e social) existente no estado como também, estabelece um novo paradigma na gestão governamental, iniciativa que possibilitou a participação social no ciclo de planejamento e gestão das políticas públicas.

Desta forma, entendendo que o desenvolvimento territorial é um dos caminhos para uma estratégia de transformação social, ao mesmo tempo é capaz de transformar desigualdades, exclusões e lógicas de dominação.

EMBLEMAS DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO COTEVAJI

Para elucidar a proposta da participação aqui proposta, faz-se necessário embasar-se na construção dialogada da gestão social como premissa da construção de espaços democráticos. Godim, Fischer e Melo (2006, p.4) implicam que a gestão social se regula através da mobilização dos atores na tomada de decisão, resultando essas relações em parcerias intra e inter organizacionais, com base na valorização de estruturas participativas e descentralizadas, visando alcançar “[...] um bem coletivamente planejado, viável e sustentável a médio e longo prazo.”.

A gestão social delineia-se também como dispositivo que reafirma a comunicação e a troca na construção de espaços participativos sustentáveis. (PIMENTEL, 2010, p. 12) elenca que “[...] a gestão social seria o único enclave onde o processo de comunicação ocorreria de modo pressuposto, de forma dialógica, havendo assim a participação efetiva dos diferentes atores no processo interacional de comunicação.”.

Na construção desse espaço de atuação, França Filho (2008) destaca que o ambiente da gestão social seria próprio das organizações da sociedade civil, onde a ascensão desse debate, parte da premissa sob a forma de atuação da sociedade civil, na busca do alcance dos objetivos públicos. Com base nesse aspecto é possível então salientar que as participações sociais fomentadas pelos colegiados territoriais visam o caminho de alguns atores sociais à apropriação da gestão social.

A Participação Social é um fator primordial para o funcionamento de qualquer instância de caráter coletivo e, segundo Bordenave (2013), a participação é o caminho natural para o homem exprimir sua tendência inata de realizar, fazer coisas, afirmar-se a si mesmo e dominar a natureza e o mundo. O futuro ideal do homem só se dará numa sociedade participativa e solidária.

A participação pode vir a acontecer de diversas formas, a mais frequente é de modo voluntário, principalmente de atores que

vivem às margens da sociedade, desprovido de educação, saúde, infraestrutura dentre outros itens necessários para que o cidadão possa ter uma vida digna e com qualidade. É a participação nesses espaços que proporcionam aos indivíduos externos torna-se conchedor da realidade alheia, principalmente quando estes fazem valer a voz concedida para ser falada, externando todas as mazelas e dificuldades vividas.

No entanto, para ter-se uma participação efetiva, se faz necessário um conjunto de ações e destaca-se a organização e a comunicação. Ambos auxiliados com a educação, oferecem uma qualidade participativa capaz de lidar com conflitos internos e externos, tornando os indivíduos conchedor de sua realidade, fomentando a verdadeira causa de vir a participar, do porquê participar e como poder contribuir nos espaços a partir da participação.

Conforme Bordenave (2013, p. 22), a participação, etimologicamente, deriva da palavra parte, assim, pode ser configurada como tomar parte, fazer parte ou ter parte. Nessas expressões podem ocorrer diferentes significados, denotando-se os mesmos significados, porém nesse sentido, pode se ressaltar que “[...] é possível fazer parte sem tomar parte [...]”.

Certos espaços de poder estão sendo ocupados de forma aleatória e sem a finalidade a qual deveria ter. Muitos estão ali, sem saber o porquê estão tornando uma participação fragilizada, sem fazer valer o espaço ocupado, e a cada dia esses comportamentos vêm contribuindo para o enfraquecimento dos movimentos sociais bem como para os colegiados territoriais.

Ao se pensar a forma como tem sido delineado os espaços do diálogo, contínuo e sustentável, Cançado, et al (2011), parafraseando Pinho (2010), apresentam uma crítica sobre o funcionamento dos conselhos gestores: o problema “de funcionamento dos Conselhos Gestores consiste em: obrigatoriedade dos conselhos levando à participação por decreto, incapacidade dos conselheiros de representar suas instituições, desprestígio do Estado em relação a estas instâncias, dentre outras.” (PINHO apud CANÇADO, et al, 2011, p. 692)

O autor conclui que seria praticamente impossível que eles funcionem como se deseja nas atuais condições ou mesmo em situações ótimas. O autor reconhece, entretanto, que essas dificuldades são advindas de sua própria novidade, pois “[...] o Estado estaria aprendendo, ou tendo que aprender, a se abrir para a sociedade bem como esta teria que se instrumentalizar para forçar um diálogo efetivo com o Estado, o que representa, em ambos os casos, quebrar uma tradição historicamente constituída” (PINHO, 2010, p. 41)

Conforme apresentado, tais problemáticas caracterizam a dicotômica participação no colegiado do Vale do Jiquiriçá. Nesse mesmo embate os autores (PINHO apud CANÇADO, et al, 2011, p. 692) dialogam

Em síntese, uma das principais críticas aos Conselhos seria a tensão entre interesse individual/grupo e interesse coletivo/comunidade, que, segundo sua visão, seriam difíceis de separar e provavelmente incompatíveis. A implantação de um ambiente participativo e dialógico seria perigosa nestas condições, pois “há um risco elevado” da hegemonia da elite, que estaria mais preparada (PINHO, 2010, p. 46).

Enriquecendo a premissa da participação, pode afirmar-se que esta é uma característica inata do ser humano e apresenta a perspectiva de tornar-se aceitos/pertencentes nos espaços. Observa-se que no período que antecede o capitalismo essa premissa de pertencimento e partilha era mais forte do que a expressa atualmente. Com base na fragilidade das relações humanas e na liquidez da mesma, como afirma Baumam, verifica-se que a participação diluiu; contudo, nos anos que demarcam o crescimento dos regimes progressistas esta foi fomentada de maneira mais implicada. Vale destacar que a participação sempre foi uma característica que apresentou ameaças aos governos, quando estes se caracterizavam como ditadores.

Outra característica que potencializa o crescimento da participação foi o acirramento das disputas de trabalho e o embate crescente entre o capitalismo e a força de trabalho, colocando os sujeitos sociais numa situação de crescente vulnerabilidade. Observando-

se ainda as recorrentes crises do capital que deixavam os trabalhadores sem outros proventos financeiros necessários à sua sobrevivência, visto que tinham deixado suas terras e locais de origem ou vendido/arrendado suas terras para os capitalistas, num sonho utópico de estabilidade financeira.

Logo, “como nenhum homem é uma ilha e desde as suas origens o homem vive agrupado com seus iguais, a participação sempre tem acompanhado - com altos e baixos - as formas históricas que a vida social foi tomando.” (BORDENAVE, 2013, p. 11).

Pensando na participação como princípio deliberativo e demarcador da democracia, esta se expressa como base da gestão social “[...] garante o controle das autoridades por parte do povo, visto que as lideranças centralizadas podem ser levadas facilmente à corrupção e à malversação de fundos [...]”. Bordenave (2013, p. 13) implica ainda que depois da intensificação da participação dos atores sociais nas esferas deliberativas, o serviço público tem se empenhado em agir na horizontalidade, promovendo o planejamento participativo, dando enfoque a projetos relevantes para a população.

Observando os pressupostos apresentados pela participação como princípio ativo de envolvimento, destaca-se que são diversas as ações realizadas pelo território vinculadas às instâncias colegiadas. Podem-se destacar as iniciativas tomadas através da Câmara técnica de mulheres, a fim de fortalecer e dar visibilidades às mulheres que direta ou indiretamente tem contribuído para o desenvolvimento territorial com sua participação nesses espaços. Através dos Seminários de Políticas Públicas para Mulheres, realizado anualmente e que contempla temáticas escolhidas diretamente pelas mulheres para a valorização de sua identidade e fortalecimento da categoria na luta pela igualdade social e equidade de gênero.

Diante do exposto é possível realizar um comparativo em relação à participação em cada um desses seminários. O primeiro Seminário foi realizado em 2016, no Município de Mutuípe-BA, com a disponibilidade de refeição e transporte, logo pôde contar

com a participação de 92 pessoas. O tema abordado foi Violência contra as Mulheres.

No ano seguinte, 2017, dispondo de apoio financeiro da prefeitura local do município de Maracás-BA e do projeto NEDET, a câmara técnica de mulheres pôde realizar uma atividade de excelência, em dois dias, trabalhando o tema Mulheres e agroecologia por uma soberania alimentar. Esta atividade contou com a participação de 202 pessoas no primeiro dia e 105 no segundo dia, sendo realizada uma visita de campo. Para isso, foi disponibilizado para todos os participantes, alimentação, transporte, hospedagem e ajuda de custo para quem morava fora do circuito da logística do transporte.

Através deste segundo seminário o número de mulheres participantes da câmara técnica aumentou cerca de 30% e com isso também o número de banco de sementes no território, resultado da visita de campo realizada no segundo dia.

Retornando ao município de Mutuípe em 2018, foi realizado o terceiro seminário, sem o esperado apoio institucional da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional-FASE e dos governos municipal (Prefeitura Local) e estadual (Secretaria Estadual de Políticas para Mulheres). Nessa terceira atividade foi possível perceber o esvaziamento, sendo justificado por muitas mulheres pela falta de estrutura financeira para pagar o transporte. Com o tema Trabalho Emprego e renda, esta 3^a edição contou apenas com a participação de 43 mulheres, o que enfraqueceu e muito o movimento a ponto de não ser realizada a 4^a edição, que seria em 2019 por falta de apoio financeiro total.

Em 2020, para não deixar perder tudo o que já havia sido conquistado, as mulheres reuniram-se pela Câmara técnica e resolveram através de recursos próprios, rifas, doações e muita coragem para realizar o 4º Seminário que aconteceu no município de São Miguel das Matas-BA, como tema “As Economias: Solidária, Feminista e Criativa” que contou com a participação de 70 pessoas.

Diante do exposto, é perceptível o quanto a participação depende de fomentos para que ela possa vir a acontecer de fato. Os dois

primeiros seminários que contaram com apoio financeiro das instâncias governamentais e de projetos institucionais para custeio de alimentação, hospedagem e transporte tiveram uma alta participação que ocasionou em resultados positivos para o fortalecimento do protagonismo social e econômico das mulheres que compõem o território. Já os dois últimos seminários mostram a fragilidade do movimento e a necessidade de trabalhar ainda o processo de empoderamento das OSC, na dependência de terceiros para fomento de suas ações.

Com base ainda na discussão elencada, afirma-se a necessidade e trabalhar-se na esfera da sociedade civil organizada, visando sua autonomia, independência e autogestão. É necessário ainda o aumento do estímulo para o trabalho em rede e parcerias locais, regionais e estaduais, tanto da esfera pública como privada. A participação deve ser fomentada nas esferas públicas de poder, como princípio de apreensão do espaço e pertencimento dos sujeitos. Quanto à participação dos atores sociais, elenca-se que estes precisam ser também autônomos em seus processos construtivos, não devendo ficar na dependência de repasses públicos para suas implicações sociais.

Essa premissa reforça o que foi postulado por Bordenave (2013, p.72-73)

[...] pode ser aprendida e aperfeiçoada pela prática e a reflexão. A qualidade da participação se eleva quando as pessoas aprendem a conhecer sua realidade: a refletir; a superar contradições reais ou aparentes; a identificar premissas subjacentes; a antecipar consequência; a entender novos significados das palavras; a distinguir efeitos de causa [...] manejar conflitos. A qualidade é incrementada quando as pessoas aprendem a organizar e coordenar encontros, assembleias e mutirões [...].

Atenuando a discussão da implicação da participação no Colegiado Territorial, Rios (2018, p. 246) dispõe que

Pelos instrumentos dispostos na Lei nº 13.214/2014 para atuação na e pela categoria territórios de identidade, observa-se a intenção do legislador em alcançar desenvolvimento econômico compatível

com o uso sustentável dos recursos naturais, legitimados por uma proposta de democracia participativa de escuta e controle sociais. Contudo, enquanto política de desenvolvimento estadual, a Lei nº 13.214/2014 não firmou sua orientação social simétrica à Constituição Federativa, em que a garantia de conquista de dignidade humana requer contemplar um rol de direitos sociais fundamentais – elementos preambulares ao desenvolvimento local a partir da cidadania em seu valor ético-político.

Bordenave (2013) segue afirmando que o interesse participativo da sociedade nos últimos anos, tem se generalizado, considerando as novas tendências da sociedade moderna e os novos ditames impostos pela cultura capitalista que leva o ser humano ao individualismo massificador e atomizador, de acordo a crescente alienação.

Como já evidenciado em sua concepção etimológica, a participação pressupõe tomar, ter e fazer parte. Portanto, para efetivação e aplicação destes verbos que denotam ação, faz-se necessário reconhecer-se como pertencente e integrante do processo/ espaço. Tal fator pressupõe a construção e reconhecimento da/sobre identidade e pertencimento.

A motivação pela participação exprime ainda, uma satisfação pessoal e íntima que segundo Bordenave (2013), vai além dos resultados úteis da participação. Esta não se evidencia apenas como solução de problemas, mas, uma necessidade fundante do ser humano. Caracteriza-se ainda, como sendo o caminho natural do homem para “[...] realizar, fazer coisas, afirmar-se a si mesmo e dominar a natureza e o mundo [...]. Em geral, visa a interação dos homens e mulheres, a autoexpressão, o desenvolvimento e compreensão do pensamento crítico e reflexivo, a criação e recriação das coisas, bem como, a valorização de si mesmo pelos outros. (BORDENAVE, 2013, p. 14-16).

Uma das formas de efetivar a participação é o diálogo. Este atributo deve ser sempre considerado na promoção da participação. Acredita-se que no caso em vigência, o diálogo promove ao espaço uma real afirmativa de existência, onde os vetores participativos da COTEVAJI já teriam obtido

outro aspecto da consciência emancipatória promovendo a participação. Assim, destaca-se que o diálogo democrático, fundamentando a participação implica na “[...] superação de assistencialismos clássicos, habituados à convivência com a dádiva e a esmola.” (DEMO, 2009, p. 6)

Pedro Demo (2009, p.1) afirma que às vezes, “[...] a participação se coloca de modo conveniente.” Conseguinte, enfatiza que [...] a participação é facilmente usada como massa de manobra de manipulação populista.” (DEMO, 2009, p. 2). Esta perspectiva evidencia o desinteresse da população em participar efetivamente dos espaços, ao perceberem que sua participação dos espaços é vista apenas como figurativa, evidenciando ainda a falta de voz e ativismo desses atores.

Ao observar o esvaziamento e a falta de participação nas reuniões do COTEVAJI, foi questionado a 33 (trinta e três) instituições (associações, cooperativas, grupos produtivos e alguns sindicatos) o motivo da ausência nas reuniões. Estes justificam em primeira instância a falta de recursos financeiros para custeio das despesas de alimentação, transportes e algumas vezes hospedagens para poderem garantir a presença/participação, outros alegam a falta de conhecimento das atividades, dizem não saber da realização, ainda trazem a dificuldade com a difusão das informações e comunicação.

Rememorando a afirmação discorrida por Bordenave (2013), alguns indivíduos tendem a participar dos espaços pensando em primeira instância em suas necessidades individuais. Logo, os participantes da COTEVAJI podem apenas só “participar” deste espaço, considerando as vantagens que possam ocorrer neste espaço de construção. Em geral, a assiduidade e comprometimentos dos membros após falta de incentivo financeiro público é baixa, haja vista que os benefícios e vantagens oferecidas pela organização aos sócios são quase irrisórios. Fundamentando que de forma enraizada no homem, este sente o desejo de fazer parte de algo, alguns dos sócios do empreendimento, fazem parte de outras organizações em outras

localidades, mostrando mais assiduidade e comprometimento com estes do que no empreendimento de sua comunidade.

Infelizmente os meios de comunicação utilizados atualmente vem limitando-se a apenas whatsapp como se todos tivessem acesso a essa ferramenta, deixando de lado a comunicação com rádio, divulgação nas reuniões comunitárias, dentre outras.

Muitos participantes alegam não ter conhecimento da política territorial, mesmo quando representantes da sua instituição participam das atividades; foi elencado ainda a falta de retorno das ações de planejamento, bem como a demora em ver os resultados nas propostas e projetos que acabam desmotivando a participação, mostrando que é desnecessário participar de um espaço sem resultados concretos. Pelos dados levantados outra implicação é a falta de formação no âmbito institucional sobre a diversidade social das políticas públicas.

Em algumas situações é perceptível a falta de interesse em se fazer presentes nas atividades. Segundo Demo (2009), muitas desculpas são justificação do comodismo, já que participação supõe compromisso, envolvimento, presença em ações por vezes arriscadas e até temerárias.

GRÁFICO 1 – Intercorrência da participação



Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

O Gráfico 1, elucida as principais intercorrências na sustentabilidade da participação na COTEVAJI. Dos 33 representantes da sociedade civil que relataram as principais

dificuldades encontradas para participação no colegiado, a maioria deles responderam que a falta de recursos financeiros impossibilita a sua participação, já que eles terão que renunciar a um dia de trabalho para poder custear as suas despesas com alimentação e transporte e que muitas vezes é mais caro do que sua diária trabalhada. Outro ponto que muito chama atenção é quando eles dizem que não participam assiduamente porque desconhecem a política territorial, mesmo quando se sabe que vários investimentos já foram feitos em formação para os representantes das instituições conhecerem a funcionalidade da política territorial.

A partir daí é questionável de que maneira essas instituições têm participado deste processo construtivo e coletivo, já que os mesmos alegam desconhecimento do assunto, o qual eles deveriam ter ciência da importância da coletividade. Não adianta fazer movimentos se a participação é figuradamente ilustrativa, e se não se faz jus ao espaço ocupado.

Mas sem a participação, não é possível ter êxito nas ações, participar é um passo mais que importante para a construção de um mundo melhor, onde a igualdade e a equidade seria pauta principal neste processo de construção coletiva/participativa.

Diante do explanado, comprehende-se que a participação é um ponto estratégico para o fortalecimento e empoderamento social do Colegiado Vale do Jiquiriçá. Identificando estes gargalos, se faz necessário que haja uma organização política e social, entre os segmentos participantes para criação estratégias capazes de resolver os problemas encontrados, e que venha possibilitar a reintegração efetiva daqueles que por algum motivo desacreditaram da Política Territorial.

ASPECTOS CONCLUSIVOS

Através desta discussão foi possível analisar o processo participativo da sociedade civil no Colegiado Territorial do Vale Jiquiriçá, e os gargalos que promovem o esvaziamento dos espaços de discussões, planejamento

coletivo e da participação social.

Fica claro que as instâncias do colegiado são os espaços onde os atores representantes da sociedade civil e poder público se reúnem para discutir, planejar, monitorar ações e implementar as políticas públicas e programas sociais com a proposição de efetivar a política de desenvolvimento territorial. Infelizmente a falta de estrutura, ocasiona o mau funcionamento das instâncias, isso porque os atores representantes das entidades alegam dificuldades com transporte, informação, conhecimento sobre o território e outros fatores considerados relevantes, que estão proporcionando o esvaziamento gradativo do CODETER, enfraquecendo-o.

Por outro lado, fora possível perceber que mesmo quando se busca agir de maneira participativa e coletiva, ainda é muito difícil de exercitar a democracia, já que mesmo tendo espaços, vez e voz, muitos presentes não o fazem, o que evidencia que o seu lugar de fala, configura-se apenas um espaço ocupado de forma figurativa. Os espaços precisam sim ser ocupados, mas por outro lado, se faz necessário fazer valer o espaço ocupado, os tornando protagonistas de sua própria história.

Neste aspecto, é perceptível a necessidade de formação desses atores para potencializá-los quanto à necessidade de se lutar pelos direitos, tornando-os cidadãos críticos com autonomia para buscar aquilo que deveria ser seu por direito. A educação dialética e embasa na práxis freiriana, verdadeiramente é o caminho.

É de extrema importância que tenhamos um colegiado forte, participativo capaz de realizar ações que promovam o desenvolvimento sustentável local e regional, fortalecendo as instâncias colegiadas através do protagonismo juvenil, feminino e rural, na formação de líderes participativos e eficazes na concretização de suas ações.

Assim, se faz necessário que a organização social seja fomentada a ponto de suas entidades aprenderem a caminhar independente de governo, que se tornem protagonistas de sua própria história e que juntos possam formar trilhar novos caminhos em busca da efetivação das políticas

públicas e da emancipação social. É preciso que o entendimento sobre a participação social seja entendida, e assim disseminada para um melhoramento na funcionalidade dos colegiados territoriais, no que tange a participação efetiva da sociedade civil, e isso só será possível através de formações educacionais relacionadas à temática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARGOSA. Plano De Desenvolvimento Rural Sustentável PTDRS. UFRB: Amargosa, 2016.

BAHIA. Lei nº 13.214, de 29 de dezembro de 2014. Dispõe sobre os princípios, diretrizes e objetivos da Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia, institui o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial – Cedeter e os Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável – Codeter's. Diário Oficial do Estado, Poder Executivo, Salvador, BA, a. XCIX, n. 21605, seção 1, p. 06-08, 30 de dezembro de 2014.

_____. Lei nº 13.468, de 29 de dezembro de 2015. Institui o Plano Plurianual Participativo – PPA do Estado da Bahia para o quadriênio 2016-2019. Diário Oficial do Estado, Poder Executivo, Salvador, BA, a. C, n. 21846, p. 01, 30 de dezembro de 2015.

_____. COTEVAJI. Regimento Interno. UFRB: Amargosa: 2016.

_____. Política de Desenvolvimento Territorial. SEPLAN: 2010. Disponível em: https://seplan.ba.gov.br/arquivos/File/politica-territorial/PUBLICACOES_TERRITORIAIS/Planos-Territoriais-de-Desenvolvimento-Sustentavel-PTDS/2018/PTDS_Territorio_Vale_do_Jiquirica.pdf. Acesso em 20/10/2020.

BODERNAVE, Juan E. O que é Participação?

São Paulo: Brasiliense, 2013.

CANÇADO, Airton Cardoso. Gestão Social: epistemologia de um paradigma. Curitiba: Editora CRV, 2013.

CANÇADO, Airton Cardoso; TENÓRIO, Fernando Guilherme; PEREIRA, José Roberto. Gestão social: reflexões teóricas e conceituais. Cad. EBAPE.BR, v. 9, nº 3, artigo 1, Rio de Janeiro, Set. 2011 p.681-703.

DEMO, Pedro. Participação é conquista. São Paulo: Cortez: 6ª ed, 2009.

DIAS, Wilson. Territórios de Identidade e Políticas Públicas na Bahia. Feira de Santana: Zarte, 2016

DIAS, W. V. et al. Territórios de identidade: um novo caminho para o desenvolvimento rural sustentável na Bahia. Feira de Santana – BA: Gráfica Modelo, 2006. 120p.

FRANÇA FILHO, G. C. Definindo gestão social. In: Silva Jr, Jeová; Mâsih, Rogério et al (Orgs.). Gestão social: práticas em debate, teorias em construção. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.

GONDIM, S.; FISCHER, T. M. D.; MELO, V. P. Formação em Gestão Social: um olhar crítico sobre a experiência de pós-graduação. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, nº 30, 2006, Salvador, Brasil, 23 a 27 de Set. Anais... Salvador: ANPAD, 2006. p.1-16.

PEREIRA, Potyara A. P. A utilidade da pesquisa para o serviço social. Serviço Social & Saúde, v.4 n.4, p.1-156. Campinas: Maio, 2005.

PIMENTEL, Mariana Pereira Chaves; PIMENTEL, Thiago Duarte. Gestão Social:

Perspectivas, Princípios e (De)Limitações. VI Encontro de estudos Organizacionais da ANPAD. Florianópolis/SC , 2010. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/eneo418.pdf>. Acesso em 14/03/2021.

RIOS, Sadraque Oliveira. Desafios à categoria “território de identidade”: uma análise da proposta de desenvolvimento instituída pela lei baiana nº 13.214/2014. Revista da AJURIS – Porto Alegre, v. 45, n. 145, Dezembro, 2018.

SEM, Amartya. Desenvolvimento como Liberdade. CIA de Letras: São Paulo, 2010.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da Pesquisa-ação. São Paulo: Cortez: 2ª ed, Autores Associados, 1986.



RELATO DE EXPERIÊNCIA O CONTEXTO DA EDUCAÇÃO NA ZONA RURAL NA E.E.I.F. JOSÉ SABIÁ: A VIVÊNCIA DO PROGRAMA DE EXTENSÃO PAIDÉIA CIDADE EDUCADORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI (UFCA)

CRUZ, Regina Pimentel¹

NASCIMENTO, Patrícia de Freitas ²

SILVA, Elaine Wergila Santana da³

BARRETO, Polliana de Luna Nunes ⁴

¹ Discente do curso de Administração Pública e Gestão Social da Universidade Federal do Cariri - UFCA. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8099493110248538>, E-mail: reginnapimentel932@gmail.com

² Graduada em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Cariri -UFCA. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6113402724156486>, E-mail: patriciadef.n@gmail.com

³ Graduada em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Cariri -UFCA. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1433019475046025>, E-mail: elainewergila@gmail.com

⁴ Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará (2018). Docente da Universidade Federal do Cariri – UFCA. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7335633721226330>, E-mail: Polliana.luna@ufca.edu.br

O presente relato visa demonstrar a experiência da extensão universitária como ponto indissociável a passagem acadêmica do discente pela Universidade, tendo em vista a importância das experiências dos discentes dentro de programas e projetos e como tais experiências moldam a percepção de mundo mediante cada nova descoberta que associada a pesquisa fazem com que a vida dentro da academia se transmute a cada nova vivência. “Educar para um outro mundo” e “cineruralzinho” os quais estão dentro do Programa Paidéia Cidade Educadora, da Universidade Federal do Cariri – UFCA, ambos os projetos acontecem na escola municipal de ensino infantil e de ensino fundamental José Sabiá, na zona rural de Juazeiro do Norte – CE, desde abril de 2019 até o presente momento. A atuação desses revela-se de grande importância, proporcionando espaço de reflexão e de diálogo na escola sobre temas relevantes na formação social e cidadã de seus alunos.

Palavras Chaves: Experiência, Extensão universitária, Paidéia, Descoberta, UFCA.

The present report aims to demonstrate the experience of university extension as an inseparable point of the student's academic passage through the University, bearing in mind the importance of the students' experiences within programs and projects and how such experiences shape the perception of the world through each new discovery that is associated research makes life within the academy transmute with each new experience. “Educating for another world” and “cineruralzinho”, which are part of the Paidéia Cidade Educadora Program, from the Federal University of Cariri - UFCA, both projects take place at the José Sabiá municipal nursery and elementary school, in the rural area of Juazeiro do Norte - CE, from April 2019 to the present moment. Their work proves to be of great importance, providing space for reflection and dialogue at school on relevant topics in the social and citizen education of their students.

Keywords: Experience, University extension, Paidéia, Discovery, UFCA.

Este informe tiene como objetivo demostrar la experiencia de la extensión universitaria como un punto inseparable del paso académico del estudiante por la Universidad, considerando la importancia de las experiencias de los estudiantes dentro de los programas y proyectos y cómo tales experiencias moldean la percepción del mundo a través de cada nuevo descubrimiento que esta investigación asociada hace que la vida dentro de la academia se transmute con cada nueva experiencia. “Educar para otro mundo” y “cineruralzinho” que forman parte del Programa Paidéia Cidade Educadora, de la Universidad Federal de Cariri - UFCA, ambos proyectos se desarrollan en la escuela municipal de educación infantil y primaria José Sabiá, en la zona rural de Juazeiro do Norte - CE, desde abril de 2019 hasta la actualidad. Su desempeño es de gran importancia, brindando un espacio de reflexión y diálogo en la escuela sobre temas relevantes en la educación social y cívica de sus alumnos.

Palabras Clave: Experiencia, Extensión Universitaria, Paidéia, Descubrimiento, UFCA.

INTRODUÇÃO

O Programa Paidéia Cidade Educadora pretende através de suas ações contribuir para a construção participativa de um novo modelo de desenvolvimento social, cultural, ambiental e economicamente sustentável. Estabelece a cidade e o território como espaços educadores, onde os indivíduos interagem entre si, produzindo saberes em uma troca de ensino e aprendizagem constante, independente da educação formal que tiverem. Entende-se a educação como elemento transformador essencial. Ademais, o objetivo do presente trabalho consiste em apresentar as atividades desenvolvidas no programa e ressaltar a importância da experiência extensionista na trajetória do discente em meio a atuação no programa.

Nesse sentido, as ações têm como foco a reflexão, o debate e a construção coletiva de saberes que vão ao encontro da viabilidade de um Desenvolvimento Sustentável, o qual tem sido o foco do Programa Paidéia. Dessa forma, os projetos se alinham em torno do marco direcionador de ações que é a Educação, através dela será tratada questões que atingem os territórios urbanos e rurais contribuindo para que suas comunidades possam elaborar coletivamente um conjunto de soluções adequadas aos dilemas enfrentados no cotidiano como vias à Sustentabilidade.

As atividades desenvolvidas de extensão se situam muito além dos muros que rodeiam a universidade, as ações desenvolvidas nos projetos e programas são bem mais que elaboração da universidade para a comunidade externa, mas as demandas dos problemas públicos que habitam as arenas de discussão com isso criando um local de diálogo com o poder público local. Sob essa perspectiva os movimentos sociais que se ligam diretamente ao que colocamos como “terceiro setor” que se articulam para levar os seus anseios aos olhares do poder público procurando garantir direitos.

Nesse sentido a extensão universitária se agrega aos movimentos sociais no sentido de colocar as pautas de certa comunidade no seu programa de ação tendo em vista não

a resolução de certa demanda, mas sim o entendimento do problema apresentando por meio de oficinas que colocam os descontentamentos do local em pauta transformando as oficinas inúmeras vezes em arenas de discussão dos problemas das comunidades. Com isso os envolvidos conseguem entender melhor o que os assolam e quais as soluções possíveis para tais problemas, acompanhando durante um tempo determinado as mutações que ocorreram após a realização das ações se transformando assim em parte da mudança.

E esse tal protagonismo não pode se situar somente no âmbito universitário, mas que agregue informação e conhecimento para a comunidade externa e que, a partir disso, essa comunidade possa enxergar a universidade como necessária para a sociedade. Ver mudanças mesmo em meio às dificuldades e também para que o próprio graduando dentro do programa de extensão possa se sentir fonte de mudança assim como também se sinta mudado e motivado a continuar sendo uma transformação necessária para coletividade.

METODOLOGIA

O presente trabalho traz como finalidade as observações dos discentes em meio ao Programa de extensão Paidéia Cidade Educadora com ações desenvolvidas na Escola de Ensino Infantil e Fundamental José Sábia, no Sítio Sabiá, zona rural de Juazeiro do Norte - Ceará no decorrer do ano de 2019 dos meses de janeiro a dezembro. Para mais, procede de uma pesquisa exploratória que pode ser entendida como:

Quando a pesquisa se encontra na fase preliminar, tem como finalidade proporcionar mais informações sobre o assunto que vamos investigar, possibilitando sua definição e seu delineamento, isto é, facilitar a delimitação do tema da pesquisa; orientar a fixação dos objetivos e a formulação das hipóteses ou descobrir um novo tipo de enfoque para o assunto. Assume, em geral, as formas de pesquisas bibliográficas e estudos de caso. (PRODANOV e FREITAS, 2013, p. 51-52).

Sendo assim busca investigar o território em questão que pouco explorado sendo que, situado na zona rural da cidade, se torna estigmatizado por estar em uma coletividade situada perifericamente a cidade por consequência o poder público local se atenta de forma parcial se não pontual para as problemáticas locais principalmente de cunho educacional. Com isso se busca uma troca de saberes entre o corpo docente e por consequência a comunidade local com intuito de entender a realidade do território.

Em face a concretização da pesquisa, se pode colocar a mesma como investigação-ação conceituada:

A investigação-ação é uma forma de indagação coletiva empreendida por participantes em situações sociais com objetivo de melhorar a racionalidade e a justiça de suas práticas sociais ou educativas, assim como sua compreensão dessas práticas e das situações em que estas têm lugar (KEMMIS e McTAGGART, 1988: 9).

Tendo a pesquisa-ação um teor de coletividade com a inclusão de vários atores sociais com a finalidade de mudança coletiva do espaço em questão que, atuando de forma cooperativa, busca identificar os problemas locais e a correção de tais questões.

REFERENCIAL TEÓRICO

Conceituação de Extensão e os rumos diante da política

O conceito de criação de extensão universitária não se deu somente nos dias atuais há todo um aparato histórico que demonstra que a extensão já se dá a muito tempo no âmbito universitário tendo como berço a Inglaterra e com um tempo se espalhou pela Europa assim como coloca Evandro Mirra:

A Universidade de Cambridge, em 1871, foi provavelmente a primeira a criar um programa formal de “cursos de extensão” a ser levados por seus docentes a diferentes regiões e segmentos da sociedade. Começando por Nottingham – a terra de Robin Hood -, Derby e Leicester, seus cursos de Literatura, Ciências

Físicas e Economia Política logo angariaram vasta clientela e, em pouco tempo, atingiam todos os recantos do país. Quase ao mesmo tempo outra vertente surgia em Oxford, com atividades concebidas como uma espécie de movimento social voltado para os bolsões de pobreza. As primeiras ações tiveram lugar em Londres e logo se expandiram para regiões de concentração operária. Os trabalhadores das minas de Northumberland, por exemplo, contrataram em 1883 uma série de cursos de história. O séc. de Péricles foi apresentado no centro manufatureiro de Sheffield, a tragédia grega foi oferecida aos mineiros de carvão de Newcastle e aula de Astronomia aos operários de Hampshire. (MIRRA, 2009, p. 77)

A extensão como conhecida atualmente nasce de um momento de mudança econômica e social que estava a englobar a todos, tendo em vista o avanço do capitalismo e como tal sua voracidade mercadológica, que claro não se limitaria somente ao capital mas a todos os âmbitos que permeiam a sociedade, sendo assim sedento também em cima dos menos abastados tornados sua base de sustentação ao mesmo tempo que se tornavam “escravos” de um sistema econômico que marginaliza assim como faz nos dias atuais a maior parcela da sociedade, com isso em meio ao descontentamento do sistema econômico essencialmente, por parte da classe trabalhadora que em pouco tempo formou grupos organizados com pautas a serem alcançadas por meio da articulação, o que hoje se coloca como terceiro setor.

A extensão em seu cerne tem um papel importante de mediadora dos problemas sociais junto ao um ente, assim como também pode ser vista pela ótica transformadora do local atuando junto da comunidade como já colocado da perspectiva de maior entendimento do problema e como trabalhando nesse sentido será possível uma resolução de forma harmoniosa do descontentamento social, a mesma também pode ser fomento para a demonstração do problema para a comunidade a qual se estar atuando mostrando e reafirmando os seus direitos sem claro se abster dos deveres.

As ações de extensão elas não são criadas

para serem um fim em si próprio, tendo em vista que inúmeras ações de extensão lutam por um caráter igualitário entre os setores sociais sempre atrelados a minoria, sendo que em algumas ocasiões os programas de extensão não substituem o estado nem é um ponto da sua criação que isso ocorra mas faz em algumas ocasiões esse papel, como o Movimento pela Alfabetização que tendo um comportamento estatal levava a comunidades a perspectiva de poder ler sendo assim levava educação as pessoas levando e compartilhando assim conhecimento como coloca Paulo Freire:

Conhecer, na dimensão humana, que aqui nos interessa, qualquer que seja o nível em que se dê, não é o ato através do qual um sujeito, transformado em objeto, recebe dócil e passivamente, os conteúdos que outro lhe dá ou impõe. [...] O conhecimento, pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer uma ação transformadora sobre a realidade. Demonstra uma busca constante. Implica em invenção e em reinvenção. Reclama a reflexão crítica de cada um sobre o ato mesmo de conhecer, pelo qual se reconhece conhecendo e, ao reconhecer-se assim, percebe o “como” de seu conhecer e os condicionamentos a qual está submetido seu ato. [...] Conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos. E é como sujeito e somente enquanto sujeito, que o homem pode realmente conhecer. (FREIRE, 2010, p. 27).

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Em 1999, o Plano Nacional de Extensão Universitária reafirmou os objetivos e a importância do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX). Este cuida e define as políticas extensionistas das universidades públicas brasileiras. Ele é formado pelos pró-reitores das universidades de todo o país, com dois encontros por ano para definição da agenda a ser realizada no período. O fórum tem objetivo de contribuir na construção da matriz orçamentária, relacionada à extensão, garantindo o desempenho das atividades na formação dos estudantes e para o

desenvolvimento social.

De acordo com FORPROEX 2012,

“A extensão universitária pode ser entendida como prática acadêmica que interliga a Universidade nas suas atividades de ensino e de pesquisa, com as demandas da maioria da população, possibilitando uma formação do profissional vinculada com a realidade social, assumindo a sociedade como espaço privilegiado de produção do conhecimento significativo para a superação das desigualdades sociais existente.”.

Ainda segundo o FORPROEX 2012, a extensão universitária pode ser definida como um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político, que promove a interação transformadora entre a Universidade e outros setores da sociedade.

A implementação e desenvolvimento de ações extensionistas requerem que as universidades assumam uma concepção que valorize a atuação das IES junto à comunidade local e, consequentemente, à sociedade como um todo (ARROYO e ROCHA, 2010). Tratar a atividade de extensão como dispositivo consiste em perceber a sua potência formativa acadêmica-profissional, ou seja, uma formação como práxis. Nesse movimento, a teoria ilumina a prática, sendo a primeira significada pela prática, e esta, transformada em função da reflexão na ação e sobre a reflexão na ação (RIBEIRO, PONTES, SILVA, 2017).

É notável a contribuição e importância da extensão universitária na educação enquanto pessoa e enquanto sentido próprio da construção de conhecimento para a academia. No tocante à educação, o Brasil tem o Plano Nacional de Educação (PNE), este foi aprovado em 25 de junho de 2014 pela Lei Federal nº 13.005 e ele é estruturado por 20 metas as quais definem objetivos a serem atingidos pela educação brasileira até o ano de 2024. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) juntamente com o MEC é o responsável por monitorar e avaliar o PNE através de indicadores e avaliações institucionais. Dentro de cada meta do plano existem estratégias para a sua realização.

Para a extensão, dentro da:

Meta 12: Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público. Se tem a estratégia 12.7: Assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.

Um dos pontos mais delicados relacionados a extensão diz respeito aos perigos sempre presentes de que a extensão universitária sirva como instrumento útil para tirar a responsabilização do Estado de suas obrigações sociais com a população (ARROYO e ROCHA, 2010).

UFCA E A INTEGRALIZAÇÃO

A Universidade Federal do Cariri - UFCA tem uma relação muito próxima com a extensão, tendo em vista que os inúmeros projetos cadastrados não se apegam somente a veia de aproximação de pesquisa, mas a extensão é parte preponderante para a realização de consolidação de qualquer projeto de cunho universitário. Com a aprovação da resolução nacional para a extensão universitária, o ensino superior como um todo tem que se organizar para entrar nessa nova fase da integralização onde vai haver uma inserção de ações de cunho extensionista dentro de cada curso, com um percentual de pelo menos 10% do curso em sua carga horária na totalidade, nesse sentido a integralização adentra os cursos de maneira efetiva com um teor de contribuição com dialogicidade e se pautando também na interdisciplinaridade que as ações vão trazer, podendo retirar inúmeras vezes o graduando da sua zona de conforto dentro da academia e mostrando que o mesmo pode ter um papel como ator efetivo fora dos muros da universidade tanto com ações pautadas dentro do curso, assim

também como as atuações em outros centros acadêmicos dentro da universidade.

A UFCA contou com todo um cronograma articulado para o ano de 2019 para preparação da inserção do modelo de integralização. O planejamento se iniciou no mês de Fevereiro com a reunião da PROGRAD em ação conjunta com as pró-reitorias, no mês de Março se iniciaram a criação do formulário, no mês de Abril reuniões ocorreram com o intuito de definição dos membros do comitê de integralização assim bem como, a emissão das portarias dos membros da integralização da extensão, no mês de Maio as reuniões do CONSUP, IFE (Brejo Santo) assim como do NDE, trataram do assunto integralização dentro dos seus centros, em Junho reunião com o CCT e a integralização que compõem o centro, em Julho reunião CPEX/PROEX/PROGRAD fizeram uma análise das ações desenvolvidas ao longo do primeiro semestre, em Agosto reunião com a FAMED, em setembro reuniões realizadas com Reunião com o NDE e colegiado do curso de Biblioteconomia, Ciências Contábeis, no mês de Outubro Reunião com a direção do CCAB sobre a implementação da integralização da extensão no curso de Agronomia, em Novembro recebimento pelo Comitê de Integralização da Extensão dos PPCs dos cursos visitados nas reuniões realizadas ao longo do ano para avaliação das propostas elaboradas para integralização das ações, e por fim no mês de Dezembro avaliação das ações realizadas ao longo do ano para definição das metas e estratégias sobre integralização da extensão na UFCA para o ano de 2020.

A UFCA conta também com um modelo de extensão denominado UFCA Itinerante, criado no ano de 2018, que traz como objetivo a descentralização das ações das cidades mais próximas, sendo assim atuando em outros centros da região do cariri que em parceria com o poder público municipal organiza as pautas das ações e os locais para que possa haver, a partir da atuação da extensão, um desenvolvimento socioeconômico assim bem como para a dinâmica da comunidade de atuação. A UFCA itinerante já realizou suas ações em 11 municípios, todos no estado do Ceará, sendo eles: Salitre,

Potengi, Caririaçu, Barro, Araripe, Tarrafas, Mauriti, Altaneira, Aurora, Jardim e Mauriti.

A extensão se torna realmente não somente apenas um programa a ser cumprido dentro da UFCA, ela é uma “extensão” do próprio corpo universitário ela significa para população externa, uma preocupação real da academia com a comunidade a sua volta demonstrando tanto a importância da sociedade para o meio acadêmico, assim bem como a reafirmação do valor do ensino superior público e a sua real valorização das comunidades no enfrentamento e entendimento dos problemas passados por certa comunidade na busca por transformação social do meio.

A extensão na UFCA conta com 350 estudantes envolvidos nas atividades de extensão com cerca de 90 docentes que são coordenadores e orientadores dos projetos, os projetos podem ser colocados em categorias: Ampla concorrência, Programa de Integração Ensino e Extensão (PEEX) e Programa de Protagonismo Estudantil (PROPE), 69 programas de ampla concorrência, 13 relacionados ao PEEX, 10 ao PROPE.

O PROGRAMA PAIDÉIA

O Programa Paideia foi concebido em 2013 por um grupo de estudantes do curso de Administração Pública da Universidade Federal do Cariri (UFCA). Mas, foi somente em 2017, sob nova coordenação, que o esse passou a atuar na Escola Municipal José Sabiá. Tudo se deu início através do contato de um ex-aluno da escola com a coordenadora do programa, onde ele contou toda a história da escola e fez a ponte inicial entre a escola e o programa. Em 2017, o PAIDEIA começou a atuar com dois projetos na escola o “Educar para um outro mundo” e o “CineRuralzinho”

O Projeto “Educar para um outro mundo” visa organizar espaços que proporcionem diálogos entre os jovens, provocando reflexões sobre temas relevantes nesta sociedade onde a correlação de forças é uma realidade e deve ser observada e vivenciada com o objetivo de construir novos caminhos

para o diálogo entre eles. O CineRuralzinho trabalha no cotidiano da escola através de obras audiovisuais. Acredita-se que através dessas experiências a formação cidadã seja incentivada em diversas instâncias do conhecimento, integrando o saber universitário com o amplo conhecimento popular existente nas comunidades. Pretende-se que essa proposta auxilie na descentralização da exibição, levando o cinema aonde o povo está.

A EXPERIÊNCIA DISCENTE

O programa conta com discentes bolsistas e voluntários dos cursos de Administração Pública, Direito, Engenharia Civil e Jornalismo, possibilitando ao programa percepções diferentes que auxiliam nas tomadas de decisões e planejamentos. Juntamente com parceiros internos e externos contribuímos também para a comunidade do sítio através de palestras dentro das áreas citadas e capacitações para os docentes da escola através da coordenadora do programa. Dessa forma, a extensão proporciona oportunidades fora do âmbito acadêmico, propiciando convívio interdisciplinar entre os discentes dos mais variados centros como já ressaltado, ademais o discernimento em relação à realidade que permeia os muros da universidade

Durante esse ano de atuação no Programa, pode-se ter uma percepção menos generalista da sociedade. A atuação dos programas são bem mais que simples ações é o resultado de planejamento de metodologia e de agenda para serem realizadas ao longo do ano. Elas significam uma aproximação com a sociedade de forma mais intimista onde podemos sentir também os problemas da própria comunidade. Isso não é diferente dos nossos anseios, pois saímos da ação com a percepção de que temos não apenas uma obrigação, mas um dever de auxiliar a perspectiva transformadora da situação. Uma transformação social que parte da Universidade através dos projetos nos propiciando aos bolsistas uma mudança do próprio futuro, tanto da sua própria atuação como bolsista e da sua colocação mediante

as diferentes realidades sociais. Dessa forma, com essas vivências transformam e expandem a vida e a mente de quem participa de ações na comunidade, criando vínculo de pertencimento a essa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O projeto CineRuralzinho teve apenas uma edição em 2019, por motivos de deslocamento da Universidade até a escola e por agenda própria, ainda no primeiro semestre. A ação aconteceu na Escola Municipal José Sabiá em um sábado letivo e atendeu a 12 estudantes, ensino infantil e fundamental. Foi apresentado o filme “Up! Altas Aventuras” com o intuito de abrir reflexão e discussões com as crianças sobre o tratamento com idosos na sociedade.

O Projeto “Educar para um outro mundo” é um projeto onde ocorreram muitas trocas de experiências entre bolsistas e voluntários, discentes e docentes da Escola José Sabiá, podendo estar um pouco mais perto da realidade vivida dentro e fora da Escola.

A Escola é composta por alunos de seis a dezessete anos, professores da zona rural e urbana e suas atividades acontecem no período matutino e vespertino. Dispõe de seis salas de aula, uma pequena biblioteca, um laboratório de informática e uma quadra ao lado da escola. Algumas salas são multisseriadas e possuem EJA a noite.

Além da Formação Docente, foram executadas Oficinas Literárias. A formação docente acontecia nos sábados com a participação dos bolsistas, da coordenadora da bolsa juntamente com os professores e funcionários. Foram discutidos pontos importantes, relativos especialmente às fragilidades quanto à alfabetização e letramento de jovens, e atividades pedagógicas relacionadas a temas transversais com foco nos discentes.

As Oficinas Literárias aconteciam com alunos dos Ensinos Fundamental I e II, separadamente. A primeira Oficina Literária aconteceu com alunos do Ensino Fundamental I, com contação de histórias, dinâmicas com

os alunos e a criação de marca páginas de EVA. A segunda Oficina Literária se deu com alunos do Ensino Fundamental II, com a apresentação de leituras e escritores contemporâneos e a criação de crônicas.

Em geral, as oficinas tinham baixa frequência de alunos, já que as mesmas aconteciam aos sábados e muitos desses alunos ajudam os pais em trabalhos de casa, já que a escola está localizada em zona rural. Outro ponto que vale destaque é a evasão escolar principalmente nas séries finais e a falta de participação dos pais nas reuniões escolares.

Os resultados evidenciam que esse espaço permite aos alunos o aprendizado prático, baseado na diversidade de atividades e nas reflexões sobre os assuntos abordados. Ademais, o Paideia possui histórico de trabalho nessa escola desde 2018 com o objetivo de contribuir através de suas ações com ela assumindo a cidade e o território como espaços educadores, em que os sujeitos, independente da educação formal que tiverem, incorporem saberes e sejam capazes de ensinar e de aprender com os outros.

A importância do Projeto “Educar para um outro mundo” está ligada ao desenvolvimento escolar, a socialização da aprendizagem e a interação entre a faculdade e a escola, onde pode-se observar o quanto é interessante esse convívio. O debate de questões sociais e problemas externos e internos ao ambiente escolar, principalmente aquelas que eram vivenciados pelos alunos, também foi de fundamental importância para conhecimento dos mesmos e construção de materiais.

São metas para 2020 planejar e desenvolver atividades que estimulem os alunos da EEIF José Sabiá a dar mais significado ao conhecimento, dentro e fora da sala de aula, como meio para o exercício da cidadania, através de ações práticas, que divulguem informações sobre temáticas oportunas aos contextos identificados no ambiente escolar.

No atual contexto político, econômico e social, a tendência é pensar como a extensão pode contribuir mais diretamente na solução de problemas sociais expressos nos diálogos com a comunidade e o governo. A extensão deve ser alinhada com os princípios mundiais

de sustentabilidade. As instituições devem pensar sua interferência no desenvolvimento regional, com base nas metas globais (CARBONARI e PEREIRA, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se pode compreender ao final de tudo que a extensão é preponderante para atuação da universidade na comunidade externa, fazer com que a sociedade também entenda a importância da universidade pública e a continuidade desse modelo de atuação nas comunidades periféricas com programas semelhantes ao Paidéia Cidade Educadora, e esse é o retorno da universidade por meio da pesquisa, das ações de extensão dos dados gerados a partir da atuação, e como todo esse material pode auxiliar a comunidade nos problemas públicos, no entendimento geral dos seus direitos e com a aproximação junto ao setor público mediante o diálogo que é algo que estar enraizado na extensão fazendo com que a sociedade a partir desse entendimento se posicione e se coloque dentro da esfera pública de maneira efetiva, sendo ela assim como a extensão atuante de forma transformadora da sua realidade e propulsora da mudança social e da continuidade da luta por igualdade. Nesse sentido a UFCA sob forma de programa de extensão atua em toda região do Cariri levando a atuação da universidade a todas as comunidades possíveis proporcionando um intercâmbio de saberes, e cultura de forma rica que propõe ao aluno de graduação uma experiência espetacular de vivência da sociedade e o entendimento pessoal do aluno, de que a sua relação com a comunidade externa não deve se dar somente pautada na sua atuação profissional ao término do curso mas antes disso em meio a sua caminhada dentro da academia a sua relação por meio da extensão se torne mais próxima da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, D.M.P.; ROCHA, M. S. P. M. L.

Meta-Avaliação de extensão universitário: estudo de caso. Campinas, 2010.

CARBONARI, M. E. E.; PEREIRA, A. C. A extensão universitária no Brasil do assistencialismo à sustentabilidade. São Paulo, 2007.

Fórum de Pró-reitores de Extensão Das Universidades Públicas Brasileiras. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus-AM, 2012; PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>>. Acesso em 23 de dez. 2019;

FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

KEMMIS, Stephen e MCTAGGART, Robin. Cómo planificar la investigación-acción. Barcelona: Editorial Alertes, 1988.

MIRRA, Evando. A Ciência que sonha e o verso que investiga. São Paulo: Editora Papagaio, 2009.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI. Documento final aprovado pelo conselho superior pró-tempore da UFCA. Juazeiro do Norte-CE, 2017.

PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. Documento do Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, 1998. Disponível em: <www.renex.org.br>. Acesso em 19 de dez. 2019.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. D. Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho

Acadêmico. 2^a.ed. Novo Hamburgo:
Universiade Freevale, 2013.

PRÓ REITORIA DE EXTENSÃO. Disponível em: <<https://proex.ufca.edu.br>>. Acesso em 19 de dez. 2019.

RIBEIRO, M. R. F.; PONTES, V. M. A.; SILVA, E. A. A contribuição da extensão universitária na formação acadêmica: desafios e perspectivas. Revista Conexão UEPG. Rio Grande do Norte,



“O FIO DAS MISSANGAS”: TRAJETÓRIAS E DESAFIOS DAS INCUBADORAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM TERRITÓRIOS SINGULARES

Victoria Régia Arrais de Paiva 1

Gil Célio de Castro Cardoso 2

1 Doutora em Sociologia, pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Atualmente, é docente da Universidade Federal do Cariri (UFCA), no Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) e no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável (Proder). Realizou estágio pós-doutoral no Programa de Avaliação de Políticas Pública da Universidade Federal do Ceará (UFC) victoria.arrais@ufca.edu.br;

2 Supervisor da pesquisa de pós-doutorado. Doutor em Ciências Sociais (Desenvolvimento Regional), pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Realizou estágio de pós-doutorado no Institut des Hautes Etudes de L’Amérique Latine da Université Paris III (Sorbonne Nouvelle) e no Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília. Atualmente é professor associado da Universidade de Brasília, exercendo lotação provisória na Universidade Federal do Ceará. Docente do Programa de Avaliação de Políticas Pública da Universidade Federal do Ceará (UFC). gilceliodecastro@gmail.com.

O fio das missangas simboliza reflexões sobre os processos de incubação em economia solidária, com base num estudo comparado entre duas trajetórias institucionais emblemáticas. Por meio de pesquisa avaliativa de cunho qualitativo e participante foram captadas as percepções das equipes técnicas e dos trabalhadores dos empreendimentos. Os resultados indicam que tais processos acionam uma práxis pedagógica singular, assentada na educação popular freireana, vivenciados pela a horizontalidade e a dialogicidade entre os saberes acadêmico e popular, impactando a sustentabilidade dos territórios.

Palavras-chave: Incubadoras; Economia Solidária; Sustentabilidade; Trajetória institucional.

The string of beads symbolizes reflections on the incubation processes in solidarity economy, based on a comparative study between two emblematic institutional trajectories. Through an evaluative research of a qualitative and participatory nature, the perceptions of the technical teams and workers of the projects were captured. The results indicate that such processes trigger a singular pedagogical praxis, based on Freirean popular education, experienced by the horizontality and dialogicity between academic and popular knowledge, impacting the sustainability of territories.

Keywords: Incubators; Solidarity economy; Sustainability; Institutional trajectories.

El hilo de las cuentas simboliza reflexiones sobre los procesos de incubación en la economía solidaria, a partir de un estudio comparativo entre dos trayectorias institucionales emblemáticas. A través de una investigación evaluativa de carácter cualitativo y participativo, se capturaron las percepciones de los equipos técnicos y trabajadores de los proyectos. Los resultados indican que tales procesos desencadenan una praxis pedagógica singular, basada en la educación popular freireana, vivida por la horizontalidad y dialogicidad entre el saber académico y popular, impactando la sustentabilidad de los territorios.

Palabras clave: Incubadoras; Economía solidaria; Sustentabilidad; Trayectorias institucionales.

INTRODUÇÃO

“A missanga, todos a veem.
Ninguém nota o fio que, em colar vistoso,
vai compondo as missangas.
Também assim é a voz do poeta:
um fio de silêncio costurando o tempo.”
(MIA COUTO, 2009, p. 1).

A metáfora do fio das missangas traz a imagem simbólica do elo que sustenta as missangas³. Trata-se de uma obra composta por contos sobre a vida das mulheres e as relações de dominação a que estão histórica e culturalmente expostas. O autor moçambicano, com sua sensibilidade e perspicácia, aciona o fio para dizer sobre aquilo que transpassa e tece cada uma daquelas vidas. E esse “fio”, também associado ao verbo “fiar”, irá conduzir a nossa discussão, entrelaçando pessoas e instituições de distintos matizes, num exercício daquilo que Mills (2009) designa de artesanato intelectual. Ou seja, à luz de dois casos emblemáticos, um ao norte e outro ao sul do estado do Ceará, Região do Nordeste brasileiro, buscamos reconhecer os elementos constitutivos dos processos de incubação realizados pela Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares e Solidários da Universidade Federal do Cariri (Iteps/UFCA) e pela Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários da Universidade Estadual do Vale do Acaraú (IEES/UEVA).

Considerando a emergência das incubadoras de Economia Solidária no contexto dos desafios no mundo do trabalho contemporâneo, em meados dos anos 1990, o presente texto compartilha a sistematização dos achados da pesquisa avaliativa cujo foco é refletir sobre a incubação de

empreendimentos econômicos solidários, com o fito de identificar as especificidades teórico-metodológicas concernentes aos processos de incubação realizados pelas aludidas incubadoras, à luz da recomposição de suas trajetórias institucionais.

Para tanto, foram elaboradas as seguintes perguntas de partida: quais as características dos processos de incubação realizados pelas incubadoras? Que tipos de impactos são gerados? Quais os desafios vivenciados no contexto da pandemia causada pela Covid 19 e da retração das políticas públicas?

Por incubação em Economia Solidária recorreremos ao referencial desenvolvido por França Filho e Cunha (2009), que consideram as especificidades desta forma de incubação distinguindo-as das incubadoras de empresas. Assim, as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), cumprem relevantes papéis, a saber:

[...] primeiramente, elas capacitam os empreendimentos, tirando muitos deles da informalidade e da precariedade e propiciando uma renda digna a seus participantes. Um segundo papel é o de articular novas políticas públicas no campo da geração de trabalho e renda. Já um terceiro relaciona-se ao processo de organização das próprias ITCPs, que vêm se congregando em torno de redes nacionais, dando consistência à proposta e suporte à própria dinâmica de organização política das práticas de economia solidária (FRANÇA FILHO E CUNHA, 2009, p. 224).

Para a coleta de dados, os subsídios da pesquisa participante (Brandão, 1999) foram consubstanciados num estudo de caso, de caráter descritivo, empregando as técnicas de análise de documentos, revisão bibliográfica e entrevistas semiestruturadas – estas últimas realizadas em rodas de conversa e, em alguns casos, individualmente. Tais dados foram analisados mediante referencial latino-americano de sistematização de experiências, segundo Holliday (2014). Para o autor, não é suficiente sistematizar apenas as informações. Por isso, ele sugere um constructo estruturado em cinco passos, conforme a seguir: i) o ponto de partida, que deve ser a ação que se deseja analisar; ii)

³ Pedimos licença poética para utilizar o termo conforme escrito em língua portuguesa de Portugal, com duplo “s” ao invés de “ç” para ser fiel à palavra conforme escrita pelo autor.

as perguntas iniciais sobre a referida ação; iii) a recuperação do processo vivido; iv) a reflexão de fundo; e v) o ponto de chegada. A sistematização de experiências permite que se construa conhecimento a partir das experiências estudadas, em diferentes contextos.

Para fins de exposição, o texto apresenta o contexto de emergência das incubadoras no Brasil, depois a recomposição da trajetória institucional dos casos empíricos abordados, destacando seus pontos de convergência, as especificidades da práxis educativa adotada por cada uma, e também como tais ações impactam os territórios em que atuam, entendendo que tais impactos são compreendidos na perspectiva de Roche (2003), como: “[...] mudanças efetivas e / ou significativas na vida das pessoas em decorrência de determinada intervenção”. Ou seja, mudanças que não ocorreriam sem as ações das incubadoras. Por fim, seguem as reflexões sobre os desafios e as estratégias adotadas no contexto recente, de recuo das políticas de fomento, agravado pela pandemia da Covid 19.

1. O CONTEXTO DE EMERGÊNCIA DAS INCUBADORAS NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

Considerando a necessária “recuperação do processo vivido” conforme percurso da sistematização de experiências sugerido por Holliday (2014), a primeira ITCP surgiu na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Segundo argumentam Santos e Cruz (2008), esta incubadora nasce em 1996, num dos centros de pesquisa da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia (COPPE), sob a coordenação do professor Gonçalo Guimarães. Desde então, a proposta seguiu inspirando outras incubadoras noutras universidades do país. O Ceará também aparece nesse momento de gênese, sendo registrada a atuação do Prof. Osmar de Sá, na UFC. Portanto, fazem parte desse primeiro ciclo de criação, as Universidades Federais do Ceará, a Rural de Pernambuco, a de Juiz de Fora, a do Paraná,

a de São João Del Rey, a Universidade de São Paulo, a Estadual da Bahia, a Regional de Blumenau e a Fundação Santo André.

Seguindo essa trilha, as incubadoras de Economia Solidária passaram a integrar duas redes nacionais, como estratégia de fortalecimento e intercâmbio de experiências. São elas: a Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (Rede Unitrabalho), criada em 1996; e a Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede de ITCPs), criada em 1998. No total, as duas redes aglutinam mais de cem incubadoras no Brasil.

No tocante à avaliação das ações desenvolvidas pelas assim denominadas “ITCPs”, pesquisas realizadas junto ao Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Cooperativas (Proninc⁴) avaliaram tais ações em diferentes momentos, sendo a primeira delas ocorrida entre os anos de 2005 e 2007, (coordenada pela Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE); outra entre 2010 e 2011, pelo Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano – IADH) e a mais recente, realizada entre 2016-2017, pelo Núcleo de Solidariedade Técnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Soltec/UFRJ). Nesse sentido, é importante destacar que todas elas estão disponíveis na internet e foram importantes subsídios para realização da pesquisa.

Em concordância com os organizadores da última pesquisa avaliativa do Proninc (ADDOR; MENAFRA, 2018), este programa pode ser considerado uma das políticas públicas mais relevantes do campo da

⁴ O PRONINC foi criado em 1998, porém, a partir de 2003, com a criação da Senaes/Ministério do Trabalho e Emprego, passou a ser executado com regularidade. Seu principal objetivo é apoiar e fomentar as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) para que estas realizem a incubação de empreendimentos de economia solidária (EES), fornecendo também assessoria, qualificação, assistência técnica. Mais informações estão disponíveis pelo: < http://base.socioeco.org/docs/proninc_relatorio2017.pdf > Acesso em 15.jul.2019.

formação e assessoramento técnico em economia solidária no período recente, pois é uma das poucas que teve continuidade após 2015, quando a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) deixa de existir como espaço de referência, no âmbito do Ministério do Trabalho e Previdência Social (que foi extinto pelo atual governo, iniciado em 2019, com uma plataforma política de austeridade fiscal e um viés ideológico ultraconservador – para não adentrar nos meandros das implicações disso na tragédia em que o país está imerso, principalmente, a partir do início da pandemia do novo coronavírus).

O Proninc possui uma particularidade digna de nota, pois fomentou diretamente não apenas os empreendimentos de economia solidária, mas também os grupos de pesquisa, com a destinação de recursos para custeio de equipe técnica e bolsas para estudantes universitários, estimulando, portanto, a geração de conhecimento a partir de demandas dos setores populares.

O último ciclo do referido programa encerrou em meados de 2019 e apontou desafios a serem superados pelas incubadoras no contexto de recuo das políticas de fomento advindas do governo federal e também devido à pandemia, que atingiu o mundo no início de 2020, fato que repercutiu nas ações das incubadoras, que, até então, aconteciam de modo presencial, e passaram a ocorrer de forma remota, pela necessidade de manter o distanciamento social.

A seguir, serão abordadas as incubadoras cearenses, com um resumo de informações gerais sobre o seu perfil e principais áreas de atuação.

2. AS INCUBADORAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO ESTADO DO CEARÁ

O Estado do Ceará abriga quatro incubadoras. A mais antiga delas, a Incubadora de Cooperativas Populares de Autogestão (IPCA), nasceu em 1998, sob a coordenação do Prof. Osmar de Sá Ponte, Jr, do Departamento de Ciências Sociais, da Universidade Federal do Ceará. Quase uma década depois, em

2007, surge a Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários (IEES), na Universidade Estadual Vale do Acaraú (UEVA), situada em Sobral, coordenada pelo Prof. Francisco de Assis Guedes Barros, da área de Administração. Na sequência, em 2009, nasce a Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares e Solidários (Iteps), no então Campus Avançado da Universidade Federal do Ceará no Cariri, hoje Universidade Federal Cariri (UFCA), em Juazeiro do Norte, sendo atualmente coordenada pelo Prof. Eduardo Vivian da Cunha, docente do Centro de Ciências Sociais Aplicadas; e, a mais recente delas, a Incubadora Tecnológica de Economia Solidária (Intesol), criada em 2013, vinculada à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (Unilab), em Redenção, sob a coordenação da Profª Clébia Freitas Rabelo, do Instituto de Desenvolvimento Rural (IDR).

As aproximações com o campo empírico da pesquisa ocorreu por meio de contatos inicialmente feitos por e-mail, telefone e depois por videoconferência (pelo GMeet), com integrantes das incubadoras. Tais dados foram agregados a pesquisas em redes sociais, nos sites das universidades e em livros contendo relatos de experiências das incubadoras. O cruzamento dessas informações permitiu depreender alguns pontos: primeiro, há distintas denominações quando se trata de incubadoras de empreendimentos solidários. A experiência pioneira (ICPA/UFCA), hoje com mais de 20 anos de existência, realça a expressão “cooperativas populares”, enfatizando a perspectiva autogestionária, enquanto as demais mencionam os termos que passam a compor o rol das políticas públicas, “empreendimentos econômicos solidários”, conforme designado por Gaiger (2002). No caso da Iteps/UFCA, a noção de “empreendimentos populares e solidários” replica o termo comumente empregado pela Rede de ITCPs; ou, de forma mais abrangente, “empreendimento de economia solidária”, conforme designação da Intesol/Unilab. As duas mais recentes (Iteps/UFCA e Intesol/Unilab) açãoam a dimensão da tecnologia ao se autodenominarem como “incubadoras tecnológicas”, sendo estas

afiliadas às tecnologias sociais, conforme Dagnino (2014).

No tocante à institucionalização, apenas uma delas, a IEES/UEVA, possui uma portaria que a vincula à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, enquanto as demais são caracterizadas como “núcleos de conhecimento”, agregando programas e/ou projetos com ações de extensão, ensino e pesquisa. Os pontos convergentes são: todas estão diretamente ligadas a instituições públicas de ensino superior, tendo contado com políticas de apoio e fomento governamental em seus respectivos processos de constituição e/ou fortalecimento, com destaque para os editais do CNPq e Senaes, via Proninc. E, no caso específico da Iteps/UFCA, houve apoio inicial do Etene/BNB, sendo este item abordado com mais vagar logo a seguir, na seção que tratará da trajetória desta última incubadora.

2.1. A TRAJETÓRIA DA ITEPS/UFCA

A noção de trajetória é aqui empregada segundo Gussi (2008), como o intuito de realçar a dimensão cultural na avaliação de políticas públicas, buscando ampliar e aprofundar o horizonte metodológico da avaliação, para além de uma visão meramente tecnicista. Nesse sentido, o modelo avaliativo aqui empregado converge com a avaliação em profundidade, conforme preconizado por Rodrigues (2008).

Esta seção está estruturada em três partes, sendo esta inicial, que circunscreve o surgimento da Iteps na Região do Cariri Cearense, a concepção teórico-metodológica que orienta suas ações e o mapeamento dos grupos produtivos que passaram pela incubação, destacando a fase em que cada um se encontra e os desafios.

2.1.1 O PROCESSO DE CRIAÇÃO E SUAS PRIMEIRAS AÇÕES

A Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares e Solidários

(Iteps) foi criada na Universidade Federal do Cariri (UFCA) em 2009, quando esta era Campus Avançado da Universidade Federal do Ceará (UFC Cariri).

O Cariri Cearense é uma região situada ao sul do Estado do Ceará, distante cerca de 500km da capital (Fortaleza), formada por 28 municípios. Desde 2009, uma Lei Complementar instituiu a Região Metropolitana do Cariri, composta por nove cidades, que juntas abrangem uma significativa parcela da população cearense, cerca de 540 mil habitantes, segundo o Censo de 2010.

Pelo alcance das ações da Iteps, optamos pelo recorte territorial de sua Região Metropolitana, atualmente composta por nove municípios, a saber: Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Jardim, Missão Velha, Caririaçu, Farias Brito, Nova Olinda, e Santana do Cariri.

Conforme relembra Cunha, atual coordenador da incubadora, ainda no segundo semestre de 2008 foram dados os primeiros passos no sentido da criação da Iteps, mediante parceria firmada entre a então UFC Cariri e o Escritório Técnico de Estudos e Pesquisas do Banco do Nordeste do Brasil (Etene/BNB), sob a coordenação do Prof. Jeová Torres Silva Jr.

Assim, o início das ações de incubação da Iteps ocorreu efetivamente no segundo semestre de 2009, sendo destinada uma sala no Campus Juazeiro do Norte. Naquele momento foram identificados três projetos que passaram pela incubação, a saber: a Associação de Catadores do município de Barbalha, com apoio da prefeitura; a Cooperativa de Crédito do Crato, que envolvia agricultores familiares; e a Associação de Micro e Pequenos Empreendedores do Bairro Salesianos (Asmipesal), em Juazeiro do Norte, que depois assumiu outra personalidade jurídica: o Centro de Desenvolvimento Comunitário das Timbaúbas (CDCT), que abrigou o projeto de um banco comunitário.

De acordo com a análise dos relatórios e publicações, a Iteps atua em diversos segmentos sócio-produtivos, entre os quais se destacam: a agricultura de base

agroecológica, o artesanato, as finanças solidárias, entre outros. Suas principais ações estão voltadas ao incentivo do associativismo e do cooperativismo, atuando no apoio à realização de feiras, atividades formativas e também junto aos fóruns e redes que agregam empreendimentos econômicos solidários e suas entidades de apoio e fomento.

Mas, afinal, como acontece a incubação desenvolvida pela Iteps?

2.1.2. A CONCEPÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA DA INCUBAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA NA ITEPS/UFCA

Nos registros das ações da Iteps/UFCA divulgados em duas publicações⁵, seu coordenador afirma que suas intervenções buscam viabilizar a geração de trabalho e renda de modo alternativo ao modelo hegemônico do mercado econômico, através do fomento e fortalecimento de empreendimentos solidários e/ou a redes locais de empreendimentos, com foco na autogestão e no desenvolvimento sustentável. Assim, conforme argumenta, a metodologia de incubação seria exercida como uma ação dialógica que adota práticas de educação popular, em que os integrantes dos empreendimentos participam de processos de formação voltados ao desenvolvimento das suas próprias capacidades, combinadas com conhecimentos técnicos e acadêmicos, de acordo com as demandas identificadas.

A incubação é planejada para durar em média dois a três anos e trata-se de um processo dialógico que envolve conteúdos basilares, envolvendo aspectos comportamentais,

relações interpessoais e também aspectos técnicos, de gestão, precificação etc. Considerando que os sujeitos devem ser inseridos no processo de construção dos conhecimentos gerados, aproximando e horizontalizando a relação entre saberes acadêmicos e populares, adota-se uma pedagogia em que todos os integrantes são sujeitos ativos do processo e não meros receptores, tal como preconiza a educação popular, de inspiração freireana (FREIRE, 1996). Independentemente do nível de escolaridade (incluindo os não letrados), cada sujeito tem sua leitura de mundo própria, construída ao longo de suas experiências, que são fundamentais no processo de incubação.

Desse modo, o roteiro metodológico para o processo de incubação segue três etapas: a pré-incubação, a incubação propriamente dita e a desincubação, as quais, se desdobram em seis eixos: Diagnóstico, Planejamento, Formação, Acompanhamento, Sistematização e Divulgação dos resultados.

No que se refere a sua estrutura de funcionamento, a Iteps está atualmente organizada em seis eixos: Coordenação; Articulação institucional; Comunicação; Pesquisa e Formação; Produção e Finanças Solidárias. Cada um é coordenado por um docente, com a participação de técnicos, e agrega estudantes de graduação e pós-graduação (bolsistas e/ou voluntários), de acordo com os perfis requeridos para atuar nos grupos/empreendimentos específicos e na incubadora de forma geral. Os eixos de coordenação, articulação institucional, pesquisa e formação são transversais e dão suporte ao funcionamento geral da incubadora.

2.1.3. MAPEAMENTO DOS GRUPOS/EMPREENDIMENTOS INCUBADOS

Com o intuito de elaborar uma síntese dos processos de incubação realizados pela Iteps e dimensionar alguns resultados em termos de segmentos de atuação, trabalhadores, organizações parceiras, entre outros, veja-se a seguir o Quadro 1:

⁵ As publicações estão disponíveis para consulta, na sede da Iteps e o último livro, lançado em 2015, encontra-se disponível também em formato e-book, no seguinte endereço: <http://ebooks.ufca.edu.br/catalogo/incubacao-em-economia-solidaria-contextos-desafios-e-perspectivas/> acesso em 29.set.2019

QUADRO 1 – Mapeamento dos grupos/EES incubados pela Iteps (2009-2019)

EES	SE-TOR	MUNICÍPIO	Nº DE TRABs	PARCEIROS	SITUAÇÃO
Associação de Catadores de Recicláveis de Barbalha	Cata-dores	Barbalha	12	Projeto Eten e / BNB Prefeitura e Cáritas Regional	Encerrado
Associação Engenho do Lixo	Cata-dores	Juazeiro do Norte	10	Proninc (recursos do CNPq) e da Cáritas Regional	Encerrado
Associação de Catadores/as de Juazeiro do Norte	Cata-dores	Juazeiro do Norte	08	Proninc (recursos do CNPq) e da Cáritas Regional	Encerrado
Cooperativa de Crédito do Crato	Agricul-tores Fami-iliares	Crato	20 sócios-fundadores	Sintroec	Encerrado
Rede de catadores da Região do Cariri	Cata-dores	Barbalha e Juazeiro do Norte	50	Proninc (recursos do CNPq) e Cáritas Regional	Encerrado
Banco Comunitário no Centro de Desenvolvimento Comunitário das Timbaúbas	Trabalhadores urbanos autônomos	Juazeiro do Norte	8 gestores do banco	Proninc (recursos do CNPq), junto com Projeto desenvolvido pela ITES UFB A (parceria Senaes)	Encerrado
Fórum Caririense de Economia Solidária (FO-CAES)	Repre-sen-tantes d e E E S , entida-des de apoio e gesto-res pú-blicos	Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha	20 (em média, podendo variar)	Proninc (recursos do CNPq). Há um Projeto em curso com a Prefeitura do Crato e a Cáritas Regional	Em andamento

Rede de Empreendedores Criativos do Cariri	Arte-sãos	Crato	30	Proninc (recursos do CNPq)	Parceria pontual, conforme demandas
Rede de Feiras Agroecológicas e Solidárias do Cariri	Agricul-tores familiares	Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha	50	Proninc (recursos do CNPq) e Proex	Parceria pontual, conforme demandas
Núcleo de Assessoria de Comunicação em Economia Solidária	Diversos, nossos meios rurais e urbanos	Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha	30	Proninc (recursos do CNPq)	Encerrado
Quintais Produtivos	Agricul-tores familiares	Crato e Barbalha	30	Proninc (recursos do CNPq) e Proex	Em andamento
Café Cariri Encantado	Agricul-tores familiares	Barbalha	10	Proninc (recursos do CNPq)	Parceria pontual, conforme demandas
Grupo de Economia Solidária e Turismo Rural da Agricultura Familiar	Agricul-tores familiares	Barbalha	20	Proninc (recursos do CNPq)	Em andamento
Acontece no Terreiro	Trabalhadores urbanos autônomos	Altônia Penha (Crato)	20	Proninc (recursos do CNPq) e Proex	Parceria pontual, conforme demandas
Trocaria do Gesso	Trabalhadores urbanos autônomos	Comunidade do Gesso (Crato)	20	Proninc (recursos do CNPq) e Proex	Parceria pontual, conforme demandas

Fonte: Elaboração própria com base em

dados de relatórios do Proninc/CNPq e Proex/UFCA.

Conforme se observa, há 15 grupos/empreendimentos que passaram pelo processo de incubação, sendo que alguns destes se desdobram, a exemplo da Rede de Feiras Agroecológicas e Solidárias (que abrange três núcleos, nas cidades de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha); e outros que permanecem sendo incubados (aqui considerados aqueles com a situação “em andamento” ou “parceria pontual”). Destaca-se a atuação territorial ainda limitada aos municípios do microterritório denominado de Cariri Central (ou CRAJUBAR), citado anteriormente, com uma diversidade de segmentos produtivos nos meios rural e urbano, entre os quais, podem ser ressaltados os catadores de recicláveis, agricultores familiares e artesãos. Em termos de número de trabalhadores envolvidos, há uma variação considerável, a depender do tipo de grupo/EES, desde oito a cinquenta pessoas. Os maiores quantitativos se referem à organização de redes de EES – caso dos catadores, artesãos e agricultores familiares.

A presente categorização em que se vê a palavra “encerrado” merece uma reflexão - caso dos EES ligados ao segmento de catadores, por exemplo. Geralmente, isso ocorre quando o docente responsável pelo eixo produtivo não está ativo na Iteps ou quando o grupo/EES é desfeito. Neste caso específico, desde 2016 há docentes afastados para cursar pós-graduação, o que tem acarretado a desarticulação ou distanciamento de alguns grupos/EES, dentre os quais, além dos catadores, aqueles ligados à comunicação popular. Houve também uma perda irreparável: o falecimento de um dos mais atuantes docentes, que coordenou a Iteps durante um quadriênio (2013 a 2017), o Prof. Augusto Tavares⁶. Nesse sentido, como

⁶ O Prof. Augusto estava afastado das atividades acadêmicas desde 2017 para concluir o doutorado no Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) da UnB quando adoeceu e veio a falecer em 18 julho de 2020, logo após defender sua tese.

ele mesmo ressaltou em diversos diálogos, para que os grupos/EES sejam efetivamente acompanhados, o comprometimento dos docentes é fundamental, principalmente na motivação da equipe técnica, dos estudantes, nos trabalhos em campo, diretamente com os grupos/EES e demais atividades próprias do processo de incubação. Eis aqui um dos desafios a serem superados, pois a equipe de trabalho permanente é bastante reduzida, recebendo reforço mediante acesso a recursos dos editais de fomento, quando ocorre seleção de bolsistas (estudantes e técnicos). Assim, no contexto recente, entre 2017 até meados de 2019, a equipe foi composta por dez bolsistas, subsidiada com recursos captados externa e internamente, respectivamente oriundos do Proninc/CNPq e da Pró-reitoria de Extensão.

Embora a incubação em economia solidária esteja fortemente vinculada à prática da extensão universitária, não se desprende das ações de pesquisa e de ensino. Nessa perspectiva, conforme destacam Tavares et al (2018), uma das estratégias para fomentar a pesquisa a partir da extensão foi a constituição da Iteps como grupo de pesquisa (certificado pelo CNPq desde 2014). E, na área do ensino, os docentes vinculados à Incubadora ofertam a disciplina “Gestão e Incubação em Empreendimentos Econômicos Solidários”, incluída na matriz curricular do Curso de Administração Pública, como optativa, e também a disciplina de Socioeconomia e Economia Solidária (obrigatória), além de receber estudantes para estágio em várias modalidades, de diferentes cursos, interessados em compreender melhor sobre concepções e práticas em economia solidária, educação popular etc.

No tocante à sistematização e publicização dos resultados, as ações desenvolvidas pela Iteps costumam ser registradas em diferentes meios (relatórios, fotografia, vídeos etc.) e divulgadas em artigos acadêmicos, relatos de experiências, capítulos de livros e e-books. Algumas ações de incubação foram a base para trabalhos de conclusão de curso na graduação, especialização e dissertações de mestrado, neste último caso, ligadas ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável

(Proder), na UFCA.

Em relação aos dados da pesquisa de campo, houve um momento de contatos presenciais, com a equipe interna e também com os empreendimentos incubados, principalmente aquele ligados à Rede de Feiras Agroecológicas e Solidárias do Cariri: o Grupo de Economia Solidária e Turismo Rural da Agricultura Familiar de Barbalha, o Café Cariri Encantado e o Fórum Caririense de Economia Solidária. Nesse sentido, as perguntas geradoras da discussão foram as seguintes: 1) Como você avalia o trabalho de incubação desenvolvido pela Iteps/UFCA (destaque aspectos positivos e negativos); 2) O que poderia ser melhorado? E, 3) Quais os principais frutos (resultados/impactos) desse trabalho?

A esse respeito, importa esclarecer a diversidade dos perfis dos interlocutores da pesquisa, que integrou os articuladores dos grupos produtivos, bem como trabalhadores(as) dos segmentos produtivos de alimentação, artesanato e cultura, num total de seis pessoas. Em relação ao Fórum Caririense de Economia Solidária, participaram integrantes de duas entidades de apoio e fomento. E, por fim, participantes e também egressos da equipe da Iteps (doze pessoas). Ao todo, vinte pessoas participaram da pesquisa, cuja síntese será exposta a seguir, conforme as dimensões: individual e organizativa.

Os impactos da atuação da Iteps na dimensão individual foram: os aprendizados advindos com os processos de formação e assessoramento junto aos empreendimentos (foram citados o despertar do senso crítico da realidade, a construção coletiva dos conhecimentos, a diversidade de temas abordados, a participação em eventos);

Com relação à percepção do rebatimento do trabalho de incubação realizado com os EES, foram citados o amadurecimento dos mecanismos de gestão, seja nos processos de tomada de decisão, como também no quesito administrativo (registros das informações sobre a produção, a comercialização, a retirada dos trabalhadores etc.) e a melhoria na renda. Foi também mencionada a ampliação da visibilidade

positiva dos empreendimentos, com a participação nas feiras e eventos diversos e o acesso a equipamentos (todos os EES destacaram o último edital do Proninc, que destinou recursos para esta finalidade, e foram adquiridas barracas, mesas, cadeiras etc.). Como limites, a palavra “interrupção” foi uma das mais citadas, ao fazer referência aos interstícios de tempo entre um projeto/edital e outro, o que é também associado à mudança de equipe, principalmente os estudantes de graduação, que concluem seus cursos e deixam de atuar na incubadora.

No momento da finalização da pesquisa de campo a equipe estava bastante reduzida, contando apenas com voluntários (três pessoas), pois o coordenador da Iteps havia assumido a coordenação do curso, ficando sobrecarregado e sem condições objetivas para acompanhar os trabalhos em campo e captar recursos de outras fontes para viabilizar a continuidade das ações num cenário de recuo das políticas públicas de apoio e fomento, incluindo os próprios editais internos, que também passaram por cortes.

2.2. A TRAJETÓRIA DA IEES/UEVA

A Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários⁷ da Universidade Estadual do Vale do Acaraú – IEES/UVA foi criada em 2007, na cidade de Sobral, região norte do Ceará, distante cerca de 230km da capital. Para recompor sua trajetória, percorreremos o histórico de sua criação, o desenvolvimento de sua práxis pedagógica, seus principais projetos desenvolvidos e por fim, os desafios.

Do ponto de vista da sistematização da experiência vivenciada, a recuperação do contexto vivido e a reflexão sobre as questões referentes à incubação foi conduzida mediante reuniões coletivas, em círculos de diálogos, em que participaram, inicialmente, integrantes da equipe da incubadora, e posteriormente, trabalhadores(as) dos empreendimentos que

⁷ EES – Empreendimentos Econômicos Solidários, conforme nomenclatura definida por Gaiger (2004).

estavam passando pela incubação, a saber: a Coopasa (Cooperativa Agroepcuária de Santana do Acaraú) e um grupo produtivo ligado à Associação de Apicultores de Santana do Acaraú (Apisa), designado de Grupo de Mulheres que colhem Doçura. Foi também realizada uma entrevista com o atual coordenador da incubadora.

A seguir, os principais aspectos da sua trajetória institucional.

2.2.1. O PROCESSO DE CRIAÇÃO

A criação da IEES/UVA foi impulsionada pelo Programa Nacional de apoio às Incubadoras de Cooperativas Populares (Proninc), operacionalizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária em parceria com a FINEP e o Ministério da Ciência e Tecnologia, que contemplou a criação de novas incubadoras. Segundo relatou o coordenador da IEES, o chamamento do coordenador da IPCA/UFC foi fundamental no sentido da motivação para concorrer ao edital e também no próprio delineamento do primeiro projeto.

Com o início das ações do projeto, no ano seguinte (2008), foram dados os próximos passos no sentido de viabilizar as instalações físicas, a definição da equipe de trabalho, bem como os empreendimentos a serem incubados. Para tanto, buscou trabalhar de forma articulada a grupos de pesquisa, entre os quais foi sublinhado o MEDUC (História e Memória Social da Educação e da Cultura), envolvendo os cursos de Administração e também Pedagogia e Geografia. Buscou também manter relações com movimentos sociais e espaços públicos de controle social, tais como o Fórum de Assentamentos da Reforma Agrária de Santana do Acaraú e o Grande Conselho Comunitário de Santana do Acaraú – CE, o CONSELHÃO, criado em 1990, e em atividade até os dias atuais.

Do ponto de vista institucional, a UEVA definiu a interlocução com o IADE (Instituto de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Estadual do Vale do Acaraú), tendo reconhecido a existência da IEES por meio de Portaria Nº 276/2013, emitida pela Reitoria, em 16 de abril de 2013.

Além do apoio interno, o processo de

nascimento da incubadora contou com a participação de parceiros externos, entre os quais destacam-se: a então Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), através de seu Escritório Técnico de Projetos (Etene), a Prefeitura Municipal de Santana do Acaraú, por meio da Secretaria de Agricultura e Recursos Hídricos. Organizações da sociedade civil também desempenharam um relevante papel, entre estas, a Diocese de Sobral (incluindo a Cáritas), o Escritório Terra Três, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (situados em Santana do Acaraú e Irauçuba), o Grande Conselho Comunitário de Santana do Acaraú (popularmente conhecido por “Conselhão”), o Fórum Multiterritorial e o Conselho Municipal de Economia Solidária de Sobral, que vem contribuído nos diálogos para a construção e fortalecimento dos grupos alcançados pela prefeitura de Sobral, a partir do Projeto Gente Solidária, entre outros.

De modo semelhante ao ocorrido na Iteps/UFCA, o início dos trabalhos se deu com foco na extensão, porém, atividades de pesquisa e ensino também foram agregadas, quando da criação de um grupo designado pela sigla GPS (Grupo de Estudos Pensar Solidário) e a implantação da disciplina de Cooperativas e Associações, com foco na Economia Solidária, no Curso de graduação em Administração, a partir do semestre 2010.1. Posteriormente, outras disciplinas ministradas por docentes vinculados à IEES, e que também abriram espaço para inserção da temática no ensino, ampliando a disseminação da Economia Solidária nas áreas de atuação da UEVA, fato que possibilitou maior engajamento de estudantes nos processos de incubação. No semestre em que a pesquisa de campo foi realizada, ainda de modo presencial, (2020.1) foi também mencionada a disciplina de Estágio Supervisionado, vinculada ao Curso de Administração, como um dos espaços de influência da IEES, gerando expectativas promissoras de novas relações da Universidade com o território em que está inserida, além de novas compreensões sobre a temática.

Nesse sentido, embora localizada na sede da cidade de Sobral, onde está instalada a sede da UEVA, com seus quatro campi, a saber: Betânia, Junco, Derby e CIDAO, seu território de atuação é bem mais amplo, envolvendo a Macrorregião de Sobral/

Ibiapaba, compreendendo 28 municípios.

Em termos de “missão” e “visão”, a equipe relatou a existência de um horizonte temporal considerado ousado, de cinquenta anos, para que se chegue a uma situação considerada ideal, em que os empreendimentos possam atingir a sustentabilidade. Nas palavras de seu coordenador: “[...] dentro de alguma normalidade futura, simbolizaria a vontade da Incubadora IEES-UEVA, através da sua estratégia de incubação de centros cooperativos populares de características local/regional”. Pelo que pudemos depreender, a dilatação do escopo temporal busca romper com a ideia de projetos pontuais e assume um horizonte de mudança mais amplo, inspirado em ideais de estadistas brasileiros, tais como Juscelino Kubitschek.

A SISTEMATIZAÇÃO METODOLÓGICA

Ainda de acordo com a narrativa de seu coordenador e equipe, antes da definição dos grupos e empreendimentos a serem incubados, o primeiro processo de incubação implementado foi o da própria Incubadora, o qual persiste até hoje como prioridade. Segundo o Prof. Chico Guedes, “para efetividade, finalidade e, sobretudo, consequências socioinstitucionais, por meio de formações, grupos de estudo, sistematização de experiências, intercâmbios com outras incubadoras, etc. Desse modo, a IEES/UEVA se auto define como um “Complexo de possibilidades na área da Economia solidária”.

No tocante aos empreendimentos incubados de 2007 a 2020, as fases de incubação apresentam uma mescla similar a que foi exposta anteriormente, ao abordar o mapeamento dos EES incubados pela Iteps/UFCA, variando entre a fase inicial, aqui denominada de “em expectativa”, depois os que estão “em processo preliminar de incubação”, os “efetivamente incubados”, e os que foram “paralisados”. Para melhor visualização, verifique-se o Quadro 28:

QUADRO 2 – EES e suas fases de incubação pela IEES/UVA

SETO-RES/CA-DEIAS PRO-DUTI-VAS	EMPREENDIMENTO	FASE DE INCUBAÇÃO
Produção e beneficiamento e comercialização de produtos agroalimentares, agricultura urbana, periurbana, rural, familiar e ecológica	Cooperativa de Piscicultores Solidários da Zona Norte do Ceará (Santana do Acaraú)	Expectativa de incubação / suspensa
	Cooperativa Agropecuária dos Assentados de Santana do Acaraú (COOPASA)	Efetiva
	Associação dos Agricultores de Santana do Acaraú (APISA) – Grupo: Mulheres que colhem doçura	Efetiva
	Associação Rural do Chora – Mini-Indústria CASTACAJU (Santana do Acaraú)	Expectativa de incubação / suspensa
	Feira de Agricultura Familiar de Santana do Acaraú – FEAGRI-FAMILIAR	Efetiva
	Associação dos Feirantes Familiares de Santana do Acaraú (AFAF)	Efetiva
	Empresa de alimentos Concentrados e de Nutrição Popular de Sobral (NUTRE-POPS) (Sobral)	Expectativa de incubação / suspensa
	Cooperativa dos Agricultores Familiares do Baixo Acaraú – SEMENTES DA TERRA (Bela Cruz)	Expectativa de incubação / suspensa
	Cooperativa dos Pequenos e Médios Produtores Rurais de Morrinhos – COOPAMOR	Expectativa de incubação / suspensa

8 Uma versão do referido quadro encontra-se disponível numa coletânea publicada pela Iteps/UFCA, em 2021.

Serviços, micro-crédito popular orientado, gestão social e comunitária e outros afins	Banco Social de Santana do Acaraú (BASSA)	Preliminar / suspensa
	Associação de Jovens Empreendedores do Distrito do Juá	Efetiva / suspensa
	Banco Comunitário Juazeiro – Juá (Irauçuba)	Expectativa / suspensa
	Associação Comunitária dos Moradores do Distrito do Juá (Irauçuba)	Preliminar / suspensa
	Associação Comunitária de Cachoeiras – Meruoca	Expectativa / suspensa
Artesanato	Rede de Artesãos da Zona Norte do Ceará – EMBALO SOLIDÁRIO (Sobral)	Expectativa / suspensa
Saúde complementar	Recanto de Saúde Complementar – Centro Sobral Rosa Gattorno Sobral	Expectativa / suspensa
Resíduos sólidos	Cooperativa Popular de Práticas Econômico-Ambientais (COOPERA) Sobral	Expectativa / suspensa
	Grupo de Catadores de Resíduos Sólidos de Massapê	Expectativa / suspensa
Outros segmentos	Secretaria do Coletivo de Jovens do Sindicato dos/as Trabalhadores/as Rurais de Santana do Acaraú (14 jovens)	Grupo existente / suspensa
	Centro Cooperativo Popular Eixo Litorâneo Acaraú – Iús (CEPOP ACARAÚ-IÚS)	Efetiva / suspensa
	Centro Cooperativo Popular de Santana do Acaraú (CEPOP STA DO ACARAÚ)	Efetiva
	Centro Cooperativo Popular Grande Juá e Boa Vista do Caxitóré (CEPOP GRANDE JUÁ), em Irauçuba	Efetiva / semi - suspensa (contatos pontuais)

Fonte: BARROS et al (2021), com base nos

relatórios de acompanhamento da IEES/UEVA

Sobre as categorizações referidas anteriormente, que assumem o caráter de “fases”, envolvem desde os contatos iniciais com pessoas, grupos de pessoas e/ou comunidades na perspectiva de se configurar um empreendimento e onde poderá haver expectativa de incubação, ou não. Nas fases seguintes, até se chegar a elaboração coletiva do plano de trabalho que orientará o processo de incubação, é considerado como “preliminar”. E, na sequência, conforme afirmou o coordenador da IEES: “Empreendimentos e Incubadora, ambos em efetivo processo de incubação, encontrarão, no caminho, os tempos e métodos de percurso(s) e conclusão(ões) desse relacionamento recíproco de convivência solidária.” Isso porque a concepção de incubação da IEES considera fundamental não haver a separação entre quem incuba e quem é incubado. Em suas palavras:

Desde que em qualquer processo econômico convencional (a exemplo do modo capitalista) ou na alternativa do modus Economia Solidária, jamais, em tempo algum, haverá desnecessidade de consultorias, assessorias e orientações outras nas dinâmicas de produção e negócios... o que deve ser ponderado também pelas Universidades que se propõem a verdadeiramente interagir e assumir suas missões institucionais

Com o decorrer das vivências em campo, a metodologia de atuação foi e continua, aos poucos, sendo elaborada/reelaborada, por isso empregam a expressão “práxis pedagógica”, recuperando os ideais da Educação Popular de base freireana, que concebe a educação no seu sentido mais amplo, como meio para ação transformadora da realidade.

Assim, o entendimento sobre Economia, assume um caráter complexo. Em suas palavras:

[...] comprehende todo o pensar e o fazer humano, momento em que para nós, cultura, produção-distribuição-consumo, educação, saúde, política, religião, agricultura, indústria, lazer, enfim, tudo para além do ambiente natural e da presença da pessoa humana

vê-se consolidado enquanto Economia... e, consequentemente passa a compor a referência do pensar e do agir do complexo representado pela Incubadora, respectivos EES e comunidades... e expressões expansivas outras de cunho fisiográfico e político, “onde o céu é o limite”, no dizer popular.

Em relação à estratégia organizativa, a IEES-UVA citou o Centro Cooperativo Popular, denominado pela sigla CEPOP. Tais equipamentos foram instalados em três municípios: Santana do Acaraú, Irauçuba e Acaraú. A ideia central, de acordo com a equipe: “é que os processos de incubação não se reportassem a casos “atomizados” e isolados que carecessem de suficiente contextualização no universo abordado para se constituir uma possibilidade real e uma oportunidade, face ao que aqui se propõe”.

As visitas aos empreendimentos permitiram identificar a existência de sintonia entre os diálogos com a equipe da IEES. Considerando as dimensões dos indivíduos e das organizações envolvidas, foram destacados outros pontos de convergência com as ações da Iteps/UFCA, cujo cotejo foi sistematizado no quadro 3:

QUADRO 3 – CONVERGÊNCIAS ENTRE AS TRAJETÓRIAS DAS INCUBADORAS

EIXOS	ITEPS/UFCA	IEES/UEVA
Processo de criação com estímulo de editais públicos	Criada em 2009, com apoio de Edital do Etenne/BNB, Senaes, Proninc e PROEX/UFCA	Criada em 2007, com apoio de Edital do Proninc, Senaes e PROEX/UEVA

Elaboração teórico-metodológica	Foco na educação popular freireana com uso de metodologias integrativas conforme preconiza Giannella et al (2009) e da Gestão Social, segundo Boullosa (2014)	Foco na educação popular freireana, com destaque para o entendimento da reciprocidade inerente ao processo de incubação.
Eixos de a tuação priorizam a formação e assessoria técnica	Formações realizadas em distintas áreas, tais como: agroecologia, gestão de empreendimentos associativos e cooperativos, comércio justo e solidário etc.	Formações realizadas em distintas áreas: gestão de associações e cooperativas, organização de redes, empoderamento feminino, etc.
Estimulam a organização dos EES em redes de cooperação	Rede de Feiras Agroecológicas e Solidárias do Cariri	Centros de Cooperativismo Popular (CEPOPs)
Parcerias	Cáritas Diocesana do Crato, Coletivo Camaradas, Escola de Saberes de Barbalha, Associação Cristã de Base (ACB), Sindicatos rurais etc.	Sindicatos de trabalhadores/as rurais, Secretarias municipais de agricultura, etc., Cáritas Diocesana de Sobral, etc.
A tuação nos espaços públicos de elaboração e gestão de políticas públicas na área da Ecosol	Atuou na criação e fortalecimento do Fórum Caririense de Economia Solidária e na elaboração de leis municipais de apoio ao setor (Crato e Barbalha)	Integra o Conselho Municipal de Economia Solidária de Sobral, tendo participado ativamente da elaboração da lei municipal de apoio e fomento à Economia Solidária

Gestão das equipes das incubadoras	A equipe é formada por docentes, estudantes e técnico, sendo a sustentação dessa um dos desafios, devido ao recuo dos editais de apoio e fomento. Atualmente, a equipe está reduzida, e a maioria atua como voluntário.	A constituição da equipe é semelhante, e a sustentação dessa também passa por desafios, porém, há uma equipe técnica mínima mantida pela universidade, que atua com carga horária reduzida (meio período).
---	---	--

Fonte: Elaboração própria, com base na pesquisa de campo (2019-2020).

Conforme é possível depreender, pela análise dos eixos sistematizados no quadro 3, o processo de criação das incubadoras em foco contou com apoio de editais públicos nacionais, com destaque para o Proninc, Senaes e das Pró-reitorias de Extensão de ambas as universidades. No caso dos editais da Senaes, a Iteps participou de diversos editais, dentre eles, o de apoio a Redes de Cooperação e o de Finanças Solidárias, destinado à estruturação da Rede de Feiras Agroecológicas do Cariri e o Banco Timbaúbas, respectivamente. Em relação à IEES/UEVA, os editais estruturantes foram oriundos da parceria da Senaes com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Em relação à concepção teórico-metodológica, a educação popular inspirada por Paulo Freire está na base dos processos relatados pelas incubadoras, que partem das experiências das realidades locais para formular estratégias de intervenção, priorizando a organização de redes. Tais ações estão centradas na dialogicidade e horizontalidade do encontro entre os saberes popular e acadêmico. A singularidade em relação à Iteps é a adoção das metodologias integrativas segundo referencial desenvolvido por Giannella e Batista (2013) e também a gestão social, de acordo com Boullosa (2014). Já a IEES/UEVA considera que a própria incubadora vive um processo de incubação constante, em prol da sua sustentabilidade, bem como o método designado de “administração

concreta”, sintetizado no que o Prof. Chico Guedes designa pela sigla METAC.

No quesito da gestão das incubadoras, ambas valorizam o protagonismo dos estudantes, mantendo um núcleo de coordenação coeso, formado por docentes, técnicos e também voluntários (via de regra, egressos das universidades). Ambas passam por dificuldades para manter suas equipes, mesmo no caso da IEES, que conta com técnicos custeados pela UEVA. Diretamente relacionado a esse ponto estão as relações de parceria, que vão indicar a capacidade de articulação das incubadoras nos seus territórios de atuação. Observa-se que as entidades de classe e organizações ligadas aos movimentos sociais e também às gestões públicas são priorizadas nos dois casos analisados. Não por acaso, nessa perspectiva, as incubadoras desempenharam um papel importante na elaboração das legislações de apoio e fomento à Economia Solidária. Vale salientar que na cidade de Sobral, a lei municipal criou o conselho Municipal, no qual a IEES possui assento. Em relação ao Cariri, as cidades de Crato e Barbalha possuem leis criadas, porém, sem os devidos instrumentos de implementação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A recomposição das trajetórias das incubadoras Iteps/UFCA e IEES/UEVA permite inferir, como reflexão de fundo, que a incubação realizada nesses moldes (com estabelecimento de relações horizontais entre participantes e a dialogicidade entre os saberes acadêmico e popular próprios da educação inspirada nos princípios freireanos), impulsionam a sustentabilidade dos Grupos/EES, sendo esta entendida em suas dimensões econômica (geração de trabalho e renda), ambiental (com atuação nas áreas de agroecologia e reciclagem), social (inclusão de trabalhadores tradicionalmente excluídos do acesso a políticas públicas) e política (cooperação no processo de gestão coletiva, aperfeiçoamento da democracia interna etc). Retoma-se aqui a metáfora inicial do fio das missangas, agora com o fio que une as contas ao colar devidamente

vislumbrado.

No tocante aos limites, destaca-se que a Iteps/UFCA ainda não possui personalidade jurídica própria, reduzindo sua autonomia na captação de recursos e gerando a intermitência dos projetos – não há custeio permanente de uma equipe técnica (como acontece com a IEES/UEVA), provocando interrupção e/ou intermitência de alguns processos de incubação. Uma das possibilidades de superação apontadas durante a pesquisa de campo foi buscar maior aproximação entre as incubadoras do Ceará, principalmente vislumbrando o acesso a editais na esfera estadual, onde há alguns canais de diálogo no contexto atual, a fim de superar os desafios impostos pela pandemia, principalmente em relação aos espaços de formação e comercialização, que passaram a ser vivenciados de modo remoto, afetando a atuação praticada até então pelas incubadoras.

No decorrer de mais de uma década de atuação, as incubadoras tornaram-se espaços de referência em formação e assessoria técnica em economia solidária, bem como de elaboração e controle social das políticas públicas do segmento, sendo reconhecidas nos territórios em que atuam. Além disto, foram executoras de diversos programas públicos, a exemplo do já citado Programa Nacional de apoio às Incubadoras de Cooperativas Populares (Proninc), portanto, foram fomentadas e construíram trajetórias ascendentes, num contexto de valorização das experiências que emergem dos setores populares, cujo declínio inicia com um novo ciclo político inaugurado com a queda do Governo de Dilma Rousseff (2016), marcado por retrocessos que impactaram as políticas de corte social como um todo.

Por fim, importa salientar que no espectro temporal aqui considerado (2007-2020), ambas as incubadoras analisadas cumprem um relevante papel político como entidade de apoio à Economia Solidária, como programa universitário que desempenha ações articuladas com Ensino, Pesquisa e Extensão, com impactos que repercutem na vida das pessoas que vivenciaram os processos de incubação (equipes internas e trabalhadores dos empreendimentos),

favorecendo o despertar para uma cultura do trabalho associado de base autogestionária, fruto de uma práxis pedagógica singular.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADDOR, F. e MENAFRA, RP (Orgs). Relatório Final de Avaliação do PRONINC 2017. Núcleo de Solidariedade Técnica (SOLTEC/UFRJ) – Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social (NIDES/UFRJ): Rio de Janeiro, 2017. Disponível pelo: <http://base.socioeco.org/docs/proninc_relatorio2017.pdf> Acesso em 20.jul.2019.

BRANDÃO, C. Repensando a pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, 1999.

BOULLOSA, Rosana F (org.). Dicionário de formação em Gestão Social. 1ª Edição. Salvador, Bahia. EDITORA CIAGS. 2014.

DAGNINO, Renato. Tecnologia Social: contribuições conceituais e metodológicas. Campina Grande: EDUEPB, 2014.

FRANÇA FILHO, GC e CUNHA, EV. Incubadoras de Redes de Economia Solidária. In: CATTANI et al. (Orgs.). Dicionário Internacional da Outra Economia. Coimbra: Almedina, 2009.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIANNELLA, Valéria ; BATISTA, Vanessa Louise. Revista interdisciplinar de gestão social. Universidade Federal da Bahia. v.2 n.3 set. / dez. 2013, p. 83-108.

GUSSI, AF. Apontamentos teórico-metodológicos para avaliação de programas de microcrédito. Revista de Avaliação de

Políticas Pùblicas. UFC, N°1, 2008, p. 29-37.

HOLLIDAY, O. J. La sistematización de experiências, práctica y teoria para otros mundos possibles. San José. Centro de Estudios y Publicaciones Alforja, CEAAL Itermon Oxfam, 2014.

MILLS, C. W. Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2009.

ROCHE, Chris. Avaliação de impactos do Trabalho das ONG'S: Aprendendo a valorizar as mudanças. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2003.

RODRIGUES, Lea C. Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais. AVAL Revista Avaliação de Políticas Pùblicas, vol.1, n.1, jan-jun, 2008, p. 07-15.

SANTOS, AM e CRUZ, CM. Incubadoras tecnológicas de cooperativas populares: interdisciplinariedade articulando ensino, pesquisa e extensão universitária. E-cadernos CES [Online], 02 | 2008, Online since 01 December 2008, connection on 27 July 2019. Disponível pelo: < <http://journals.openedition.org/eces/1354> > Acesso em 19.jul.2019.



FORMAÇÃO DE JOVENS EM AGROECOLOGIA COMO MEIO DE AMPLIAR CONHECIMENTOS E RE-TERRITORIALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS RURAIS.

BRANDÃO, Vinícius Henrique ¹

VILLELA, Lamounier Erthal²

INSTITUIÇÃO FINANCIADORA: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)

¹ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, vinicius.publi@hotmail.com

² Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, lamounier.erthal@gmail.com

O presente trabalho busca analisar a relação entre as informações /conhecimentos que são necessários aos jovens no campo, produtor rural agroecológico, para sua permanência no meio rural com a possibilidade de geração de renda (viabilidade econômica e bem-estar (Inclusão Social e Respeito Ambiental). Este estudo se justifica porque a juventude brasileira advinda do meio rural continua a abandonar o campo e a agricultura, procurando alternativas nos grandes centros urbanos, onde acabam por ser, em grande parte, mão-de-obra em uma engrenagem de trabalho, o que, por muitas vezes, os despersonalizam e os desterritorializam. Foram feitas entrevistas e observação participativa com uma amostra de jovens selecionados da região da Baía da Ilha Grande, no estado do Rio de Janeiro, que participaram do curso «Formação agroecológica para jovens cidadãos do Rio de Janeiro». A principal indagação desta pesquisa é: qual é o tipo de conhecimento e quais são as informações necessárias para fornecer aporte de geração de renda e bem-estar ao jovem, fazendo-o optar por permanecer no campo? A pesquisa aponta para uma construção de conhecimentos a partir da agroecologia1, dialogicidade de informações, do acesso às políticas públicas e aparelhos do Estado, da construção de uma cultura rural desenvolvida, forte e orgulhosa de suas origens. Este processo de construção se desenrola em um constante exercício para a concepção do desenvolvimento de autonomia da juventude rural, edificando seus próprios significados, construindo e redescobrindo seus valores, em trocas diárias de saberes para aprender e por consequência para ensinar, intervir, conhecer, sonhar, transformar.

PALAVRAS-CHAVE: Agroecologia, juventude rural, informação, dialogicidade, políticas públicas

This paper seeks to analyze the relationship between the information/knowledge that is needed by young people in the countryside, agroecological rural producers, for their permanence in rural areas with the possibility of income generation (economic feasibility and well-being (Social Inclusion and Environmental Respect)). This study is justified because Brazilian youth from rural areas continue to abandon the countryside and agriculture, looking for alternatives in large urban centers, where they end up being, in large part, labor in a work gear, which, many times, depersonalizes and deterritorializes them. Interviews and participatory observation were carried out with a sample of young people selected from the Ilha Grande Bay region, in the state of Rio de Janeiro, who participated in the course "Agroecological training for young citizens of Rio de Janeiro." The main question of this research is: what is the type of knowledge and what information is needed to provide generating income and well-being for young people, making them choose to remain in the countryside? The research points to a construction of knowledge based on agroecology1, dialogicity of information, access to public policies and State apparatus, the construction of a developed rural culture, strong and proud of its origins. This construction process unfolds in a constant exercise to design the development of rural youth autonomy, building their own meanings, building and rediscovering their values, in daily exchanges of knowledge to learn and therefore to teach, intervene, know, dream , to transform.

KEYWORDS: Agroecology, rural youth, information, dialogicity, public policies

El presente trabajo busca analizar la relación entre la información / conocimiento que necesitan los jóvenes del campo, productores rurales agroecológicos, para su permanencia en el medio rural con posibilidad de generación de ingresos (viabilidad económica y bienestar (Inclusión Social y Respeto Ambiental)) .Este estudio se justifica porque los jóvenes brasileños del campo continúan abandonando el campo y la agricultura, buscando alternativas en los grandes centros urbanos, donde terminan siendo, en gran parte, trabajadores en un engranaje de trabajo, que, muchos tiempos, los despersonaliza y desterritorializa. Se realizaron entrevistas y observación participativa con una muestra de jóvenes seleccionados de la región de la Bahía de Ilha Grande, en el estado de Rio de Janeiro, quienes participaron en el curso "Formación agroecológica para jóvenes ciudadanos de Rio de Janeiro". Janeiro ". La pregunta principal de esta investigación es: cuál es el tipo de conocimiento y qué información se necesita para brindar generar ingresos y bienestar para los jóvenes, haciéndolos optar por permanecer en el campo? La investigación apunta a una construcción del conocimiento basada en la agroecología1, la dialogicidad de la información, el acceso a las políticas públicas y al aparato del Estado, la construcción de una cultura rural desarrollada, fuerte y orgullosa de sus orígenes. Este proceso de construcción se despliega en un ejercicio constante para diseñar el desarrollo de la autonomía de la juventud rural, construyendo sus propios significados, construyendo y redescubriendo sus valores, en intercambios diarios de conocimientos para aprender y por tanto enseñar, intervenir, conocer, soñar, transformar.

PALABRAS CLAVE: Agroecología, juventud rural, información, dialogicidad, políticas públicas

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca analisar a relação entre as informações/conhecimentos que são necessários aos jovens no campo, produtor rural agroecológico³, para sua permanência no meio rural com a possibilidade de geração de renda (viabilidade Econômica e bem-estar (Inclusão Social e Respeito Ambiental). Este estudo se justifica porque a juventude brasileira advinda do meio rural continua a abandonar o campo e a agricultura, procurando alternativas nos grandes centros urbanos, onde acabam por ser, em grande parte, mão-de-obra em uma engrenagem de trabalho, o que, por muitas vezes, os despersonalizam e os desterritorializam (HAESBAERT, 2004).

Este processo de êxodo que vem ocorrendo acaba por nos remeter às cenas vividas em meados dos anos 1970, no qual grupos de contingentes de homens, mulheres e crianças passaram por um processo acelerado de expropriação⁴ de suas terras

3 A Agroecologia corresponde a um campo de estudos que pretende o manejo ecológico dos recursos naturais, para através de uma ação social coletiva de caráter participativo, de um enfoque holístico e de uma estratégia sistêmica, reconduzir o curso alterado da co-evolução social e ecológica, mediante um controle das forças produtivas que estanque seletivamente as formas degradantes e espoliadoras da natureza e da sociedade. Em tal estratégia, dizem os autores, joga um papel central a dimensão local como portadora de um potencial endógeno que, por meio da articulação do saber local com o conhecimento científico, permita a implementação de sistemas de agricultura alternativa potencializadores da biodiversidade ecológica e da diversidade sociocultural. Sevilla Guzmán e González de Molina (1996)

4 O significado literal do termo “expropriar” é “tirar legalmente a propriedade de alguém”, ou seja, é o ato de desapossar. De acordo com Azevedo e Bialoskorky Neto (1997), a expropriação tem um sentido mais amplo e, por isso, também significa perder benefícios, via meios legais ou não (pelo uso da força), que antes eram apropriados pelo

e tiveram que se mudar para os núcleos urbanos, lugar onde tiveram que empregar sua força de trabalho e mão-de-obra. E o que temos como cenário na atualidade, e que vem se misturando aos motivos do passado, é o meio rural retratado como um cenário de atraso e abandono, no qual são apresentadas questões de inviabilidade econômica, material, estrutural e social para o jovem, pois a falta de iniciativas de políticas públicas, bem como a falta de políticas específicas voltadas para a produção e vida rural, exclui este indivíduo e destrói suas possibilidades de ter uma vida digna no meio rural.

O debate sobre a permanência do jovem no campo, em certo aspecto, tem uma estreita relação com os atrativos que a cidade pode proporcionar (lazer, escolas, universidades, comércio e trabalho com remuneração regular), enquanto por outra via há repulsa às atividades agrícolas e ao meio rural (atividade agrícola penosa, dura e difícil; baixos rendimentos, irregulares e aleatórios; trabalho sob sol quente ou em lugares ou posições desconfortáveis). E, para Brumer (2007), os indivíduos migram, avaliam e pesam tais fatores e, geralmente, enfatizam os fatores de repulsa na decisão de migrar “[...] na medida em que os indivíduos fazem um balanço entre a situação vivida e a expectativa sobre a nova situação” (p. 37).

O caminho percorrido para abordagem desta pesquisa se dá no campo do conhecimento acerca da Agroecologia como aporte de habilidades e competências necessárias para a permanência do jovem no campo. Foram feitas entrevistas e observação participativa com uma amostra de jovens selecionados da região da Baía da Ilha Grande, no estado do Rio de Janeiro, que foram participantes no curso “Formação agroecológica para jovens cidadãos do Rio de Janeiro”. Este curso tem como proposta levar a regiões estratégicas do Estado ações educativas inovadoras para formar jovens lideranças no meio rural fluminense, seguindo a metodologia “jovem educa jovem”, utilizando a pedagogia da alternância por meio de técnicas de aprendizado significativo, com

detentor da posse da terra, independente da posse ser formalizada ou não.

projetos pedagógicos integradores, para garantir que a lógica “do aprender a fazer fazendo” não se perca.

A partir das constatações iniciais nesta introdução e dos temas previamente levantados, a principal indagação desta pesquisa é: qual é o tipo de conhecimento e quais são as informações necessárias para fornecer aporte de geração de renda e bem-estar ao jovem, fazendo-o optar por permanecer no campo?

DESENVOLVIMENTO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Alguns atributos devem ser evidenciados como pré-requisitos pelos quais o pesquisador almeja nas competências em desenvolver seu trabalho. Para Gil (1999), um bom pesquisador precisa, além do conhecimento do assunto, ter curiosidade, criatividade, integridade intelectual e sensibilidade social. São igualmente importantes: a humildade para ter atitude autocorretiva, a imaginação disciplinada, a perseverança, a paciência e a confiança na experiência.

Na atualidade, o sucesso em uma pesquisa está vinculado ao potencial do pesquisador em estabelecer redes dentro do universo de seu objeto de pesquisa, bem como a sua capacidade de captar recursos, fazer alianças que proporcionem a tecnologia e os equipamentos necessários para o desenvolvimento de sua pesquisa.

Minayo (1993, p.23), observando com a lupa do viés filosófico, considera a pesquisa como atividade básica das ciências na sua indagação e descoberta da realidade. É uma atitude e uma prática teórica de constante busca que definem um processo intrinsecamente inacabado e permanente. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados.

Os sujeitos selecionados para realização deste estudo compreendem 15 jovens selecionados de um total de 60 jovens alunos participantes do curso de Formação Agroecológica para Jovens do Rio de Janeiro.

Moradores do Território Rural da Baía da Ilha Grande, estes jovens provenientes de assentamentos, tribo indígena, comunidade de pescadores e áreas voltadas à agricultura, apresentam o interesse em aprender e compreender a Agroecologia e incorporá-la em seu cotidiano. Delimitando então os sujeitos selecionados por sua localidade e interesse em Agroecologia, acredita-se que os resultados das entrevistas a serem realizadas foram corroborados com material satisfatório para elaboração da análise acerca do problema proposto.

AGROECOLOGIA E JUVENTUDE RURAL

A Agroecologia, para além de ser uma ciência acerca do manejo de maneira ecológica e responsável dos recursos naturais, é abordada como um campo do conhecimento científico sob uma perspectiva de enfoque holístico⁵. A integração e a articulação de áreas do conhecimento e diferentes disciplinas de distintas ciências demonstram aos jovens a abrangência do estudo da Agroecologia, os quais passam a compreender a magnitude e extensão do campo de conhecimento da agroecologia. O que fica evidenciado pela fala do jovem 6:

“Posso dizer que eu tinha uma visão que eu achava que eram só as pessoas que comiam orgânico, que cuidava da terra por movimento, mas vi que a definição é muito maior, ela é muito mais que eu achava pois mistura muitas coisas como agricultura, união, como entender as pessoas, costumes. Não tem uma só definição, é uma junção de muitas coisas”. Jovem⁶

A Agroecologia integra um gama de diferentes conhecimentos, tanto o científico quanto o conhecimento popular tradicional, e isto permite uma compreensão e uma análise crítica acerca do modelo de desenvolvimento e de agricultura industrial capitalista. Este desenho de estratégias

⁵ Etimologicamente, a palavra “holístico” deriva do grego *holos* (todo, completo, visão do conjunto). Na abordagem holística o todo não significa a soma das partes, mas é maior do que esta.

hegemônicas para o desenvolvimento rural proposto pelo agronegócio é debatido à luz da nova proposta de desenvolvimento territorial rural sustentável. Nesse sentido, transcende apenas os modelos agrários, e passa a exercer mudanças no cotidiano das pessoas, em seu estilo de vida, modo de consumo, maneira de se alimentar e modos de vida. E isso fica evidenciado pela visão do jovem 1 quando opina sobre a agroecologia:

“É um conceito e um modo de vida, uma mescla entre isso, é a maneira de se portar no campo e se estende além do campo. É um estilo de vida, um modo sustentável de se viver do campo. Para um resumo de agroecologia”. Jovem1

No que diz Morin (1999, p. 33) a Agroecologia se identifica como o “pensar complexo”, no que “complexus significa o que é tecido junto”. “O pensamento complexo é o pensamento que se esforça para unir, não na confusão, mas operando diferenciações”. Com isso, a Agroecologia não se enquadra em paradigmas convencionais e reducionistas, pois as relações às quais se propõe avaliar se dão no campo social, político e ambiental, havendo nisso a complexidade.

Desta forma uma nova abordagem paradigmática é necessária ao trabalhar o tema junto aos jovens, uma abordagem que englobe conhecimentos de diferentes disciplinas e que une os saberes populares e a cultura de cada um, de forma a enxergar a Agroecologia como transversal, acessível e democrática. E a visão agroecológica deverão ser unânime ao reconhecer que ela:

“é a junção de conhecimentos e técnicas no qual o grande e o pequeno são repassados de forma mais ampla, muita teoria e técnica que tem que chegar no pequeno, e são coisas boas. Ela é o que move os sistemas e plantios, conexão, forma de plantio em geral” Jovem 4.

E, após serem abordados acerca da agroecologia em seus conceitos e concepções, busca-se junto ao jovem perceber o grau de envolvimento que ele, junto aos demais jovens, tem com os agricultores e produtores locais, bem como o interesse pela agricultura familiar. E o que se evidencia através da pesquisa é o mesmo

obtido pelas bibliografias acerca do êxodo rural, onde

“são poucos os jovens que são interessados na parte de ajudar os pais e assumir os sítios, são poucos ou quase nada, nem terminam os estudos e já procuram emprego nas áreas urbanas e se submetem a pequenos salários”. Jovem6.

Esta fala evidencia a questão sucessória no campo, pois o jovem, ao migrar para os centros urbanos, deixa uma lacuna no campo e, desta forma, não há renovação da força de trabalho e junto a isto os costumes e tradições do campo tendem a se enfraquecer.

A pesquisa aponta que o problema se torna ainda mais complexo, ao passo que as famílias de muitos jovens fazem parte do processo migratório e, desta forma, a lacuna é ainda maior. E muito recorrente no território rural da Baía da Ilha Grande é a ocupação destes espaços para a construção de casas de veraneio e condomínios por conta da proximidade com a natureza e dos recursos naturais.

“As famílias que estão lá há algum tempo já migraram todas ou quase todas para a cidade, então as famílias que estão lá chegaram recentemente e não conhecem da história do assentamento, ou nem reconhecem lá como tal, então os jovens que estão lá não participam da associação. Os agricultores que ainda mantêm as suas terras para produção local ainda têm essa troca, pois às vezes, um trabalha na terra do outro, tem muito mutirão, feira, troca de produtos. Os que não produzem, são como se fosse outra comunidade, pois veem lá apenas como lugar para fim de semana com uma cachoeira”. Jovem5

A pesquisa aponta que há dificuldades também no entrosamento entre os moradores, agricultores e os atores sociais das localidades, criando entraves para a comunicação. Com a precariedade da mesma, não há diálogo e, não havendo diálogo, amplia a carência de informações e, consequentemente, acabam por agir de maneira individualizada, o que remete ao individualismo metodológico⁶, evidenciado

6 O individualismo metodológico é uma reivindicação sobre o caráter da explicação.

pela fala do jovem6:

“Na parte da união na localidade, não tem uma união das pessoas em um ajudar o outro, querem crescer sozinhos, não tem um pensamento de unir forças. E a partir desse problema, dá origem a outros, como agrotóxicos que podem gerar problemas para o vizinho, e foge da agricultura familiar”. Jovem6

Esse individualismo ainda pode acarretar maiores problemas aos agricultores, pois a agricultura familiar trata-se de um processo em unidade com o bioma ali presente. É um sistema de interação entre os seres vivos, seja de origem vegetal, seja de origem animal. Caso um agricultor possua um sistema agroecológico em sua propriedade, e tenha como vizinho outro agricultor que opte pelo sistema convencional agrícola, sua plantação estará comprometida, pois o agrotóxico e veneno usados na propriedade de seu vizinho podem passar à sua propriedade também. Assim, constitui-se preocupação ao jovem a conscientização de sua localidade, ao passo que demonstrar para os outros que isso é uma forma viável, é uma forma possível, muito mais demorada que a forma convencional, porém, dá resultado. Jovem5

PARTICIPAÇÃO, INFORMAÇÃO E POLÍTICA

A participação representativa fornece aos jovens uma experiência de vivenciar os processos de construção de projetos, de pautas e ações com o coletivo. Essa experiência permite ao jovem vivenciar e construir determinados valores tais como a solidariedade, o engajamento em causas locais e a alteridade, isto é, respeitar e aprender, perceber e reconhecer o outro,

Afirma que todos os fenômenos sociais são mais bem explicados pelas propriedades dos indivíduos compreendidos no fenômeno. Ou, de outra maneira, que toda explicação que envolve conceitos sociológicos de nível macro deveria, em princípio, ser reduzida a explicações no plano micro dos indivíduos e suas propriedades.

bem como suas diferenças. Percebe-se isto não apenas na vida política, mas em cunho social, cultural e religioso:

“Apesar de eu trabalhar com ecumenismo, estou inserido na igreja católica, então participo dos debates ali, desenvolvo atividades dentro da igreja católica também com os jovens, então consigo pegar um pouquinho de cada coisa”. Jovem1

Logo, a participação política não se constrói em um vazio cultural ou histórico: os jovens carregam características, costumes e histórias que lhes são próprias da idade e de seu cotidiano, enriquecendo e ampliando o debate político. Tão logo essa experimentação de convívio com as diferenças (Castro, 2008; Mouffe, 2003; 2005) se revele, seu engajamento na defesa de pautas coletivas, abandonando o individualismo metodológico em direção ao bem comum (Castro & Menezes, 2002), caminham para a construção de uma identidade coletiva (Prado, 2001). E essa flexibilidade e abertura a novas ideias pertinentes a juventude é que cria parâmetros a esse desenvolvimento.

“Porque os conhecimentos que eu adquiri me proporcionam mudar o jeito como eu me relaciono com as pessoas, porque a gente encontra culturas novas, novos modos de agir que a gente pode adquirir para nossa vida, nosso modo de falar, no modo de agir, no modo de trabalhar com a terra, e isso me ajuda bastante” Jovem2

Porém, infelizmente, há uma desconfiança e descontentamento por parte da juventude acerca da política institucional e seus mecanismos. Isso se dá pelo fato de ainda haver um afastamento entre a juventude e o poder público, ou essa relação se basear em premissas de clientelismo e relações políticas de troca, onde pela fala do Jovem2 se reforça ainda mais essa afirmação demonstrando uma menor governança:

“O poder público nem chega lá. Pois quando queremos alguma coisa, temos que dar alguma coisa para eles, para quem eles possam ajudar a gente, é tudo por interesse. A prefeitura age por interesse. Para montar um projeto pela prefeitura, se eles não verem que vai ter um retorno para eles, eles não vão te ajudar. Só se você tiver um conhecimento

alto lá dentro, aí você até consegue". Jovem2

A dificuldade na comunicação é evidente e, sem o repasse de informações, os jovens agricultores relatam a dificuldade na tomada de decisões e na construção de ações coletivas, pois uma vez que o poder público reflete no modo de agir da população, estes não se comunicam e não interagem, e dificultam a participação e o controle social.

"Particularmente eu sempre tento saber mais do que estão dizendo, por exemplo "vou fazer tal obra, vai ter a reforma do colégio", então eu busco saber, o preço que saiu o edital, quem ganhou o edital, saber essas informações para saber se o dinheiro que está sendo depositado naquilo, está indo para esse rumo, tendo a destinação correta do recurso. Nem todos fazem isso, mas um fazendo, ou meu amigo fazendo um pouco e eu fazendo um pouco, a gente acaba levando para o pessoal e assim vai espalhando".

Jovem1

"Há falta de interesse do poder público em passar as informações e o interesse da sociedade em querer aprender a informação a qual é nova para ele. Porque tem vários sistemas e métodos e para a sociedade aprender".

Jovem4

"Há desafios, de um modo geral minha comunidade é muito desestruturada e falta, apesar do canal de comunicação ser amplo, chegar informação para as pessoas, o que acaba dificultando. É difícil pois não sabem dos direitos deles, e quando queremos lutar pelos nossos direitos, não sabemos deles. As pessoas que lutam pelo território têm medo, pois a informação não chega de uma forma correta e pensam que podem ser presos ou mortos, e isso atrapalha muita coisa". Jovem8

Visto a dificuldade de comunicação e interação entre o poder público e os agricultores das localidades estudadas, percebe-se que esta relação é deveras conflituosa, e de alguma maneira ela existe de maneira turva, pouco transparente. O agricultor não tem conhecimento dos atos do poder público e as informações não chegam em sua totalidade ou com clareza. "É bastante conflituoso, e

nada que seja de forma eficaz, as coisas, mesmo tendo bastante interesse, acabam que não acontecem por falta de querer, pois envolve uma política sem ordenamento, e se fosse tudo transparente, andaria bem melhor". Jovem1

Outro ponto constatado é a precariedade na forma como se comunicam poder público e jovens agricultores: de um lado pela dialogicidade e, de outro lado, a falta de interesse de uma parcela da juventude rural em não buscar conhecimentos acerca da vida rural, siquiera se informar sobre inovações ou até mesmo um desconhecimento sobre seus direitos e acesso a políticas públicas. Quando perguntado ao Jovem2 acerca da comunicação que melhor atenderia a sua localidade, ele diz: "Seria bom a televisão, porque quando a gente tem internet, a gente não pesquisa essa informação, só ficando mandando mensagem para os outros, seria bom televisão".

Entretanto, apesar de a televisão ser apontada como meio de comunicação em massa com maior alcance, outra frente que tem sido explorada nos últimos anos é o uso de mídias digitais, com destaque para a internet, a qual se torna meio e espaço para a participação política, participação online ou até e-participação (GIBSON e CANTIJOCHE, 2013; NORRIS, 2001).

É inegável que o uso de mídias sociais é uma forte tendência entre os jovens, e neste ponto não há distinção entre urbano ou rural: as redes se estendem por toda cidade e campo, e a pesquisa aponta que todos os entrevistados estão conectados diariamente, trocando e recebendo mensagens em seus smartphones. Os meios de comunicação facilitam o processo comunicativo, uma vez que as "tecnologias expandem a comunicação no tempo, no espaço e na modalidade" (HJAVARD, 2012, p. 66).

"A forma como ela é passada, como exemplo, são poucas pessoas que vão a uma sessão na câmara, pois ninguém explica de uma forma correta o que vai acontecer, o que vai ser debatido; e quando a pessoa vai, ela não está preparada. Uma coisa que pode ser uma bênção ou uma desgraça, são os grupos do WhatsApp, que é a forma como nos comunicamos com todos do assentamento.

Se você coloca de uma forma muito maçante ou não explica com as suas palavras claramente o que você vai acontecer, seja uma reunião ou uma sessão, um protesto ou algo do tipo, ninguém vai aparecer. Em relação a informação, não falta, falta uma linguagem para informar aquilo". Jovem5

Junto à forma como a informação é passada para os jovens agricultores, procurou-se saber qual o grau de confiabilidade que os mesmos têm acerca destas informações. Uma vez que estamos cercados por fake news⁷ que atrapalham o processo de comunicação, causam ruídos e tiram a credibilidade dos atores envolvidos. Os jovens agricultores não sabem ou estão inseguros em quais informações podem ou não tomar como verdade, como se observa nas falas a seguir:

"Sobre essa informação que está chegando na aldeia, eu só confio no cacique, pois a gente não confia no pessoal de fora, não confiamos nos brancos, pois eles sabem enganar a gente". Jovem2

"De um lado são concretas, a gente quem são os governantes e de que família são, mas claro que nem tudo passado é verdadeiro, mas ameniza um pouco pelo lado social, pois você sabe se poderá fazer algo que pode ou não prejudicar alguém. Você fica com essa viabilidade aberta para apresentar os projetos, que é o que ocorre. Levam muito para o lado político, mas isso já é dever deles". Jovem4

"As informações não passam por um filtro de confiança, as vezes temos problemas com isso, pois são informações falsas que são replicadas a todos, às vezes nos desesperamos por notícias e às vezes nem era atual ou verdade".

Jovem5

⁷ Fake News são uma forma de imprensa marrom que consiste na distribuição deliberada de desinformação ou boatos via jornal impresso, televisão, rádio, ou ainda online, como nas mídias sociais. Este tipo de notícia é escrito e publicado com a intenção de enganar, a fim de se obter ganhos financeiros ou políticos, muitas vezes com manchetes sensacionalistas, exageradas ou evidentemente falsas para chamar a atenção.

Contudo, mesmo ante a este cenário, os jovens que participaram da pesquisa demonstraram que o seu interesse e a sua participação na vida política têm aumentando, e eles estão começando a ocupar espaços cada vez mais de destaque e protagonismo. Ainda há os que, mais tímidos, participam com sua presença, se inteiram do assunto e mostram que estão presentes, o que é muito importante, visto que cada jovem tem um processo diferente de participação. Há os que são mais engajados na participação no primeiro momento e há os que necessitam reconhecer o espaço para se sentirem seguros e assim participarem.

"Tomo muitas decisões dentro do sitio, meu avô quer que eu assuma para ele, então muita coisa que acontece no assentamento eu mostro as minhas ideias e digo a eles, não tem errado e certo, mas tem minhas ideias. Na parte do turismo, desde o início dei muitas ideias e conselhos, sou o segundo secretário da comissão. Faço a comunicação com as propriedades vizinhas, passo propostas boas e pego as ideias deles". Jovem6

"Eu percebo que cada um que está ali é importante. A vida é um grande quebra-cabeça, então cada pecinha é importante, e quando falta um a gente não consegue completar o quebra-cabeça que poderia ajudar num todo, então fica faltando um elo. É como um tripé, se ele apoia algo e você tira um pé, ele não consegue se manter em pé. Na junção de um todo eu sou importante, não sou sozinho, mas no todo. Numa entrevista de Madre Teresa de Calcutá perguntaram para ela que diferença ela fazia no mundo, ela disse que o mundo era o mar e ela era uma gota, e sem ela no mar, o mar seria uma gota menor, e o mar é formado de gotas em gotas assim como nossa sociedade. Então eu acredito que cada um tem a sua finalidade e a sua importância crucial para o desenvolvimento de onde está inserido". Jovem2

"Porque eu sou um morador de lá e mesmo que não fale nada, você vai estar aprendendo e sabendo do que está acontecendo em volta de você, na sua comunidade". Jovem3

"Todos têm o mesmo peso, não existe uma hierarquia, desde o mais novo ao mais velho, todos podem falar. Já falei coisas que vi que não uma necessidade só minha e que outras

famílias também tinham e foi resolvido". Jovem5

Os fundamentos de cooperativismo e associativismo que, de acordo com Santos e Rodriguez (2005, p. 32-33), é uma forma de organização que tem como finalidade conseguir benefícios comuns para seus associados por meio de ações coletivas e de formas democráticas e que dizem respeito às formas de organização compatíveis com o sistema de economia de mercado. Visto isto percebe-se que os jovens estão se movimentando em relação a uma organização social cooperativa e estão compreendendo o conceito de trabalho solidário almejando melhorias gerais para suas localidades.

"Lá é todos juntos, a gente se ajuda em sociedade, a cacique comunica com a gente o que comunica com outras aldeias, dizendo o que está acontecendo".

Jovem3

"Nesses últimos anos conseguimos muita coisa para o assentamento, começando pelo asfalto, luz, reforma da escola, várias coisas que não dava para fazer pelo assentamento, o poder público fez. E geralmente tem uma ata, um registro, tudo direitinho, que quando é passado para câmara de vereadores para votação, é feito por uma pessoa que é o presidente da associação, que é responsável por levar a nossa voz para lá. E é feito de uma forma muito clara, seja pelo sim ou pelo não, temos uma facilidade muito grande de conversar com os vereadores". Jovem5

"Não temos uma associação estruturada, temos um presidente, mas nada estruturado. Quando você tem alguma estrutura e precisa de algo que seja ambiental, saúde ou local, aí é bom ter uma associação estruturada. Mas se você não vai lá e corre atrás e cobra todo mês, eles não estão nem aí para comunidade, se não tem cobrança, eles acham que não está acontecendo nada. Mas se não for do interesse político deles, você pode esperar por anos. E eu como moradora posso cobrar isso, mas eles dizem que a associação não a procura. Mas tudo é movido por interesse, por visibilidade para votos. Precisamos de apoios para tudo". Jovem8

Junto aos conceitos de cooperativismo e associativismo, fez-se necessário apresentar

os conceitos de sociedade em rede e trabalho em estruturas de rede, mais uma vez atentando para o fim do individualismo e para o fortalecimento do trabalho coletivo. Desta maneira, os jovens passam a enxergar as redes e sua formação, observando que estas são importantes não apenas para sua forma de trabalhar, mas que as redes estão presentes em tudo o que fazem em sua vida cotidiana.

"Estou fazendo alguns trabalhos e quero desenvolver, então eu preciso de ajuda, pois estou fazendo sozinho e quero ajuda para desenvolver. Eu acho que pode, mas tem uns que só pensam no dinheiro, então fica difícil, mas eu quero ajudar". Jovem3

"Existem redes, mas de forma errada, pois o interesse é sempre maior, pois as redes são criadas por pessoas já por pessoas com potenciais, que ela enxerga na forma de trabalho do pequeno, uma fonte de renda. Então não é passado tudo o que a rede em si teria que ter passado. Acredito que na minha cidade existem poucas, mas existem de forma errada, se fossem certas, avançaria no sistema agroecológico na região". Jovem4

"Não há uma rede, mas através do curso estamos montando uma rede, não apenas na minha localidade, mas entre outros jovens. Estamos dando passos importantes através do turismo, estamos fazendo uma ponte com Paraty e com Lídice, com turismo e feiras. Já lançamos uma demanda ao colegiado, e vemos como passo inicial". Jovem6

Por meio das redes estabelecidas o jovem tem a possibilidade de realizar outras tarefas não agrícolas no campo, aumentando a gama de possibilidades tanto comerciais quanto para diversão e lazer. Fora mostrado aos jovens conceitos de multifuncionalidade e pluriatividade, que foram definidos como a interação das diversas atividades agrícolas e não-agrícolas. Eles entenderam que podem exercer dentro de suas propriedades bem como fora da propriedade. Segundo Kageyama (1998), a pluriatividade pode ser entendida como a combinação de atividades, por indivíduos ou núcleos familiares, em diferentes setores, consequentemente em diferentes mercados.

"A gente tem grupo de jovens da igreja

católica e evangélica, tem campeonatos de futebol, tinha o de vôlei, mas acabou, e tem uma parte que gosto muito de trabalhar que é o ecumenismo e tolerância religiosa, que é novo na cidade, ainda tem um preconceito e as pessoas não conseguirem entender muito bem o que é isso, mas aos poucos estamos trazendo e enraizando isso, essa cultura. E que vire cultura na cidade saber respeitar a diversidade e liberdade de escolhas". Jovem1

"Palestra sobre o desenvolvimento de turismo, onde falta muito investimento em nosso município e nesse setor. Estamos provando que a sociedade pode participar desse avanço. Fora as feiras que estamos realizando, pois agora a sociedade vê quem é o agricultor que faz que é o mesmo que está lá na bancada. A criação de um interposto de ovos caipiras, que até gente de classe alta está querendo criar galinha em casa e vender ovo". Jovem4

"Lá no assentamento, não é mais só área rural, então a participação do jovem lá é muito pequena, a única coisa que o jovem se importa em permanecer lá, é pela cachoeira, de resto, ele vai ser o primeiro a desmatar, a vender e a fazer a terra se tornar dinheiro de outra forma. No quesito de redes sociais, os jovens não participam de nenhum movimento que seja para permanência na área rural, ou defesa de terra ou algo do tipo. No quesito do assentamento, todas as parcerias fortes, ou todas as pessoas que tem alguma participação, são as que já estão com 65 ou mais anos, são pessoas que estão desde o início do assentamento". Jovem5

Quando questionados acerca do papel do poder público dentro desta rede, o qual seria de relevante importância, uma vez que os jovens agricultores necessitam de incentivos e políticas públicas específicas para atuarem dentro e fora desta rede com maior amparo e autonomia, os jovens explanaram sobre as suas distintas realidades:

"Ao longo do tempo essa interação vem se fortificando. Tivemos quedas por troca de governo, troca de secretário ligados a isso. Mas tem se fortificando pela patrulha agrícola que vai nas terras aras, através do suporte da Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura que ajuda os agricultores, então é uma coisa

que vem aumentando. Através do poder público tem as assembleias da câmara de vereadores uma vez por semana, o prefeito se coloca de portas abertas para atender os moradores e as secretarias sempre estão abertas a receber quem precisa de alguma coisa e tentar dentro da legalidade ajudar nos problemas delas". Jovem2

"O poder público nem chega lá. Pois quando queremos alguma coisa, temos que dar alguma coisa para eles, para quem eles possam ajudar a gente, é tudo por interesse. A prefeitura age por interesse. Para montar um projeto pela prefeitura, se eles não verem que vai ter um retorno para eles, eles não vão te ajudar. Só se você tiver um conhecimento alto lá dentro, aí você até consegue". Jovem3

"Onde moro é divido em três municípios, Itaguaí, Piraí e Rio Claro, o centro mais próximo é de Itaguaí. Em questão de transporte, não podemos reclamar, é muito bom, mas relação à estrada, como são três municípios é muito dividido, pois falta comunicação entre eles. Em questão de saúde, por Piraí é muito bom, os médicos vão, tem ambulância. E educação, Piraí busca as crianças, leva na escola, é muito bom. Em relação a rio claro, é bem distante, mas está começando agora, em relação a localidade, endereço, eles estão ajudando nisso agora. Mas ainda um faz uma coisa, outro não faz outra, falta o diálogo de poder entre eles mesmos". Jovem6

"Sabem explorar a gente, querem tirar foto para mostrar que é bonito e é isso, tem uma grande ausência do estado lá e da prefeitura". Jovem7

Visto isto, pergunta-se ao jovem acerca de perspectivas, o que ele acredita ser possível para realizar, a fim de melhorias nessa relação com o poder público e de acesso à informação.

"Por um lado, ela pode ajudar trazendo mais recursos e palestras, e a única forma de atrapalhar e a não organização do investimento, pois se fizer de uma forma mais justa, o trabalho anda de uma maneira mais bonita, então é pensar de modo geral, são decisões produtivas e concretas, é tomar decisão e fazer e não parar, senão fica feia". Jovem4

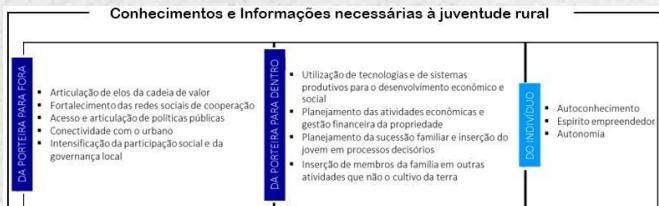
“Uma questão é o endereço, eu precisava de um para provar que tenho um registro, então corremos atrás dessa necessidade de registro das ruas e influenciou o poder público. Até mesmo de capacitação dos jovens, então o poder público precisa apoiar”. Jovem6

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos acerca de Agroecologia e juventude rural nos dirige a um fascinante e grandioso campo de análises, estudos e debates. O que fora abordado ao decorrer desta pesquisa tratou acerca das informações transmitidas aos jovens a fim de lhes fornecer aporte de conhecimentos necessários para sua permanência no campo com qualidade de vida, com geração de renda e desenvolvimento de seu território. Os resultados indicam que tamanha é a complexidade a ser explorada acerca da Agroecologia, que acredita-se haver nela a possibilidade de permanência da juventude no campo, onde haja de fato a possibilidade de re-territorialização e permanência do jovem nos espaços rurais.

Vê-se por meio das informações analisadas ao longo desta pesquisa os jovens rurais tornando- se agentes atuantes no processo de mudança social, passando a interagir com diferentes atores sociais e entre grupos sociais, e através de uma abordagem holística da realidade e pelo exercício da iniciativa e da criatividade. Pode-se notar através do discurso de alguns jovens que habilidades estão sendo desenvolvidas e trabalhadas. O quadro abaixo resume tais habilidades das quais foram abordadas como necessárias à juventude rural.

Figura1: Conhecimentos e informações necessárias à juventude rural



Fonte: Elaboração própria

Por fim, a questão agroecológica nos põe frente a uma série de novos e desafiadores cenários, este de intercomunicação, relação e de dialogicidade não apenas entre a natureza e o homem, mas entre o indivíduo e seus semelhantes, o indivíduo e seus espaços, enfim, entre todas as coisas existentes. Desta maneira, isto significa que não prevalecerá em direitos o mais forte, o mais produtivo ou com maiores recursos. Até que o homem enxergue a natureza como parte de si e se enxergue como parte integrante da natureza os ganhos sob o olhar agroecológico são para todos e de todos. UBUNTU⁸!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Paulo Furquim de; BIALOSKORSKY NETO, Sigismundo. Direitos de propriedade e conflitos fundiários: implicações sobre o uso da terra. Anais do I Encontro Nacional da Nova Economia Institucional. São Paulo, FEA-USP, v. 1, p.1-15, 1997.

BRUMER, Anita. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CASTRO, Elisa Guaraná; CARNEIRO, Maria José (orgs.). Juventude rural em perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 35-51.

Castro, Lucia., & Menezes, Jaileila. (2002). Subjetivação Política: Novos Contornos no Contemporâneo. Praia Vermelha: estudos de política e teoria social. Rio de Janeiro, (7), 56-80.

CASTRO, L. R. (2008). Participação política e juventude: do mal-estar à responsabilização frente ao destino comum. Revista Sociologia

⁸ A palavra Ubuntu, não traduzível diretamente, noção existente nas línguas Zulu e Xhosa - línguas Bantu do grupo nguni. No entanto nessa tentativa seria “eu sou porque nós somos”. Exprime a consciência da relação entre o indivíduo e a comunidade.

& Política, 16(30), 253-258.

GIBSON, Rachel; CANTIOCH, Marta. Conceptualizing and Measuring Participation in the Age of the Internet: Is Online Political Engagement Really Different to Offline? *The Journal of Politics*, v. 75, n. 3, 2013. p. 701–716.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1999. HABERMAS, Jürgen. *Racionalidade e comunicação*. Lisboa: Edições 70, 2002.

HABERMAS, Jürgen. *Teoría de la acción comunicativa: racionalidad de la acción y racionalización social*. Traducción Manuel Jiménez Redondo. Madrid: Taurus, 1987. V.1.

HABERMAS, Jürgen. *Teoria do agir comunicativo. Sobre a crítica da razão funcionalista*. Tradução Flávio Beno Siebeneichler. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

HAESBAERT, Rogério (2004): *O mito da desterritorialização. Do fim dos territórios à Multiterritorialidade*. Bertrand Brasil

HJAVARD, Stig. *Midiatização: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural*. *Matrizes*. v. 5, n. 2, p. 53-91. 2012.

KAGEYAMA, A. *Pluriatividade e ruralidade: aspectos metodológicos*. *Economia Aplicada*. v. 2 n.3, p.515- 551, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento*. São Paulo: Hucitec, 1993. MORIN, E. *O método*. Tradução de Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 1999.

NORRIS, Pippa. *Digital Divide: civic engagement, information poverty and the internet worldwide*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

SANTOS, B. de S.; RODRÍGUEZ, C. *Introdução: para ampliar o cânone da produção*. Tradução de Vítor Ferreira. IN: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Producir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SEVILLA GUZMÁN, E.; GONZÁLEZ DE MOLINA, M. *Sobre la agroecología: algunas reflexiones en torno a la agricultura familiar en España*. In: GARCÍA DE LEÓN, M. A. (ed.). *El campo y la ciudad*. Madrid: MAPA, 1996. p.153-197. (Serie Estudios)

Prado, M. A. M. (2001). *Psicologia Política e ação coletiva: Notas e reflexões acerca da compreensão do processo de formação identitária do «nós»*. *Revista Psicologia Política*, 01(01), 149-172.

POLÍTICA EDITORIAL

A Revista Controle Social e Desenvolvimento Territorial tem foco somente na publicação de textos inéditos. Os textos submetidos, portanto, não podem estar em processo de avaliação em outros periódicos.

Devido ao contexto multicultural latino americano que embasa a constituição da revista, são aceitos textos em português, inglês e espanhol. Todos os artigos, ensaios e casos de ensino deverão apresentar resumo e palavras-chaves nos três idiomas. A redação de todos os textos deve seguir as normas ABNT(NBR 6022).

O processo de avaliação é por double blind review. Isto quer dizer que os textos serão avaliados por dois pareceristas, sem que haja identificação dos autores para os mesmos. Em seguida à avaliação, os pareceristas recomendam o que deve ser feito em relação ao texto submetido: (a) rejeição; (b) publicação sem revisão; (c) publicação somente após revisões no conteúdo; (d) publicação após pequenas revisões na linguagem, formatação ou normas ABNT.

Após a recomendação dos pareceristas, os textos são encaminhados para a revisão pela Corpo Técnico da revista, no caso (b) ou para as correções pelos autores, nos casos (c) e (d).

1. Formato:

Formato do papel: A4;

Formato do arquivo: doc ou docx.

Margens: 3 cm (superior e esquerda); 2 cm (inferior e direita).

Fonte: Times New Roman, tamanho 12.

Espaçamento entre linhas: 1,5.

Paginação: o texto deve vir inteiramente sem paginação.

2. Limitações no número de páginas:

Artigo: Entre 15 e 30 páginas

Ensaio: Entre 15 e 30 páginas

Resenha: Entre 3 e 5 páginas

Caso de ensino: No máximo 15 páginas

Em todos os tipos de textos aceitos para submissão pela revista, o título, corpo do texto, referências, apêndices, anexos e notas explicativas deverão estar incluídos em sua totalidade no total de páginas a ser submetido. Os resumos e palavras-chaves (nos 3 idiomas) devem ser incluídos dentro do total de páginas somente nos casos dos artigos, ensaios e casos de ensino.

POLÍTICA EDITORIAL**3. Anonimato dos autores:**

As informações sobre os autores não poderão constar nem no texto, tampouco nas propriedades do arquivo. É necessário atentar para a auto-citação excessiva, o que pode levar à identificação dos autores.

4. Conteúdo do arquivo a ser submetido:

O texto deve ser submetido em sua totalidade em apenas um arquivo. O arquivo deve conter o título, resumos e palavras-chaves nos três idiomas (no caso dos artigos, ensaios e casos de ensino), sem identificação de autoria. Os resumos devem conter no máximo 250 caracteres incluídos os espaços em branco, seguindo a norma ABNT para apresentação de resumos (NBR 6028).

Em seguida, deve ser apresentado o corpo do texto, contendo introdução, desenvolvimento, considerações finais e referências. As citações ao longo do texto devem seguir as normas ABNT de citação (NBR 10520). Opcionalmente podem ser incluídos notas explicativas, agradecimentos, referências, apêndices e anexos. As referências devem seguir as normas ABNT de referenciamento (NBR 6023). Os outros elementos citados devem seguir as normas ABNT para apresentação de artigos (NBR 6022).

5. Utilização de elementos não-textuais:

Os elementos não-textuais (tabelas, quadros, gráficos, imagens) devem ser utilizados com parcimônia. As imagens devem estar em formato JPG e possuir resolução mínima de 300 dpi, no caso de fotos.

Indexadores: